



UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

GABRIEL DA FONSECA ONOFRE

**O PAPEL DOS INTELECTUAIS E THINK TANKS NA PROPAGAÇÃO DO
LIBERALISMO ECONÔMICO NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XX**

NITERÓI
2018



UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

GABRIEL DA FONSECA ONOFRE

**O PAPEL DOS INTELLECTUAIS E THINK TANKS NA PROPAGAÇÃO DO
LIBERALISMO ECONÔMICO NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XX**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em História. Área de concentração: História social.

Orientador: Prof^a. Dr^a. Cecília Azevedo

NITEROI
2018

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do Gragoatá

O58p Onofre, Gabriel da Fonseca.

O papel de intelectuais e think tanks na propagação do liberalismo econômico na segunda metade do século XX / Gabriel da Fonseca Onofre ; Cecília da Silva Azevedo, orientadora. Niterói, 2018. 368 f. : il.

Tese (doutorado)-Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018.

1. Liberalismo. 2. Direita. 3. Estados Unidos. 4. História do Brasil. 5. Produção intelectual. I. Título II. Azevedo, Cecília da Silva, orientadora. III. Universidade Federal Fluminense. Instituto de História.

GABRIEL DA FONSECA ONOFRE

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em História. Área de concentração: História social.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a. Dr.^a. Cecília Azevedo (Orientador)
Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. Daniel Aarão Reis (Arguidor)
Universidade Federal Fluminense

Prof.^a. Dr.^a. Janaína Martins Cordeiro (Arguidor)
Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. Américo Oscar Guichard Freire (Arguidor)
CPDOC-FGV

Prof. Dr. Alexandre Luís Moreli Rocha (Arguidor)
Universidade de São Paulo

NITEROI
2018

RESUMO:

Esta tese analisa o movimento político e ideológico de propagação de think tanks liberais nos EUA e no Brasil na segunda metade do século XX e seu papel para a difusão de uma cultura política liberal nos dois países. Para isso, examinamos a relação entre think tanks norte-americanos – com destaque para o *Liberty Fund* e o *Atlas Foundation* – e os Institutos Liberais brasileiros, tendo como foco principal de observação as atividades, estratégias, intercâmbios, divergências e conflitos entre os grupos no interior de uma rede internacional mais ampla, a chamada Sociedade Mont Pelerin (SMP).

Fundada na Suíça, em 1947, a SMP surgiu como um grupo de estudo entre intelectuais defensores das ideias do liberalismo econômico. A partir dos anos 1950, membros da Sociedade passaram a contribuir para a fundação de inúmeros think tanks, principalmente, nos EUA e na Europa, com o objetivo de intervirem no debate público.

Na virada dos anos 1970 para a década de 1980, a rede internacional de think tanks da Mont Pelerin ampliou-se para a América Latina. No Brasil, em 1983, surgiu o Instituto Liberal (IL). Inserido neste movimento internacional, o IL tornou-se o principal think tank brasileiro de divulgação das ideias do liberalismo econômico no país nos anos 1980.

Palavras-chave:

Think tanks – liberalismo econômico – Sociedade Mont Pelerin – Institutos Liberais

ABSTRACT

This thesis aims to analyze the political and ideological movement of classical liberal think tanks in the US and Brazil in the second half of the twentieth century and their role in spreading a classical liberal political culture in both countries. To this end, we examined the relationship between US think tanks - notably *Liberty Fund* and *Atlas Foundation* - and the Brazilian Institutos Liberais, based on the activities, strategies, exchanges, divergences and conflicts between groups in an international network called Mont Pelerin Society (SMP).

Created in Switzerland in 1947, the SMP emerged as a study group among intellectuals who championed the ideas of classical liberalism. From the 1950s, members of the Society started to contribute to the creation of think tanks, mainly in the USA and Europe, in order to interfere in the public debate.

In the 1970s and early 1980s, Mont Pelerin's international network of think tanks expanded into Latin America. In 1983, Instituto Liberal (IL) was founded in Brazil. IL became the main Brazilian think tank to spread the ideas of classical liberalism in the country in the 1980s.

Keywords:

Think tanks – classical liberalism – Mont Pelerin Society – Institutos Liberais

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) a concessão da bolsa de estudo que, durante três anos, viabilizou a elaboração da tese. Sou grato também ao programa *Scholar Research Support*, do Hoover Institution, da Universidade de Stanford, nos Estados Unidos. A bolsa concedida permitiu que eu viajasse à Califórnia e pesquisasse no arquivo da Sociedade Mont Pelerin. Sobre a bolsa em Stanford, agradeço em particular aos professores Bryan McCann e Katherine Marino pelo apoio durante o processo seletivo, à professora da universidade, Jennifer Burns, pela orientação, e à Carol Leadenham, Sally Debauche e David Sun, funcionários do arquivo, pela atenção e ajuda durante o período da pesquisa.

Aos colegas do Libery Fund, Spencer Ozbun e Leonidas Zelmanovitz, pelos contatos realizados ao longo dos últimos quatro anos e pelo envio da obra de R. M. Hartwell.

Ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense; a todos os funcionários a atenção e paciência com a qual sempre me receberam.

Aos professores Daniel Aarão Reis e Francisco Carlos Teixeira, que participaram do Exame de Qualificação, agradeço a oportunidade de estabelecer um importante diálogo e as sugestões que ajudaram a enriquecer a tese. Agradeço novamente ao professor Daniel Aarão e aos professores Américo Oscar Freire, Alexandre Moreli e Janaína Martins Cordeiro por participarem da banca de defesa.

À minha orientadora Cecília Azevedo por suas observações e conselhos, sempre riquíssimos. Mais do que uma orientadora, uma amiga, cuja sabedoria e humildade são referências para mim.

Aos meus pais, que sempre me mostraram o valor da educação, e aos meus irmãos Gustavo e Gleicon, por todo apoio que sempre me deram.

Agradeço especialmente a Luciana, minha esposa, pelo amor, companheirismo e paciência. Sem ela, esta tese não seria possível.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1- PRIMEIROS PASSOS	45
1.1- O mundo em convulsão	46
1.2 – O Colóquio Walter Lippmann	49
1.3- A trajetória de Walter Lippmann	52
1.4- O “novo liberalismo” de Walter Lippmann	55
1.5- Os debates do colóquio Walter Lippmann	64
1.6- Os anos da guerra	75
2- A TRAJETÓRIA DE FRIEDRICH HAYEK	78
2.1- O sucesso de “O Caminho da Servidão”	85
2.2- O liberalismo clássico de Hayek em “O Caminho da Servidão”	87
2.3 – A repercussão de “O Caminho da Servidão”	93
2.4- As críticas ao livro	105
2.5- A organização de uma rede internacional a favor do livre mercado	106
2.6- Os difíceis primeiros anos	107
2.7- O jornal “Ocidente”	110
2.8- Hayek entra em ação	113
2.9- O encontro com Albert Hunold	116
2.10- <i>With a little help from my friends</i>	119
2.11- Os preparativos para o primeiro encontro	147
3- A SOCIEDADE MONT PELERIN	155
3.1- O primeiro encontro	161
3.2- Os dez dias no Monte Pelerin.....	164
3.3- O discurso de abertura	165
3.4- Hayek e a abertura da Mont Pelerin	169
3.5- “Livre” empresa e ordem competitiva	175
3.6- As primeiras divergências	179
3.7- O caráter da nova sociedade	182
3.8- O nome de batismo	195
3.9- O entusiasmo inicial	203
3.10- As críticas à Sociedade	206

4- O CAMINHO PARA O LIBERALISMO	209
4.1 – A primeira década da Sociedade	209
4.2 - A reunião de Basle: as primeiras tensões	211
4.3 - O segundo encontro	215
4.4 - O Encontro de Beauvallon	220
4.5 - O capitalismo e os historiadores	221
4.6 - A evolução da sociedade	228
4.7 - Crise e saída dos ordoliberais	230
4.8 - Início dos anos 1970: hora de voltar para casa?	239
4.9 - A maré está virando	249
4.10 - A expansão da Sociedade	256
5- OS BRASILEIROS ENTRAM EM CENA	264
5.1 - A figura de Anthony Fisher	264
5.2 - Hayek visita o Brasil	267
5.3 - Os primeiros contatos	283
6- O INSTITUTO LIBERAL	293
6.1 - Instituto Liberal do Rio de Janeiro	294
6.2 - A expansão da rede	297
6.3 - A Declaração de Princípios	299
6.4 - O apoio dos grupos empresariais	302
6.5 - Estratégias e atividades desenvolvidas	303
6.6 - Os projetos de intervenção nas políticas públicas	312
6.7 - A relação com os think tanks estrangeiros	315
6.8 - Colóquio Liberty Fund-Instituto Liberal	325
6.9 - Encontro da Sociedade Mont Pelerin no Rio de Janeiro	328
7- CONCLUSÃO	333
8- ANEXOS	339
9- FONTES	361
10- BIBLIOGRAFIA	363

Quando há uma razão para a igualdade e uma razão para a desigualdade, então entramos no reino da dúvida e da filosofia política.

Aristóteles

The ideas of economists and political philosophers, both when they are right and when they are wrong are more powerful than is commonly understood. Indeed, the world is ruled by little else. Practical men, who believe themselves to be quite exempt from any intellectual influences, are usually slaves of some defunct economist.

John M. Keynes

INTRODUÇÃO

O universo (que outros chamam a Biblioteca) constitui-se de um número indefinido, e quiçá infinito, de galerias hexagonais, com vastos poços de ventilação no centro, cercados por varandas baixíssimas. De qualquer hexágono, veem-se os pisos inferiores e superiores: interminavelmente. A distribuição das galerias é invariável. (BORGES, “A Biblioteca de Babel”, 1970, p. 61-62)

Jorge Luis Borges afirmou um dia que “talvez a história universal seja a história de algumas metáforas”. Seguindo o escritor argentino, escolhemos um trecho literário e sua metáfora para anunciar a proposta desta tese. O conto “A Biblioteca de Babel” pode ser interpretado como o relato de um indivíduo sobre o universo em que vive. A Biblioteca, metáfora do Universo, é descrita como composta por inúmeros hexágonos, incluídos em incontáveis andares, cada um contendo diversas estantes de livros, em uma extensão interminável (ou desconhecida). Caminhando através da biblioteca infundável, abismado com suas inúmeras entradas e saídas e seu grande labirinto onde os caminhos se cruzam, mas nunca são os mesmos, o personagem borgiano vê-se fascinado diante da grandiosidade do inexplorado. Um deslumbramento que não paralisa, mas atrai.

Nesse que é um dos mais impressionantes começos da história da literatura, Borges nos apresenta a Biblioteca como uma metáfora valiosa dos limites e possibilidades do conhecimento humano. Seu conto nos revela uma Biblioteca que, de aparente infinitude, foi feita para ser decifrada. E com esta lição iniciamos esta tese: nossa Biblioteca de Babel chama-se neoliberalismo.

Analisar a história do fenômeno que se convencionou nomear neoliberalismo pode passar a impressão experimentada pelo homem do conto de Borges, que, ao peregrinar pela Biblioteca de Babel, observa-se paralisado pelo desafio que encontra pela frente. O fenômeno do neoliberalismo aparece diante do estudioso como a tenebrosa biblioteca hexagonal. Investigar a história de um dos principais fenômenos intelectuais, políticos e econômicos do século XX pode apontar para muitas abordagens: a vitória política de candidatos/partidos identificados com o programa liberal; uma análise da ascensão política de indivíduos, partidos e governos identificados com suas ideias; uma investigação sobre a crise de algumas das alternativas econômicas, como o capitalismo keynesiano e o socialismo; o exame da ascensão do programa de reformas liberais e seus impactos sociais são apenas algumas perspectivas possíveis de serem vislumbradas. A forma de se aproximar do tema também pode variar bastante: podem ser feitas análises políticas, econômicas, sociais e/ou culturais; essas podem abranger uma escala mais ampla (nacional ou até mesmo global) ou uma escala menor (indivíduos, grupos e partidos). Enfim, um labirinto de caminhos diversos.

Nesta tese escolhemos examinar a história do neoliberalismo como um movimento intelectual, que através de indivíduos, grupos e instituições, criou as condições para a ascensão das ideias do livre mercado. A história do que se convencionou chamar de neoliberalismo pode ser resumida da seguinte forma no século XX: de uma ideologia rejeitada no período entre as duas grandes guerras, passando por uma ideia percebida como excêntrica nas três décadas seguintes ao ano de 1945, tornou-se a ideologia hegemônica no último quartel do século.

Para analisar a história do triunfo das ideias do livre mercado, que sufoca (mas não elimina) todo tipo de alternativa intelectual, teremos como nosso Fio de Ariadne os indivíduos e grupos intelectuais defensores do liberalismo econômico em uma

organização específica: a Sociedade Mont Pelerin (SMP). Buscaremos investigar a trajetória dos intelectuais, reunidos nessa rede internacional formada no pós-Segunda Guerra Mundial, com destaque para os brasileiros do Instituto Liberal, e seu papel na promoção das ideias do liberalismo econômico.

Diante de um tema tão complexo, é preciso estabelecer primeiramente o que não será feito nesta tese. Ainda que seja relevante, não será objeto de análise a construção do pensamento político e econômico liberal no século XX. Autores e livros serão citados com frequência, mas sem a pretensão de esmiuçar suas ideias. Tampouco pretende-se fornecer uma nova explicação, quer política ou econômica, para o fenômeno do neoliberalismo. Esta é uma tarefa para os grandes teóricos.

Sobre nosso trabalho, uma questão conceitual impõe-se antes de tudo. Ao longo da tese, preferimos denominar os indivíduos, grupos e instituições afinados com as ideias do livre mercado como “liberais”. O conceito “neoliberal” também será empregado, mas seu uso se restringiu a dois objetivos específicos. O primeiro para caracterizar o fenômeno político, econômico e intelectual de ascensão das ideias do liberalismo econômico no pós-guerra. O segundo para se referir à criação e desenvolvimento do conceito nos debates intelectuais das décadas de 1930 e 1940. Em outros momentos, optaremos pelo conceito de “liberais” e “liberalismo”.

Essa escolha conceitual, contudo, não resolve outros dois desafios da tese. O primeiro trata-se de não incorrer em uma tentação do senso comum: a explicação simplista, de cunho essencialista e a-histórico que concebe o avanço do liberalismo econômico, ao longo dos anos pós-1945, de forma autoexplicativa. É comum o emprego da categoria “neoliberalismo” como explicação autossuficiente para inúmeras experiências políticas e econômicas, diversas entre si, a partir da década de 1970.

Dentro dessa perspectiva, deparamo-nos com o segundo desafio: o impulso de reduzir a complexidade deste fenômeno intelectual a uma categoria específica, seja ela “liberal” ou “neoliberal”. Buscamos demonstrar que o que se convencionou chamar de neoliberalismo não é *um*, mas *vários*. Os próprios conceitos “liberal” e “neoliberal” são disputados por defensores e críticos, variando também muitas vezes conforme o período, lugar e grupo político e intelectual específicos¹.

Seduzidos, em vez de estagnados, diante da complexidade de nossa Biblioteca de Babel, decidimos optar pela categoria de “cultura política” como instrumento de análise capaz de resolver nossos dois desafios.

Veremos a seguir um breve histórico da categoria “neoliberalismo” e da complexidade do tema que nos levou a escolher para denominar os indivíduos, grupos e instituições a favor das ideias do livre mercado os conceitos de “liberalismo” e “liberal”. A seguir analisaremos a pertinência da categoria de “cultura política” liberal, associando-a a outras opções teóricas e metodológicas do trabalho.

Portanto, esta tese dedica-se ao estudo do movimento intelectual chamado neoliberalismo, examinando-o através de uma de suas manifestações, em um contexto e período específicos. Para sermos mais precisos, é a história de uma rede internacional de intelectuais, empresários e think tanks, a Sociedade Mont Pelerin, e sua expressão no

¹ Há pelo menos quatro interpretações para o conceito de “neoliberalismo”. Para a primeira, o neoliberalismo é um estágio da história do capitalismo, no qual o capital financeiro assumiu uma posição de domínio global. Nesta fase, o recuo do papel do Estado foi acompanhado pela expansão desenfreada dos fluxos de capital e bens. Um importante trabalho desta perspectiva é a obra de David Harvey, “O neoliberalismo: história e implicações”. Uma segunda interpretação associa o neoliberalismo a um projeto intelectual, baseado no paradigma da superioridade do livre mercado. Para um trabalho nesta perspectiva, ver Angus Burgin, “The Great Persuasion: Reinventing Free Markets since the Depression”. A terceira interpretação trabalha com o neoliberalismo como uma agenda política que se desenvolveu no poder a partir dos anos 1970 com a experiência chilena da ditadura de Pinochet. Um exemplo é Naomi Klein e seu “A doutrina do choque: a ascensão do capitalismo de desastre”. Por fim, há autores que compreendem o neoliberalismo como um projeto de reconstrução do liberalismo, no qual o Estado é incumbido a intervir no mercado. Elaborado para evitar novas Grandes Depressões, o neoliberalismo teria surgido como uma proposta para corrigir os excessos do *laissez-faire* dentro de um projeto de refundação do liberalismo. Essa é a perspectiva de Pierre Dardot e Cristhian Laval em “A Nova Razão do Mundo - Ensaio sobre a Sociedade Neoliberal”.

Brasil, o Instituto Liberal, na defesa das ideias do liberalismo econômico na segunda metade do século XX.

O neoliberalismo como conceito

Publicado originalmente em 1983, com o título em italiano *Dizionario di política*, e traduzido uma década depois para o português como *Dicionário de política*, o livro organizado por Norberto Bobbio, Nicolla Matteucci e Gianfranco Pasquino é um exemplo dos dilemas enfrentados por quem se aventura a estudar o conceito de neoliberalismo na linguagem política contemporânea².

Com dois volumes e 1.330 páginas, o dicionário tornou-se uma obra de referência nos estudos acadêmicos. No entanto, não há um verbete intitulado neoliberalismo nele. Não há sequer uma referência nesta obra colossal. Apenas a título de comparação, o termo liberalismo possui sete verbetes (Liberalismo; liberalismo-clássico, democrático, econômico, ético, jurídico e político) e 275 referências! A ausência do termo neoliberalismo não é exclusividade do dicionário de Norberto Bobbio.

Mesmo entre pensadores ideologicamente afinados com ideias reconhecidas como neoliberais a não-utilização do conceito é notória. A primeira enciclopédia dedicada exclusivamente aos conceitos e autores associados com a história do liberalismo econômico, *The Encyclopedia of Libertarianism*, também não possui um verbete para neoliberalismo. Em suas quase 700 páginas, resultado de um trabalho de grande fôlego que reuniu mais de 100 estudiosos, o termo aparece uma única vez em toda a obra. Surge no verbete “globalização” para designar uma “expressão pejorativa

² BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

usada pelos grupos de oposição aos livres mercados”, sendo colocada entre aspas: “neoliberal globalization”³. Inusitado. Mas, revelador.

A ausência do conceito em dicionários especializados não significa, contudo, que não apareça nos debates políticos e intelectuais contemporâneos. Pelo contrário. Há um uso frequente da palavra neoliberalismo. Em boa parte dos discursos políticos e em certas análises intelectuais a categoria aparece como autoexplicativa, dando conta do esclarecimento dos fenômenos políticos, econômicos e sociais contemporâneos. Dos problemas da saúde e do futebol brasileiro às guerras do Iraque e da Síria, o neoliberalismo se tornou uma espécie de resposta universal.

Para uns, um programa de reformas econômicas, pronto para solucionar todos os problemas da sociedade. Exemplos do que Joseph Stiglitz chamou de “fanatismo do mercado” são facilmente encontrados na grande mídia, nacional e estrangeira⁴. Para outros, um pacote de maldades, origem de todos os problemas, que deve ser extirpado⁵. Uma posição radicalmente oposta à primeira, mas de cunho pouco crítico também. Ambas são posições extremadas que servem pouco à compreensão do movimento neoliberal.

Ao longo dos anos, o termo neoliberal ganhou em abrangência, mas perdeu em precisão⁶. E isso explica em parte sua ausência dos dicionários políticos. No campo político, o uso do termo ou do programa identificado com o neoliberalismo tem sido um instrumento importante para legitimar ou deslegitimar candidatos, partidos e/ou

³ HAMOWY, Ronald (ed.). The Encyclopedia of Libertarianism. California: Sage Publications, 2008.

⁴ Joseph Stiglitz, 2006. Citado em Dardot e Laval, 2016, p.15.

⁵ Alguns exemplos dessa perspectiva: KLEIN, Naomi. A doutrina do choque: a ascensão do capitalismo de desastre. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008; JONES, Daniel Stedman. Masters of the Universe. United Kingdom: Princeton University Press, 2012.

⁶ Serge Audier. “Le néo-libéralisme: unité, diversité, divergences”, La Vie des idées, 4 juillet 2012. Disponível em: <http://www.laviedesidees.fr/Le-neo-liberalisme-unite-diversite.html>.

eleições. Essa arma política poderosa muitas vezes contribui pouco para a compreensão intelectual de uma realidade bem mais complexa.

Esse contraste entre um termo frequente nos debates político e intelectual, mas faltoso nos dicionários especializados, é simultaneamente causa e efeito das insuficiências do conceito neoliberalismo. Ressaltamos, contudo, que as críticas à simplificação das explicações acerca do movimento neoliberal não significam negar sua existência.

As origens do conceito

Segundo o filósofo francês Serge Audier, o termo neoliberalismo é onipresente nos debates contemporâneos. Aparece com frequência nos artigos acadêmicos, nas matérias jornalísticas e nos discursos políticos para explicar as grandes mudanças políticas e econômicas dos últimos quarenta anos: o enfraquecimento do papel do Estado, a desregulamentação econômica e financeira, as privatizações e o aumento da desigualdade social⁷.

Quase uma palavra de ordem para privatizações, desregulamentação e monetarismo, o neoliberalismo tem uma história longa e tortuosa. É importante dizer que em sua forma empregada mais frequentemente hoje em dia, encontra-se com um sentido bem diferente de suas primeiras formulações.

A história das ideias identificadas com o termo neoliberalismo remonta há pelo menos 50 a 60 anos antes da ascensão política dos governos ditos *neoliberais* durante a década de 1970. Assim a palavra que no final do século XX se tornou associada à liberalização econômica e financeira e à globalização, deve ter sua origem recuperada. Sua história inicia-se no período do Entreguerras (1919-1939) quando as funções dos

⁷ Idem.

Estados da Europa e dos EUA cresceram substancialmente, o sufrágio universal ampliou a participação eleitoral em diversos países e os sindicatos ganharam força política e social.

O termo neoliberalismo surgiu, então, como uma resposta a esse contexto específico, quando durante os anos entre a Primeira e a Segunda Guerra Mundial o reformismo do New Deal, os fascismos italiano e alemão, o socialismo e o comunismo soviético transformaram as relações políticas e econômicas, abalando de vez a arquitetura política e ideológica dos Estados liberais. Ameaçado de extinção, o liberalismo precisava reagir.

O neoliberalismo nasceu, então, como um projeto de reformulação do liberalismo, quando pensadores liberais passaram a defender a retomada por parte do Estado de algumas atividades que ele havia abandonado, intervindo no mercado inclusive quando preciso. Mesmo entre críticos da intervenção estatal na economia, o Estado passou a aparecer como um remédio para as chagas da crise que castigava a década de 1930. O objetivo era resolver os problemas econômicos e sociais e evitar que novas Grandes Depressões voltassem a acontecer. Dessa forma, o uso do termo neoliberalismo surgiu associado a uma proposta liberal para corrigir os desvios do liberalismo econômico dos anos anteriores. Uma parte dos liberais acusava os exageros do laissez-faire de terem causado a crise que viviam. Esta reformulação do liberalismo buscava, no entanto, se diferenciar das outras soluções disponíveis – como o socialismo e o capitalismo keynesiano.

O conceito neoliberalismo, no sentido moderno⁸, segundo Plehwe, apareceu pela primeira vez, em 1925, no livro *Trends of Economic Ideas*, do suíço Hans Honegger. O economista criou o termo influenciado pelos trabalhos de Alfred Marshall, Eugen von Böhm-Bawerk, Friedrich von Wieser e Karl Gustav Casser. Seu uso do conceito, todavia, não apresentava nada de inovador. Influenciado por pensadores da Escola Austríaca, sua concepção do que seria o neoliberalismo permanecia com uma definição atrelada às propostas econômicas dessa escola de pensamento, como a defesa da livre-concorrência e da livre-empresa e a rejeição do socialismo. Ao conceber o papel do Estado em um sentido negativo se aproximava do liberalismo econômico vigente, não caracterizando, portanto, uma reformulação teórica desta corrente de pensamento.

Na década de 1930, o termo neoliberalismo começou a aparecer com mais frequência e em variados contextos, sendo usado para designar um novo movimento político e intelectual. Nesses anos acossados pela crise econômica, o liberalismo econômico foi considerado o responsável pelo tsunami de falências e desemprego que varreu grande parte dos países capitalistas da época. Essa crítica não veio apenas das esquerdas - socialistas ou não - e da direita fascista, o próprio campo liberal acusou o golpe.

Diante dos avanços das ideias e de governos críticos ao programa liberal, intelectuais europeus e norte-americanos passaram a defender uma reformulação teórica do liberalismo econômico que corrigisse seus defeitos e o afastasse do que passava a ser identificado como um problema – o *laissez-faire*. Começava aqui uma diferenciação entre alguns estudiosos sobre a existência de dois tipos de liberalismo: um extremado,

⁸ Em 1898, o uso de Gide do termo pode ser enganador, uma vez que advoga apenas um retorno às ideias do liberalismo econômico de Adam Smith. Gide, Charles. "Has Co-operation Introduced a New Principle into Economics?" *Economic Journal* 8(32): 490–511, 1898.

que devia ser abandonado, responsável pelas mazelas sociais que se vivia na época, e um moderado, que admitia a participação do Estado em alguns setores.

Entre os pensadores liberais que justificavam a crise pela existência destes dois tipos de liberalismo, iniciou-se a defesa de uma retomada do segundo tipo de liberalismo, mais moderado e com certa participação do Estado. Consagrou-se, assim, naquele contexto o conceito de neoliberalismo para designar uma nova proposta no campo liberal em defesa do mercado, sem desconsiderar, todavia, o papel do Estado em certas áreas básicas.

Nesta formulação teórica, defendeu-se a necessidade de refundação do liberalismo, visto como responsável pela Grande Depressão que arrastava o mundo ocidental. A crise teria, assim, sido gestada pelo próprio liberalismo e seus desvios históricos. Seus excessos, identificados com uma defesa intransigente do *laissez-faire*, justificaria o resgate do Estado, tão desacreditado nos escritos e políticas inspirados na Escola de Manchester⁹.

O conceito neoliberalismo apareceu, portanto, como uma revisão do que começou a se chamar de “velho liberalismo”, surgindo como solução para a crise que se vivia. Uma reformulação, é bom dizer, dentro da perspectiva liberal; até porque em resposta às outras alternativas que ganhavam força, como o comunismo, o socialismo e o capitalismo keynesiano. Um liberalismo, assim, adaptado aos novos tempos e, por isso, novo (*neo*).

As dificuldades em pensar o neoliberalismo conceitualmente remetem ao seu momento de criação, quando uma parte dos intelectuais liberais – nomes reconhecidos

⁹ A Escola de Manchester é a corrente de pensamento econômico liberal que surgiu na cidade de Manchester, Inglaterra, na primeira metade do século XIX. Essa escola econômica inspirou-se no movimento contra as leis restritivas à importação de cereais pela Inglaterra. Baseada no princípio do *laissez-faire*, opunha-se à política protecionista e a qualquer intervenção do Estado nas áreas econômica e social.

como Ludwig von Mises e Frederich Hayek – recusaram o seu emprego. Não só a designação não era unanimidade no campo liberal, a necessidade de reformulação do liberalismo também não o era. Uma parte dos estudiosos, especialmente os economistas da Escola Austríaca como Mises e em menor medida Hayek, não concordavam com essa diferenciação do liberalismo. Para eles, a crise econômica daqueles anos não tinha ligação com o liberalismo. Na verdade, entendiam que era decorrência da má aplicação das políticas do liberalismo econômico. E, por isso, alguns liberais, com destaque para Mises, defendiam que a solução para a crise econômica estaria em mais *laissez-faire*, e não em menos.

Isso explica a opção ao longo da tese pelo uso do termo liberais para designar os defensores das propostas do liberalismo econômico desde o período do entreguerras. Observaremos que o campo liberal, examinado a partir dos indivíduos que fazem parte da Sociedade Mont Pelerin é bastante variado, comportando diferenças, divergências e rivalidades. Alguns grupos estão mais próximos de uma concepção social-democrata, como os teóricos alemães do ordoliberalismo, e outros se encontram mais ligados aos princípios do *laissez-faire*, como a Escola Austríaca.

Para lidar com essa complexidade do campo político liberal, usaremos duas categorias “cultura política” e “intelectuais”.

Cultura política e intelectuais

Influenciados pela perspectiva da nova história política e da história cultural, escolhemos o conceito de cultura política como ferramenta para nos auxiliar a analisar os comportamentos políticos à luz do sistema de valores, normas e crenças partilhados pelos grupos sociais.

O conceito de cultura política apareceu na ciência política norte-americana ainda nos anos 1960 com os trabalhos de G. Almond e S. Verba. Em *The Civic Culture*, os autores buscaram explicar o funcionamento dos sistemas políticos a partir do processo de socialização política, investigando o comportamento e as crenças políticas dos indivíduos e dos grupos sociais. A partir daí Almond e Verba definiram cultura política como “um conjunto de tendências psicológicas dos membros de uma sociedade em relação à política”, associando, com isso, o campo da micropolítica ao das estruturas do sistema macropolítico¹⁰.

As concepções de cultura política que se seguiram a esses primeiros entendimentos de Almond e Verba adquiriram um sentido bem diferente. Nos últimos anos, muitos trabalhos nos campos da história, da sociologia e da antropologia contribuíram com reflexões sobre o conceito. Usaremos nesta tese duas referências principais: os estudos de Daniel Cefaï e os trabalhos da historiografia política francesa.

Em *Cultures Politiques*, Daniel Cefaï apresenta-nos uma valiosa chave de leitura para a análise das relações entre os comportamentos políticos e a cultura. Influenciado pela sociologia de Max Weber, Cefaï introduz a noção de “contextos de experiência e atividade dos atores” definidos como “lugares e momentos do mundo da vida cotidiana dos atores, onde esses dão sentido ao que dizem e ao que falam; onde eles se acomodam aos ambientes naturais, institucionais e organizacionais”¹¹. Os trabalhos do autor francês são importantes porque rompem com uma acepção de cultura política baseada em modelos explicativos mais gerais, universalistas e comportamentalistas, fundada em oposições estanques como modernidade/tradição ou “desenvolvimento/atraso

¹⁰ ALMOND, G e VERBA, S. *The Civic Culture: Political Attitudes and Democracy in Five Nations*. Boston: Brown and Co, 1963.

¹¹ CEFAL, Daniel. *Cultures Politiques*. Paris: PUF, 2001. Citado em DUTRA, Eliana R. de Freitas. “História e Culturas políticas: definições, usos, genealogias”. *Varia História*, número 28, dez. 2002, p. 18.

político”¹². A incorporação das experiências da vida comum, quotidiana e dos seus conflitos na construção das culturas políticas é uma rica contribuição de Cefaï para alargar a compreensão sobre cultura política.

Outra referência importante são os trabalhos da historiografia francesa, com destaque para os de Serge Berstein e Jean-François Sirinelli. De uma perspectiva distinta da sociologia compreensiva de Cefaï, mas em diálogo com a antropologia e a sociologia, os autores franceses usam a categoria cultura política como chave de análise para explicar as motivações dos atos políticos.

Partindo do trabalho de Sirinelli que define cultura política como “uma espécie de código e de um conjunto de referentes, formalizados no seio de uma família ou de uma tradição política”, Berstein retém dois elementos principais: a importância do papel das representações e o caráter das culturas políticas¹³.

De acordo com Berstein, as culturas políticas ao englobarem as representações se diferenciam das ideias, tradições ou forças políticas. Dessa forma, para ele, o ato político deve ser compreendido tendo como referência um sistema de normas, valores e crenças partilhados pelo homem, em função das leituras de seu passado e de suas aspirações para o futuro. Berstein nomeia esse sistema de representações de cultura política.

Com esse entendimento sobre a categoria, Berstein agrega alguns pressupostos importantes. O primeiro é que a cultura política, embora esteja ligada à cultura global de uma sociedade, não pode ser confundida com esta, uma vez que seu campo de aplicação incide exclusivamente sobre o domínio político. O segundo pressuposto, influenciado

¹² DUTRA, op.cit, p. 18-20.

¹³ SIRINELLI, Jean-François (dir.). *Histoire des droites en France*. Paris: Gallimard, 1992. Citado em BERSTEIN, Serge. A Cultura Política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean François. Para uma história cultural. Lisboa: Estampa, 1998.

por Sirinelli, aponta para o caráter plural das culturas políticas. Uma nação, por exemplo, abarca uma pluralidade de culturas políticas, as quais interagem entre si, apesar de possuírem projetos de sociedade diversos e, muitas vezes, antagônicos. Seguindo este raciocínio, Berstein infere que a cultura política é um fenômeno dinâmico, que sofre um processo de adaptação constante às circunstâncias, recebendo influência de culturas políticas vizinhas.

Outro pressuposto é o de que as culturas políticas não são mensagens unívocas, mas resultados de múltiplos fatores, de uma composição de influências diversas. Esse entendimento nos permite observar as culturas políticas como provenientes de instituições e grupos sociais diversos. Esses são os chamados vetores sociais – família, escola, igreja, locais de trabalho, imprensa, partidos e organizações políticas – que são responsáveis pela reprodução das culturas políticas¹⁴.

Este trabalho busca mostrar que os intelectuais e instituições no interior da Sociedade Mont Pelerin, com destaque para o Instituto Liberal, compartilham um conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas, fato que permite compreendermos a coesão dessa rede internacional. Esses intelectuais e grupos da SMP se unem por conta de: uma visão comum sobre um tempo presente hostil ao que concebem como os verdadeiros valores da civilização ocidental, resultado das ameaças conjuntas do socialismo e do capitalismo keynesiano; uma leitura partilhada de uma tradição intelectual passada, que remete aos clássicos do pensamento político e econômico liberal; e uma perspectiva idêntica acerca de projetos futuros de transformação política, econômica e social com o fortalecimento do livre mercado.

¹⁴ MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Org.). *Culturas políticas na história: novos estudos*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009.

As instituições no interior da Sociedade Mont Pelerin foram analisadas como vetores de uma cultura política liberal. Observaremos que a trajetória da organização do imediato pós-1945 até meados dos anos 1980, período de ingresso do Instituto Liberal, foi marcada por transformações institucionais e ideológicas. A cultura política liberal difundida na rede da SMP alterou-se com o passar do tempo, adaptando-se aos contextos políticos e econômicos e à influência das demais culturas políticas. Esse é o caso, por exemplo, da radicalização do projeto liberal econômico a partir da presidência de Milton Friedman na década de 1960 e da ascensão da Escola de Chicago, da Escola da Virgínia e da Economia Austríaca.

A concepção de Sirinelli e Berstein a respeito da pluralidade das culturas políticas é importante para nosso trabalho uma vez que defendemos que a rede internacional da SMP foi um dos fatores que contribuíram para o fortalecimento da cultura política liberal em diversos países. No caso brasileiro, examinado com mais atenção no último capítulo, sustentamos que o Instituto Liberal brasileiro foi um destacado vetor de uma cultura política liberal, minoritária no país nas décadas de transição democrática, que fundamentou a promoção de uma agenda de reformas econômicas e sociais no início dos anos 1990.

Para analisar esta rede transnacional a favor do livre mercado, utilizamos também a categoria de intelectuais. Muitos trabalhos já foram escritos sobre os intelectuais: sobre quem são; o que fazem; o que os distinguem; são ou não autônomos com relação ao mundo político e as estruturas econômico-sociais. Observaremos aqui apenas algumas referências importantes para o uso da categoria em nosso trabalho.

Um bom início é a definição de Norberto Bobbio para intelectual: é “... alguém que não faz coisas, mas reflete sobre elas”¹⁵. Contudo, ainda que a principal atividade dos intelectuais seja de cunho reflexivo, essa definição limita bastante a categoria. Podemos dizer, por exemplo, que professores, jornalistas, cientistas políticos e escritores que elaboram e transmitem conhecimentos, teorias e opiniões possuem atividades que não são apenas reflexivas. Isso não os torna intelectuais, também é bom dizer, segundo a acepção escolhida. Preferimos aqui a acepção moderna de intelectuais que os caracterizam como sujeitos que elaboram e produzem conhecimentos com o objetivo de intervir nos assuntos públicos. Daniel Aarão, por exemplo, os definiu como “indivíduos que formulam proposições sobre a Cidade”¹⁶.

De toda forma, a definição de intelectual é bastante ampla, dada a heterogeneidade de opiniões, posicionamentos políticos e atividades profissionais. Ainda assim, falamos de um grupo bastante restrito, uma vez que se trata de uma parcela pequena da sociedade, o que Jean-Paul Sartre chamou de “pequeno mundo estreito”. Podemos fazer uma subdivisão desse grupo reduzido: os intelectuais como coletividade mais ampla, englobando todos os que desenvolvem atividades reflexivas e que intervêm nos debates públicos; e, dentro dessa, um grupo bem mais reduzido, a chamada “elite intelectual”, caracterizada pelos *mâtres penseurs*, indivíduos que se posicionam no topo das hierarquias instituídas (acadêmicas, administrativas, políticas, etc). Em nosso trabalho, observaremos intelectuais que podem ser posicionados nos dois grupos. Em um primeiro momento, veremos a elite intelectual que organizou a Sociedade Mont Pelerin. São nomes como Hayek, Friedman, Stigler, entre outros, muitos deles agraciados anos depois com o Prêmio Nobel. Mas observaremos também,

¹⁵ BOBBIO, Norberto. *Os intelectuais e o poder: dúvidas e opções de homens de cultura na sociedade contemporânea*. São Paulo: UNESP, 1997.

¹⁶ REIS FILHO, Daniel Aarão (org). *Intelectuais, história e política (séculos XIX e XX)*. Rio de Janeiro, 7Letras, 2000.

nesta rede internacional que se amplia bastante com o passar do tempo, intelectuais em sua acepção mais ampla, quando a instituição deixa de estar restrita a algumas dezenas de indivíduos e passa a abarcar centenas deles. Em comum, todos esses intelectuais se acreditam pertencentes a uma “vanguarda” responsável por defender posições alternativas às políticas dominantes. Sejam elas as políticas do capitalismo de Bem-Estar Social dos trinta anos do pós-1945 ou, até mesmo, as políticas liberais da década de 1980, muitas vezes observadas como reticentes e pouco ousadas.

Devemos afirmar também que esta tese se insere na perspectiva da “história dos intelectuais”, de tradição francesa, ao mobilizar categorias desenvolvidas por autores como J.F. Sirinelli e Christophe Charle, tais como “redes de sociabilidade” e “geração”. Com essas referências, trabalhamos as “estruturas de sociabilidade”¹⁷ no interior da rede internacional desenvolvida pela Sociedade Mont Pelerin, examinando os contatos entre os intelectuais através das correspondências, periódicos e congressos da organização. Além disso, a categoria geração nos auxilia a pensar os grupos intelectuais formadores da SMP. Por se referir a processos formadores e não a quadros cronológicos ou demográficos, o conceito de geração foi usado para designar os intelectuais – como Hayek, Mises e Friedman – que, formados no período do Entreguerras, se reúnem nos anos imediatamente pós-1945 para promover as ideias do livre mercado.

A Sociedade Mont Pelerin

Não podemos reduzir o neoliberalismo à Sociedade Mont Pelerin. A organização internacional de estudiosos, empresários, políticos e jornalistas, criada por Hayek no pós-1945, é apenas uma das expressões do movimento. Na tese pretendemos mostrar

¹⁷ SIRINELLI, Jean-François. “Os intelectuais”. In RÉMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Editora FGV, 1996.

que a SMP é uma faceta importante para compreendermos a trajetória deste movimento político e intelectual que passou do ostracismo no pós-Segunda Guerra para o triunfo político e acadêmico no final do século XX.

Fundada na Suíça, em 1947, a SMP surgiu como um grupo de estudo e promoção das ideias do liberalismo econômico. A partir dos anos 1950, membros da Sociedade passaram a contribuir para a fundação de inúmeras organizações, chamadas de think tanks, principalmente, nos EUA e na Europa, com o objetivo de intervir no debate público. Na virada dos anos 1970 para a década de 1980, essa rede de internacional ampliou-se para a América Latina.

Investigar a formação dessa rede internacional formada pela Mont Pelerin nos permite observar uma história mais concreta do neoliberalismo. A ideia é analisar a formação da sociedade, seus membros, seus primeiros encontros e, mais especificamente, a participação dos brasileiros nela.

Nesta tese, um fragmento dessa organização será analisado: o ingresso dos brasileiros do Instituto Liberal, no início da década de 1980, e seu papel na difusão de uma cultura política liberal no Brasil durante esse período. O foco principal estará na observação dos Institutos Liberais brasileiros e suas atividades, estratégias, intercâmbios, divergências e conflitos no interior desta rede internacional mais ampla.

Importante ressaltar que não pretendemos analisar a relação entre os grupos estrangeiros e os brasileiros da Mont Pelerin em termos de uma imposição cultural das organizações do capitalismo internacional, como nos estudos centrados na ideia do “Consenso de Washington”¹⁸, segundo os quais a reunião de lideranças políticas,

¹⁸ “Consenso de Washington” é a expressão utilizada para designar o conjunto de medidas defendidas pelas instituições financeiras internacionais, como o FMI e o BID, na virada dos anos 1980 e início dos anos 1990 como solução para os problemas econômicos e sociais dos países capitalistas. Entre as medidas

empresariais e intelectuais teria resultado em uma imposição do receituário neoliberal aos países da América Latina. Fato que explicaria a aceitação do programa de abertura econômica e privatizações por estas nações durante a década de 1990.

Buscaremos estudar aqui as relações desenvolvidas entre as diferentes organizações a partir de suas trocas, intercâmbios e cooperação, compreendidas como um movimento de “mão dupla”, na qual os grupos se influenciaram e contribuíram reciprocamente para suas atividades¹⁹. Neste sentido, o Instituto Liberal brasileiro será analisado como um agente ativo da rede internacional formada pela Sociedade Mont Pelerin.

Importante dizer também que essa perspectiva, ao privilegiar o protagonismo dos brasileiros na organização internacional, não despreza as desigualdades de poder e recursos materiais entre as instituições participantes. Como veremos, a SMP nasceu dividida entre Europa e Estados Unidos, mas a partir dos anos 1960 e 1970 passou a experimentar a hegemonia norte-americana.

Mas, antes vamos a uma análise teórico-metodológica importante.

Uma organização transnacional

Esta tese sustenta que Sociedade Mont Pelerin deve ser analisada como uma comunidade transnacional de intelectuais, empresários e jornalistas em defesa das ideias

propostas estão: disciplina fiscal; privatização de empresas estatais; reformas fiscal e tributária; abertura comercial.

¹⁹ Influenciados pela nova historiografia que enfatiza o intercâmbio cultural, a circulação de conhecimentos e as zonas de contato, como presente na perspectiva dos estudos pós-coloniais, usaremos como referências: JOSEPH. Gilbert M.; LEGRAND, Catherine C.; SALVATORE, Ricardo D. (ed.). *Close Encounters of Empire. Writing the Cultural History of U.S.-Latin American Relations*. Duke University Press, 1998; BHABHA, Hommi. *O local da cultura*. Belo Horizonte, UFMG, 2010; DUSSEL, Enrique; JÁUREGUI, Carlos e MORAÑA, Mabel *Coloniality at large. Latin America and the Postcolonial Debate Durham-Londres*, Duke University press, 2008; WEINSTEIN, Barbara. “Erecting and Erasing Boundaries: Can We Combine the “Indo” and the “Afro” in Latin American Studies?” IN: *Estudios Interdisciplinarios de America Latina y el Caribe*. v. 19, no. 1, Universidad de Tel Aviv, 2008.

do liberalismo econômico. Em seus primeiros anos, a organização esteve restrita aos Estados Unidos e Europa graças a um acordo tácito de divisão de poderes em seu interior. Seguindo esse pacto, por mais de uma década, a presidência ficou com Hayek e o secretariado com Hunold. Assim, sediada oficialmente no continente americano, a instituição era administrada pelo intelectual austríaco direto dos Estados Unidos, enquanto, como veremos, boa parte dos seus encargos financeiros e de gestão eram controlados pelo europeu. A partir dos anos 1960, observaremos que a instituição penderá para os Estados Unidos, principalmente por causa da saída dos ordoliberais alemães e do fortalecimento dos grupos norte-americanos, com destaque para a Escola de Chicago e da Virgínia. Além disso, esse é o período de expansão da sociedade para outros continentes. No início, esse crescimento é tímido, mas ele se acelera na década de 1980, caso do Instituto Liberal brasileiro que se integra à rede nesse momento.

Nosso trabalho insere-se, por isso, na perspectiva da História Transnacional uma vez que pretende examinar a formação dessa rede de indivíduos, grupos e instituições a favor do livre mercado que ultrapassa as fronteiras nacionais. Fornecer uma definição para História Transnacional não é simples; pelo contrário, não há uma conceituação precisa. Há, na verdade, muitas vezes uma justaposição de termos para designar o novo movimento historiográfico de superação das fronteiras nacionais: História Transnacional, História Global, História Mundial, História Universal, International History, Oceanic History, Big History são alguns exemplos. É bom dizer que há ainda muita confusão entre essas abordagens. São poucos os estudos teóricos²⁰.

²⁰ Algumas referências utilizadas: IRIYE, Akira. *Global and Transnational History: The Past, Present, and Future*. Basingstoke e Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2012. IRIYE, A; SAUNIER, P. *The Palgrave Dictionary of Transnational History: From the mid-19th century to the present day*. Palgrave Macmillan; 2009 edition. 1202 pages.; TYRRELL, Ian. "Reflections on the Transnational Turn in United States History: Theory and Practice," *Journal of Global History*, 3 (November 2009), pp. 453-74; "AHR Conversation: On Transnational History," with C. A. Bayly, Sven Beckert, Matthew Connolly, Isabel Hofmeyr, Wendy Kozol, and Patricia Seed. *American Historical Review*, 111 (December 2006), pp. 1440-64; M. Werner and Bénédicte Zimmermann. "Beyond Comparison: Histoire Croisée and the Challenge of Reflexivity". *History and Theory*, 45 (No. 1, 2006), pp. 30-50; SAUNIER, Pierre-Yves.

Essa nova perspectiva representou uma ruptura com duas tendências dominantes nos estudos históricos: os estudos centrados apenas no âmbito nacional e o eurocentrismo. Sobre o primeiro ponto, vale dizer que esse movimento historiográfico, iniciado nos anos 1970, não é tão novo assim. Como afirma Robert Frank, lembrando o clássico texto de Marc Bloch, “já faz muito tempo que nós sabemos que devemos sair do quadro nacional”²¹. Essa tendência historiográfica, portanto, é tributária de uma história política, econômica e social que já trabalhava, desde pelo menos o início do século XX, com conexões e trocas entre nações, instituições e grupos além da perspectiva nacional. A novidade é o movimento de ruptura com uma perspectiva exclusivamente nacional combinada com uma crítica a uma visão eurocêntrica. Afinal, como demonstra Sanjay Subrahmanyam ao analisar a obra “O Mediterrâneo” de Fernando Braudel, se “todos tínhamos uma dívida” com o historiador francês pelo que nos ensinou sobre abordagem de “problemas relacionados com redes de mercadores e seu dinamismo e como lidar com as complexas relações entre ‘mundos’, ‘nações’ e ‘regiões’ ”, por outro lado, havia ali também “um problema real de assimetria em sua concepção de espaço”. Assim, na leitura de Braudel, “o Mediterrâneo era, acima de tudo, um mar visto a partir do norte, com base em perspectivas e fontes europeias e, por vezes, cristãs”²².

Segundo Akira Iriye, um pequeno número de historiadores, a partir do final dos anos 1980, começou a empregar os termos História Global e História Transnacional para se referir a esse novo movimento historiográfico. Vale mencionar que a distinção

“Learning by Doing: Notes about the Making of the Palgrave Dictionary of Transnational History”. *Journal of Modern European History*, 6 (No. 2, 2008), pp. 159–80; KAZIN, Michael. “The Vogue of Transnational History,” *Raritan*, 26 (Winter 2007), pp. 155-167; VENGOA, Hugo Fazio. “La historia global y su conveniencia para ele studio del pasado y del presente”. *Historia Crítica Edición Especial*. Bogotá: Universidad de Los Andes, Novembro de 2009.

²¹ Citado em MORELL, Alexandre. “Perspectivas globais e transnacionais: Vida (e morte?) da História Global”. *Estudos Historicos*. Rio de Janeiro, v. 30, p. 6, 2017.

²² SUBRAHMANYAM, Sanjay. “Em busca das origens da História Global: aula inaugural proferida no Collège de France em 28 de novembro de 2013”. *Estudos Historicos*. Rio de Janeiro, v. 30, p. 222, 2017.

entre essas duas subcategorias dos estudos históricos foi desde o início de difícil precisão. Até hoje, muitas vezes essas categorias são usadas de forma intercambiável. Isso ocorre porque historiadores identificados com as duas correntes compartilham pelo menos duas características. Primeiro, ambos estão voltados a estudos que se situam além das fronteiras nacionais ao buscar explorar as interconexões entre os grupos estatais e/ou não-estatais de diversos países. Segundo, estão particularmente preocupados com questões e fenômenos que são de interesse de toda a humanidade, e não apenas de um pequeno número de países ou de uma região.

Contudo, vale a pena fazer duas ressalvas sobre o trabalho da História Global e da História Transnacional. Primeiro, frisa-se que algum tipo de fragmentação sempre vai estar presente nos estudos históricos, uma vez que é impossível um trabalho que abarque todas as dimensões necessárias da história humana. Além disso, deve-se tomar cuidado para não subestimar os fatores locais nos estudos de perspectiva mais global ou transnacional.

Dessa forma, apesar dos termos História Global e História Transnacional possuírem muitos elementos em comum, este estudo vai optar pela última expressão. Nossa escolha se deu por acreditar que ao buscar reconstruir aspectos do passado que transcendem um único Estado-nação, império ou outro território político definido, a perspectiva transnacional possibilita para nosso estudo um recorte e maior compreensão das complexas ligações, redes e atores em ação, conectados entre diferentes países, regiões, grupos ou movimentos.

Ainda que nosso estudo analise a história do surgimento e do desenvolvimento da rede internacional da Sociedade Mont Pelerin, organização com alcance em todos os continentes, e essa forma de história possa ser descrita como História Global, interessa-nos, primordialmente, um fragmento espacial e temporal desta ampla rede: as relações

entre a organização internacional e os Institutos Liberais brasileiros no início da década de 1980 e início dos anos 1990.

O termo transnacional nos pareceu também mais apropriado para descrever as conexões e trocas entre a organização internacional, liderada por Hayek, e os grupos brasileiros do Instituto Liberal. Nessa perspectiva, nos preocupamos em explorar os intercâmbios recíprocos entre os institutos liberais, evitando trabalhar com os grupos nacionais como unidades estanques e isoladas.

A perspectiva transnacional tornou-se, assim, uma ferramenta importante para examinarmos uma organização que extravasa as fronteiras nacionais. A relação da Sociedade Mont Pelerin com o Instituto Liberal brasileiro nos anos 1980 é um bom exemplo das dificuldades de se realizar uma história do liberalismo em liberalismo em diferentes contextos apenas através de uma abordagem nacional. Todavia, deve ser feita a ressalva de que a perspectiva nacional permanece não apenas válida, mas crucial para os estudos históricos, em particular para as análises do movimento em favor das ideias do livre mercado.

Portanto, tendo como pano de fundo a história do surgimento e do desenvolvimento desta rede internacional, esta tese analisa as relações entre os grupos intelectuais brasileiros e estrangeiros no interior de organizações não estatais, os chamados *think tanks*. A Sociedade Mont Pelerin, os Institutos Liberais brasileiros e os institutos norte-americanos *Atlas Foundation* e *Liberty Fund* são importantes *think tanks* examinados neste trabalho.

Os think tanks

A história dos *think tanks* remonta ao início do século XX, quando surgiram, principalmente nos Estados Unidos, passando a exercer influência no processo político.

São desse período: Russel Sage Foundation (1907), Carnegie Endowment for International Peace (1910), Hoover Institution (1919), National Bureau of Economic Research (1920) e Council on Foreign Relations (1921).

Apesar de exercerem uma influência política e social crescente, essas organizações permaneceram negligenciadas por bastante tempo pelos estudos acadêmicos, principalmente pelos historiadores.

Essa situação mudou apenas nos anos 1970, quando os think tanks começaram a despertar a atenção dos estudiosos da ciência política e das relações internacionais. Isso foi resultado do crescimento em número e tamanho dos think tanks e, conseqüentemente, de sua maior atuação no cenário político das democracias modernas. A organização *Think Tanks and Civil Societies Program* (TTCSP), sediada no *Lauder Institute*, na Universidade da Pensilvânia, dedica-se a estudar o papel que os think tanks exercem no processo de elaboração de políticas públicas e sua influência sobre a sociedade civil. Com um banco de dados que reúne 6.500 think tanks, de 179 países, o TTCSP produz um relatório anual com um mapeamento dessas organizações no mundo.²³

Segundo o relatório da TTCSP, de 2015, a presença de think tanks no mundo atualmente é impressionante. Das 6.500 instituições mapeadas, 1.931 estão na América do Norte, sendo 1835 só nos Estados Unidos. Na Europa, estão outras 1.770. Isso significa que 55% das organizações do mundo estão na América do Norte e na Europa. A Ásia impressiona também com seus números: 1262 think tanks. É seguida pela América do Sul e Central (catalogadas juntas) contam com 774, a África subsaariana com 665, o Oriente Médio e Norte da África (também catalogados juntos pelo relatório) com 398 e a Oceania com 96.

²³ MCGANN, James G., "2015 Global Go To Think Tank Index Report" (2016). *TTCSP Global Go To Think Tank Index Reports*. Paper 10. http://repository.upenn.edu/think_tanks/10.

Distribuição Global de *Think Tanks* por Região²⁴



Destaca-se no relatório a presença marcante dos think tanks nos Estados Unidos. Conseqüentemente, sua intervenção sobre a política organizada e a sociedade tornou-se bastante relevante neste país.

O relatório define think tanks como “*public-policy research analysis and engagement organizations that generate policy-oriented research, analysis, and advice on domestic and international issues, thereby enabling policymakers and the public to make informed decisions about public policy*”. A partir daí, propõe uma tipologia dessas organizações, dividindo-as em sete categorias: a) autônoma e independente: independentes de grupos de interesse ou doadores e autônomos em sua operação e financiamento com relação ao governo; b) semi-independente: autônomo do governo, mas dependente de grupo de interesse ou doador que prove a maior parte do financiamento e possui uma forte influência sobre as atividades da organização; c) associada a governos: faz parte da estrutura formal do governo; d) semi-governamental: financiado pelo governo, mas que não integra sua estrutura formal; e) associada a

²⁴ MCGANN, James G., "2015 Global Go To Think Tank Index Report" (2016). TTCSP Global Go To Think Tank Index Reports. Paper 10. http://repository.upenn.edu/think_tanks/10.

universidades: centro de pesquisa de uma universidade; f) associada a partidos políticos: formalmente vinculado a algum partido; g) corporativas: voltada para a obtenção de lucros).

É bom dizer que as duas últimas categorias costumam ser rejeitadas pelos estudiosos, que defendem que essas organizações são definidas por seu apartidarismo e sua orientação para atividades não-voltadas ao lucro.

Os think tanks esforçam-se para cultivar uma imagem de instituições imparciais e apartidárias, que desenvolvem suas pesquisas de forma técnica, não influenciadas por questões político-partidárias ou de interesse econômico. Esse é um elemento importante para essas organizações que desejam ser vistas pelo mundo político e pela sociedade civil como capazes de produzir um conhecimento isento das paixões políticas e econômicas. Esse esforço dos think tanks de parecerem isentos e apartidários não significa, contudo, que eles não possuam (ou busquem possuir) uma orientação política. No contexto dos Estados Unidos, o *Brookings Institution*, por exemplo, define-se como liberal, enquanto o *Heritage Foundation* se posiciona como conservador²⁵. É evidente que, em muitos casos, esse posicionamento pode ser uma simplificação ou pode sofrer mudanças com o tempo. Um caso ilustrativo é analisado por Kent Weaver (1989), professor de Georgetown e pesquisador do *Brookings Institution*. Ele escreveu que, no final dos anos 1980, esse think tank buscou dissociar sua imagem do conceito “liberal”, preferindo se definir como uma organização de centro, nem “liberal” nem “conservadora”. Nos anos de governo Reagan, quando a palavra “liberal” se tornou

²⁵ Aqui emprega-se o termo “liberal” no sentido anglo-saxão; diferente, portanto, da forma usada ao longo da tese. Ser liberal, nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha, significa ser a favor de uma posição mais firme do Estado no combate às desigualdades políticas, econômicas e sociais. Na década de 1980, com a ascensão do presidente Reagan, a palavra “liberal” foi assumindo um tom cada vez mais negativo no país. Em 1984, ano da reeleição do presidente republicano, apenas 17% do eleitorado se identificava com o conceito. Essa situação mudou um pouco nos últimos anos durante o mandato de Obama. Se em 2008, 22% se considerava liberal nos EUA, em 2012 esse número subiu para 25%. Fonte: The Week Staff. *Why liberal is no longer a dirty word*. 23 de novembro de 2012. <http://theweek.com/articles/470274/why-liberal-no-longer-dirty-word>.

pejorativa, identificar-se com uma posição mais neutra facilitava a captação de fundos privados.

Esta tese utiliza umas das tipologias²⁶ mais usadas na classificação dos think tanks, criada por Weaver a partir da realidade norte-americana, que divide os think tanks em três tipos: a) “universidades sem estudantes”; b) “organizações de pesquisadores contratados”; c) “advocacy think tanks” (a forma mais comum nos EUA atualmente)²⁷.

Os think tanks caracterizados como “universidades sem estudantes” são compostos por acadêmicos contratados para escrever estudos especializados. Como as universidades, possuem o objetivo de promover um maior entendimento dos assuntos de natureza política, econômica e social através de pesquisas e estudos sobre os mais diversos campos do conhecimento. Contudo, há diferenças marcantes entre essas organizações e as universidades. Primeiro, nestes think tanks, os pesquisadores voltam-se para a produção de pesquisas orientadas para políticas públicas e temas presentes no debate político recente. Assim, diferentemente dos acadêmicos universitários, tendem a estar mais próximos da atividade política, sendo suas pesquisas orientadas para a intervenção no debate público. Por isso, seus seminários e workshops são voltados principalmente para os políticos e seus assessores, e não a estudantes como nas universidades. Além disso, nessas organizações, os acadêmicos não possuem a função de ensino, dedicando-se exclusivamente à função de pesquisa e publicação de estudos.

O segundo tipo de think tank são as “organizações de pesquisadores contratados”. Distinguem-se das “universidades sem estudantes” pelo alvo-principal de

²⁶ Outras tipologias podem ser encontradas na literatura especializada; por exemplo a usada por McGann que trabalha com sete tipos de think tanks: academic diversified; academic specialized; contract/consulting; advocacy; policy enterprise; literary agent/publishing house; state-based.

²⁷ WEAVER, R. Kent. “The Changing World of Think Tanks”. *PS: Political Science & Politics*. Volume 22, n.3, 1989.

suas atividades e por suas fontes de financiamento. Trabalhando primordialmente para o governo, suas publicações consistem mais em relatórios especializados para subsidiar a elaboração de políticas públicas do que livros ou monografias para um público acadêmico ou a sociedade civil. Na maior parte das vezes, esses think tanks possuem ligações próximas com organizações governamentais específicas, como foi o caso da *Rand Corporation*, que se destacou no governo Reagan pelos contratos com o Departamento de Defesa²⁸.

Desde a década de 1970, um novo tipo de think tank se desenvolveu e se espalhou pelo mundo: os “advocacy think tanks”. Há entre eles uma diversidade muito grande, em tamanho/orçamento e/ou orientação política. Essas organizações, todavia, podem ser agrupadas sob um mesmo tipo, uma vez que possuem como característica-central: a combinação de uma atividade política forte e a propaganda de determinadas ideias com o objetivo de influenciar o debate político²⁹.

É importante dizer que os “advocacy think tanks” centram-se mais na síntese de ideias para o consumo do grande público e na propaganda do que propriamente na produção de novos estudos. Um exemplo famoso é o da Heritage Foundation que produzia pequenos relatórios para serem lidos pelos congressistas no curto trajeto entre o aeroporto e o Capitólio.

²⁸ WEAVER, R. Kent. “The Changing World of Think Tanks”. PS: Political Science & Politics, 22, pp 563-578, 1989.

²⁹ É importante não confundir os “advocacy think tanks” com os grupos de interesse e lobby. Os think tanks esforçam-se para se posicionarem como organizações não voltadas ao lucro e apartidárias. Assim, embora os think tanks e os grupos de lobby possuam como objetivo comum influenciar as políticas públicas, não se deve usar os termos como intercambiáveis. Nos Estados Unidos, onde a atividade de lobby é legalizada, pode-se distinguir os think tanks a partir de algumas características específicas, por exemplo: i) cultivam, ainda que possa ser contestado, uma imagem de organizações apartidárias; ii) não possuem fins lucrativos; iii) não são voltadas, prioritariamente, para a produção de estudos contratados por grupos e fins específicos. Ainda assim, pode-se dizer que com a atuação cada vez maior e mais direta dos “advocacy think tanks” na política, essa separação tem ficado cada vez menos nítida.

Essa divisão de Weaver não impede que um think tank possa ser analisado como portador de características de mais de um tipo. Segundo ele, a definição deve ser dada por sua atividade principal. Por exemplo, a organização norte-americana *Heritage Foundation*. Dedicada simultaneamente à pesquisa e estudo e à divulgação de suas ideias, Weaver classifica-a como um “advocacy think tanks” por causa de sua atividade central: a propaganda das ideias conservadoras.

Vale dizer que essa classificação não deve ser vista como uma tipologia pura e ideal, e sim como uma categorização importante para diferenciar as instituições, auxiliando os estudiosos a compará-las, contribuindo para sua compreensão.

Ressalte-se que, dado a falta de consenso entre especialistas e a dificuldade de delimitação precisa entre os tipos de think tanks, as classificações ainda são motivo de intensos debates, com pouco consenso. Ainda assim, é unanimidade entre os estudiosos que nos anos 1970 ocorreu uma explosão dos “advocacy think tanks”. Com sua combinação de pesquisa e propaganda com lobby agressivo de suas ideias, essas organizações se tornaram atores importantes na cena política moderna.

Como dito, em nenhum outro lugar, esse fenômeno foi comparável ao ocorrido nos Estados Unidos. E esse crescimento dos think tanks ocorreu entre grupos de esquerda e de direita. Em 1970, o principal think tank conservador, o *American Enterprise Institute*, possuía um orçamento de \$ 1 milhão. Em 1982, seu orçamento multiplicou-se para \$ 12 milhões. Para as organizações de centro-esquerda não foi diferente. O Brookings Institute viu seus recursos saltarem de \$ 4.7 milhões, em 1967, para \$ 11.8 milhões, em 1983. Novamente, um bom exemplo vem com a *Heritage Foundation*: seu orçamento pulou de pouco mais de \$ 250 mil, em 1973, para \$ 9.5 milhões, dez anos depois!

Esta tese analisa a Sociedade Mont Pelerin e as organizações em seu interior, como o Instituto Liberal, como exemplos de “advocacy think tanks” por seu papel na promoção das ideias do livre mercado em todo o mundo.

No contexto brasileiro, os think tanks historicamente possuem uma presença menor na conjuntura política, econômica e social. Isso explica em parte a carência, principalmente nos estudos históricos, de trabalhos sobre essas organizações. A própria ausência de um termo aportuguesado – “tanque de pensamento”, por razões óbvias, não é uma tradução utilizada – reflete a pouca atenção dada ao tema.

Contudo, essa situação tem mudado rapidamente nos últimos anos. O fortalecimento deste tipo de instituição, principalmente de matriz liberal, como ficou evidenciado no processo de impeachment do governo de Dilma Rousseff, tem despertado o interesse de estudiosos para os think tanks e seu papel nas democracias modernas³⁰. Observaremos que o Instituto Liberal brasileiro foi pioneiro nesse processo, ao buscar, desde os anos 1980, intervir no debate público nacional. Veremos também que foi uma das primeiras organizações dedicadas a associar pesquisa e política na promoção das ideias do livre mercado no Brasil.

Para resumir, observamos algumas dificuldades teóricas e metodológicas para o estudo dos think tanks. Um primeiro ponto diz respeito à categoria. Embora não haja consenso entre os especialistas sobre como defini-los, algumas características comuns são identificadas por uma boa parte dos estudiosos e serão usadas na tese para qualificar uma instituição como um think tank. São elas: a) não são instituições voltadas para o lucro; b) não possuem vínculos partidários (o que não significa que não haja vínculo ou

³⁰ Alguns think tanks se destacaram nas críticas aos governos do PT e na mobilização política e social pelo impeachment de Dilma Rousseff. Podemos citar como exemplos o próprio Instituto Liberal, Instituto Ordem Livre, Estudantes pela Liberdade, Instituto de Estudos Empresariais e Instituto Ludwig von Mises Brasil. Todos fazem parte da rede internacional composta pelo Atlas Foundation, integrado à Sociedade Mont Pelerin. Para ilustrar: <https://www.atlasnetwork.org/news/brazils-ideological-crossroads>.

orientação política); c) possuem ênfase na pesquisa e análise de estudos para a produção de políticas públicas.

Portanto, neste trabalho os think tanks foram concebidos como instituições e centros de pesquisa que produzem estudos para, entre outras coisas, influenciar a elaboração das políticas públicas. Com a ideia básica de associar pesquisa e política, essas organizações voltam-se para, através da propaganda de suas ideias, influenciar governos e sociedade.

Outra dificuldade que não será superada aqui é a falta de consenso entre os estudiosos sobre o impacto político e social dos think tanks. Os especialistas reconhecem que esses grupos exercem influência política – variando, é claro, de organização para organização – mas não há um entendimento de como esses think tanks exercem de fato essa influência, faltando trabalhos que demonstrem essa relação. Uma série de estudos da ciência política buscaram precisar as relações entre as atividades de determinados think tanks e a aprovação de políticas de governo. Contudo, há pouco consenso entre os estudiosos sobre a eficácia dessas análises.

Neste trabalho, uma forma encontrada de contornar – e não superar – o problema sobre a avaliação da influência dos think tanks foi analisar essas organizações a partir do conceito de cultura política, analisando os think tanks como vetores de uma determinada cultura política. No caso dos grupos escolhidos, da cultura política liberal.

Para finalizar, concluímos que este trabalho se propôs a examinar os grupos intelectuais liberais reunidos na rede internacional da Sociedade Mont Pelerin. Tendo como recorte a participação dos grupos brasileiros, buscamos demonstrar a importância dessa organização como uma das facetas do fenômeno neoliberal internacional. É válido afirmar que em nossa análise a difusão das ideias liberais no mundo não é percebida como resultado exclusivo de uma imposição de agências internacionais – sejam elas

think tanks, FMI ou Banco Mundial – mas a partir da atuação e estratégias de diferentes instituições e atores intelectuais envolvidos nestas redes transnacionais.

É um lugar-comum pensar no neoliberalismo como um movimento todopoderoso, imposto pelas grandes agências capitalistas internacionais. Buscamos questionar ao longo do trabalho esse tipo de explicação, ressaltando que no interior destes grupos liberais também ocorreram disputas, divergências e conflitos.

No primeiro capítulo da tese, pretendemos contextualizar a emergência do chamado neoliberalismo, analisando um pouco de sua história e de sua formação como movimento intelectual a partir do Colóquio Walter Lippmann. Tradicionalmente associado à ascensão de governos de direita a partir da década de 1970 e início dos anos 1980, o neoliberalismo possui uma história mais antiga, que remete ao período entre as duas guerras mundiais.

No segundo capítulo, analisaremos a trajetória do filósofo austríaco Friedrich Hayek a partir do lançamento de seu livro “O Caminho da Servidão”. Examinaremos também a formação, ainda embrionária, de uma rede internacional de estudiosos com o objetivo de promover as ideias do livre mercado. Essas iniciativas foram abortadas com a eclosão da Segunda Guerra Mundial, mas retomadas uma década depois com a formação da Sociedade Mont Pelerin.

No terceiro capítulo, examinamos o processo de formação da Sociedade Mont Pelerin, os contatos iniciais de Hayek com intelectuais, empresários e jornalistas de diferentes países e o primeiro encontro da organização. Nele, também observamos os primeiros debates da Sociedade e a definição sobre suas atividades iniciais.

O quarto capítulo investigamos a história da Sociedade Mont Pelerin e seu papel no desenvolvimento de uma rede internacional de pensadores e think tanks neoliberais, a partir da década de 1950. Abordamos também a transformação da Sociedade durante os anos 1960 e 1970, quando ocorre o fortalecimento dos grupos ligados às Escolas Austríaca e de Chicago e a saída dos ordoliberais alemães. Nesse período, a organização passou por um processo de expansão numérica e geográfica. Anteriormente restrita à Europa e aos EUA, a Sociedade Mont Pelerin, a partir dos anos 1970 e início dos 1980, se expandiu para América Latina, África e Ásia, período em que os brasileiros do Instituto Liberal se filiaram à organização.

O quinto capítulo analisa os primeiros contatos de brasileiros, como Henry Maksoud e Donald Stewart, com a Sociedade Mont Pelerin e think tanks ligados a ela durante a segunda metade da década de 1970 e início dos anos 1980.

No sexto capítulo, examinamos a formação do Instituto Liberal brasileiro (IL), o principal representante do país na rede internacional organizada pela Sociedade Mont Pelerin até os anos 1990. Fundado, em 1983, no Rio de Janeiro, o IL se nacionalizou, inaugurando institutos em São Paulo, Belo Horizonte, Salvador, Porto Alegre, Curitiba, Brasília e Recife. Investigaremos aqui as propostas, atividades e estratégias dos Institutos Liberais com o objetivo de divulgar as ideias do liberalismo e transformar a realidade econômica e social do país.

Para finalizar, contar a história do fortalecimento das ideias do liberalismo econômico é penetrar em um dos mais importantes movimentos intelectual, político e econômico do século XX. Nossa história é longa e tortuosa, marcada por conciliações e divergências, acordos e conflitos. Nada mais distante da reconstrução feita a posteriori que imputa ao

fenômeno uniformidade e coesão fantasiosas. Diante da nebulosa que se convencionou chamar de neoliberalismo, um labirinto de personalidades, projetos e ideologias se abre diante de nós. Como observado anteriormente, para não nos perdermos recorreremos ao fio de Ariadne para nos guiar *um* caminho. E, para isso, vamos a uma das expressões desse movimento a favor das ideias do livre mercado: a história da Sociedade Mont Pelerin e dos brasileiros que dela participaram.

Capítulo 1- Primeiros passos

Ditadura de Pinochet no Chile na década de 1970. Vitória dos conservadores com Margareth Thatcher em 1979. Chegada de Ronald Reagan à Casa Branca no ano de 1980. Consenso de Washington e seu programa de reformas para a América Latina no final da “Década Perdida”. Todos esses acontecimentos históricos são tradicionalmente considerados marcos da revolução política, econômica e intelectual que se convencionou chamar de neoliberalismo.

Contudo, diferentemente do cinema ou da literatura onde uma boa história muitas vezes começa pelo seu fim, os estudos históricos, em certos casos, não nos permitem tal privilégio. Aqui estamos diante de uma destas situações. Analisar a história do movimento neoliberal apenas pelo seu momento de triunfo pode transmitir uma interpretação histórica errônea, de cunho triunfalista e teleológico. De fato, o sucesso das ideias do liberalismo econômico no século XX foi marcado por uma história pouco linear e de forma alguma evolucionista ou monolítica.

Neste capítulo, desenvolveremos três teses sobre o início do que usualmente se chama neoliberalismo. A primeira é a de que se trata de um fenômeno complexo, marcado por indivíduos e grupos com ideias divergentes - em alguns casos, conflitantes - embora todos se unam em torno de uma perspectiva liberal. A segunda tese é a de que o neoliberalismo, em sua formulação original, não era sinônimo de *laissez-faire*. Na verdade, nos anos 1930, o conceito foi criado como uma reformulação do liberalismo do final do século XIX com o objetivo de corrigir seus excessos e devolver para o Estado

algumas atribuições. E, por fim, observaremos que nesse momento as posições de defesa de um liberalismo radical, como os advogados por Hayek e Mises, eram minoritárias, fato que vai mudar no pós-Segunda Guerra.

Veremos aqui as origens da formação de uma rede transnacional de acadêmicos, empresários, políticos e jornalistas em defesa do liberalismo econômico. Esse movimento que reuniu nomes como Hayek, Mises, Röpke e Popper - para não mencionar muitos outros - era, contudo, bastante heterogêneo. O que definimos frequentemente com um único rótulo “neoliberalismo” esconde uma grande complexidade: as diversas correntes de pensamento como a Escola de Chicago, a Escola Austríaca e o Ordoliberalismo. Apesar das diferenças, esses indivíduos se aproximaram por compartilharem uma preocupação: a crise da ordem liberal e o avanço do socialismo.

O mundo em convulsão

Em todo o mundo ocidental, a década de 1930 foi marcada pela maior crise econômica da história do capitalismo. Se a Grande Depressão representou um choque para as economias nacionais, reverberou também nas lutas políticas. Em um cenário de recessão econômica sem precedentes, um maremoto político varreu antigas forças políticas do poder, promovendo a ascensão de novos grupos, de direita e de esquerda. Em comum, as críticas à democracia liberal-representativa e às ideias do liberalismo econômico.

Em uma das frentes, os fascismos consolidavam-se como novos movimentos políticos. Quase todos os países produziram alguma corrente intelectual ou movimento político próximo ao fascismo.

Na Itália, o fascismo chegou ao poder de forma pioneira com Mussolini, em 1922. Dois anos depois, produto de uma eleição marcada pela censura, por leis

arbitrárias e pela perseguição política, a chapa “Nacional” (o partido Fascista mais os nacionalistas) recebeu 64,9% dos votos, tornando-se hegemônico no Parlamento italiano. Daí em diante o poder do Duce se consolidou, aniquilando as oposições. Como nos tempos de glória do Império Romano, a Itália inspirou líderes e movimentos por todo o mundo. Estava aberta a caixa de Pandora³¹.

Na Alemanha, o colapso econômico produziu uma das maiores hiperinflações da história e um índice de desemprego que atingiu um quarto da população. Na esteira da crise mundial, o partido nazista em quatro anos cresceu de forma meteórica, pulando de nono partido mais votado em 1928 para o primeiro em 1932.³² As Brigadas de Assalto nazistas provocavam medo e admiração no país. Terror para os perseguidos – socialistas, comunistas, pacifistas e grupos de minorias como judeus, ciganos e homossexuais – e êxtase para quem via na violência seletiva uma resposta política. Apesar de não conseguir maioria nas urnas, nos primeiros dias de 1933, Hitler foi convidado pelas forças políticas conservadoras para assumir o cargo de chanceler. Os anos seguintes da década foram de consolidação do Partido Nazista e do Führer com o esmagamento de todo tipo de contestação política.

Em outros países, no período entre as duas grandes guerras, o fascismo também esteve presente – em alguns casos chegou ao poder, na maioria fracassou – mas em nenhum alcançou a expressão política dos casos alemão e italiano. Os exemplos são inúmeros: a Falange e o franquismo (Espanha), o Estado Novo de Salazar (Portugal)³³, o Partido da Cruz de Ferro-Movimento Hungarista (Hungria), a Legião do Arcanjo Miguel (Romênia), o movimento Rexista (Bélgica), a União Britânica dos Fascistas

³¹ Destaca-se que, inicialmente, a Itália fascista assumiu uma agenda econômica liberal. Entre 1922 e 1925, através do ministro das Finanças, Alberto De Stefani, o governo italiano implementou uma política de liberalização da economia e de redução dos gastos públicos.

³² Os nazistas saltaram de 2,8% dos votos em 1928 para 37,2% em julho de 1932. Na eleição de novembro de 1933, tiveram um recuo para 33,1% dos votos.

³³ Importante dizer que há autores que contestam o conceito fascista para classificar os regimes de Franco e Salazar. Um exemplo: PAXTON, Robert O. *A Anatomia do Fascismo*. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

(Grã-Bretanha), entre outros. Em comum, representavam a derrota das instituições liberal-representativas e o fortalecimento do poder do Estado. Em sua maioria, eram respostas ao contexto de crise da Grande Depressão.

O contexto da França nos interessa particularmente. Se os fascismos alemão e italiano significaram respostas dos dois países derrotados na Grande Guerra à humilhação do Tratado de Versalhes, a nação da Marselhesa mostrou que as nações vitoriosas também não estavam imunes à extrema direita. Lá, o fascismo não chegou ao poder, o que não impediu que se tornasse um ator importante no xadrez político francês dos anos 1930.

Durante o período entre as duas guerras mundiais, a república francesa passou por um vendaval político com a ascensão dos grupos revolucionários de esquerda, a depressão econômica e a ameaça da Alemanha nazista. A polarização política se intensificou com a vitória da coalizão de esquerda da Frente Popular, em 1936. Reunindo socialistas, radicais e comunistas, sob a liderança do primeiro-ministro Léon Blum, o novo governo realizou importantes reformas sociais, como a criação da semana de trabalho de 40 horas e das férias pagas, além de uma série de nacionalizações.

Esses anos foram marcados também pelo crescimento do partido de extrema direita, o *Parti Social Français* (PSF) de François La Roche. Com uma guinada para o centro e uma plataforma política que defendia a reconciliação nacional e a justiça social, o PSF se tornou uma das principais forças políticas do país, embora não tenha alcançado o poder. Em 1938, a derrota da Frente Popular não levou a direita ao poder. Em vez disso, uma coalizão de centro-esquerda chegou ao poder com Édouard Daladier.

A França foi a sede do primeiro encontro dos defensores de uma renovação das ideias liberais: o Colóquio Walter Lippmann. O país era visto como um exemplo da crise do liberalismo político e econômico no período. Um palco privilegiado ao mesmo

tempo do fracasso das propostas das esquerdas revolucionárias - vide o insucesso das reformas do governo de Léon Brum - da ascensão dos fantasmas do autoritarismo fascista e do descrédito do programa liberal. Tudo isso somado à Grande Depressão.

O Colóquio Walter Lippmann (CWL)

Em agosto de 1938, por iniciativa do filósofo francês Louis Rougier, vinte e seis representantes, de oito países, reuniram-se no Instituto Internacional de Cooperação Intelectual, em Paris. O evento, batizado em homenagem ao jornalista nova iorquino Walter Lippmann, contou com a participação de estudiosos de diferentes correntes liberais. O nome do encontro foi escolhido por causa do sucesso de seu livro *The Good Society* nos círculos liberais

O premiado escritor norte-americano passou a ter seu nome identificado com as ideias apresentadas no colóquio na França e, mais tarde, com o advento da Sociedade Mont Pelerin (SMP). No entanto, veremos mais a frente que a trajetória de W. Lippmann não nos permite colocá-lo, como é frequente fazer, como um profeta do neoliberalismo, um homem cujas ideias são consideradas precursoras da revolução ideológica posterior.

A publicação de *An Inquiry into the Principles of The Good Society*, ou apenas *The Good Society*, representou um importante momento para a tradição do movimento liberal. O livro que provocou pouco alvoroço nos Estados Unidos, país da publicação³⁴, foi recebido com entusiasmo pelos liberais europeus. A homenagem do encontro francês não foi por acaso. Os intelectuais presentes acreditavam que o livro de Lippmann

³⁴ Importante destacar que o termo “liberal” nos Estados Unidos possui uma conotação diferente da empregada no Brasil, caracterizando indivíduos, grupos e instituições defensores de uma atuação mais direta do Estado nos assuntos econômicos e no combate aos problemas sociais. Os críticos a essas propostas nos EUA se definem principalmente como conservadores ou libertários.

expressava uma convicção comum: a necessidade de uma reformulação do programa liberal.

O colóquio Walter Lippmann pode ser considerado, portanto, um marco para o pensamento liberal, pois, pela primeira vez, diversos estudiosos não apenas discutiram a crise que o liberalismo clássico enfrentava, mas também debateram a necessidade de sua refundação. Além disso, um novo conceito apareceu com força nesse momento: neoliberalismo.

Buscarei demonstrar, neste capítulo, que o Colóquio Walter Lippmann está na gênese da formação da Sociedade Mont Pelerin, ao reunir, pela primeira vez, intelectuais dispostos a discutir os problemas políticos e sociais de seu tempo, sob a ótica liberal, e a pensar atividades para a defesa das ideias liberais³⁵. O evento foi dedicado ao debate sobre a necessidade de reformulação do liberalismo, colocando em cena o termo neoliberalismo para designar um novo projeto liberal para aqueles anos de crise, conforme assumido por parte dos participantes. No encontro estiveram reunidos vários estudiosos que participaram da empreitada de Hayek uma década mais tarde.

Mas antes de analisar o Colóquio Walter Lippmann, contestaremos uma interpretação presente em boa parte dos estudos sobre o neoliberalismo: a que credita ao jornalista Walter Lippmann o papel de pai ideológico do movimento político e intelectual de ascensão das ideias a favor dos livres mercados que chegou ao poder nos anos 1970 e 1980. Eis alguns exemplos dessas explicações equivocadas sobre Lippmann e *The Good Society*.

Para Dieter Plehwe, o livro de Lippmann representou uma espécie de amanhecer do movimento neoliberal, antecipando princípios que uma década depois Hayek

³⁵ Examinaremos no capítulo seguinte as diferenças entre o CWL e a Sociedade Mont Pelerin acerca das posições majoritárias de defesa do liberalismo.

popularizou³⁶. Já para o filósofo e linguista norte-americano Noam Chomsky, Lippmann é uma espécie de precursor do desastre neoliberal que se seguiu nas décadas seguintes. O pensador anarquista escreveu seu livro *Manufacturing Consent: the Political Economy of the Mass Media* (traduzido para o francês como *La Fabrique du consentement*) pegando emprestado a expressão “Fabricação do consenso” de Lippmann. Diferentemente do sentido positivo dado pelo jornalista norte-americano³⁷, Chomsky usa a expressão para definir o poder manipulador das elites contra as aspirações democratizantes das massas³⁸. Já Serge Halimi, editor do jornal *Le Monde Diplomatique* e estudioso do tema, chama Lippmann de “o papa da corrente liberal”, atribuindo a ele as sementes do sucesso da revolução intelectual do último quartel do século XX³⁹. Outro livro bastante influente para os estudos sobre o movimento neoliberal é o de Richard Cockett, *Thinking the Unthinkable*. Nele, o jornalista norte-americano foi apresentado como matriz direta da ofensiva liberal⁴⁰.

Defendo que há uma compreensão equivocada sobre as relações entre a obra de Walter Lippmann e o movimento a favor das ideias do livre mercado na segunda metade do século XX. Em seu livro, muito citado e pouco lido, há uma crítica contundente à modernidade capitalista, bem distante do programa radical – e pouco crítico às mazelas do *laissez-faire* - que o chamado neoliberalismo vai assumir nas décadas seguintes. Veremos que Lippmann estava mais próximo de Keynes do que de Hayek. Embora defendesse a refundação do liberalismo, ao contrário do filósofo da Escola Austríaca, distanciou-se da tradição liberal mais próxima do *laissez-faire*. Portanto, nada mais distante da reconstrução da história do neoliberalismo feita a posteriori. Para

³⁶ PLEHWE, Dieter. “Introduction”. In MIROWSKI, Philip and PLEHWE, Dieter. *The Road from Mont Pelerin: the making of the neoliberal thought collective*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 2015, p. 1-44.

³⁷ LIPPANN, Walter. *Opinião pública*. Petrópolis, Vozes, 2008.

³⁸ HERMANN, Ed. e CHOMSKY, Noam. *A manipulação do público*, S. Paulo, Futura, 2003.

³⁹ HALIMI, Serge. *Le Grand Bond en arrière*. Paris: Fayard, 2006.

⁴⁰ COCKETT, Richard. *Thinking the Unthinkable: Think-Tanks and the Economic Counter-Revolution, 1931-83*. London: Fontana, 1995.

compreendermos o movimento do neoliberalismo em toda sua complexidade, precisamos analisar mais de perto a trajetória do jornalista Walter Lippmann e sua defesa de reformulação do liberalismo.

A trajetória de Walter Lippmann

Homenageado no evento, W. Lippmann foi transformado, pela literatura que estuda o neoliberalismo, em porta-voz e pai espiritual da nova corrente intelectual que então se formava. Seu nome, associado nos anos 1930 ao colóquio, passou também a ser identificado com o surgimento da Sociedade Mont Pelerin, com a contraofensiva neoliberal dos anos 1970 e 1980 e com o thatcherismo e o reaganismo. Um pouco demais para um só homem.

Em primeiro lugar, o jornalista nunca participou da Sociedade Mont Pelerin de Hayek. Tampouco podemos encontrar em seus escritos as origens da revolução econômica liberal. Defendo, influenciado por Serger Audier (2012), que Lippmann pode ser interpretado, diferentemente do que se coloca nos principais estudos sobre o tema, como um exemplo das incompreensões da história do pensamento neoliberal. Amigo pessoal de Lord Keynes, Lippmann possui uma trajetória profissional e intelectual mais complexa do que a presente nas análises que buscam associá-lo diretamente ao movimento neoliberal.

Nascido, em Nova Iorque, em 1899, Walter Lippmann, ao longo de mais de 60 anos de carreira, recebeu dois Prêmios Pulitzer e se tornou um dos mais notórios jornalistas norte-americanos do século XX. Estudante em Harvard, foi discípulo de William James, George Santayana e Charles Copeland. Sua formação política inicial se deu no campo socialista. Ainda que sua passagem tenha sido breve, sua atuação política permaneceu no campo da esquerda progressista. Durante o governo de Woodrow Wilson, ajudou o presidente a elaborar a tese dos “Quatorze Pontos” e a criar a Liga das

Nações. Ainda nestes anos, contribuiu para fundar a revista *The New Republic*, que contou com a colaboração de inúmeros membros da esquerda americana, como John Dewey.

Apesar de seu primeiro livro, *A Preface to Politics* (1913), possuir um tom moderadamente socialista, afastou-se desta matriz política, tornando-se um crítico do marxismo, como atesta sua obra *Drift and Mastery* (1914). Na década seguinte, escreveu *Public Opinion* (1922) e *The Phantom Public* (1925), até hoje referências para os estudiosos do fenômeno da opinião pública. Editor do *New York Herald Tribune* a partir de 1931, sua coluna *Today and Tomorrow* chegou a ser reproduzida em 250 jornais, nos Estados Unidos e outros vinte e cinco países.

Durante a eleição presidencial de 1932, trabalhando no conservador *New York Herald Tribune*, Lippmann surpreendeu a todos ao anunciar seu apoio ao candidato democrata. A hostilidade dos jornalistas e eleitores republicanos não impediu que Lippmann se tornasse um dos principais apoiadores da eleição de Franklin Roosevelt. Logo após a eleição, Bernard Fay escreveu sobre as reações dos eleitores republicanos, majoritários no jornal, que defendiam Herbert Hoover.

Após a vitória democrata, Lippmann permaneceu próximo à Roosevelt durante todo o seu primeiro mandato. Com vários amigos entre os principais assessores do governo, o jornalista trocou correspondências com o presidente ao longo de todo o período, o que não impediu sua decisão de se afastar a partir do segundo mandato do democrata.

Seu distanciamento do governo pode ser explicado principalmente pelos conflitos de Roosevelt com a Suprema Corte, logo após sua reeleição. Em 1936, a Justiça barrou algumas reformas do *New Deal*, em particular, o *National Industry*

*Recovery Act (NIRA)*⁴¹. Isso levou o governo democrata a sua ação mais ofensiva: a proposta de reforma da Suprema Corte. Lippmann viu neste projeto uma afronta à estabilidade das instituições republicanas nos EUA, o que o levou a romper com Roosevelt. Assim, não podemos analisar a mudança de postura do intelectual norte-americano com relação ao *New Deal* sem considerar este contexto. Diferentemente dos conservadores críticos desde o primeiro momento, Lippmann apoiou o programa democrata inicialmente. Seu afastamento, portanto, não foi resultado de uma crítica radical à intervenção do governo em áreas que antes não atuava, e sim uma reação ao confronto de Roosevelt com a Corte. Em sua biografia do presidente norte-americano, Alan Brinkley escreveu que Roosevelt, encorajado pela nova vitória na eleição, decidiu declarar guerra à Suprema Corte por entender que sua decisão de invalidar a NIRA e outras medidas do *New Deal* ameaçava as conquistas de seu governo. Por isso, elaborou um plano de “reforma” da Corte, com o intuito de dar ao presidente a autoridade de apontar juízes suplementares à instituição. Sua proposta, contudo, foi não só derrotada de forma humilhante no Congresso, como contribuiu para reforçar a oposição conservadora ao programa democrata.

Sem desconsiderar o papel-central do New Deal no debate político e intelectual norte-americano no período, é importante não limitar a análise a apenas “a favor” ou “contra” o programa. Lippmann, por exemplo, não se situa em nenhum dos dois extremos sobre o projeto de Roosevelt: não pode ser considerado um defensor de uma proposta de grande intervenção governamental, tampouco um crítico de qualquer tipo de ação estatal. Arthur Schlesinger, um dos principais historiadores do New Deal e reconhecido intelectual ligado ao partido Democrata, defendeu que, ainda que

⁴¹ A Lei de Recuperação da Indústria Nacional (NIRA) foi promulgada por Roosevelt em julho de 1933. A partir dessa lei foi criada a Administração de Recuperação Nacional (*National Recovery Act* ou NRA) que tinha como objetivo intervir na economia por meio da criação de uma série de acordos entre empresários, trabalhadores e governos como o estabelecimento de limites para a produção e os preços e salários.

Lippmann seja um crítico do programa, não pode ser considerado como parte da coalizão anti- New Deal. Segundo o historiador, se *The Good Society* parece fazer apologia do livre mercado – à maneira de Mises e Hayek – o livro não se resume a isso. Na verdade, ao denunciar os impasses do “velho liberalismo”, Lippmann propõe uma agenda reformista para o liberalismo.

O “novo liberalismo” de Walter Lippmann

The Good Society de Walter Lippmann pode ser interpretado como um manifesto liberal de defesa do capitalismo. Sua tese-central: no contexto de crise dos anos 1930, como salvar o capitalismo? De acordo com Lippmann, a Grande Depressão representou o maior desafio que as ideias do liberalismo clássico jamais enfrentaram. Diante do avanço das ideias do “coletivismo”, como ele chamava as propostas do socialismo e do nazi-fascismo, era preciso “refundar o liberalismo”. Na sua visão, a “filosofia da liberdade” encontrava-se em crise, por causa dos ataques que sofria, mas principalmente resultado de seus próprios erros.

Lippmann narra a história de degradação de uma filosofia que nasceu revolucionária, mas se tornou uma doutrina conservadora. As ideias que no século XVII e XVIII moveram corações e mentes contra diferentes formas de privilégio e autoritarismo tornaram-se progressivamente um bastião de defesa dos direitos de propriedade e do status quo.

No início, o liberalismo político e econômico teria sido uma ideia progressista ao se contrapor às leis, instituições e costumes de uma sociedade rigidamente estratificada. A vitória das revoluções, inspiradas nessas ideias, abriu o caminho para o surgimento de

uma nova forma de sociedade, a do capitalismo industrial.⁴² O século XIX teria sido, dessa forma, um período de grande desenvolvimento graças à formação do que ele chamou de “Grande Sociedade”.

O surgimento da sociedade industrial com a introdução da divisão do trabalho transformou produtores autossuficientes e comunidades relativamente autônomas em uma Grande Sociedade, responsável pela produção de riquezas em um nível inédito. Essa revolução capitalista, motivada pela “filosofia da liberdade”, representaria a verdadeira revolução histórica. Lutar contra ela, como faziam os socialistas (ou “coletivistas”, nas palavras de Lippmann) era resistir ao curso da história, significaria uma verdadeira “contrarrevolução”⁴³.

Dentro desse raciocínio, segundo Lippmann, a Revolução Industrial produziu um grau de emancipação humana sem precedentes, quando a escravidão e a servidão, o patriarcado, os privilégios de classe, a exploração das pessoas mais pobres, os governos autocráticos e a intolerância e o fanatismo oficiais teriam sido banidos ou em grande parte superados pelas transformações provocadas pela nova sociedade industrial e seu modelo liberal econômico.

Essa grande mudança, nos informa Lippmann, não aconteceu a partir de uma transformação do homem, mas das condições em que ele vivia. O novo modelo de produção, baseado em um sistema de trocas a partir da divisão do trabalho, teria permitido a consolidação de uma ordem social harmônica de indivíduos e comunidades diferentes. Pela primeira vez na história da humanidade, celebrou o autor norte-americano, os homens puderam produzir riquezas com uma liberdade e em uma escala que beneficiou a muitos outros. A tese de Lippmann reproduzia, assim, a mais famosa

⁴² LIPPMANN, Walter. Op.cit. pag. 184.

⁴³ Lippmann apud Dardot e Laval (2016), p. 89.

crença de Adam Smith de que os interesses privados se refletiam em benefícios públicos. A Grande Sociedade, em suas palavras, seria a realização na terra de uma ordem social calcada na liberdade e no bem comum, que ficou mais próxima (ainda que não realizada) graças ao surgimento da sociedade industrial capitalista, entendida como o resultado natural do progresso da comunidade humana. Progresso este, é bom observar, medido com a régua dos valores materialistas do capitalismo, como o desenvolvimento das forças de produção e os ideais e valores da modernidade burguesa. Além disso, sua visão da modernidade reduz-se a sua concepção europeia e norte-americana. O progresso da sociedade industrial moderna é analisado por Lippmann a partir do avanço produtivo e material dos países desenvolvidos e seus grupos sociais dominantes, estando pouco presente em sua avaliação o que se passa nas demais nações e/ou classes sociais.

No entanto, segundo essa narrativa, a partir do final do século XVIII e ao longo do XIX, um processo de *degradação* do liberalismo começou a acontecer. A ilusão da possibilidade de uma sociedade natural, sem dispositivos de ingerência do Estado tornou-se dominante, produto de uma posição intransigente de defesa da propriedade e do livre mercado, patrocinada principalmente pelos economistas franceses que sucederam a Jean –Baptiste Say e pelos ingleses da Escola de Manchester. Esses “últimos liberais”, movidos pela crença em uma sociedade humana regida apenas pelas trocas “livres” entre indivíduos, defenderam a retirada do Estado e seus mecanismos de proteção. A consequência foi uma crise social de proporções catastróficas, que favoreceu o surgimento das críticas ao capitalismo.

Alterava-se, assim, o movimento da história: a rota em direção a uma sociedade harmônica (a Grande Sociedade) teria sido substituída pelo caminho da “catástrofe do capitalismo histórico”, responsável pela tragédia do seu tempo: o totalitarismo.

Portanto, para Lippmann, a “grande crise do capitalismo” não seria responsabilidade da má administração econômica do Estado, como defenderá Hayek e Mises, mas produto da “falência intelectual do liberalismo histórico”. O que ele chamava de “velho liberalismo” seria o responsável pelo avanço das ideias coletivistas – o socialismo e o fascismo – e pelos demais males que acometiam o Ocidente desde o final do século XIX.

Dessa forma, podemos observar como os escritos de Lippmann o afastam da visão tradicional de parte da literatura que o considera um precursor do neoliberalismo, um profeta do ultraliberalismo dos anos 1980 e 1990. Bem distante disso. Para Lippmann, os advogados do laissez-faire eram responsáveis pela crise do liberalismo histórico, ao se agarrarem a uma falsa premissa: a de que o mercado autorregulável seria a expressão e realização de todas as necessidades humanas. Escreve Lippmann:

(...) as consequências desse erro foram catastróficas. Porque, imaginando esse domínio da liberdade inteiramente hipotético e ilusório, em que os homens supostamente trabalham, compram e vendem, fazem contratos e possuem bens, os liberais renunciaram a qualquer crítica e tornaram-se defensores do direito que reinava nesse domínio. Tornaram-se, assim, apologistas reconhecidos de todos os abusos e de todas as matérias que ele continha.⁴⁴

Para Lippmann, a era liberal ao buscar uma ordem política e social que prescindisse das leis e das ações do poder público, acreditando apenas na propriedade privada e na liberdade dos mercados, resultou em um desastre econômico e social. Mais do que isso: o liberalismo outrora revolucionário teria se transformado em uma ideologia para dissimular uma dominação injustificada de uma minoria privilegiada.

⁴⁴ Idem, p. 84.

Nesse sentido, liberalismo e progressismo separaram-se, abrindo caminho para um movimento cada vez maior de contestações à “filosofia da liberdade”, como o verificado no crescimento do socialismo. E, assim, “os últimos liberais”:

Afirmando em bloco que a economia de troca era “livre”, isto é, situada fora da alçada de jurisdição do Estado, meteram-se num impasse (...) É por isso que perderam o domínio intelectual das grandes nações, e o movimento progressista virou as costas para o liberalismo.⁴⁵

Importante dizer que a crítica de Lippmann não era propriamente à modernidade capitalista e burguesa, mas à forma como ela assumiu desde o final do século XIX⁴⁶. Para ele, o problema estava no tipo de liberalismo assumido nesta modernidade: o liberalismo do *laissez-faire*. Assim, a questão estava em superar esse tipo de liberalismo, retomando os rumos que as forças modernas provocavam, segundo ele, desde o século XVIII e que teriam sido desviadas. Era uma crítica ao capitalismo liberal, dentro de uma perspectiva liberal⁴⁷.

⁴⁵ Idem, p. 85.

⁴⁶ Gary Gerstle escreve em *The protean character of american liberalism* sobre os três tipos de liberalismo na história americana do século XX: o atual, o presente no New Deal e o da era do Progressivismo. Importante dizer que, nas primeiras décadas desse século, o movimento do Progressivismo sustentou uma reforma econômica, social e moral da sociedade americana. Embora tenha se manifestado através de diferentes facetas, o Progressivismo caracterizou-se pelas críticas às corporações e o apoio à intervenção do Estado. Lippmann e a *New Republic*, por exemplo, vocalizavam muitas destas plataformas. Ver: GERSTLE, Gary. The Protean Character of American Liberalism. *The American Historical Review*, Vol. 99, No. 4, 1994, pp. 1043-1073.

⁴⁷ Importante dizer que o liberalismo econômico do século XIX não se resume à vertente do *laissez-faire*. Na verdade, nas últimas décadas do século, os princípios liberais do *laissez-faire* encontravam-se em decadência, resultado dos problemas econômicos e sociais do período. E com isso e em reação à crise social provocada pela Revolução Industrial, um grupo de pensadores liberais formularam propostas políticas que buscavam combinar elementos do liberalismo clássico com a defesa de um papel ativo do Estado na solução dos problemas sociais. O “novo liberalismo” (que chamamos atualmente de “liberalismo social”), de autores como T. H. Green, L. T. Hobhouse e John A. Hobson, defendia, em geral, que o ideal da liberdade individual só seria alcançável sob circunstâncias sociais e econômicas favoráveis. Nesta perspectiva, entendiam que a desigualdade e a pobreza eram obstáculos para o florescimento da liberdade e da individualidade. E, por isso, defendiam a necessidade de um Estado intervencionista para promover um padrão mínimo de bem-estar para seus cidadãos. Para saber mais, ver: Michael Freedman. *The New Liberalism: An Ideology of Social Reform*. Oxford, 1978; Peter Weiler, “New Liberalism” in Fred M. Leventhal, ed., *Twentieth-century Britain: an encyclopedia*. Garland, 1995, p 564–65.

Contudo, se Lippmann não poupava ataques ao liberalismo econômico radical, ele de forma alguma defendia um projeto diferente da tradição liberal. Sua crítica ao capitalismo liberal se dava a partir de uma perspectiva liberal. Recusando, assim, as propostas do socialismo e do capitalismo com forte controle estatal, defendeu uma “refundação do liberalismo contra seus desvios históricos”.

A tese de *The Good Society* era a de que era preciso reformular o liberalismo, aproximando-o das suas aspirações iniciais. Estabelecia-se aqui uma diferença entre duas formas de liberalismo: uma formulação clássica e original e uma deturpação histórica produzida ao final do século XIX. O primeiro liberalismo seria uma defesa das reformas políticas e sociais necessárias e da liberdade de comércio responsável pela promoção do bem geral. O equívoco da versão novecentista, moldada pelo *laissez-faire*, teria sido transformar a liberdade econômica no único caminho e fim para o progresso, desconsiderando seu custo humano elevado. Esse desvirtuamento transformou as promessas do liberalismo da época iluminista nos pesadelos do século XX.

Dessa forma, o fracasso do “velho liberalismo” do *laissez-faire* permitiu a ascensão de forças contrárias ao liberalismo econômico e até mesmo ao próprio capitalismo. O resultado disso era que o mundo moderno parecia fadado ao falso impasse histórico: escolher entre as propostas do “*laissez-faire*” e do “coletivismo”. Para Lippmann, se os “desvios” do liberalismo precisavam ser enfrentados e superados, o “coletivismo” precisava ser combatido.

Para ele, as propostas coletivistas possuíam a compreensão errada sobre a fundação da sociedade e a organização da economia durante a modernidade. Ao perceberem o desenvolvimento capitalista como negativo, estariam marchando contra os ventos da história moderna, estando condenados, mais cedo ou mais tarde, ao desaparecimento. O capitalismo, nos escritos de Lippmann, seria uma força inexorável,

contra a qual não se podia lutar. Capitalismo e história se confundem aqui. Percebendo a história como uma marcha linear, evolucionista e rumo a um progresso constante do capital, o autor norte-americano defendeu que o liberalismo seria, portanto, a ideologia única de seu tempo, precisando apenas ser reavaliada e revisada. Qualquer movimento de reação contra isso seria não só cientificamente incorreto, como também ahistórico.

Liberalismo, capitalismo e revolução industrial estariam atados. Em suas palavras:

(...) na minha opinião, o essencial é que os homens não podem abolir as consequências da revolução industrial de que eles estão ligados a um novo modo de produção e à divisão do trabalho entre comunidades e indivíduos interdependentes. Aqui está a verdadeira necessidade histórica inevitável. Os homens não podem mais, sem prejuízo, reverter a revolução industrial por um ato de vontade ou por um contrato político, retornando da manufatura ao artesanato e da agricultura sedentária à economia do pastoreio. Além disso, eles não desejam isso. Por isso, insisto que o coletivismo, que substitui a economia de livre mercado pela autoridade centralizada e compulsória, é reacionário no sentido preciso do termo⁴⁸.

Portanto, como o problema para Lippmann não estava no liberalismo, mas na versão *laissez-faire* do século XIX, era necessária uma “reformulação do liberalismo”. Interessado em superar a divisão entre *laissez-faire* e planejamento econômico, Lippmann defendeu que, embora as forças do mercado tenham um papel destacado no desenvolvimento econômico, a intervenção do governo seria imprescindível. Para ele, a questão estava no grau de intervenção do Estado⁴⁹.

⁴⁸ Lippmann apud Audier (2012), p. 87, tradução nossa. No original: “D’après moi, cette substance est que les hommes ne peuvent pas abolir les consequence de la révolution industrielle, qu’ils sont liés au nouveau mode de production, à la division du travail entre communautés et individus interdépendants. Voilà la vraie nécessité historique inéluctable. Les hommes ne peuvent pas davantage renverser la révolution industrielle par un acte de volonté ou par la contrainte politique qu’ils n’ont pu revenir de la manufacture à l’artisanat, et de l’agriculture sédentaire à l’économie pastorale. D’ailleurs, ils ne le souhaitent pas et n’y consentiraient point. C’est pourquoi j’insiste sur le fait que le collectivisme, qui remplace le marché libre par l’autorité centralisée et la contrainte, est réactionnaire au sens exact du terme”.

⁴⁹ Karl Polanyi, em “A grande transformação”, possui uma interpretação diferente para o processo de liberalização econômica ocorrido em alguns países europeus, em especial a Inglaterra, no século XIX. Para o autor, a tentativa de implementar um sistema de mercado universalizado, através da mercantilização de bens como a terra, o dinheiro e o trabalho, só foi possível graças a um papel ativo do

Dáí que sua “reabilitação do liberalismo” deveria passar pela refundação do Estado que passaria a assumir funções que corrigissem os graves erros provocados pelos excessos do mercado. Em seu “novo intervencionismo liberal” defendeu que o Estado deveria ser responsável por uma série de investimentos públicos e serviços sociais, financiados por uma nova distribuição de impostos. Importante dizer que estas medidas, como o imposto de herança e as taxações progressivas, eram caras à tradição progressista norte-americana.

Não há nada na economia moderna que obriga a sociedade a ser indiferente ao sofrimento humano. Não há razão para que uma parte da riqueza produzida não seja tirada, via impostos, para proteger e indenizar seres humanos prejudicados pelo progresso da indústria⁵⁰.

Algumas de suas afirmações o aproximavam das esquerdas reformistas, como as dos *new dealers* mais radicais. Isso pode ser visto, por exemplo, quando escreveu que “os impostos cobrados sobre os ricos serão destinados não como esmolas aos mais pobres, mas para transformar a situação que provoca a pobreza”. Continua:

A esmola dada pelos governos aos pobres é um alívio, mas não a solução para a pobreza. (A solução), assim como o alívio, é o dinheiro investido em saúde pública, em educação, em empregos públicos, em seguros e benefícios sociais.⁵¹

E mais:

Estado. Contudo, na sua interpretação, a utopia liberal do XIX teria provocado uma catastrófica desarticulação da vida social e a reação a isso provocou a ruína da organização política e social existente.

⁵⁰ Idem, p. 89, tradução nossa.

⁵¹ Idem, p. 91, tradução nossa. No original: “L’aumône, c’est-à-dire l’argent directement remis par le gouvernement aux pauvres, est un secours, mais non pas un remède à la pauvreté, tandis que l’argent dépensé à la santé publique, à l’éducation, à la conservation, aux travaux publics, aux assurances et aux indemnités est un même temps un secours et un remède”.

A má distribuição de recursos provoca a acumulação excessiva de capital em contraste com a miséria. Este paradoxo da pobreza no seio da abundância faz parecer irracional e injusto todo o sistema econômico.⁵²

Contudo, sua defesa de uma postura ativa do Estado no fornecimento de serviços públicos diferenciava-se das propostas das esquerdas reformistas. Primeiro, porque sua defesa da redução das desigualdades não possuía como norte a igualdade social, ainda que percebida como um projeto futuro. Sua argumentação era sempre pela igualdade de oportunidades. Além disso, Lippmann frisava que, apesar do Estado possuir certas funções imprescindíveis, o mercado continuava como o principal alocador de recursos. Sublinhava, assim, que, ao contrário das políticas coletivistas que apresentam “uma intervenção estatal niveladora e ineficaz”, o novo liberalismo deveria se centrar na promoção “progressista” da igualdade de oportunidades através do oferecimento de serviços públicos eficazes para todos, o que permitiria a criação de condições favoráveis a grupos sociais em posição desprivilegiada.

Portanto, a proposta de Walter Lippmann de uma reformulação do liberalismo a partir de uma crítica contundente dos erros e excessos do capitalismo do *laissez-faire* coloca o autor em uma posição bem distante do programa dito neoliberal do final do século XX. Desse modo, relacioná-lo à Sociedade Mont Pelerin – da qual ele não participou, como veremos – por conta do Colóquio Walter Lippmann e à revolução ideológica de décadas depois se mostra uma simplificação grosseira. Como observado, a história do chamado neoliberalismo é mais complexa. E, por isso, o uso da metáfora de uma nebulosa nos seja mais útil para compreendermos o neoliberalismo como movimento intelectual.

⁵² Idem, p. 92, tradução nossa. No original: “La mauvaise répartition des revenus provoque des accumulations excessives de capital en présence de la misère. Ce paradoxe de la pauvreté au sein de l’abondance fait apparaître irrationnelle et injuste l’économie tout entière”.

Os debates do Colóquio Walter Lippmann

Entre os dias 26 e 30 de agosto de 1938, por iniciativa do filósofo francês Louis Rougier, vinte e seis representantes, de oito países, reuniram-se no Instituto Internacional de Cooperação Intelectual, em Paris. O evento, inspirado no livro *The Good Society* de W. Lippmann, contou com a participação de estudiosos de diferentes correntes liberais com o intuito de discutir e definir em conjunto a agenda de um novo liberalismo⁵³.

A ideia do colóquio surgiu por causa da viagem de Walter Lippmann à França por causa do lançamento da tradução de seu livro para o francês (*La Cité Libre*). A obra era lançada pela editora *La Librairie de Médecis*, fundada por Louis Rougier. Inicialmente, a intenção de Rougier era fazer um grande jantar, reunindo destacados economistas, filósofos e empresários europeus, para celebrar o escritor de *The Good Society*. Mas o plano foi alterado. Segundo François Denord, Hayek teria sugerido a Rougier que o debate intelectual poderia ser pouco proveitoso em um evento limitado a um jantar, e por isso surgiu a ideia de organizar uma conferência para discutir o livro.

Professor de filosofia da Universidade de Besançon, Louis Rougier desenvolveu uma ampla rede de contato com filósofos, economistas e empresários de diferentes países, especialmente da França, Suíça e Áustria, que marcou presença no colóquio. O CWL foi organizado como uma reunião restrita e fechada para discutir as teses do livro

⁵³ O colóquio Walter Lippmann foi publicado no livro: C.I.R.L. *Compte rendu des séances du Colloque Walter Lippmann*. 26-30 août 1938. Paris: Éditions de Médecis, 1939. Mas nem todas as falas dos cinco dias de encontro estão presentes na publicação. Não estão disponíveis por exemplo as contribuições de Hayek, apenas suas intervenções durante os debates. Usamos aqui a obra de Serge Audier, *Le Colloque Lippmann*, que disponibiliza, em sua segunda parte, a íntegra do documento do colóquio, publicado pelo *Institut International de Coopération Intellectuelle*. Recorremos também às seguintes referências sobre o colóquio: DENORD, François. “Aux origines du néo-libéralisme en France. Louis Rougier et le Colloque Walter Lippmann de 1938”. *Le Mouvement Social* 2. n° 195, p. 9-34, 2001. URL: www.cairn.info/revue-le-mouvement-social-2001-2-page-9.htm; DENORD, François. “French Neoliberalism and its divisions”. In MIROWSKI, Philip and PLEHWE, Dieter. *The Road from Mont Pelerin: the making of the neoliberal thought collective*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 2015; AUDIER, Serge. *Le colloque Lippmann: aux origines du néo-libéralisme*. Paris: Editions Le Bord de l’Eau, 2008. As citações foram feitas a partir de traduções nossas.

de Walter Lippmann, especialmente os temas da crise do liberalismo e da necessidade de reformulação de suas ideias.

No convite para o encontro, datado de julho de 1938, Louis Rougier escreveu:

Os amigos de Walter Lippmann, por ocasião de sua visita à Paris e da tradução de seu livro *The Good Society* para a obra de título *La Cité libre* da editora Médicis, decidiram realizar um colóquio restrito e fechado, para discutir as teses principais deste livro, relativas ao declínio do liberalismo e às condições de retorno a uma ordem liberal renovada, distinta do *laissez-faire* manchesteriano.⁵⁴

No convite, encontra-se também o objetivo do colóquio de estabelecer um programa de estudos visando à organização de um congresso internacional, em 1939, sobre esses temas. Entre os convidados do encontro estavam: F. Hayek, L. von Mises, M. Baudin, Jose Casillero, L. Einaudi, Auguste Detoef, Huizinga, Kittredge, Bernard Laverne, Lippmann, Louis Marlio, Ernest Mercier, Ortega y Gasset, Nitti, Rappard, Ricci, Rist, Robbins, Wilhelm Ropke, Rougier, Roger Auboin, Robert Marjolin, Alexander Rustow, Raymond Aron, Jacques Rueff, Stephan Possony, Truchy e Marcel Van Zeeland⁵⁵. Duas personalidades – notórias do campo de esquerda - pediram para participar, mas foram vetadas sob o argumento de que “eram políticos”; casos do intelectual marxista Rudolf Hilderding e do antigo ministro socialista da Frente Popular, Charles Spinasse.

O encontro foi aberto com as falas de Louis Rougier e Walter Lippmann. O objetivo era claro: discutir a crise do liberalismo e definir em conjunto a agenda de um novo liberalismo. E, para isso, o encontro seria o primeiro passo para o estabelecimento uma rede internacional voltada ao estudo e à divulgação das ideias identificadas com esse novo liberalismo.

⁵⁴ AUDIER, Serge. op.cit. p. 107. No original: “Les amis de Walter Lippmann, à l’occasion de son séjour à Paris et de la traduction de son livre *The Good Society* paru sous le titre de *la Cité Libre* aux éditions de la librairie Médicis, ont décidé de tenir un colloque restreint et fermé, pour dicuter les theses maîtresses de cet ouvrage, relatives au déclin du libéralisme et aux conditions de retour à un ordre liberal rénové, distinct du *laissez faire* manchestérien.”

⁵⁵ Ortega y Gasset e Johan Huizinga não estiveram presentes, contudo, ao colóquio.

Na década da Grande Depressão, o sentimento que unia aqueles homens era o de que o capitalismo enfrentava sua maior crise. Muitos estudiosos ali presente já haviam escrito sobre o assunto, como Jacques Rueff e seu *La crise du capitalisme* (1935); Louis Marlio e *Le sort du capitalisme* (1938); Bernard Lavergne e *Grandeur et déclin du capitalisme* (1938).

Em seu discurso de abertura, Rougier retomou a principal tese do livro de Walter Lippmann, segundo a qual o liberalismo se encontrava em crise por causa dos erros do laissez-faire. Relacionando os exageros da filosofia da Escola de Manchester às consequências econômicas e sociais negativas enfrentadas naqueles anos, Rougier defendeu que o socialismo e o fascismo se fortaleceram como respostas à crise do capitalismo. Assim, diante de um liberalismo em descrédito, as propostas revolucionárias de esquerda aparecerão como alternativas ao fascismo, bem como, inversamente, a extrema direita se posicionou como solução contra o comunismo. Para o filósofo francês, o mérito do livro de Walter Lippmann estava em reabilitar o liberalismo, apresentando-o em novas roupagens e como alternativa política e econômica viável em oposição às ideologias coletivistas. O “novo liberalismo” de The Good Society propunha um regime liberal no qual o Estado possuía funções importantes para a preservação da ordem econômica e social. Para Lippmann:

A vida econômica ocorre dentro de um quadro jurídico que estabelece o regime da propriedade, dos contratos, das patentes, da falência, o estatuto das associações profissionais e das sociedades comerciais, o dinheiro e os bancos, todas as coisas que não são dadas pela natureza, como as leis do equilíbrio econômico, mas são criações contingentes do legislador [grifos nossos]⁵⁶.

No colóquio, os intelectuais discutiram os perigos do coletivismo e o estado de fragilidade do liberalismo, debatendo os princípios e a designação de um novo

⁵⁶ Audier apud Dardot e Laval (2016), p. 75. A ata do Colóquio Walter Lippmann foi publicada no trabalho de Serge Audier, *Le Colloque Lippmann*.

liberalismo. Em meio a discussões acaloradas, o termo “neoliberalismo” apareceu com força e ganhou suas primeiras formulações. Se antes do evento, o conceito podia ser apenas garimpado nos escritos de alguns poucos intelectuais, depois do evento, “neoliberalismo” passou a aparecer com mais frequência nos trabalhos de muitos estudiosos do campo liberal. O conceito triunfou diante de outros termos formulados durante o encontro como “liberalismo positivo”, “neocapitalismo”, “liberalismo social” e até mesmo “liberalismo de esquerda”.

Apesar das divergências, os participantes do Colóquio Walter Lippmann convergiam em suas críticas às ameaças do totalitarismo e o temor de uma nova guerra e em defesa da democracia liberal. Neste sentido, podemos estabelecer duas grandes diretrizes do CWL: os debates sobre as ameaças fascista e comunista às instituições liberal-democráticas e a discussão sobre a necessidade de revisão do liberalismo.

Os participantes do encontro temiam o avanço das propostas que defendiam o fortalecimento do Estado em patamares inéditos como resposta à crise econômica. Para eles, o liberalismo deveria ser renovado para poder enfrentar as alternativas chamadas por eles de coletivistas (socialismo, comunismo e fascismos) que ganhavam os corações e mentes das pessoas. O novo liberalismo discutido ali buscava proteger o Estado liberal capitalista, preservando as empresas privadas e a livre competição, mas também atribuindo um papel social ao governo que o *laissez-faire* recusava e, que diante dos milhões de famintos e desempregados da Grande Depressão, era uma questão de urgência.

A ambição do colóquio era grande: esboçar os contornos de “uma doutrina conhecida por alguns como *liberalismo construtor*, por outros como *neocapitalismo*,

[termos] que parecem ficar de lado diante do prevailecimento do nome *neoliberalismo*⁵⁷, após alguns dias de debates.

Como dito, o neoliberalismo foi abordado em muitos estudos como uma coisa única, um conceito, ideologia e/ou programa econômico bem definido e coerente. Contudo, ao analisarmos as discussões do Colóquio Walter Lippmann podemos observar um movimento bastante diversificado.

“Consenso” é um conceito que devemos descartar para analisar o neoliberalismo. No CWL, houve divergência acerca de variados temas, considerados importantes para a discussão sobre os caminhos e descaminhos do programa liberal. Não havia consenso sobre as causas da crise de 1929, o papel do Estado, a necessidade de políticas sociais para as classes populares, entre outros assuntos.

Mesmo em relação ao nome da “nova formulação do liberalismo” não havia consenso. O economista francês Louis Baudin sugeriu o nome “individualismo” para a nova doutrina. Já Rougier defendeu “liberalismo positivo”, enquanto Jacques Rueff propôs “liberalismo de esquerda”. Marlio posicionou-se de maneira incisiva contra a expressão “liberalismo de esquerda”, pois “passaria a impressão de que defendemos a causa de um partido político”. Recomenda a seguir o uso de “liberalismo positivo”, “liberalismo social” ou “neoliberalismo”.⁵⁸

Outros defendiam até mesmo o abandono do termo “liberalismo”, sob o argumento de que a liberdade não pode ser um fim em si mesma, e que esse entendimento seria a origem da crise que viviam. Outros, como Rueff, mais próximos do liberalismo clássico, recusavam o novo termo “neoliberalismo”.

⁵⁷ DENORD, François, op.cit. 2015.

⁵⁸ Sessão de 30 de agosto do colóquio.

De acordo com François Denord e Serge Audier, “neoliberalismo” foi o conceito vitorioso, que passaria a prevalecer nos anos seguintes. Presente no colóquio, Louis Marlio, defendeu o novo termo por uma razão estratégica:

“ ‘neo’ e ‘renovação’ nos distinguiu de autores dos quais não concordávamos com todas as práticas teóricas e objeções às intervenções que para muitos de nós eram perfeitamente aceitáveis. Para quem sabia disso, o prefixo ‘neo’ talvez não fosse essencial, mas para quem não sabia, era bastante útil”.⁵⁹

Assim, a categoria “neoliberal” passou a denominar, a partir do encontro, uma posição de defesa de uma renovação do liberalismo, afastando-o de sua versão *laissez-faire*. Não sem oposição.

Importante dizer que, apesar da unidade e das preocupações comuns, podemos estabelecer dois grupos com visões diferentes sobre história, teoria e agenda para o liberalismo moderno.

De um lado, os que acreditavam na necessidade uma renovação do liberalismo moderno, que o afastasse da ideologia do *laissez-faire* hegemônica entre o final do século XIX e início do XX. Para eles, o liberalismo econômico intransigente da Escola de Manchester resultou na Grande Depressão e, conseqüentemente, na ascensão política dos comunistas e fascistas. Entre eles estavam: Louis Rougier, Auguste Detoeuf, Louis Marlio, Wilhelm Ropke, Alexandre Rüstow.

Do outro lado, estavam os defensores do “velho liberalismo”, com destaque para os representantes da Escola Austríaca, principalmente Hayek e Mises. Recusando a necessidade de um “novo liberalismo”, eles acreditavam que a crise econômica não poderia ser atribuída às políticas do *laissez-faire*. Assim, defendiam que o liberalismo moderno deveria ser adaptado – e não reformulado - aos novos tempos.

Essa divisão era marcante para os presentes no Colóquio Walter Lippmann. O economista e sociólogo alemão, Alexander Rüstow, declarou:

⁵⁹ DENORD, François, op.cit. 2015.

é inegável que aqui, em nosso círculo, dois pontos de vista diferentes estão representados. Aqueles que não acreditam que haja algo importante a ser criticado ou alterado no liberalismo tradicional ... E nós que encontramos no próprio liberalismo as razões para sua crise; e, conseqüentemente, buscamos a solução em uma fundamental renovação do liberalismo.⁶⁰

As desavenças, em alguns casos, pareciam ir além do trabalho intelectual. No privado, Rüstow teria confessado a Wilhelm Röpke que achava que “o lugar de Hayek e Mises era no museu, no formol”.⁶¹ Para o economista alemão, Mises devia ser classificado como um “paleo-liberal”. Esse termo que, na boca de Rüstow soava pejorativo, vai ser adotado por Mises e seus seguidores como uma forma de se diferenciar dos neoliberais, identificados com uma posição mais intervencionista. Até hoje, defensores mais radicais do liberalismo laissez-faire, influenciados principalmente por Mises e Rothbard, usam o conceito de “paleo-liberalismo” para se diferenciar das correntes “neoliberais”, acusadas por eles de defenderem uma intervenção governamental desnecessária e contraproducente em certas áreas.

Essa divisão entre a corrente austro-americana e os ordoliberais alemães é muito mais significativa do que tradicionalmente se apresenta. Aos olhos de críticos do programa liberal, essa separação parece menor, mas mostraremos no próximo capítulo que não é. As divergências que se anunciam no Colóquio Walter Lippmann, estarão presentes nos primeiros anos da Sociedade Mont Pelerin, o que levará a sua grande crise nos anos 1960 e a quase sua extinção.

Além disso, analisar as críticas da maioria dos presentes no CWL ao liberalismo clássico é importante para revermos a análise retrospectiva que traça um caminho linear, evolucionista e teleológico ligando o Colóquio Walter Lippmann, a Sociedade Mont

⁶⁰ C.I.R.L. Compte rendu des séances du Colloque Walter Lippmann. 26-30 août 1938. Paris: Éditions de Médicis, 1939. Citado em Denord, 2015, p. 49.

⁶¹ Citado em Denord, 2015, p. 49.

Pelerin e a ascensão política e ideológica neoliberal no final dos anos 1970 e início da década de 1980.

Embora Hayek e Mises sejam nomes importantes, eles representavam apenas um dos grupos do colóquio. Para Serge Audier, uma ala minoritária. E se Mises era bastante conhecido, o mesmo não podemos falar de Hayek. Ele já havia produzido alguns textos de destaque com críticas ao socialismo e ao intervencionismo estatal, mas se tornou reconhecido internacionalmente apenas uma década depois com “O Caminho da Servidão”⁶². Destaca-se que, por algum motivo desconhecido, as manifestações de Hayek no colóquio não foram sequer registradas na ata oficial.

Portanto, os defensores da Escola de Manchester e do liberalismo radical não são hegemônicos no CWL. Curioso que o conceito *neoliberalismo*, no colóquio associado à crítica ao *laissez-faire*, quando se tornar triunfante, meio século depois, será uma categoria associada justamente à defesa intransigente deste tipo de liberalismo. Por isso, compreendemos que apresentar o CWL como o amanhecer do movimento neoliberal, como fazem François Denord e David Harvey, é uma compreensão simplificada de um movimento histórico bem mais complexo⁶³.

Deve-se relativizar, todavia, a dicotomia entre “velhos” e “novos liberais”. A existência de dois grupos principais em disputa no colóquio não deixa de ser, em certa medida, também uma simplificação do conjunto de intelectuais presentes ali. O contraste entre uma ala mais intervencionista e progressista e outra mais desconfiada do Estado e defensora do *laissez-faire* pode contribuir para reduzir aqueles estudiosos a uma ou outra posição teórica. Na verdade, mais do que dois grupos, estavam presentes indivíduos que não se pode definir facilmente como intervencionistas ou a favor da

⁶² Alguns dos seus trabalhos no período da London School: “Prices and Production” (1931) e “The Pure Theory of Capital” (1941).

⁶³ Ver: DENORD, François. “Aux origines du néo-libéralisme en France. Louis Rougier et le Colloque Walter Lippmann de 1938”. *Le Mouvement Social* 2. n° 195, p. 9-34, 2001; HARVEY, David. *O neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

Escola de Manchester. Além dos ordoliberais e da Escola Austríaca, podemos falar de representantes da primeira Escola de Chicago, do realismo francês, teóricos defensores de um “socialismo liberal”, entre outros. Uma complexidade e ambiguidade que exige um estudo sociológico das redes de intelectuais do colóquio. Tarefa que não será empreendida aqui.

De toda forma, para nosso argumento, duas teses são importantes sobre a formação desta rede internacional neoliberal no Colóquio Walter Lippmann. A primeira é que afirmamos que, apesar das diversas correntes intelectuais, podemos estabelecer uma divisão entre dois grupos principais no encontro: um que defendia uma reformulação das bases do liberalismo (capitaneado por Lippmann, Rougier e os teóricos dos alemães do ordoliberalismo) e outro reticente às críticas ao laissez-faire (liderado por Mises e Hayek). A segunda tese é que defende, com o exemplo do CWL, que o fenômeno do neoliberalismo, desde suas origens, é multiforme, plural e, até mesmo, contraditório. Logo, bem distante da reconstrução retrospectiva e teleológica de um movimento coerente e unificado que uma parte da literatura insiste em afirmar.

Influenciado pelos trabalhos de Serge Audier, acredito que analisar essas divergências do Colóquio Walter Lippmann e o desenvolvimento da Sociedade Mont Pelerin nos permite observar o fenômeno do neoliberalismo de forma mais complexa.

Ao fim do encontro, sintoma da hegemonia do grupo a favor da reformulação do programa liberal, concluiu-se pela elaboração de um manifesto. “A Agenda do Liberalismo”⁶⁴, proposta por Walter Lippmann, anunciava uma série de princípios contrários ao liberalismo laissez-faire. Em suas palavras, sua agenda tinha como objetivo “formular proposições teóricas que permitam um retorno do liberalismo”, rompendo com as “correntes liberais que se sucederam nos últimos setenta anos” e que

⁶⁴ Agenda ou programa do liberalismo. No original, “L’Agenda du libéralisme”.

“marcadas pela ignorância e impotência” não conseguiam “satisfazer as massas nem as elites”. E, dessa forma, se tonava necessário renovar o liberalismo, afastando-o da versão radical pró-mercado, assumida na segunda metade do século XIX⁶⁵.

Na “Agenda do Liberalismo”, Lippmann, ao mesmo tempo que defendeu a importância do sistema de preços como central na organização econômica, alertou para a necessidade de um regime jurídico criado e regulado pelo Estado a fim de preservar o equilíbrio do sistema econômico. Ao que Röpke acrescentou que se tratava de “evitar escolher entre dois tipos de sociedade, uma que aceita a formação livre de preços” e recusa qualquer tipo de controle estatal, e “a outra, organizada sob uma base que não a concorrência”⁶⁶.

No último dia do colóquio, o manifesto de Lippmann refletia a posição majoritária dos estudiosos presentes em favor de uma *renovação* do liberalismo que o distanciasse de sua versão laissez-faire, como advogado ainda por Hayek e Mises. A partir disso, definiu-se as seguintes bases do novo liberalismo:

- . A prioridade do mecanismo de preços;
- . A livre empresa;
- . O sistema de competição;
- . Um Estado forte e imparcial⁶⁷

O último tópico “Um Estado forte e imparcial” pode soar estranho quando se compara com as políticas e ideias defendidas por autores classificados como neoliberais a partir dos anos 1970. Aqui está uma vitória das correntes mais intervencionistas no colóquio.

⁶⁵ Sessão de 30 de agosto do colóquio. Os programas e debates do Colóquio Walter Lippmann foram transcritos integralmente em AUDIER, Serge. *Le Colloque Lippmann. Aux origines du néo-libéralisme*. Latresne, Éditions Le Bord de l’Eau, 2012. O debate “Agenda do Liberalismo” está nas páginas 485-491.

⁶⁶ Idem.

⁶⁷ PLEHWE, Dieter. Introdução. *The Road from Mont Pelerin.*, pág 14.

Esse “Estado forte e imparcial” significava a defesa de um regime político e jurídico disposto a intervir nos assuntos econômicos e sociais, sem colocar em risco o quadro econômico-institucional capitalista.

Assim, a “refundação do liberalismo” defendida pela maioria dos participantes do encontro, passava pela criação de uma arquitetura de regulamentações que permitisse que o novo Estado liberal promovesse o equilíbrio das ordens econômica e social. No entanto, essa reformulação buscava se distanciar das outras propostas políticas do período, como o socialismo e o fascismo, ao reafirmar a centralidade do mecanismo de preços e conferir ao Estado “a responsabilidade de se determinar o regime jurídico que regulará o livre desenvolvimento das atividades econômicas”⁶⁸.

Para finalizar o colóquio, os participantes reconheceram a necessidade de se defender as ideias do liberalismo diante dos ataques que vinha sofrendo da esquerda e da direita. O economista neozelandês John Condiliffe, de maneira pessimista, assinalou que as iniciativas do encontro chegavam tarde, “com uns quinze anos de atraso”. Ao que Lippmann rebateu, afirmando que o “comentário poderia ser aplicado à Inglaterra, mas não aos Estados Unidos”, onde o processo estava ocorrendo, como mostravam leis como N.R.A do governo Roosevelt⁶⁹.

Diante disso, os participantes do colóquio traçaram estratégias de longo prazo em defesa de uma agenda neoliberal. Foram estabelecidos a criação de um jornal (*Cahiers du Libéralism*) e de um think tank (o *Centre International d’Études pour la Rénovation du Libéralism - CIRL*), com sede em Paris, sob a presidência de Louis Marlio, e filiais em Genebra (Röpke), Londres (Hayek) e Nova Iorque (Lippmann). Mas a guerra impediu a continuidade das iniciativas. Foi preciso esperar quase uma década para que alguns dos participantes do CWL se reunissem novamente.

⁶⁸ Intervenção de Walter Lippmann. Citado em Audier, Serge, op.cit, 2012.

⁶⁹ Sessão de 30 de agosto do colóquio.

Quinze dos vinte e seis participantes do encontro na França – entre eles, Raymond Aron, Ludwig von Mises, Friedrich von Hayek, Michael Polanyi, Louis Baudin, Wilhelm Röpke e Alexander Rüstow - participaram da Sociedade Mont Pelerin, nove anos depois. Mas, diferentemente do CWL, no projeto de Hayek, os defensores de um liberalismo mais radical ganharão, com o tempo, mais força, marcando a história do neoliberalismo.

Os anos da guerra

A Segunda Guerra paralisou a Europa. Muitos dos presentes no Colóquio Walter Lippmann estavam preocupados em sobreviver a esses anos. Entre as elites intelectuais liberais, alemães e austríacos despontavam como autores reconhecidos do moderno liberalismo. São eles também, no círculo liberal, os mais atingidos pela escalada fascista.

Os alemães, como Alexander Rüstow e Wilhelm Röpke, estavam no coração do furacão nazista. Tendo participado do governo de Kurt von Schleicher, durante o período da República de Weimar, Rüstow era um dos inimigos declarados do novo regime. No poder, os nazistas iniciaram uma grande perseguição a seus adversários, tenham sido eles liberais, socialistas ou comunistas. Logo após o assassinato de von Schleicher durante a Noite das Facas Longas e a invasão de sua casa, em Berlim, por oficiais da SS, Rüstow decidiu deixar o país. Emigrou para a Turquia, onde passou a lecionar na Universidade de Istambul.

Röpke teve o mesmo destino. Perseguido por ter se tornado um dos principais críticos do nazismo, migrou para Istambul, onde ficou até 1937. De lá, seguiu para o Institut des Hautes Études Internationales, em Genebra. A universidade suíça tornou-se, neste período, um importante centro de reunião de liberais e críticos dos regimes

totalitários. Lá estavam também William Rappard, Paul Mantoux, Guglielmo Ferrero e Hans Kelsen.

Outro intelectual forçado a deixar seu país e acolhido no instituto de Genebra foi Ludwig von Mises, célebre expoente da economia austríaca. Além de crítico feroz das políticas intervencionistas, do fascismo e do socialismo, Mises era judeu. E, por isso, alvo da repressão nazista que na Austria, antes mesmo da guerra, já fulminava a intelectualidade do país. Na terra do antigo Império Habsburgo, a catástrofe aconteceu apenas alguns anos mais tarde que na Alemanha. Assim que Hitler tomou o poder, temendo pela própria vida, Mises começou a preparar sua saída do país. Entrou em contato, sem sucesso, com Lionel Robbins e William Beveridge para tentar uma posição na London School of Economics. No ano seguinte, em 1934, se mudou para a Suíça ao conseguir uma vaga no *Institut des Hautes Études Internationales* para assumir a cadeira de Relações Econômicas Internacionais.

Mesmo com a ameaça nazista, Mises voltava ocasionalmente à Áustria, onde ainda lecionava alguns cursos e preparava seu casamento. Por pouco não virou mais uma vítima de Hitler. Na biografia de Jörg Guido Hülsmann, *The Last Knight of Liberalism* – diga-se de passagem, um estudo bastante reverente a Mises - conta-se que ele conseguiu fugir da Áustria algumas horas antes de sua anexação à Alemanha (Anschluss). A Gestapo chegou a procurá-lo, revistou seu apartamento, revirando livros, manuscritos e correspondências. Assustado, Mises não descansou até conseguir sair da Europa com sua esposa. Em agosto de 1940, emigrou para os Estados Unidos.

Quando a guerra terminou, esses intelectuais liberais voltaram a se organizar, agora em torno da figura do filósofo austríaco Friedrich Hayek. Um dos principais intelectuais do século XX, Hayek costuma ser considerado o mais destacado nome do neoliberalismo. Professor da prestigiosa London School of Economics (LSE), Hayek

era pouco conhecido internacionalmente até o lançamento de seu “O Caminho da Servidão”. O livro tornou-se sua principal credencial no meio acadêmico e empresarial liberal. O economista austríaco aproveitou bem a fama para estruturar uma rede internacional de intelectuais dedicados ao estudo e à divulgação das ideias do liberalismo econômico.

Uma das teses deste trabalho é que não podemos falar de sucesso do neoliberalismo sem analisar a Sociedade Mont Pelerin. Tampouco podemos compreender essa organização sem analisarmos a trajetória de seu criador.

CAPÍTULO: 2 - A TRAJETÓRIA DE FRIEDRICH HAYEK

A história de vida de Hayek confunde-se com a história do século XX. Friedrich August von Hayek nasceu em Viena, capital do império Austro-húngaro, em 8 de maio de 1899. Faleceu em 23 de março de 1992, na cidade de Freiburg na Alemanha. Seus mais de noventa anos de vida foram dedicados à produção intelectual, especialmente às críticas ao intervencionismo do Estado e à defesa do livre mercado. Hayek tornou-se, assim, o mais célebre oponente da economia keynesiana no pós-guerra. Mas, apenas no final de sua vida, viu suas ideias tornarem-se hegemônicas.

Nos anos 1930, escreveu importantes trabalhos sobre taxas de câmbio, teoria do capital, e reforma monetária. Mas, foi “O Caminho da Servidão”, seu livro menos acadêmico, lançado em 1944 no final da guerra, que o colocou entre os principais autores do seu século. Este manifesto político em defesa da sociedade liberal é considerado um dos livros mais influentes dos últimos tempos. Ainda assim, Hayek passou boa parte de sua vida se sentindo pouco reconhecido no mundo acadêmico. Segundo Milton Friedman, o recebimento do Prêmio Nobel o livrou de um período bastante depressivo⁷⁰. Até esse momento, apesar de popular nos meios neoliberais, Hayek sentia-se relegado ao ostracismo pelo predomínio das ideias do keynesianismo. Sua escolha para o Prêmio Nobel de Economia, em 1974, ao lado do sueco Gunnar Myrdal, foi um dos primeiros sinais de triunfo das ideias do neoliberalismo na segunda metade do século XX.

⁷⁰ Friedman, Milton e Friedman, Rose, 1998, p. 78.

Nascido no seio da decadente aristocracia austríaca, Friedrich von Hayek teve sua formação impactada pela Primeira Guerra Mundial. O conflito, iniciado em 1914, arrastou Viena, então considerada um dos centros culturais da Europa, para a destruição. A guerra não destruiu apenas materialmente o continente, mas acabou com todo o otimismo e promessa de prosperidade de uma geração. Hayek não teria como ficar alheio a tudo isso. Em seu último ano no colegial, foi convocado para a guerra. Em 1918, lutou pela artilharia do império austro-húngaro no front italiano.

Da guerra, Hayek herdou uma severa infecção de malária, que vai lhe atordoar pelos anos seguintes. E não só. O conflito também o fez mudar seu principal interesse de estudo. Filho de um médico e botânico renomado, Hayek abandonou seu fascínio inicial pelas ciências da natureza para se dedicar aos estudos da política e da sociedade. Anos depois da guerra, recordou que ao participar de um exército multinacional passou a se interessar pelo colapso do império austríaco: “Eu servi em uma batalha na qual se falava onze línguas diferentes. Você se sente obrigado a voltar sua atenção para os problemas da organização política”⁷¹.

Com o fim do conflito, Hayek retornou para sua cidade e ingressou na Universidade de Viena. Herdeiro da aristocracia, viu a guerra e a inflação destruírem sua classe social. A fortuna da sua família deteriorou-se no período. Fato que fez sua decisão sobre o curso a seguir na universidade passar também por considerações de ordem financeira. A intenção de estudar psicologia, por exemplo, foi abandonada por entender que a área não lhe ofereceria perspectiva de emprego. Segundo Hayek, seu interesse pela Economia começou ainda na Itália e, por isso, escolheu o curso de Economia e Jurisprudência. Em 1921, recebeu o doutorado em sua área de formação. Dois anos depois, seu segundo doutorado, agora em Ciência Política.

⁷¹ HAYEK, Friedrich A. von. *Hayek on Hayek: an autobiographical dialogue*. Indianapolis: Liberty Fund papers, 1994. p. 48.

Ícone do liberalismo econômico, em sua juventude flertou com o socialismo. Suas duas principais influências do período foram o socialismo e a psicanálise, sobretudo, os trabalhos de Freud. Eram os anos da “Viena vermelha”, quando os social-democratas austríacos governavam a cidade.

No mesmo período, aproximou-se de um dos principais críticos do socialismo. Em 1921, entregou a Mises uma carta de recomendação escrita por seu professor na universidade, Friedrich von Wieser. O objetivo era conseguir um emprego na Câmara de Comércio da Áustria, onde Mises trabalhava como consultor financeiro. Deu certo. Hayek passou a trabalhar em um dos escritórios da agência. A partir desse momento, a influência de Mises sobre ele foi se tornando cada vez maior.

Na década de 1920, influenciado pela obra “Socialismo” de Mises, mudou radicalmente de perspectiva. De jovem simpático ao socialismo fabiano tornou-se, em uma década, um dos principais defensores das obras clássicas liberais. Mas antes disso, participou durante sete anos, de 1924 a 1931, do seminário *Privatseminar*, ministrado por Mises⁷². O curso foi citado, não apenas por Hayek, mas também outros participantes da Sociedade Mont Pelerin como Fritz Machlup, Alfred Schutz e John V. Van Sickle, como um dos principais momentos de sua formação intelectual. Alguns estudiosos chegaram a fazer o seminário por dez anos. A partir dessa experiência, Hayek abraçou de vez a Escola Austríaca como sua principal matriz intelectual.

Em 1931, Hayek emigrou para a Inglaterra para trabalhar na London School of Economics. O convite para trabalhar como professor-visitante, em Londres, foi feito por Lionel Robbins, impressionado com o artigo de Hayek *The Paradox of Saving*, do mesmo ano. O que era para ser por um ano se tornou um convite para assumir a *Tooke Professorship of Economic Science and Studies*, posição que ele ocupou entre 1932 e

⁷² Entrevista de Hayek em Nobel prize-winning economist oral history transcript. Projeto do Programa de História Oral da Universidade da Califórnia, versão EPUB, p. 324.

1949. Na Inglaterra, Robbins foi muito importante para Hayek. Vizinhos, rapidamente se tornaram melhores amigos. Aproximação valiosa para Hayek em um momento em que enfrentava dificuldades com o idioma para ministrar suas aulas na London School. A contratação de Hayek fez parte de uma estratégia de fortalecimento da London School, que desejava formar um grupo capaz de rivalizar no debate econômico com a Universidade de Cambridge, com Keynes e seus seguidores.

Nesta década, marcada pela crise do liberalismo político e econômico, Hayek começou a ganhar notoriedade por seus escritos em defesa dos livres mercados. Em sua crítica ao que chamava de “coletivismo”, começou a ser diferenciado de Mises, o mais célebre autor liberal do período, por fundamentar sua tese na impossibilidade do conhecimento humano em um regime de planificação centralizada. Em abril de 1938, escreveu um artigo na revista *Contemporary Review*, intitulado *Freedom and Economic System*, no qual antecipa as teses, que vai expor em “O Caminho da Servidão” contra o socialismo e o Estado capitalista intervencionista.

No ano seguinte, com o início da guerra, muitas mudanças aconteceram. Boa parte dos companheiros de trabalho de Hayek deixou a universidade para ir trabalhar para o governo inglês, ajudando no esforço de guerra. Hayek permaneceu dando aula. Por algum tempo, foi o único economista sênior da London School, auxiliado por dois jovens pesquisadores. A LSE foi deslocada para Cambridge, mas ele continuou morando em Londres.

Hayek então passou a dar aulas de teoria econômica avançada em um programa unificado com a universidade de Cambridge. Com o início dos bombardeios alemães a Londres, a situação se tornou mais difícil. O deslocamento a partir da capital britânica não era mais possível. Sem dinheiro para residir em Cambridge, Hayek morou por um ano, para poder ficar perto da universidade, em um chalé emprestado pela família de

Lionel Robbins. Sua mudança para Cambridge, contudo, o aproximou de seu maior rival intelectual, John Maynard Keynes, de quem ficou amigo na época. Graças a ele, Hayek conseguiu morar no King's College. E, no ano seguinte, comprou uma casa em Malting Lane, onde viveu até o final da guerra.

A rivalidade marcante entre Keynes e Hayek, consagrada nos livros de história econômica, é posterior. Neste momento, enquanto o economista britânico era famoso em todo o mundo desde o acordo de Versalhes no pós-Primeira Guerra, o filósofo austríaco só se tornou reconhecido fora do círculo acadêmico uma década depois. E mesmo assim, no pós-Segunda Guerra Mundial, as ideias do Lorde John Maynard Keynes tornaram-se hegemônicas. A intervenção do Estado para garantir o desenvolvimento econômico e manter o emprego era quase consenso, sobrando pouco espaço para críticas como as de Hayek. Muitas vezes associado ao sucesso político e intelectual do neoliberalismo, Hayek por quase toda sua vida remou contra a maré.

Desse modo, ainda que muitos economistas considerem a disputa entre Hayek e Keynes a principal rivalidade no campo da Economia no século XX, podemos dizer que até meados da década de 1970, quando a economia mundial entrou em um período de crise, Hayek esteve em desvantagem. Só então as ideias da Escola Austríaca deixaram de ser consideradas marginais no meio acadêmico e político para se tornarem hegemônicas nos programas de governo das décadas seguintes.

Formado na tradição liberal clássica, filho direto do Iluminismo inglês, Hayek foi uma personalidade que atraiu diferentes juízos sobre si. Para as esquerdas, um vilão. Um dos principais mentores do movimento neoliberal. Um destacado defensor da agenda de privatizações, desregulamentações e reforço dos mecanismos do livre mercado. Um intelectual orgânico da elite empresarial capitalista.

Para os conservadores e liberais clássicos, um gênio. Um ícone da defesa da liberdade. Hayek exerceu forte influência sobre personalidades destacadas do universo neoliberal. Uma série de correspondências suas com a então primeira-ministra britânica Margareth Thatcher é exemplar do seu status no final da vida. Em suas memórias, Thatcher o definiu como “o mais poderoso crítico do planejamento e do Estado socialista”, autor que ela começou a ler ainda na juventude⁷³. A relação entre a dama de ferro e o Prêmio Nobel era bastante próxima. Eram amigos, trocavam presentes. Hayek rapidamente se tornou um dos principais conselheiros de Thatcher. Entre 1979 e 1984, trocaram muitas correspondências, nas quais ficava evidente a admiração da primeira-ministra e o papel de mentor do filósofo/economista. Quando chegou ao poder, em 1979, Thatcher enviou uma correspondência a Hayek, agradecendo por ter aprendido muito com o economista austríaco, dizendo-se ansiosa para “por em prática suas ideias em seu governo”. Colocando-se como “uma de suas principais admiradoras”, afirmou que estava “determinada a ser bem-sucedida (em implementar as reformas liberais) e que “a contribuição de Hayek será imensa para essa vitória”⁷⁴. Alguns dias depois, Hayek, em retribuição, enviou o terceiro volume de *Law, Legislation and Liberty*, lançado em 1973.⁷⁵

Nesses anos, Hayek foi um dos principais ideólogos das reformas implementadas na Grã-Bretanha. Ele contribuiu para uma série de políticas, das privatizações ao combate aos sindicatos, passando pelas medidas de ajuste econômico e contenção da inflação. Em alguns momentos, pressionava pelo recrudescimento das reformas. Em abril de 1980, Hayek escreveu aconselhando uma política forte de redução dos empréstimos públicos e de emissão monetária e a favor de uma reforma que

⁷³ THATCHER, Margaret. *The Path to Power*. New York: Harper Collins, 1995, p. 50

⁷⁴ Carta de Margareth Thatcher para Hayek, em 18 de maio de 1979. Arquivo Hayek Papers. Caixa 127. Pasta 43.

⁷⁵ Carta de Hayek para Margareth Thatcher, em 11 de abril de 1979. Arquivo Hayek Papers. Caixa 127. Pasta 43.

enfraquecesse o poder dos sindicatos⁷⁶. Thatcher respondeu que “embora concorde com seu ponto de vista (...) a política contracionista teve que ser mais moderada para evitar maiores distúrbios sociais e econômicos”. E que “a legislação para reduzir o poder dos sindicatos já está tramitando (...) e mais coisa ainda será feita (sobre os sindicatos)”. A primeira-ministra terminou a carta agradecendo as contribuições de Hayek e afirmando que ainda estava em débito com suas ideias econômicas.⁷⁷

Em 1982, uma correspondência bastante emblemática. Em resposta a uma carta de Hayek, Thatcher escreveu se dizendo ciente do que acontecia no Chile dos anos 1980.

Estou ciente do notável sucesso da economia chilena ao reduzir substancialmente os gastos do governo ao longo da década de 1970. A mudança do socialismo de Allende para a economia capitalista de livre empresa dos anos 1980 é um exemplo marcante de reforma econômica com a qual podemos aprender muitas lições⁷⁸.

Curioso como não é citado o nome de Pinochet na carta. Thatcher fala de Allende, do Chile nos anos 1970, da década de 1980, mas não do país de Pinochet. Continua Thatcher:

Contudo, tenho certeza que você vai concordar que, na Grã-Bretanha com nossas instituições democráticas e a necessidade de um alto grau de consentimento, algumas das medidas adotadas no Chile são bastante inaceitáveis. Nossas reformas precisam respeitar nossas tradições e nossa Constituição. Às vezes o processo pode parecer dolorosamente lento. Mas tenho certeza que nós vamos fazer nossas reformas do nosso jeito e na nossa hora. Assim elas vão durar⁷⁹.

A carta de Hayek não se encontra no arquivo, daí não podemos dizer o que motivou a resposta da primeira-ministra. Alguns diriam que uma dedução lógica ou possível,

⁷⁶ Carta de Hayek para Margareth Thatcher, em 24 de abril de 1980. Arquivo Hayek Papers. Caixa 127. Pasta 43.

⁷⁷ Carta de Margareth Thatcher para Hayek, em 13 de maio de 1980. Arquivo Hayek Papers. Caixa 127. Pasta 43.

⁷⁸ Carta de Margareth Thatcher para Hayek, em 17 de fevereiro de 1982. Arquivo Hayek Papers. Caixa 127. Pasta 43.

⁷⁹ Idem.

outros chamariam de conclusão precipitada ou leviana, seria deduzir que Hayek elogiou a forma como o regime de Pinochet conduziu as reformas no Chile. Daí a argumentação de Thatcher, quase em tom professoral, sobre as limitações democráticas da Grã-Bretanha para conduzir as reformas da forma feita pelo país sul-americano.

Em 1984, a primeira-ministra indicou Hayek para receber a “Ordem dos Companheiros de Honra”, uma das principais homenagens concedidas pela realeza do país.⁸⁰ De professor inicialmente contestado na London School por suas deficiências com o inglês à referência intelectual e uma das principais lideranças políticas do século, a trajetória de Hayek possui um importante ponto de inflexão: o lançamento de seu mais famoso livro.

O sucesso de “O Caminho da Servidão”

“Era um livro que não tinha apelo popular. Era muito grande para isso”⁸¹. Foi assim que Hayek resumiu, décadas depois, sua surpresa com o sucesso de “O Caminho da Servidão”. Inicialmente, segundo o autor, o livro teria sido escrito apenas como um esboço de um trabalho maior, de mais fôlego, a ser chamado “O abuso e declínio da Razão”⁸². A obra maior não aconteceu, mas para seu espanto seu “esboço” tornou-se um fenômeno de vendas.

O livro, dedicado em seu prefácio aos socialistas britânicos, era fruto da preocupação de Hayek com o contexto político e econômico do pós-guerra. Sua tese central era simples e direta: o planejamento econômico leva à ditadura. Ou seja,

⁸⁰ Carta de Margareth Thatcher para Hayek, em 22 de maio de 1984. Arquivo Hayek Papers. Caixa 127. Pasta 43.

⁸¹ Entrevista de Hayek em Nobel prize-winning economist oral history transcript. Projeto do Programa de História Oral da Universidade da Califórnia, versão EPUB, p. 314-317.

⁸² Idem, p. 544-545.

entendido como o controle centralizado da economia, a intervenção do Estado na economia produz o totalitarismo.

No livro, Hayek buscou mostrar como o controle das decisões econômicas pelo governo produz a supressão de outros tipos de liberdades. No entanto, fez a ressalva que não são todas as intervenções econômicas que produzem o autoritarismo, mas o planejamento centralizado. Dentro desse raciocínio, concluiu que fascismo e socialismo não seriam tão diferentes, mas apenas variações do totalitarismo.

Preocupado com a interpretação dominante entre as esquerdas de que o fascismo e o nazismo eram reações à ascensão do socialismo, Hayek escreveu o livro para defender que as duas ideologias faziam parte da mesma tendência. Na sua visão, o crescimento do poder do Estado durante a guerra, somado à ascensão dos trabalhistas ao poder na Grã-Bretanha, representava a mesma ameaça que o fascismo, então derrotado. No fim, profetizava Hayek, ambos revelam “o caminho da servidão”.

O objetivo de “O Caminho da Servidão” era alertar os socialistas britânicos de que suas propostas econômicas levariam o país a uma grave perda das liberdades ou a uma nova forma de servidão. Suas críticas ao socialismo, é bom dizer, se dão a partir de uma concepção de socialismo como sinônimo de um sistema de controle político e econômico altamente centralizado, na qual o principal mecanismo de alocação de recursos é dado pelas determinações de um grupo no poder. Outras formas de socialismo, como o socialismo democrático, não foram concebidas por Hayek.

Desse modo, o livro procurou criticar toda forma de organização econômica e social alternativa a uma ordem baseada na competição, nas disputas dos livres mercados. Para Hayek, a liberdade econômica, compreendida como a defesa da propriedade privada, da livre iniciativa e da competição dos mercados, era fundamental para a preservação das outras formas de liberdade.

O liberalismo clássico de Hayek em “O Caminho da Servidão”

Em uma noite de segunda-feira, no dia 23 abril de 1945, Hayek apresentou seu livro no Clube de Economia de Detroit. Na prestigiosa organização de empresários e políticos, presidida por Allen B. Crow, Hayek ouviu elogios da mais alta elite norte-americana ao seu livro: “um dos livros mais instigantes intelectualmente de nossa geração” cravou William McBrearty.

No discurso, disponível em seu arquivo no *Hoover Institution*, Hayek começou de forma bastante sincera. Primeiro, afirmou que não esperava o sucesso que atingiu e que escreveu o livro em um momento de profundo pessimismo com a “expectativa de que no máximo pouco mais de uma centena de pessoas leriam”. Declarando-se “angustiado no momento em que escrevera o livro” diante da ascensão política dos trabalhistas na Inglaterra, iniciou sua fala refutando uma das críticas recorrentes à sua obra, a de que teria exagerado o perigo que as democracias liberais enfrentavam, recorrendo a um título sensacionalista.⁸³

Ao lado de Mises, Hayek é considerado um dos principais nomes do pensamento liberal (ou neoliberal) no século XX. Mas, antes de analisarmos sua mais famosa obra, precisamos fazer uma ressalva com relação ao conceito de “liberalismo”.

Nos Estados Unidos, o conceito *liberal* e *liberalismo* possuem um sentido diferente do empregado aqui. Desde o final do século XIX, os significados atribuídos a essas palavras se afastaram da tradição liberal clássica, desenvolvida por autores como Adam Smith, Alexis de Tocqueville e John Stuart Mill. A terminologia “liberal” passou a designar uma rejeição ao *laissez-faire* e uma defesa da reforma do capitalismo. Assim, no país, ao longo do século XX, inspirado em autores como John Dewey, John Maynard

⁸³ Discurso “The Road to Serfdom” no Clube de Economia de Detroit, Michigan. 23 de abril de 1945. Arquivo Hayek. Caixa 106. 35 páginas.

Keynes e John Rawls, o conceito situa-se no campo político da centro-esquerda ao defender uma certa intervenção do Estado nos setores econômico e social. Programas como *New Deal* de Franklin Roosevelt e *Great Society* de Lyndon Johnson são referências da perspectiva liberal norte-americana de reforma do capitalismo, não para revolucioná-lo, mas para remediar seus excessos.

Defensores do liberalismo econômico, como Hayek, Mises, Henry Hazlitt⁸⁴ e Milton Friedman, nos EUA, são designados como conservadores, ainda que alguns deles não aceitem bem esses termos, caso de Hayek. O filósofo austríaco chegou a se definir como “defensor de um verdadeiro liberalismo”, na edição de 1956 de “O Caminho da Servidão”, afirmando que isso não significava ser um conservador, e que era perigoso confundir os dois termos⁸⁵. Alguns anos depois, publicou “Por que não sou Conservador? ”, artigo presente no livro *The Constitution of Liberty* (1960). Alguns anos depois, ele chegou a se identificar como um “velho Whig” e “Whig burkeano”.

Ainda que Hayek não concorde com o rótulo, sua defesa do capitalismo liberal e suas críticas ao keynesianismo e ao socialismo tornam possível colocá-lo como um dos expoentes de uma das correntes do movimento conservador norte-americano, que se formou no pós-Segunda Guerra. De acordo com George Nash, em seu magistral *The Conservative Intellectual Movement in America Since 1945*, o movimento conservador norte-americano formou-se a partir de uma confluência de correntes políticas, intelectuais e sociais, marcado pela presença de partidários da tradição liberal clássica, como Hayek, mas também de religiosos e tradicionalistas, de anticomunistas e, um pouco mais tarde, da direita religiosa e dos neoconservadores.

⁸⁴ Henry Hazlitt foi um economista e jornalista norte-americano que trabalhou em diversos periódicos como *The New York Times* e *Newsweek*. Tornou-se famoso com o livro *Economics in One Lesson*, de 1946, que vendeu mais de um milhão de cópias.

⁸⁵ Hayek, F. A. 1956. "The Road to Serfdom After Twelve Years". In *The Road to Serfdom*, paperback edition. Chicago: U. of Chicago Press.

Voltando a Hayek e seu “O Caminho da Servidão”, é importante dizer que, nos anos 1940, suas críticas ao crescimento do poder do Estado que o aproximam do liberalismo laissez-faire ainda são moderadas, quando comparadas às suas posições de anos depois. Nos anos 1960 e 1970, Hayek radicalizou sua defesa de um liberalismo mais radical ao defender ideias libertárias como a visão da desigualdade como positiva e a emissão privada de moeda.

Todavia, nos anos 1940, o liberalismo econômico de Hayek diferenciava-se do laissez-faire, hegemônica no final do século XIX e início do XX. Ainda que bastante crítico ao aumento das atribuições do Estado durante as crises econômica e social dos anos 1930, Hayek, diferentemente de Mises, defendeu algumas críticas às ideias da Escola de Manchester. Ao “caminho da servidão” opôs o “caminho abandonado” do individualismo extremo e do liberalismo econômico radical. Em sua reformulação do liberalismo clássico, escreveu:

Os princípios básicos do liberalismo não contêm nenhum elemento que o faça um credo estacionário, nenhuma regra fixa e imutável. O princípio fundamental segundo o qual devemos utilizar ao máximo as forças espontâneas da sociedade e recorrer o menos possível à coerção pode ter uma infinita variedade de aplicações. Há, em particular, enorme diferença entre criar deliberadamente um sistema no qual a concorrência produza os maiores benefícios possíveis, e aceitar passivamente as instituições tais como elas são. Talvez nada tenha sido mais prejudicial à causa liberal do que a obstinada insistência de alguns liberais em certas regras gerais primitivas, sobretudo o princípio do laissez-faire. Contudo, de certa maneira, essa insistência era necessária e inevitável. (HAYEK, 1990, p. 42)

No lugar do “caminho da servidão” e do “caminho abandonado”, Hayek propôs “A Regra da Lei” (*The Rule of Law*) na qual o Estado possui certas funções, mas que “todas as suas ações são balizadas por regras fixadas e anunciadas antecipadamente”, dispostas a “promover a competição e o funcionamento da sociedade livre”. Nesse sistema, algumas políticas como a limitação da jornada de trabalho e as regras de seguridade

social seriam aceitáveis. Concessões que Hayek fez nos anos 1940 e que abandonou décadas depois. Inaceitáveis para Mises, já nesse período, é bom dizer.

É importante frisar que mais do que um livro direcionado a uma reformulação do programa liberal, Hayek escreveu um manifesto contra o socialismo e o capitalismo com forte presença do Estado. O autor começou sua análise estabelecendo que a diferença entre liberais clássicos e socialistas estava nos métodos empregados e não nos fins específicos de suas políticas. A busca por ideais como justiça social, maior igualdade e segurança, continua Hayek, seria compartilhado também pelos liberais clássicos⁸⁶. No entanto, o que os distanciam seria a forma como chegar a esses objetivos.

Acusando o socialismo de ser apenas mais uma forma de “coletivismo”, Hayek condenou a ideia de “abolição da propriedade privada dos meios de produção e a criação de um sistema de ‘economia planificada’ considerando-a uma forma de ameaça a outros valores”. Assim, “o debate sobre o socialismo tornou-se em grande parte uma discussão sobre meios e não sobre fins – embora a questão implique também saber se os diferentes fins do socialismo poderão ser alcançados simultaneamente”⁸⁷. Citando Adam Smith, escreveu que o controle dos meios de produção faz com “que os governos para se manterem sejam obrigados a se tornar opressores e tirânicos”⁸⁸. Foi essa linha de raciocínio que ele desenvolveu durante toda a obra: o sistema socialista, marcado pelo planejamento da economia, produz autoritarismo.

Novamente, o autor de “O Caminho da Servidão” buscou se diferenciar dos excessos do liberalismo da Escola de Manchester, fazendo uma crítica própria ao socialismo: “é importante não confundir oposição a essa espécie de planejamento com

⁸⁶ Como vimos na citação anterior, Hayek usou ao longo de seu texto o termo “liberal”. Para evitar confusão com o conceito empregado atualmente nos Estados Unidos, optei por substituir por “liberal clássico” nas citações indiretas.

⁸⁷ HAYEK, 1990, p. 55-63.

⁸⁸ HAYEK, 1990, p. 55-63.

uma dogmática atitude de *laissez-faire*”, uma vez que “em nenhum sistema racionalmente defensável seria possível o Estado ficar sem função”. A partir daí, exaltou a concorrência como a melhor forma de organização econômica, sem excluir, contudo, formas de ação governamental para sua manutenção. Na verdade, de acordo com Hayek, “para a concorrência funcionar de forma benéfica seria necessária a criação de uma estrutura legal cuidadosamente elaborada, e que nem as normas legais existentes, nem as do passado, estão isentas de graves falhas”.⁸⁹ Dessa forma, recusa qualquer tentativa de controle de preços ou da produção como ocorre no socialismo, mas afirma que “a manutenção da concorrência tampouco é incompatível com um amplo sistema de serviços sociais”.

Portanto, sua crítica ao socialismo não significava um movimento de retomada do capitalismo liberal do final do século XIX e início do XX. Pelo contrário, a reformulação do liberalismo, proposta pelo pensador austríaco, seria bem mais tolerante à atuação do Estado do que em seus escritos posteriores, embora suas críticas ao *laissez-faire* sejam moderadas, comparadas as feitas por Lippmann, Rougier e os teóricos alemães do ordoliberalismo. Nos anos 1940, com um mundo ainda castigado pelos efeitos da Grande Depressão, o *laissez-faire* tornou-se alvo de crítica até mesmo de liberais clássicos, como Hayek. Exceção feita a Mises.

Na palestra em Detroit, em boa parte do tempo, Hayek buscou se diferenciar do que chamava de “velho liberalismo”⁹⁰. Diante dos empresários norte-americanos, afirmou que seu livro devia ser compreendido como uma nova formulação do liberalismo e não a reafirmação de uma velha doutrina. Recusando a tese de que escreveu o livro em defesa da “velha filosofia” liberal, foi enfático: “escrevi pensando nas pessoas do lado oposto”.

⁸⁹ HAYEK, 1990, p. 55-63.

⁹⁰ Discurso “The Road to Serfdom” no Clube de Economia de Detroit, Michigan. 23 de abril de 1945. Arquivo Hayek. Caixa 106. 35 pags.

Nos Estados Unidos, Hayek alertou que usou a palavra “planejamento” em seu livro pensando no contexto inglês, associando-a ao socialismo. Mas que entende que, nesse país, se use planejamento como “um conceito com um sentido vago e indefinido”. Contudo, “nem toda ação estatal é ‘planejamento’ no mal sentido”, apontou Hayek. Pelo contrário, há “um papel importante no Estado em preservar a ordem competitiva”.

Segundo Hayek, o “velho liberalismo (...) entrou em decadência pelos próprios erros”, uma vez que incorreu em dois erros básicos. O primeiro, a ideia de que toda ação ou interferência do governo na economia é ruim. E, o segundo, a visão de combate a toda atividade estatal, usando “de forma perigosa a palavra socialismo para quase todo tipo de ação do Estado que você considera tola ou que você não concorda”.

Assim, defendeu a formulação de um conjunto de princípios que distinga as áreas legítimas e ilegítimas para uma intervenção do governo. Para ele, era necessário acabar com as posições reducionistas de “a favor do Estado” ou “contra o Estado” simplesmente, sendo importante debater em que áreas o governo deveria agir ou não.

“Temo que a causa da liberdade” se perca se, por desconfiança do governo, considerarmos tudo uma usurpação da responsabilidade individual. “Não podemos acreditar que o governo não deva fazer nada”. Precisamos, sim, “estabelecer o que é bom que o Estado faça, o que é necessário”, e o que não é, “onde sua interferência nos assuntos econômicos é perigosa”.

Essa é a grande tarefa de “O Caminho da Servidão”. “Não digo que não devemos recorrer aos escritos dos grandes filósofos liberais do século XIX”, mas na atualidade essa filosofia não dá conta das novas circunstâncias. Em sua visão, esse “velho liberalismo” caducou ao “apresentar poucas tentativas” de satisfazer as pessoas, “de interessar os mais jovens e de se manter como uma filosofia viva”, e por “não se

adaptar às novas circunstâncias”. E, por isso, deixou de influenciar a maior parte da sociedade, perdendo terreno para as ideologias reformistas e revolucionárias.

Hayek antecipou nesta palestra uma das principais inquietações que norteou sua atividade intelectual e política nas décadas seguintes: a preocupação em formular um “liberalismo vivo” capaz de disputar no campo da utopia com as ideias da esquerda, em especial o socialismo. Diante de inúmeros empresários frustrados com o insucesso da oposição ao New Deal, Hayek defendeu, em tom professoral, uma filosofia viva, um liberalismo econômico novo, capaz de convencer amplos setores da sociedade. Tarefa que demandaria tempo pois “movimentos intelectuais demoram a dar frutos, já que precisam dominar a opinião pública e determinar os futuros desenvolvimentos”. Para Hayek, contudo, era uma missão urgente pois: “não há dúvida que nas últimas duas gerações, o principal movimento intelectual, a principal influência veio de pessoas com uma filosofia oposta a que acredito”⁹¹.

Suas últimas palavras resumem o sentimento daqueles homens ali reunidos: na batalha contra o socialismo, o liberalismo econômico perdia de goleada. Mas, esse jogo começava a virar.

A repercussão de “O Caminho da Servidão”

O livro despertou reações apaixonadas, de defesa e de crítica, em vários países. Essas manifestações contribuíram para tornar o nome de Hayek internacionalmente conhecido. Não só no mundo acadêmico, mas também como uma figura popular, principalmente entre os empresários liberais.

Nossa tese é a de que a posição mais moderada de Hayek de reformulação do liberalismo foi fundamental para que ele assumisse a liderança no movimento

⁹¹ Idem.

internacional neoliberal do pós-guerra. Seu “O Caminho da Servidão” era o livro certo na hora certa. Em linguagem acessível, distante do “economês”, apresentou uma crítica moderada, mas necessária, naqueles anos de crise, ao *laissez-faire*. É válido dizer que uma obra de tom intransigente em defesa de um neoliberalismo radical dificilmente teria a mesma repercussão naquele momento. Caso dos escritos de Mises que acabaram relegados, embora bastante relevantes para o pensamento econômico neoliberal, naqueles anos era a referência principal apenas de um grupo minoritário entre os liberais clássicos.

Nos anos finais da guerra, Mises e Hayek disputavam o papel de protagonista do movimento neoliberal que então se formava. No período de lançamento da obra de Hayek, havia a preocupação entre os editores de que o lançamento do livro de Mises, *Omnipotent Government: The Rise of Total State and Total War*, no mesmo ano, pudesse prejudicar as vendas⁹². O livro de Mises, considerado uma obra-prima pelos neoliberais mais radicais, foi bastante criticado em alguns círculos liberais à época, segundo Fritz Machlup. Em carta para Hayek, escreveu que evitava falar com Mises porque não sabia o que dizer sobre seu novo livro, que o deixou “pelo que leu até o momento triste”⁹³. A opinião negativa seria compartilhada por outros liberais, “que não acharam nada de bom no livro, é apenas bem escrito e interessante”⁹⁴.

A opinião parcial de Fritz Machlup e outros neoliberais, reforça, contudo, nossa tese: Hayek destacou-se por se colocar em uma posição intermediária. Não apresentava uma crítica mais contundente ao *laissez-faire*, como faziam os ordoliberalis alemães, mas também não era reticente a apontar certos exageros do neoliberalismo radical,

⁹² Carta de Fritz Machlup para John Scoop, em 2 de agosto de 1944. Arquivo Hayek Papers. Caixa 36. Pasta 17.

⁹³ Carta de Fritz Machlup para Hayek, em 24 de agosto de 1944. Arquivo Hayek Papers. Caixa 36. Pasta 17.

⁹⁴ Carta de Fritz Machlup para Hayek, em 2 de agosto de 1944. Arquivo Hayek Papers. Caixa 36. Pasta 17.

como faziam os ultraliberais. Essa é a grande força de “O Caminho da Servidão” que transformou Hayek, como veremos, na principal liderança do liberalismo econômico no pós-1945.

Na Inglaterra, a primeira edição do livro esgotou-se em um mês. Pessoas que trabalhavam em torno da divulgação do livro mostravam-se ansiosos por uma declaração de Keynes. Fritz Machlup escreveu para o editor da Chicago Press, John Scoon, eufórico com a repercussão positiva. “Mesmo pessoas, como Keynes, criticadas por Hayek, fizeram elogios ao livro”⁹⁵.

O impacto do livro se refletiu também nos debates do parlamento britânico. “Caminho da Servidão” virou um slogan usado pelos conservadores para acusar as propostas políticas dos trabalhistas⁹⁶. Em resposta, o líder do Partido Trabalhista, Clement Atlee, acusava os discursos de Churchill de serem apenas “uma versão em segunda mão das ideias do professor austríaco Friedrich August von Hayek, que se tornou agora muito popular, fornecendo ideias para o Partido Conservador”. Chamar Hayek por seu nome completo não foi um simples capricho do líder da esquerda inglesa. Ao utilizar o nome do meio (August), que Hayek raramente utilizava, Atlee destacava seu sobrenome estrangeiro; mais precisamente austríaco. Ainda que Hayek fosse naturalizado britânico, o uso do seu sobrenome austríaco era uma tentativa de provocar uma reação nacionalista contra os conservadores, fazendo uma alusão ao mais recente inimigo do país: Adolf Hitler⁹⁷.

⁹⁵ Cartas de John Scoop para Fritz Machlup, em 7 de agosto de 1944, e Fritz Machlup para John Scoop, em 2 de agosto de 1944. Arquivo Hayek Papers. Caixa 36. Pasta 17.

⁹⁶ Cartas de John Scoop para Fritz Machlup, em 7 de agosto de 1944, e Fritz Machlup para John Scoop, em 2 de agosto de 1944. Arquivo Hayek Papers. Caixa 36. Pasta 17.

⁹⁷ Nash, *Reappraising the right*, 2009, p. 53.

Nos Estados Unidos, publicado meses depois da Europa, o sucesso foi ainda maior. Em poucos meses, esgotaram-se duas edições. No final de 1944, havia a expectativa de atingir a marca de 35 mil cópias vendidas⁹⁸.

Quando a revista popular *Reader's Digest* anunciou seu interesse em produzir uma versão condensada do livro, a ser publicada no início de 1945, as perspectivas para a obra se ampliaram⁹⁹. Embora não se possa creditar à versão popular da Digest o sucesso de vendas de “O Caminho da Servidão”, uma vez que o livro já vendia de forma surpreendente, o novo formato deu uma importante impulsão às vendas.

Em abril de 1945, a edição condensada de “O Caminho da Servidão”, o novo livro do mês da *Reader's Digest*, chegava aos lares americanos. Mais de um milhão de cópias foram distribuídas, popularizando Hayek no país. A própria revista se impressionou com o número de vendas. Seu editor, Stanley High, escreveu para Hayek se dizendo surpreso com o impacto do livro, que passou a pautar o debate intelectual americano. Em sua carta, declarou que sua revista “há muito tempo não produzia uma publicação tão significativa”¹⁰⁰.

E na esteira das vendas, diferentes universidades norte-americanas e de outros países começaram a convidar Hayek para dar palestras. Nas palavras de um observador da época: “raras vezes um livro de economia e não ficção tornou-se tão popular em tão pouco tempo”¹⁰¹.

Ressalte-se que o livro, visto retrospectivamente como um sucesso mundial, enfrentou dificuldades para conseguir uma editora, principalmente nos Estados Unidos. Uma década depois, Hayek escreveu que não se surpreendeu quando seu livro foi

⁹⁸ Carta de Fritz Machlup para Hayek, em 19 de outubro de 1944. Arquivo Hayek Papers. Caixa 36. Pasta 17.

⁹⁹ *Idem*.

¹⁰⁰ Carta de Stanley High para Hayek, em 18 de junho de 1945. Arquivo Hayek Papers. Caixa 101. Pasta 10.

¹⁰¹ Frase de Lawrence Frank. Citado em NASH, *op.cit*, p. 7.

recusado pelas três primeiras editoras, uma vez que pensou “pouco no país ao escrever sua obra”. Seu último contato com os Estados Unidos havia sido uma viagem há mais de vinte anos para fazer uma pesquisa acadêmica. Assim, imaginava Hayek, sua obra estava distante do debate político e dos interesses do público americano¹⁰².

A publicação de “O Caminho da Servidão”, nos Estados Unidos, se tornou possível graças à Aaron Director, economista de renome que persuadiu seus amigos da Universidade de Chicago e sua editora a publicar o livro com uma tiragem de dois mil volumes. Com o tempo, as vendas vão atingir 100 vezes esse número. Uma grande surpresa para Hayek que chegou a escrever que “o livro não foi feito para o consumo popular”¹⁰³.

A história da publicação do livro é um bom exemplo da formação de uma rede internacional de empresários, estudiosos, jornalistas e até mesmo alguns políticos em defesa das ideias do liberalismo econômico. John Davenport, um dos fundadores da Sociedade Mont Pelerin, contou que um dia em um evento no Metropolitan Club recebeu de Aron Director um volumoso envelope. Dentro dele estava o manuscrito de “O Caminho para a Servidão”. E um pedido: que Davenport levasse para Wendell Willkie, candidato republicano na eleição norte-americana de 1940, e o convencesse a escrever o prefácio. O jovem candidato do Partido Republicano, muito atarefado, recusou. John Chamberlain acabou por substituí-lo¹⁰⁴. O prefácio escrito por um notório conservador americano era visto como uma referência imprescindível para apresentar o intelectual europeu ao público do país.

¹⁰² “The Road to Serfdom after Twelve Years”. Prefácio. *The Road to Serfdom*. Illinois: University of Chicago Press, 1956. Disponível em: HAYEK. *Studies in Philosophy, Politics and Economics*. New York: Simon & Schuster, 1967.

¹⁰³ HAYEK, 1990.

¹⁰⁴ DAVENPORT, John. “Reflections on Mont Pelerin”. In *The Mont Pelerin Society Newsletter*. Caderno Suplementar. Julho de 1981. Arquivo da Sociedade Mont Pelerin. Caixa 68.

Contudo, o mais importante para isso foi a série de críticas favoráveis à obra que contribuíram para impulsionar as vendas. Na primeira página do *New York Times Book Review*, o jornalista Henry Hazlitt proclamou o livro “um dos mais importantes de nossa geração”, comparável a *On Liberty* de John Stuart Mill. Hazlitt era um apoiador enérgico das ideias do liberalismo econômico. No ano seguinte escreveu *Economics in One Lesson*, uma espécie de manual de introdução às ideias do livre mercado, que vendeu mais de um milhão de cópias.

Na revista *Fortune*, John Davenport apresentou a obra como “uma das principais declarações liberais de nosso tempo”, uma reafirmação “da fé no individualismo”, “da fé sobretudo na civilização cristã ocidental”¹⁰⁵. Mortimer Smith, foi mais longe, profetizando que “o livro será um marco em uma época de crise” como foi “Os Direitos do Homem” de Thomas Paine. O sucesso do livro repercutiu até mesmo em lugares pouco esperados. Em outubro de 1944, de Trinidad e Tobago, veio um pedido de 200 cópias para a editora. Do Canadá, vieram mais pedidos¹⁰⁶. As vendas trouxeram novas oportunidades para Hayek.

Com o sucesso do livro, Hayek foi convidado a dar palestras em universidades por todo o mundo. O filósofo austríaco era cobiçado não apenas pelo mundo acadêmico. Entre os grupos empresariais, a fama do autor de “O Caminho da Servidão” também despertava bastante interesse, principalmente entre as elites temerosas do comunismo e críticas às propostas keynesianas.

A elite norte-americana, por exemplo, que combatia o New Deal via em Hayek um aliado precioso. Em sua segunda passagem pelos Estados Unidos, com a guerra ainda em curso, Hayek foi convidado para passar cinco semanas viajando pelo país,

¹⁰⁵ Nota-se aqui ainda o uso antigo do termo “liberal” pelos conservadores norte-americanos.

¹⁰⁶ Carta de Fritz Machlup para Hayek, em 2 de outubro de 1944. Arquivo Hayek Papers. Caixa 36. Pasta 17.

dando palestras em universidades. Enquanto atravessava o Atlântico, a versão da Reader's Digest estourava no país.

Em Nova Iorque, Hayek percebeu seu novo status. Acostumado a falar para pequenas audiências, sempre compostas por acadêmicos, Hayek se surpreendeu com sua recepção no país. Em Manhattan, em um domingo de manhã, no famoso *The Town Hall*, Hayek falou para uma audiência de mais de três mil pessoas. Todos os lugares estavam esgotados. Havia pessoas do lado de fora tentando entrar, sem sucesso, para ouvir o especialista em teoria econômica. Hayek só soube da grandiosidade do evento no dia. Alguns anos mais tarde, contou que se soubesse com antecedência teria desistido.

No dia da palestra, percebendo a grandiosidade do evento, Hayek, aflito, pediu para falar por apenas 45 minutos. O que lhe foi negado. “Não, você precisa falar por uma hora”, lembrou Hayek. “Sobre o que eu devo falar? ”, questionou. O título de sua palestra é “The Rule of Law in International Affairs”, foi a resposta. “Meu Deus, eu nunca pensei sobre isso. Eu não vou conseguir”¹⁰⁷, respondeu Hayek.

Um evento que o marcou definitivamente. De professor de reduzidas turmas especializadas do campo acadêmico para o intelectual popular com trânsito no mundo empresarial. Daí em diante, as audiências seriam dessa forma. Os contatos que começou a ter com intelectuais e empresários foi crucial para a formação da Sociedade Mont Pelerin e para o crescimento da popularidade das ideias neoliberais nos anos seguintes. Se bem que, veremos no capítulo seguinte, esse é um processo de longo prazo. A notoriedade conquistada por Hayek não significou influência de imediato fora dos círculos simpáticos a sua filosofia. Apesar de se tornar um pensador bastante

¹⁰⁷ Entrevista de Hayek em Nobel prize-winning economist oral history transcript. Projeto do Programa de História Oral da Universidade da Califórnia, versão EPUB, p. 631-634.

reconhecido, suas ideias – bem como de outros neoliberais – só passaram a exercer influência no debate político a partir da década de 1970.

Feita essa ressalva, a influência de Hayek foi crucial para o fortalecimento da corrente liberal clássica do movimento conservador norte-americano. Para Georg Nash, a razão para o sucesso do intelectual austríaco no país estava diretamente ligada à falta de tradição do pensamento liberal clássico nos Estados Unidos do período anterior a 1945¹⁰⁸. O estudo de Kim Philipps-Fein (2015) sobre a família DuPoint e sua fracassada tentativa de criar a “Liga Americana da Liberdade” (*American Liberty League*) é um bom exemplo. Nota-se aqui a fragilidade do movimento conservador como força intelectual anti-New Deal. A Liga, criada em 1934, tinha como objetivo “ensinar o povo americano sobre o direito a trabalhar, receber, poupar e adquirir propriedades e a defender a propriedade e seu uso lícito quando conquistada”¹⁰⁹. Rapidamente se tornou um instrumento de combate às políticas econômicas e sociais de Roosevelt, acusando o New Deal de iniciar nos Estados Unidos uma “nova era de conflitos de classe e tirania do governo”¹¹⁰.

A historiadora sustentou que a Liga Americana fracassou em conseguir suporte intelectual e apoio popular e, por isso, praticamente desapareceu após a reeleição de Roosevelt, em 1936. O destino da iniciativa dos poderosos DuPoint refletiu a fragilidade do movimento conservador no país durante a década de 1930. Em um momento de grave crise econômica, as críticas às políticas intervencionistas dos democratas reverberavam pouco. Intelectuais conservadores, como Frank Knight, Albert Jay Nock e Henry Simons, tiveram pouca repercussão no período. Daí a empolgação dos grupos empresariais com o sucesso da obra de Hayek no país.

¹⁰⁸ Nash, op.cit, p. 10.

¹⁰⁹ Robert F. Burk. *The Corporate State and the Broker State. Massachusetts*: Harvard University Press, 1990, p. 144. Citado em PHILLIPS-FEIN, Kim, 2015, p. 284.

¹¹⁰ PHILLIPS-FEIN, Kim, 2015, p. 284.

É importante dizer que fora dos círculos intelectuais neoliberais também houve críticas positivas. George Orwell, por exemplo, escreveu que:

Na parte negativa da tese do prof. Hayek há uma grande dose de verdade. Não se pode dizer (...) que o coletivismo não seja inerentemente democrático. Ao contrário, [o que se pode afirmar é que o coletivismo] dá a uma minoria tirânica poderes tais jamais sonhados pelos inquisidores espanhóis¹¹¹.

Ainda que o elogio de um autor historicamente identificado com a esquerda, como Orwell, a um dos maiores manifestos do capitalismo liberal soe inesperado, é facilmente compreensível. Um ano após escrever essa crítica, o romancista inglês publicou o inesquecível “A Revolução dos Bichos”, uma das maiores sátiras ao autoritarismo soviético jamais escrita.

Porém, se pararmos nesta parte, como é feito em muitas edições da obra de Hayek, observamos apenas os elogios de Orwell. Seria realmente difícil acreditar que o autor que escrevera “O Caminho para Wigan Pier” (1937), comovente etnografia das mazelas sofridas pela classe trabalhadora inglesa nas minas de carvão do país, não tenha feito ressalvas à defesa do livre mercado por Hayek. Observando seu texto completo, notamos que Orwell não demorou a assinalar críticas às teses de Hayek. Embora concordasse com o autor austríaco que muitos intelectuais na Grã-Bretanha possuíam uma posição mais próxima das ideias totalitárias que as pessoas comuns, o autor de 1984 fez uma ressalva:

Mas ele [Hayek] não admite que o retorno ao livre mercado significa para grande parte da população uma tirania provavelmente pior, porque mais irresponsável, do que aquela feita pelo Estado. O problema com a competição é que alguém vence. Professor Hayek nega que o capitalismo necessariamente leve ao monopólio, e uma vez que a vasta maioria da população preferiria ter regulação estatal às crises econômicas e ao

¹¹¹ ORWELL, George. “Grounds for Dismay.” *Observer*. 9 April 1944.

desemprego, o movimento em direção ao coletivismo continuará se a opinião popular não tiver voz a esse respeito¹¹².

O mais surpreendente veio de seu principal rival intelectual no período: John Maynard Keynes.

Nos anos 1930, Hayek, junto com um grupo minoritário de economistas liberais clássicos da London School of Economics, buscou se contrapor às ideias de Keynes e de seus seguidores de Cambridge. Com pouco sucesso. Mas, o que incomodou Hayek nos anos seguintes foi não ter publicado, diferentemente de outros estudiosos de seu grupo, uma crítica direta ao livro de Keynes, “A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda” de 1936. O autor austríaco não cansou de dizer ao longa da sua vida que este era um dos seus principais arrependimentos¹¹³.

Apesar das divergências com Hayek sobre o papel do Estado, Keynes compartilhava suas críticas ao socialismo e ao marxismo. Amigos na época da guerra, a única carta que Keynes enviou para Hayek foi logo após o lançamento de “O Caminho da Servidão”. Nela, Keynes elogiou o livro:

Trata-se, na minha opinião, de um grande livro. Todos nós temos razões de sobra para sermos gratos a você por exprimir tão bem tudo aquilo que tanto precisava ser dito. Estou moral e filosoficamente falando, virtualmente de acordo com o conteúdo integral desta obra; não só de acordo, como de profundo e comovido acordo¹¹⁴.

A carta bastante enaltecedora contrasta com a visão tradicional sobre os dois pensadores como rivais intelectuais que discordavam de tudo. Ao observarmos Keynes se posicionar praticamente de acordo com tudo que Hayek escreveu, podemos perceber como eles se aproximavam por suas críticas ao socialismo e ao comunismo. Afinidades, contudo, que não apagavam suas diferenças.

¹¹² ORWELL, George. “Grounds for Dismay.” *Observer*. 9 April 1944.

¹¹³ HAYEK, Friedrich A. von. *Hayek on Hayek: an autobiographical dialogue*. Indianapolis: Liberty Fund, 1994, p. 12.

¹¹⁴ Carta de Keynes para Hayek, em 28 de junho de 1944. Arquivo Hayek Papers. Caixa 30. Pasta 19.

Ao concordar com as críticas de Hayek ao comunismo, Keynes fez algumas críticas pontuais à obra, principalmente às passagens sobre planejamento econômico. Este é o ponto que mais o incomoda na obra de Hayek. Buscando se distanciar do liberalismo clássico de Hayek, escreveu “minha única crítica principal” é acerca da necessidade e da forma do planejamento econômico. Sobre isso, “eu concluo de forma diferente. Eu devo dizer que o que queremos não é nenhum planejamento, ou mesmo menos planejamento, queremos na verdade mais”¹¹⁵.

O impacto de “O Caminho da Servidão” foi marcante também para alguns importantes empresários do período, como mostram algumas de suas biografias e memórias. Apenas para citar alguns, são os casos dos norte-americanos Harold Luhnow, Leonard Read e F.A. Harper e do britânico Antony Fisher¹¹⁶. Os quatro foram destacados líderes empresariais e fundadores de think tanks responsáveis pela divulgação das ideias do liberalismo econômico. Em suas memórias, todos creditam ao livro um papel-central em suas formações intelectuais e políticas.

A história de Antony Fisher, por exemplo, é bastante emblemática do papel de Hayek como mentor deste processo de expansão neoliberal. Fisher pode ser considerado uma espécie de *self-made man* modelo da expansão das ideias do livre mercado. Sua trajetória costuma ser contada por muitas organizações como um dos mitos de origem do renascimento neoliberal. Piloto da força aérea britânica durante a Segunda Guerra Mundial, Fisher tornou-se fazendeiro após o conflito. Enriqueceu bastante com o novo negócio, nos anos 1950. Quando a versão condensada do livro de Hayek chegou em suas mãos, Fisher procurou Hayek em seu escritório na London School. Influenciado pelo livro, ele queria ajudar de alguma forma na “longa batalha de ideias” descrita no livro por Hayek e que tanto o haviam impressionado. No encontro com o filósofo,

¹¹⁵ Idem.

¹¹⁶ As trajetórias destes quatro empresários serão abordadas mais à frente.

Fisher questionou o que poderia fazer para ajudar nessa guerra ideológica: “se deveria entrar para a política?”. Ao que Hayek respondeu negativamente, complementando:

A sociedade só vai mudar com uma transformação das ideias. Primeiro, você precisa atingir os intelectuais, professores e escritores com bons argumentos. Vai ser a influência deles na sociedade que vai prevalecer, a partir daí os políticos vão aderir.¹¹⁷

Antony Fisher seguiu o conselho de Hayek. Tornou-se o fundador de inúmeros think tanks voltados à defesa dos livres mercados. Na Grã-Bretanha, estabeleceu seu mais influente instituto: o *Institute of Economic Affairs – IEA*, um dos principais formuladores teóricos do thatcherismo. Nos EUA, criou vários: o *Atlas Network*, antigamente chamado de *Atlas Economic Research Foundation* (Washington D.C), o *Manhattan Institute* (Nova Iorque), o *Pacific Institute – NCPA* (São Francisco) e o *National Center for Policy Analysis* (Dallas). Pode-se citar outros think tanks ainda, como o canadense *Fraser Institute* (Vancouver). Com uma atuação tão decisiva, a história de Fisher costuma ser retratada nos livros de apologia ao ressurgimento das ideias do livre mercado e nas histórias de fundação desse tipo de think tank como um modelo de sucesso a ser seguido.

Destaca-se aqui também o papel de Hayek como orientador de estudiosos e empresários interessados em divulgar as ideias do liberalismo econômico e interferir na agenda pública de suas sociedades. A tese do poder transformador das ideias será um argumento usado com frequência pelo filósofo austríaco para justificar a necessidade de algumas de suas iniciativas, como a formação da Sociedade Mont Pelerin.

¹¹⁷ BLUNDELL, John. *Waging the War of Ideas: Why There Are No Shortcuts*. Retirado de *Heritage Foundation Lecture Series: Heritage Lecture #254* June 1, 1990.

As críticas ao livro

Mas nem tudo foram aplausos à obra de Hayek. Houve críticas também. Algumas bem ácidas. Em *Road to Reaction*, Herman Finer dedicou um livro inteiro para criticar “O Caminho da Servidão”. Chamando o livro de “Manifesto dos reacionários”, afirmou não ser possível desconstruir “todas as falácias do livro, já que são tantas” e que “saltam de cada sentença”. Finer disparou agressivamente:

(...) que o mecanismo de aprendizagem de Hayek é deficiente, sua leitura incompleta; que sua compreensão do processo econômico é intolerante, seu entendimento da história falso; que sua ciência política é quase inexistente, sua terminologia enganosa, sua percepção dos procedimentos políticos e da mentalidade britânica e norte-americana é gravemente deficiente; e sua postura diante do homem e mulher medianos é ferozmente autoritária.¹¹⁸

Outra crítica veio da revista progressista *The New Republic* que sustentou que o trabalho de Hayek tinha pouco impacto no mundo acadêmico e que estava apenas sendo usado para satisfazer os interesses reacionários do empresariado.

Entre alguns conservadores a rejeição ao livro era ainda mais forte. Para Frank Knight, considerado um dos principais economistas da Escola de Chicago durante o período do entreguerras e crítico mordaz das políticas econômicas do governo Roosevelt, julgou o livro “pouco sólido historicamente, questionando inclusive se deveria ter sido publicado pela Universidade de Chicago”¹¹⁹. De forma menos educada, o escritor nova iorquino Frank Chodorov exclamou: “Quanta tolice!”, e fez questão de deixar claro que achava que o livro beirava a covardia intelectual¹²⁰.

As críticas vieram também de amigos. Em 30 de março de 1945, Mises fez um discurso na *American Academy of Political Science*, no qual se declarou muito contente com o sucesso do livro. Porém, defendeu que havia nele contradições importantes. Para

¹¹⁸ FINER, Herman. *Road to Reaction*. Boston: Little Brown & Co., 1945, p. vii. Tradução do autor.

¹¹⁹ AUDIER, 2012, P. 236.

¹²⁰ Frank Chodorov. “What This Country Needs Is Guts,” (“O que esse país precisa é de coragem”). *Analysis* 2. Fevereiro de 1946. Citado em HÜLSMANN, 2007.

ele, a tese e os argumentos de Hayek eram corretos, mas sua defesa era feita de maneira equivocada¹²¹.

Em outro momento, em uma carta para Selma Fuller, Mises exaltou as virtudes de “O Caminho da Servidão”, mas defendeu as críticas de Fullner ao livro de Hayek:

O programa positivo desenvolvido por Hayek é de menor importância quando comparado às virtudes do livro. Entretanto, é muito reconfortante que seus amigos tenham sido perspicazes o bastante para ver as contradições do programa¹²².

O que incomodava Mises era que “O Caminho da Servidão”, ainda que criticasse fortemente o planejamento estatal, não rejeitava a intervenção do governo em certas áreas. Diante da crise do laissez-faire, Hayek, assim como o livro *The Good Society*, publicado uma década antes, aceitou, embora de forma bem mais moderada que Walter Lippmann, a atuação do governo em determinados assuntos econômicos e sociais. Concessão indefensável para os defensores mais fervorosos do livre mercado, como Mises.

A organização de uma rede internacional a favor do livre mercado

Em novembro de 1945, desfrutando da recente fama mundial provocada pelo sucesso de seu livro, Hayek viajou pela Europa e EUA dando palestras. Após uma conferência na universidade de Zurique, foi convidado por banqueiros e industriais suíços para um jantar de recepção. Nascia aqui a Sociedade Mont Pelerin; pelo menos, em projeto.

A reunião foi narrada por Albert Hunold, rico empresário suíço da indústria de relógios. O assunto dominante da conversa foi a necessidade de se combater o

¹²¹ O discurso de Mises foi originalmente publicado como "Planning for Freedom", junto com um discurso feito por Rufus S. Tucker à mesma plateia, em um panfleto de 24 páginas: *Economic Planning* (New York: Dynamic America, 1945), pp. 3-12.

¹²² Mises para Fuller, carta manuscrita em 14 de novembro de 1944; Grove City Archive: Fuller files. Citado em HÜLSMANN, 2007.

crescimento do socialismo na Europa. Preocupados, os empresários queriam ouvir o intelectual austríaco sobre as possibilidades de se recuperar as ideias do liberalismo econômico, desacreditadas no período. Em determinado momento do jantar, um dos participantes questionou Hayek a respeito do que fazer para popularizar as ideias do livre mercado. Ao que Hayek respondeu de maneira incisiva. Segundo ele, não era seu trabalho fazer propaganda, mas buscar a verdade. E que outros homens deveriam realizar esse trabalho.

Durante a viagem, de acordo com Hunold, surgiu a vontade de Hayek de reunir aquelas inúmeras pessoas, que dispersas defendiam as mesmas ideias em seus países, para um projeto comum.¹²³ Nos EUA, Hayek defendeu pela primeira vez que o sucesso contra o que entendia ser a hegemonia das ideias socialistas só seria atingido pela criação de uma “alternativa real”, e pela “ampla colaboração de todas as pessoas qualificadas e ansiosas para preservar as instituições livres” em um esforço de caráter internacional. O que era preciso, advogou o filósofo, era “uma organização em parte acadêmica e em parte política”, uma espécie de “Academia Internacional de Filosofia Política” (*International Academy of Political Philosophy*).¹²⁴ Um ano depois nascia a Sociedade Mont Pelerin. Não sem dificuldades.

Os difíceis primeiros anos

A ideia de criar uma organização internacional demandava recursos financeiros difíceis de se obter naqueles anos, mesmo para um intelectual como Hayek que desfrutava da simpatia de parte do grande empresariado.

¹²³ Encontro relatado por Albert Hunold em *World Liberalism*. Spring, 1955. Arquivo da Sociedade Mont Pelerin. Caixa 4. Pasta 12. Hoover Institution. Universidade de Stanford. Palo Alto. Califórnia, EUA.

¹²⁴ HARTWELL, R.M. *A history of the Mont Pelerin Society*. Liberty Fund. Indianápolis, EUA, p. 29.

A ideia de fundar a Sociedade foi de Hayek, mas sua criação deve muito aos esforços de outros dois homens: o suíço Albert Hunold e o alemão Wilhem Röpke. Esquecidos pela história oficial da Sociedade Mont Pelerin (SMP), desempenharam um papel crucial para o sucesso da primeira conferência e para a organização inicial do grupo.

Albert Hunold, ao lado de Hayek, foi o principal protagonista da formação da Sociedade. Durante a primeira década da SMP, Hayek e Hunold dividiram o poder dentro da organização. Entre 1948 e 1960, o primeiro ocupou o cargo de presidente e o segundo de secretário. Hunold foi também o mentor e editor-chefe da primeira publicação do grupo, a revista *The Mont Pèlerin Quarterly*.

Albert Hunold nasceu em Zurique, em 1899. Homem de personalidade difícil, mas com uma capacidade de trabalho invejável, Hunold usou de seus contatos pessoais bastante profícuos com a elite econômica suíça e mesmo sua fortuna pessoal para financiar a Sociedade Mont Pelerin em seus primeiros anos. Ele foi o responsável por apresentar a organização para o empresariado europeu.

Entre 1925 e 1927, Hunold estudou economia política na London School of Economics. Cursou ainda a Universidade de Zurique por mais três anos. Aos 34 anos, obteve um doutorado em economia pública pela universidade suíça. Apesar de ir bem, seu lugar não era no meio acadêmico, mas no mundo empresarial. Seu primeiro trabalho foi como secretário da Bolsa de Valores de sua cidade natal. Ficou no cargo por um longo período (1930-1945), quando estreitou seus contatos com os grupos empresariais de seu país. Exerceu também o cargo de secretário da União dos Institutos de Crédito de Zurique (*Union des instituts de crédit zurichois*) durante os anos da guerra (1940-1945). Quando o conflito terminou, tornou-se diretor-adjunto do Banco de Investimento *Crédit Suisse* de Zurique. Em 1946, tornou-se também diretor da principal federação

patronal suíça, relacionada à indústria de relógios¹²⁵. Personagem de destaque nos meios empresariais suíços, tonou-se um agente decisivo na construção da Sociedade Mont Pelerin. Enquanto Hayek era o presidente e representante da Mont Pelerin nos EUA, Hunold era o secretário europeu, responsável pela arrecadação de dinheiro para financiar a organização.

Em 1946, ele tentou colocar Hayek como professor da Universidade de Zurique. Para isso, teve o apoio de Hans Sulzer, rico empresário suíço e um dos principais doadores do *Schweizerisches Institut für Auslandsforschung* (SIAF), fundo mantido por alguns empresários do país. Por dois anos, Hunold tentou, sem sucesso, fazer com que Hayek fosse admitido na universidade.

Em 1949, Hunold tornou-se diretor do SIAF. Veremos adiante que esse posto foi importante para a Sociedade Mont Pelerin pois abriu uma nova perspectiva de financiamento para a organização.

Reduzir a biografia de Hunold a um arrecadador financeiro seria injusto. Mas, na Mont Pelerin, marcada por intelectuais como Friedman, Stigler e Popper, a atuação de Hunold acabou por se destacar por sua capacidade de administração econômica. Admirador de Hayek e Mises, mas também dos teóricos alemães do ordo-liberalismo, Hunold não pode ser considerado um intelectual de renome da organização.

No final dos anos 1920, ele se converteu ao liberalismo após ter lido *Liberalismo* de Mises. O encontro com o intelectual austríaco teve um profundo impacto sobre ele. Em texto em homenagem a Mises intitulado “Como Mises mudou minha opinião”¹²⁶, publicado na revista *The Mont Pèlerin Quarterly*, ele contou sobre o encontro, em setembro de 1928, na conferência da Associação de Política Social (*Verein für*

¹²⁵ OLIVIER, Longchamp e YVES, Steiner. “Comment les banquiers et industriels suisses ont financé le renouveau liberal”. In *L'Économie politique*. 4/2009 (n° 44). p. 76-92.

¹²⁶ Hunold, “How Mises changed my mind”. *The Mont Pelerin Quarterly*. vol III. n° 3. outubro de 1961. Arquivo da Sociedade Mon Pelerin. Caixa 3. Pastas 5-6.

Socialpolitik)¹²⁷. Fundada na Alemanha, no final do século XIX, a organização originalmente era voltada a debates sobre as possibilidades de um “caminho do meio” entre o socialismo e as políticas de *laissez-faire*”. Intenção não compartilhada por Mises, mas próxima às aspirações da corrente de pensamento econômico que vai influenciar bastante Hunold: a Escola de Freiburg.

Entre 1930 e 1932, Hunold entrou em contato com diversos pensadores alemães, com destaque para Rüstow, durante as conferências de Dresden, na Alemanha. Segundo Hunold, esse é o momento da fundação de um discurso neoliberal”¹²⁸. A categoria “neoliberalismo” será usada por ele, em seus escritos posteriores, para se referir às propostas dos alemães de defesa da liberdade econômica com um Estado preocupado em exercer um papel social. Diferente do *laissez-faire* advogado por Hayek, e mais intensamente, por Mises.

Ao longo dos anos 1950 e 1960, Hunold defendeu um “liberalismo conservador” como reação aos “perigos do totalitarismo e do advento da sociedade de massas”. Mas a crítica ao que chamava de coletivismo marcou suas preocupações intelectuais desde seus anos de formação em Economia.

O Jornal “Ocidente”

Segundo Hunold, em meados de 1944, Wilhelm Röpke, professor de Economia do Instituto Universitário de Altos Estudos Internacionais (*Institut de Hautes Études Internationales et du Développement*), de Genebra, o procurou para discutir a criação de um jornal internacional em defesa das ideias do liberalismo. A ser publicado na Suíça, o periódico teria como objetivo “a defesa do mundo ocidental contra as tendências do

¹²⁷ A Associação conta hoje com cerca de 4.000 economistas em mais de 20 países, principalmente na Alemanha, Áustria e Suíça. Para mais: www.socialpolitik.de

¹²⁸ Hunold, “How Mises changed my mind”. *The Mont Pelerin Quarterly*. vol III. n° 3. outubro de 1961.

coletivismo”.¹²⁹ Para colocar o projeto em execução, cada um assumiria uma função. Röpke ficou encarregado de elaborar a proposta do jornal e entrar em contato com os colaboradores, enquanto Hunold estabeleceria a base financeira para o projeto, convencendo empresários a investir na iniciativa.

Um ano depois, em agosto de 1945, o projeto final do periódico estava finalizado. Seria chamado “Ocidente”. A ideia era produzir um jornal internacional voltado a temas de economia, história, direito e filosofia. Sua finalidade era a de reformular a doutrina do liberalismo econômico e influenciar o ambiente intelectual com a publicação de artigos de pensadores eminentes de diferentes áreas.¹³⁰

Em um momento em que o mundo ainda sofria com a guerra na Ásia, mês lembrado para sempre pelas bombas de Hiroxima e Nagasaki, o economista alemão lançou seu periódico com o intuito de combater o que chamou de “contínuo progresso do Coletivismo e do Totalitarismo”, conceitos usados para fazer alusão ao socialismo e ao capitalismo de Bem-Estar Social. Na sua visão, as ameaças ao liberalismo não eram apenas de ordem econômica e social, mas residiam também no “colapso intelectual, moral e social-filosófico das fundações do Ocidente”¹³¹.

Com isso, continuou Röpke, seria necessário um esforço intelectual que fizesse “frente aos riscos colocados pelo coletivismo, pela civilização de massa, pelo materialismo e pelo rompimento dos laços da tradição”. E a forma de fazê-lo seria um periódico internacional que servisse como plataforma para a discussão aberta das ideias a favor do “humanismo ocidental e das forças da liberdade”. Por isso, defendeu um movimento de coordenação internacional para atacar as ameaças que assolam os países

¹²⁹ Para saber mais sobre o periódico, ver: Albert Hunold. “How the Mont Pelerin lost its soul”, 1962. Arquivo da Sociedade Mont Pelerin. Caixa 4. Pasta 13.

¹³⁰ Report of the Conference and Foundation of Mont Pelerin Society. Arquivo da Sociedade Mont Pelerin. Caixa 5. Pasta 15.

¹³¹ Idem.

ocidentais. Apelando a “uma comunidade guiada pelos mesmo princípios”, convocava para a defesa da “unidade intelectual do mundo ocidental”¹³².

Para colocar em prática seus planos, Röpke entrou em contato com intelectuais de diferentes países. Falou com Hayek, Luigi Einaudi, Karl Brandt, Walter Eucken, John Jewkes, Bernardo Croce e Lionel Robbins. Apoio intelectual não seria problema. Contudo, faltava suporte financeiro.

Segundo as contas de Röpke, seriam necessários 100 mil francos suíços para colocar a revista em circulação. Com o apoio de Hunold, Röpke aproximou-se de um grande número de empresários suíços, mas obteve apenas uma parte do esperado. Em junho de 1946, havia levantado somente 20 mil francos. Algumas semanas depois, conseguiram a promessa de mais 50 mil francos, dos quais 16 mil foram recebidos na hora. As dificuldades cresciam: a editora escolhida, *A. Francke & Co.S.A*, desistiu do periódico, preferindo se associar ao projeto de uma revista internacional de teoria econômica intitulada *Kyklos*.

Röpke não desistiu. Conseguiu outra editora. Mas não adiantou. Segundo o documento de criação da Sociedade, a nova editora possuía “uma visão um pouco diferente” do que eles queriam e, por isso, Hunold não teria se sentido confortável para usar o dinheiro captado com os grupos financeiros¹³³. E, assim, o plano de criação do jornal “Ocidente” foi, primeiro, adiado e, depois, abandonado.

¹³² Idem.

¹³³ Report of the Conference and Foundation of Mont Pelerin Society. Arquivo da Sociedade Mont Pelerin. Caixa 5. Pasta 15. A história sobre o fracasso do jornal de Röpke diverge entre as explicações da História Oficial de Hartwell e os escritos de Hunold. Para o primeiro, foi uma questão meramente financeira. Já para o segundo, o principal motivo estaria na ausência do editor responsável. O que se pode inferir, no entanto, é o papel crucial de Hunold e de Röpke para a formação da Sociedade Mont Pelerin. Nos poucos estudos sobre a organização, como o de François Denord (2007 e 2015), pouco se fala de Hunold, menos ainda de Röpke, ficando apenas com Hayek o protagonismo nesses primeiros anos.



Wilhelm Röpke and Albert Hunold¹³⁴

Hayek entra em ação

Neste mesmo período, Hayek começava a planejar a fundação de uma Academia Internacional de Filosofia Política (*International Academy for Political Philosophy*) que seria chamada de Sociedade Acton-Tocqueville. O sentimento de Hayek era o mesmo de Röpke: a civilização ocidental estava em perigo. Era preciso agir. Aproveitando a fama recente e os contatos com intelectuais e empresários, Hayek decidiu começar a planejar a organização. Segundo Hayek, esse foi um dos principais benefícios do triunfo do livro. “Eu nunca poderia imaginar que tivesse tanta gente que compartilhasse as minhas ideias”, em vários países, “indivíduos e pequenos grupos ainda defendiam a grande tradição liberal”, lembrou Hayek. Todos “se sentindo isolados, como meu pequeno grupo na London School”¹³⁵. Era preciso fazer alguma coisa.

Sentindo-se estimulado pelos debates intelectuais que travou durante seu tour pela Europa e Estados Unidos, Hayek decidiu começar a organizar uma rede internacional de intelectuais em defesa do liberalismo econômico.

Me beneficieei tanto de debates com pessoas que pensavam como eu, de tantos lugares diferentes – como Henry Simons e seu grupo de Chicago, Wilhelm Röpke em Genebra, e o grupo de alemães liderado por Walter

¹³⁴Fonte: *The Philadelphia Society*. Disponível em [:http://phillysoc.org/wp-content/uploads/2014/08/ropkhuno.jpg](http://phillysoc.org/wp-content/uploads/2014/08/ropkhuno.jpg). Acessado em 16/09/2016.

¹³⁵ Hayek on Hayek, p. 132.

Eucken – que cresceu minha vontade de reunir todos esses indivíduos em um grupo internacional para a discussão dos problemas e esforços para reavivar a tradição liberal¹³⁶.

Vontade não faltava. Faltava dinheiro. Examinar as dificuldades financeiras do surgimento da Sociedade Mont Pelerin nos permite questionar algumas análises que imputam à organização um status que ela só passou a desfrutar na virada dos anos 1970 para a década de 1980. A imagem da instituição rica, da qual fazem parte empresários, políticos e acadêmicos importantes – vários deles vencedores do Prêmio Nobel – se formou posteriormente, resultado da ascensão política de governos orientados por suas ideias, casos de Ronald Reagan e Margareth Thatcher.

De certa forma, é preciso relativizar até mesmo o status dos intelectuais da organização em seus primeiros anos. Alguns ainda eram jovens pesquisadores, como Milton Friedman, que estava longe da fama que alcançou posteriormente. Mesmo experientes como Hayek, Mises, Popper e os teóricos da Escola de Freiburg, ainda que fossem referências no meio acadêmico internacional, não possuíam o reconhecimento que desfrutaram a partir dos anos 1970. Até esses anos, o keynesianismo figurou como a principal matriz ideológica no campo da Economia capitalista. E, por isso, a defesa radical do capitalismo laissez-faire, feita por homens como Hayek e Mises, durante os anos da prosperidade dos Estados de Bem-Estar Social, era muitas vezes percebida como excêntrica.

Mesmo a presença de políticos na Mont Pelerin merece uma ressalva. Em seus primeiros anos, fruto da desconfiança que os intelectuais nutriam em relação aos políticos, sua entrada foi proibida na organização. Regra que vai ser abandonada com o tempo.

¹³⁶ Hayek on Hayek, p. 132-133.

Além disso, ainda que empresários de destaque tenham aderido à Mont Pelerin já no seu início, não podemos fazer uma comparação com a atuação deles décadas depois. Nos anos 1940 e 1950, poucos eram os grupos empresariais organizados dispostos a financiar esse tipo de projeto. Daí as dificuldades iniciais de Hayek e a relevância do apoio das organizações suíças e norte-americanas.

Dessa forma, é importante não realizarmos uma análise retrospectiva, que atribua o sucesso inicial da Mont Pelerin a uma rede internacional de think tanks bem estruturada, fenômeno que só tomou forma a partir das décadas de 1960. Nos anos 1970, o papel das organizações de defesa do livre mercado cresceu exponencialmente, em número e tamanho, principalmente nos Estados Unidos. Esse fato contribuiu bastante para o financiamento de grupos e atividades afinados com suas ideias. A Mont Pelerin se beneficiou bastante desse novo contexto.

Mas, no imediato pós-1945, a situação era diferente. Contar as dificuldades iniciais do projeto de Hayek é questionar a leitura evolucionista, teleológica e triunfalista do neoliberalismo feita por alguns de seus defensores e críticos. De um lado, certos apoiadores das ideias do liberalismo clássico narram uma história de êxito, na qual a ideologia liberal triunfa por sua suposta superioridade. Por outro lado, alguns críticos do neoliberalismo descrevem uma história de derrota do keynesianismo e/ou do socialismo diante da marcha avassaladora e inexorável das elites política, econômica e intelectual, favoráveis aos livres mercados. Nem uma história nem outra. Buscamos mostrar nesta tese que o movimento neoliberal, analisado aqui em uma de suas expressões apenas – a Sociedade Mont Pelerin, teve um desenvolvimento menos linear e mais complexo do que a literatura tradicional costuma apontar.

O encontro com Albert Hunold

A oportunidade de organizar uma reunião internacional de intelectuais começou a ficar mais próxima de se concretizar quando Hayek conheceu Albert Hunold durante sua viagem à Suíça, em 1945. “Foi Hunold quem colocou meu plano em atividade”, recordou Hayek com gratidão, décadas depois. Como veremos no próximo capítulo, esse tipo de reconhecimento do protagonismo de Hunold para o sucesso da organização é raro. A lembrança de sua importância para o surgimento da Mont Pelerin está presente em poucos momentos na memória oficial da organização e nas memórias dos seus principais participantes, como Hayek e Friedman.

Em 9 de outubro de 1946, Hayek entrou em contato com Hunold para conseguir os recursos para seu projeto. Na carta enviada, havia dois memorandos. Um deles, era um texto de uma palestra dada por Hayek para empresários, meses antes, explicando seu desejo de fundar a Sociedade Acton-Tocqueville. Comunicando seus contatos com diferentes indivíduos desejosos de participar da organização e sua intenção de organizar um encontro internacional, Hayek informou a Hunold sobre as dificuldades financeiras que enfrentava para realizar seu projeto. Na carta, o intelectual austríaco perguntou a Hunold se ele não poderia apoiar financeiramente o primeiro encontro da Sociedade, pagando os custos da hospedagem de vinte a trinta pessoas na Europa, provavelmente na Suíça, e mais a viagem dos europeus até o local de encontro¹³⁷.

Preocupado, Hayek escreveu para Hunold relatando as dificuldades de angariar os recursos necessários:

While the general scheme had a very good reception from all the scholars I have approach, there is so far no prospect of the considerable funds forthcoming which would be required to make such an undertaking worth starting.¹³⁸

¹³⁷ Carta de Hayek a Hunold, 9 de outubro de 1946. Arquivo Hayek Papers. Caixa 61. Pasta 9.

¹³⁸ Arquivo da Sociedade Mont Pelerin. Correspondências. Caixa 5. Pasta 4. Hoover Institution. Universidade de Stanford. Palo Alto. Califórnia, EUA.

Nessa carta, Hayek relatou também que esperava poder organizar “um primeiro encontro, provavelmente em um território neutro, de preferência na Suíça, na próxima primavera”. Com dificuldade, mas confiante de que poderia conseguir recursos nos EUA para financiar a viagem dos norte-americanos para um encontro na Europa, ele, no entanto, ainda considerava difícil pagar as demais despesas.

But it would still be necessary to find funds to finance the stay of some twenty or thirty people in Switzerland for a period of between eight and fourteen days, and perhaps also to provide travelling expenses for those European participants who cannot afford to come at their own expense.¹³⁹

Segundo Hartwell, Hayek acreditava que o grupo mais importante para a restauração do liberalismo clássico se encontrava nos Estados Unidos. A viagem e o sucesso de “O Caminho da Servidão” no país o havia impressionado. Assim, para ele, a presença dos norte-americanos no encontro era crucial.

A situação financeira melhorou no final do mês de outubro de 1946. A *Foundation For Economic Education* (FEE) decidiu apoiar a investida de Hayek arcando com os custos de viagem dos participantes norte-americanos.¹⁴⁰

O apoio financeiro da organização norte-americana estimulou Hunold e Röpke a concordarem com os pedidos de Hayek. Frustrados com o insucesso de *Ocidente*, decidiram investir a soma levantada para o jornal no financiamento do encontro da Mont Pelerin.

Faltava o aval de William Rappard, já que também estava envolvido diretamente com a fundação de *Ocidente*. Sabendo disso, Hayek entrou em contato com Rappard para convencê-lo a apoiar o encontro. Em 23 de novembro, Hayek escreveu para o

¹³⁹ Idem.

¹⁴⁰ Carta de Hayek a Hunold, 13 de novembro de 1946. Arquivo da Sociedade Mont Pelerin. Correspondências. Caixa 5. Pasta 4.

historiador e diplomata alemão, buscando vencer a última barreira para conseguir o dinheiro suíço. Na carta, descreveu para Rappard seu projeto e as fontes de financiamento já disponíveis, bem como os recursos da FEE e do William Volker Fund, colocados à disposição de Hayek. No caso do Voker Fund, o fundo aproximara-se de Hayek anos antes, tendo financiado, por exemplo, sua viagem a Chicago para realizar uma série de palestras, inspiradas em “O Caminho da Servidão”.¹⁴¹

O apoio de Rappard veio após sua viagem aos Estados Unidos, onde participou de uma conferência em Washington. Impressionado com a popularidade de Hayek no país, concordou em apoiar a iniciativa. Com isso, o projeto de Hayek começou a sair do papel. Graças à anuência de Hunold, Röpke e Rappard, planejou, inicialmente, um encontro de intelectuais na Europa. A ideia era que a reunião discutisse a viabilidade de se criar uma organização permanente e um jornal em defesa das ideias do liberalismo econômico.

Apesar desses avanços, Hunold e Rappard preocupavam-se com a insuficiência dos recursos disponíveis para projetos futuros. Alertaram, por isso, Hayek sobre a necessidade de se buscar novas fontes de financiamento, evitando, assim, a dependência de poucos patrocinadores. A ideia era que a organização contasse com recursos de diferentes fontes, capazes de sustentar a iniciativa no longo prazo.

Portanto, precisavam conseguir mais apoio financeiro.

¹⁴¹ Carta de Hayek a Rappard, 23 de novembro de 1946. Arquivo da Sociedade Mont Pelerin. Correspondências. Caixa 5. Pasta 4. Hoover Institution.

With a Little Help from my Friends

I). Os capitalistas suíços

Oh I get by with a little help from my friends

I get high with a little help from my friends

*Gonna try with a little help from my friends*¹⁴²

Composta por Paul McCartney e imortalizada na voz de Joe Cocker, *With a Little Help from My Friends* é uma das mais belas canções dos Beatles. A música do lendário álbum *Sgt. Pepper's Lonely Hearts Club Band* trata da importância da amizade e das formas de apoio que os amigos podem oferecer uns aos outros para superar as dificuldades da vida. Revela um pouco da história da Sociedade Mont Pelerin, que só pode surgir graças ao empenho de intelectuais como Hayek, mas também ao apoio generoso de empresários norte-americanos e europeus. Muitos deles, conhecidos desde os tempos do Colóquio Walter Lippmann, outros se tornaram amigos após a guerra.

Desse modo, embora se reconheça a capacidade intelectual e empreendedora de Hayek, Hunold e Röpke e suas atuações decisivas para a formação da Sociedade Mont Pelerin, há dúvidas de que a instituição sairia do papel sem o apoio financeiro das elites econômicas da Suíça e dos Estados Unidos.

Do país europeu, destaca-se o Instituto de Estudos Internacionais da Suíça (*Schweizerisches Institut für Auslandsforschung* - SIAF). Este think tank, criado em 1943, surgiu com o apoio de importantes empresários do país e, desde seu início, teve relações bastante estreitas com a Universidade de Zurique. Sua aproximação com a Mont Pelerin se deu através de Albert Hunold, que se tornou o diretor financeiro da organização. Entre 1950 e 1966, ele captou, junto a banqueiros e empresários suíços, o

¹⁴² Tradução nossa: “Oh, consigo com uma pequena ajuda de meus amigos; Me levanto com uma pequena ajuda de meus amigos; Tentarei com uma pequena ajuda de meus amigos”.

equivalente a mais de 3 milhões de euros para o think tank.¹⁴³ Um parceiro e tanto para a Sociedade Mont Pelerin.

Além do financiamento dos primeiros encontros da SMP, o apoio do SIAF se deu pela organização de cursos e palestras e a publicação de livros, sempre de temas e estudos ligados às ideias do liberalismo econômico.

Entre 1950 e 1951, Hunold organizou 44 palestras – quase duas por mês – na Universidade de Zurique. Dos 23 convidados para darem essas concorridas palestras, 21 eram membros da Mont Pelerin. Entre eles: Hayek, Jewkes, Machlup, Plant, Rappard, Knight, Röpke, entre outros. As palestras eram também uma forma de colocar o think tank e a universidade suíça em contato com os mais prestigiosos centros acadêmicos do mundo, como Cambridge, London School of Economics, Harvard, Princeton e Chicago.

As palestras tinham a participação de estudantes da Suíça e de outros países, bem como de empresários, políticos e jornalistas. Serviram, assim, como um meio de divulgação das ideias neoliberais dentro do meio acadêmico e fora dele. A atuação dos participantes da Sociedade de Hayek continuou até o início da década de 1960, quando, veremos a seguir, Hunold deixou a Mont Pelerin. É um dado marcante que entre os anos 1950 e 1958, mais de dois terços das palestras, organizadas pelo SIAF, tiveram convidados da SMP.

O SIAF tornou-se, dessa forma, uma referência importante para os participantes da Mont Pelerin. Não apenas por seu papel como um centro de debate intelectual, mas também pela contratação dos intelectuais para produzirem para o think tank. Os palestrantes eram remunerados a peso de ouro. Em 1951, Machlup recebeu por 45 minutos de palestra o equivalente a um terço do salário mensal de um professor titular

¹⁴³ STEINER, Yves, "Les riches amis suisses du néolibéralisme. De la débâcle de la revue Occident à la Conférence du Mont Pèlerin d'avril 1947", *Traverse*, 1, 2007.

da Universidade de Zurique ¹⁴⁴. Hayek recebeu o mesmo valor, além de recursos pela publicação de sua conferência.

Em um momento, portanto, de insuficiência financeira de vários países europeus, recém-saídos da guerra, o SIAF cumpriu uma função importante no desenvolvimento do movimento neoliberal com a promoção de cursos e palestras e a publicação de livros de autores sintonizados com suas ideias. O think tank suíço foi um dos pilares financeiros da Sociedade Mont Pelerin em sua primeira década. Os primeiros encontros só foram possíveis graças a Hunold e aos recursos do SIAF. Mesmo as reuniões realizadas fora da Suíça contaram com o apoio logístico e administrativo de Hunold, que trabalhava no SIAF. Boa parte também dos custos administrativos da Mont Pelerin em seus primeiros anos foram pagos com os recursos do grupo suíço. Albert Hunold mostrou-se, dessa forma, crucial para o desenvolvimento da organização liderada por Hayek. Era uma peça-chave como administrador e arrecadador de recursos para a nova Sociedade.

Décadas depois, Hunold escreveu sobre o contato com os empresários suíços para financiar o primeiro encontro da Mont Pelerin, em 1947, não por acaso, na Suíça. Ele creditou a Röpke – e não a Hayek - o sucesso da empreitada. Segundo Hunold, a reputação do economista alemão com a elite empresarial do país teria sido crucial para convencê-los a apoiar o projeto.

É importante observar que Hunold escreveu isso em 1962, em um trabalho cujo título “Como a Mont Pelerin perdeu sua alma” sinalizava o estado de espírito do autor ao escrevê-lo. Esse texto refletiu o período de crise por que passava a Sociedade nos anos 1960 e a rivalidade entre Hunold e Hayek, que culminou com a saída do primeiro da organização. No artigo, Hunold minimizou a importância da figura de Hayek para a

¹⁴⁴ No inglês, “full professor”.

obtenção dos recursos financeiros para o primeiro encontro da Mont Pelerin¹⁴⁵. Essa análise é bem diferente da feita pelo ex-presidente da Sociedade Mont Pelerin, R.M Hartwell. Seu livro *A História of the Mont Pelerin Society*, que embora refute, carrega o status de história oficial da Sociedade, atribui exclusivamente a Hayek o protagonismo na organização inicial da instituição.

De acordo com o trabalho de Hunold, em 1962, foi o sucesso do livro de Röpke *The Social Crisis of our Time* (1941), que o ajudou a levantar o dinheiro para o encontro¹⁴⁶. Assim, não teria sido a figura de Hayek, mas o reconhecimento de Wilhelm Röpke nos meios intelectual e empresarial suíço, o fator primordial para a obtenção dos recursos para o novo projeto. Segundo ele, ao contrário de Röpke, Hayek, embora tenha sido central para o sucesso do encontro, ainda não era conhecido no país, passando a ser um nome de peso apenas quando seu livro foi publicado na Suíça.

No mesmo texto, Hunold também atribuiu a Röpke a boa aceitação do livro de Hayek na Suíça. Teria sido o alemão quem convenceu o destacado editor Eugen Rentsch a publicar a obra em alemão. Além disso, sua crítica positiva teria sido fundamental para o sucesso de “O Caminho da Servidão” no país.

Alguns anos antes, Hunold narrara um papel bem diferente para Hayek, quando comparado à análise que vimos anteriormente. No artigo “The Mont Pelerin Society”, publicado na revista *World Liberalism - The Liberal International*, de 1955, Hunold descreveu um Hayek famoso nos EUA e Europa, que encantou a classe empresarial. Hunold detalhou que, dez anos antes (1945), após uma palestra de Hayek para

¹⁴⁵ Hunold. “How the Mont Pelerin Society Lost its Soul”. Arquivo da Sociedade Mont Pelerin. Caixa 4. Pasta 13.

¹⁴⁶ O livro-documento *A History of the Mont Pelerin Society* é uma fonte preciosa para nosso trabalho. É a narrativa do surgimento e desenvolvimento da instituição, dos anos do pós-guerra até a década de 1990, contada por um dos seus principais membros e a pedido da Sociedade. Como toda fonte, é submetida a críticas. No caso deste livro-documento, seu uso se deu tendo em conta que representa uma obra feita pela própria organização. Assim, foi considerado o contexto de sua produção, bem como quem a escreveu, os interesses envolvidos em produzir esta narrativa e a forma como a Sociedade interpreta sua própria história.

estudantes da Universidade de Zurique, o intelectual austríaco foi convidado para uma recepção com importantes industriais e banqueiros suíços. Nela, “discutiu-se as possibilidades de regeneração das ideias do liberalismo clássico em um mundo ameaçado pelo socialismo” no pós-Segunda Guerra¹⁴⁷. Neste texto, a elite empresarial suíça aparece fascinada pelo sucesso de Hayek e seu livro e, por isso, disposta a apoiar a Mont Pelerin.

De qualquer forma, mesmo em um momento de visível frustração com Hayek, Hunold foi incapaz de tirar o crédito do austríaco na criação da Sociedade, concluindo que Hayek e Röpke “dividem o mérito da fundação da Sociedade Mont Pelerin”¹⁴⁸. Nesta tese, trabalhamos com a ideia de que independentemente se por causa principalmente de Hayek ou Röpke, o que importa é perceber que a elite empresarial suíça apoiou a Sociedade Mont Pelerin no imediato pós-1945. E que essa ajuda foi fundamental para a formação do movimento neoliberal internacional.

II). Os capitalistas norte-americanos

A participação dos norte-americanos - empresários, intelectuais e jornalistas - foi fundamental para a formação da rede internacional de organizações em defesa das ideias do livre mercado no contexto do pós-1945. Essa rede, estabelecida em torno da Mont Pelerin e da figura de Hayek, só foi possível pela participação ativa de homens como Henry Hazlitt, Leonard Read e F.A. Harper e pelo apoio financeiro de instituições como a Rockefeller Foundation e o Volker Fund.

O apoio financeiro, quando comparado com as somas investidas décadas depois, foi modesto nos primeiros anos da organização. Ainda assim, um suporte crucial para o

¹⁴⁷ “The Mont Pelerin Society”. *World Liberalism. The Liberal International*. Arquivo da Sociedade Mont Pelerin. Caixa 4. Pasta 12.

¹⁴⁸ Hunold. “How the Mont Pelerin Society Lost its Soul”. Arquivo da Sociedade Mont Pelerin. Caixa 4. Pasta 13.

início das atividades da Mont Pelerin, bem como para o estabelecimento e sobrevivência dos intelectuais europeus emigrados para o país.

Um grupo norte-americano importante no apoio inicial a Mont Pelerin foi a *Foundation for Economic Education* (FEE)¹⁴⁹ de Leonard Read. Mas antes de falarmos da criatura, vamos ao criador.

Nascido em Michigan, em 1898, Read ficou famoso por sua atuação como empresário e ideólogo em defesa das ideias do liberalismo econômico. Além da fundação da FEE, ele escreveu 29 livros. Entre eles, o best-seller *I, Pencil*, libelo do liberalismo econômico do pós-guerra.

Nem sempre foi um defensor do liberalismo econômico. Em 1932, Read era chefe da divisão oeste da Câmara de Comércio dos Estados Unidos, atuando em defesa das ideias intervencionistas que iriam compor o *National Recovery Act* (NRA), um ano depois.

A mudança intelectual e política aconteceu ainda nos anos do New Deal. Para isso, dois fatores foram primordiais. O primeiro, a influência de William C. Mullendore, vice-presidente da *Southern California Edison Company*. Secretário de Comércio do governo Herbert Hoover, Mullendore se tornou nas décadas seguintes um destacado participante do movimento conservador. Para Read, foi depois de um dia de conversa com Mullendore que ele se converteu em um defensor do liberalismo econômico. Logo depois, a leitura dos livros do economista francês Frédéric Bastiat (1801-1850) consolidou nele a crença na necessidade de pregar as ideias do liberalismo econômico.¹⁵⁰

Enquanto os Estados Unidos lutavam no exterior contra o fascismo, o alvo de Read era outro: o crescimento das atribuições do governo norte-americano. Desde os

¹⁴⁹ HAZLITT, Henry. The Early History of FEE. *Freeman* 34, n° 3, Março de 1984, pag. 38-39.

¹⁵⁰ Baseado na entrevista concedida por Read a Georg Nash, em 1971. Nash, op.cit, p. 28-29.

anos da Grande Depressão, com os programas do New Deal, passando pelas exigências do esforço de guerra, o Estado americano aumentou bastante suas funções. Contra isso, Leonard Read se engajou intensamente para difundir sua crença no livre-mercado, dedicando-se a inúmeras atividades. Em apenas uma delas, um grupo organizado por ele, chamado Panfletários (*Pamphleteers*), reuniu três mil membros.

Mesmo assim, Read sentia-se frustrado diante do que considerava ser um processo de o avanço das ideias do socialismo nos EUA e no mundo. Para ele, havia pouca diferença entre socialismo, estatismo, comunismo, planejamento econômico e Estado de Bem-Estar Social. E o sucesso dessas ideologias se devia à fragilidade das ideias que combatiam o socialismo. Dessa forma, para Read, o problema era que “[havia] poucas pessoas no mundo que entendem e podem explicar as ideias opostas ao socialismo, ou seja, a defesa do livre mercado, da propriedade privada e da filosofia do governo limitado”¹⁵¹.

Nas suas palavras, uma “filosofia da liberdade” era necessária já que:

Primeiro, não estava sendo difundida em nenhum lugar do planeta. Segundo, não havia uma revista no país que aceitasse apenas um de nossos artigos. Terceiro, não havia uma editora que publicasse um de nossos livros. Quarto, não havia [em 1945] uma literatura consistente dessa filosofia em inglês na América. Sintomas de quão difícil era a situação dessa filosofia na época¹⁵².

Convencido da necessidade de fazer mais para a divulgação das ideias de livre mercado, Leonard Read fundou, em março de 1946, a *Foundation for Economic Education* (FEE). Estabelecida em Nova Iorque, na pacata e arborizada Irvington-on-Hudson, a FEE é considerada uma instituição precursora para o movimento conservador norte-americano.

¹⁵¹ Nash, op.cit, p. 29.

¹⁵² Nash, op.cit, p. 29.

Seu objetivo era claro: promover as ideias do liberalismo econômico na sociedade norte-americana. Entre seu público principal estavam políticos, professores, estudantes e empresários. Milton Friedman definiu a FEE como “uma das raras organizações defensoras do livre-mercado na época [final dos anos 1940]”¹⁵³.

Desde seu início contou com o apoio de importantes empresários norte-americanos como: Jasper Crane (*Du Pont Company*), H.W. Luhnnow (*William Volker Fund*), Charles White (*Republic Oil Corporation*), Donaldson Brown (*General Motors*) e David Goodrich (*Goodrich and Company*). No primeiro ano, a FEE arrecadou \$254.000 (em torno de \$2,5 milhões em valores de hoje). Nada mal para uma organização que dava seus primeiros passos.

Em 1949, a FEE lançou seu primeiro programa de concessão de bolsas de pesquisas. O *College-Business Exchange Program* foi estabelecido para apoiar professores e estudantes interessados em estudar as ideias do livre-mercado. Basicamente, tratava-se de aproximar as universidades norte-americanas das grandes empresas do país. Funcionava também como um programa de formação de quadros intelectuais, afinado com a filosofia liberal, para as gerações futuras. Com os documentos deste programa, pudemos fazer um mapeamento mais completo das empresas que apoiavam a FEE em seus primeiros anos, a saber: *Bank of America; Crane Company; Carnegie-Illinois Steel Corp; The Texas Company; E.I. du Pont Company; Goodrich Company; Republic Steel Corporation; National Biscuit Company; New York Life Insurance Company*; entre outras¹⁵⁴.

¹⁵³ FRIEDMAN, Milton e ROSE, Friedman. *Two lucky people: memoirs*. Chicago: The University of Chicago Press, 2012, p. 152.

¹⁵⁴ Resultado do programa divulgado em 15 de maio de 1949. Arquivo Hayek Papers. Caixa 20. Pasta 1. Correspondências. FEE.

A ideia de Leonard Read¹⁵⁵ era unir em sua organização, intelectuais e empresários, todos evidentemente defensores ardorosos do livre mercado. Por isso, nomes influentes na mídia e nas universidades foram convidados, como Henry Hazlitt, economista e jornalista do *The New York Times* e da *Newsweek*; Fred R. Fairchild, professor de economia da Universidade de Yale; Claude Robinson, presidente do *Opinion Research Institute*.



Leonard E. Read

A ideia era “educar os agentes políticos e a sociedade em geral sobre as virtudes da economia de livre mercado”. Para isso, não se poupariam esforços. A disseminação do liberalismo econômico seria feita com a organização de cursos e palestras, o estabelecimento de seminários especiais para a comunidade empresarial, a criação de programas de rádio e a concessão de bolsas de pesquisa. A publicação de livros, revistas e panfletos foi uma das principais atividades da FEE. Apenas a edição da obra *The Law*, de Frédéric Bastiat, teve uma tiragem de impressionantes 500.000 cópias. A fundação mostrava, assim, sua disposição de promover a filosofia liberal clássica.

Leonard Read e Hayek eram amigos e por isso não surpreende que as histórias da FEE e da Mont Pelerin se cruzem. Eles se conheceram durante a viagem do filósofo aos Estados Unidos no tour de promoção do seu livro. Read nunca escondeu que “O Caminho da Servidão” era uma das obras que mais o havia influenciado. Já Hayek, percebendo o potencial do empreendedor americano, viu em Read um aliado importante para seus projetos.

¹⁵⁵ Foto retirada de *Foundation for Economic Education*. Disponível: <https://fee.org/people/leonard-e-read/>.

Antes da fundação da Sociedade Mont Pelerin, a FEE funcionou como um think tank articulador da rede de intelectuais e empresários pretendida por Hayek. Suas iniciativas foram determinantes para estreitar as relações entre indivíduos que estarão unidos na SMP. A FEE organizou uma série de encontros – seminários, conferências e jantares – que, mais do que reunir defensores do liberalismo clássico, servia para fomentar o desenvolvimento de uma rede de estudiosos e apoiadores da causa. Em uma dessas reuniões, em maio de 1946, Hayek, Mises, Hazlitt e Read jantaram no luxuoso hotel Waldorf Austria, em Nova Iorque. Chamada por Hayek de “discussão íntima”, o encontro, promovido pela FEE, aproximou os quatro futuros fundadores da Mont Pelerin no ano seguinte¹⁵⁶.

A relação entre a organização de Read e Hayek ia além da Mont Pelerin. A FEE apoiava Hayek de outras formas também. A fundação, por exemplo, comprava todos os livros pedidos pelo filósofo. Após enviar uma longa lista de obras de que precisava, Hayek recebeu a seguinte resposta de H.C. Cornuelle, executivo da FEE: “Todos os livros que você pediu já foram comprados (...) Ficamos gratos por poder fazer isso e esperamos que os livros sejam úteis para você. Não hesite em nos pedir qualquer ajuda desse tipo”¹⁵⁷.

Essa relação era recíproca. Hayek também ajudava o think tank de Read, uma vez que o agora famoso intelectual era visto como um mentor, capaz de atrair estudantes brilhantes para a organização americana. Em tom de urgência, um dos diretores da FEE, F.A. Harper escreveu para o filósofo austríaco informando que “a FEE precisa encontrar jovens gênios, ainda em desenvolvimento; precisamos formá-los para a nova geração”. Na carta, Harper solicitou para Hayek “uma lista de estudantes promissores de fora dos Estados Unidos (de preferência europeus) que precisam do apoio da fundação”. Mais do

¹⁵⁶ Carta de Hayek para Read, em 16 de outubro de 1947. Arquivo Hayek Papers. Caixa 20. Pasta 1.

¹⁵⁷ H.C. Cornuelle para Hayek, em 4 de fevereiro de 1948. Arquivo Hayek Papers. Caixa 20. Pasta 1.

que a lista, Harper pediu também “orientações sobre como poderia encontrar mais nomes de estudantes”¹⁵⁸.

A ligação entre a FEE e a Mont Pelerin era bastante estreita. Muitos participantes da SMP trabalharam na fundação nova iorquina. Uma das primeiras publicações da FEE foi *Roofs or Ceilings?*¹⁵⁹ O panfleto de 22 páginas, escrito por Milton Friedman e George Stigler, dois jovens membros da Mont Pelerin, fazia uma crítica contundente ao controle de preços dos aluguéis nos Estados Unidos. Com uma tiragem inicial de 36 mil cópias e uma versão condensada que teve 500.000 exemplares reproduzidos, mais uma vez a FEE demonstrava sua disposição de intervir no debate público a favor das ideias do liberalismo econômico. Esse trabalho motivou, contudo, uma série de críticas. Robert Bangs, no *American Economic Review*, chamou o livro de “panfleto popular e político”, afirmando que “os economistas que assinam seus nomes em trabalhos como esse não prestam um bom serviço às suas profissões”. Em suas memórias, Friedman lembrou do livro como sua primeira polêmica pública¹⁶⁰. A primeira de muitas.

No ano seguinte, em 1947, foi publicado *Planned Chaos*, trabalho de noventa páginas que marcou o ingresso de Ludwig von Mises na FEE. Mais do que uma oportunidade para publicação, a instituição ofereceu um emprego para o intelectual austríaco. A história de Mises é um bom exemplo da importância da FEE para alguns intelectuais da Mont Pelerin.

O mais destacado intelectual da Escola Austríaca de Economia passava por grandes dificuldades financeiras antes de ser contratado pela FEE. Sete anos após emigrar para os Estados Unidos, Mises ainda não tinha conseguido um emprego em

¹⁵⁸ Carta de F. A. Harper para Hayek, em 8 de agosto de 1946. Arquivo Hayek Papers. Caixa 74. Pasta 29.

¹⁵⁹ FRIEDMAN, Milton e STIGLER, George. *Roofs or Ceilings? The Current Housing Problem*. New York: The Foundation For Economic Education, 1946.

¹⁶⁰ FRIEDMAN, Milton e ROSE, Friedman. *Two lucky people: memoirs*. Chicago: The University of Chicago Press, 2012, p. 150.

uma universidade americana. Para Friedman, por causa de sua defesa intransigente do liberalismo econômico¹⁶¹. Vale dizer que, neste período, a posição de Mises em defesa do capitalismo do laissez-faire era considerada radical até para Hayek e Friedman. Embora já notórios defensores do capitalismo liberal, eles radicalizaram suas posições principalmente a partir dos anos 1960.

Ludwig Heinrich Edler von Mises chegou em Nova Iorque em 3 de agosto de 1940. Com cinquenta e oito anos de idade, praticamente sem dinheiro e com dificuldades de falar inglês fluentemente, achar uma universidade que o acolhesse não foi tarefa fácil. Para o autor de sua mais famosa biografia, este foi o ano mais difícil de sua vida¹⁶².

Inicialmente, sua intenção era trabalhar na ensolarada Califórnia. Mas a proposta de dar aula em Berkeley acabou não acontecendo. A universidade alegou que não tinha dinheiro para contratá-lo. O primeiro a tentar ajudá-lo foi Fritz Machlup. O economista solicitou à Fundação Rockefeller os recursos para bancar o salário de Mises na universidade. A fundação já financiava outros estudiosos que emigraram para o país. Sem sucesso.

Outra fonte de emprego na época era o governo americano, que contratava muitos economistas durante a guerra. Muitos estudiosos que haviam imigrado para o país – como o próprio Fritz Machlup, Oskar Morgenstern e Abraham Wald - trabalhavam para o Estado. Segundo Hülsmann (2007, p. 792), Mises se recusou a trabalhar para o governo, pois não teria gostado da experiência de trabalhar para o Estado austríaco durante a Primeira Guerra.

Sem emprego no Estado, tampouco conseguia na iniciativa privada. Em seus primeiros anos nos Estados Unidos, Mises deu palestras nas universidades de Nova

¹⁶¹ FRIEDMAN, Milton e ROSE, Friedman. Two lucky people: memoirs. Chicago: The University of Chicago Press, 2012, p. 150.

¹⁶² HÜLSMANN, op.cit, p. 789.

Iorque e Princeton, ofereceu cursos em alguns clubes liberais, mas não conseguiu o que realmente queria: nenhuma instituição de ensino lhe oferecia uma vaga de professor.

Em outubro de 1940, Mises escreveu para Hayek, relatando as dificuldades que enfrentava na América. Como um ex-austríaco, “meu status oficial é o de ‘sem nacionalidade’”, lamentava Mises. “Eu não possuo relações legais com nenhum outro país além dos EUA”, mas ainda assim “não consegui nenhuma ocupação fixa”. Segundo Mises, “a dificuldade se deve a minha idade”, acrescentando que acreditava que no caso de Hayek, se ele vier a precisar, “conseguir uma ocupação seria mais fácil”. “Todos os dias recebo convite para palestras, mas não é isso o que eu estou procurando” terminou a carta melancolicamente¹⁶³.

Considerado um dos pensadores mais influentes do século XX, mentor de intelectuais como Hayek e Rothbard, von Mises simplesmente não conseguia emprego no país que escolheu para viver após fugir do nazismo. Nada mais distante da imagem que defensores e críticos costumam atribuir a ele. O reconhecimento de Mises veio apenas décadas depois.

Ainda assim, Mises não desistia. Decidiu recorrer a Henry Hazlitt, que anos antes havia escrito uma crítica bastante elogiosa ao seu livro *Socialism*, no *New York Times Book Review*. Seu comentário tinha sido contundente. Segundo ele, Mises havia “escrito um clássico de nosso tempo”¹⁶⁴. Em entrevista anos depois, Hazlitt recordou dessa forma a ligação que recebeu do intelectual austríaco:

Recebi uma ligação e a voz do outro lado disse “Aqui é Mises falando”. Na época, disse para os meus amigos que era como se me ligassem dizendo “Aqui é Stuart Mil falando”. Eu tinha chamado Mises de um clássico e você não espera que um clássico um dia te ligue!¹⁶⁵

¹⁶³ Carta de Mises para Hayek, 27 de outubro de 1940. Arquivo Hayek Papers. Caixa 38. Pasta 24.

¹⁶⁴ Henry Hazlitt. “A Revised Attack on Socialism”. *New York Times Book Review*. 9 de janeiro de 1938. Citado em HÜLSMANN, op.cit, p. 794.

¹⁶⁵ Austrian Economics Newsletter. An Interview with Henry Hazlitt. Spring 1984. Vol 5. No 1. p. 2. Disponível em Mises Institute: <https://mises.org/library/interview-henry-hazlitt-full-edition-vol-5-no-1>. Acessado em 19/08/2016. Tradução nossa.

Hazlitt tentou conseguir um trabalho para Mises na *The New School* (na época chamada) *New School for Social Research*, em Manhattan. Chegou até a promover um jantar em homenagem a Alvin Johnson, diretor da organização. Segundo Hazlitt, muitos refugiados alemães tinham conseguido trabalho na instituição nova iorquina. Mas, quando pediu emprego para seu amigo austríaco a resposta de Johnson foi negativa: “Ele é muito de direita, não?”¹⁶⁶.

A primeira ajuda a Mises veio da Fundação Rockefeller. A instituição nova iorquina passou a pagar um salário de \$2,500 para ele trabalhar no *National Bureau of Economic Research* (NBER), a partir de dezembro de 1940. Era, no entanto, menos de um terço do que ele ganhava em Genebra. No NBER, Mises continuou escrevendo em alemão, o que dificultava seus contatos acadêmicos no país. Talvez fosse parte de seus planos voltar para a Europa quando acabasse a guerra.

O dinheiro da Rockefeller, contudo, não era suficiente. Mises parou de comer fora de casa e de ir ao teatro e à ópera, dois de seus hobbies favoritos. Sua esposa Margit arranhou um emprego como secretária. Bastante pessimista com sua situação profissional, escreveu para Machlup: “não sei porque trabalho, mas continuo bastante produtivo”. Para Hayek, com mais intimidade, ele foi mais direto: “Eu tenho estado muito ocupado nos últimos meses escrevendo meus trabalhos póstumos. Não acredito que vou conseguir publicar algo além de pequenos artigos em jornais”¹⁶⁷.

A situação de Mises era motivo de preocupação para os amigos. William Rappard, em carta para Hayek, mostrou-se apreensivo com as dificuldades enfrentadas pelo economista austríaco nos Estados Unidos. Enquanto Matoux já trabalhava na *The*

¹⁶⁶ Idem.

¹⁶⁷ HÜLSMANN, op.cit, p. 802.

New School e Kelsen parecia bem adaptado ao novo país, Mises parecia ter problemas¹⁶⁸.

Hazlitt, colunista semanal do *The New York Times*, conseguiu para Mises uma posição no jornal. Em março de 1941, ele escreveu sua primeira coluna¹⁶⁹. Mas se a ocupação na revista aumentava a renda de Mises, seu contrato com a Fundação Rockefeller estava prestes a acabar. Era uma política da fundação financiar estudiosos europeus emigrados para os Estados Unidos por um período de dois anos. Sem prorrogação. Mises foi uma das exceções do período, tendo seu contrato renovado por mais dois anos, sem direito a uma nova renovação. No total, foram quatro anos de financiamento (1940-1944).

Em 1944, no final do contrato, ele conseguiu uma outra fonte de recursos: a *National Association of Manufactures* (NAM). Há anos, a organização fazia campanha contra as políticas do New Deal, tendo produzido livros, filmes e programas de rádio. A associação começava, neste momento, uma intensa campanha de promoção dos valores do livre mercado no país. E, para isso, Mises era uma contratação de peso. Para o economista austríaco, o cargo veio na hora certa e com um salário um pouco maior do que o da Fundação Rockefeller.

Depois de tantos anos difíceis, o ano de 1944 foi um bom ano para Mises. Hazlitt conseguiu que a Yale University Press publicasse dois de seus livros: *Omnipotent Government e Ação Humana - Um Tratado de Economia*¹⁷⁰.

No entanto, a situação financeira de Mises só melhorou quando ele se tornou conselheiro da FEE, em 1946. Em um dos primeiros documentos de propaganda da

¹⁶⁸ Carta de William Rappard para Hayek, em 28 de fevereiro. Arquivo Hayek Papers. Caixa 45. Pasta 6.

¹⁶⁹ Importante observar que o jornal *The New York Times*, embora seja visto tradicionalmente como um veículo alinhado aos democratas, não deixou de contratar Mises, nome bastante crítico às medidas do New Deal. Isso se explica porque a mídia, por sua natureza comercial e propalada pela defesa da isenção, não pode deixar de buscar ampliar e agradar um público leitor diversificado.

¹⁷⁰ Ver: MISES, Ludwig von. *Omnipotent Government*. Indianapolis: Liberty Fund, 2011; MISES, Ludwig von. *Ação Humana: Um Tratado de Economia*. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010.

FEE, panfleto de apresentação da fundação, com seus membros principais e objetivos, o nome de Mises ainda não aparece. No documento, registram-se 30 participantes, dos quais se lista os nomes de 16. O quadro abaixo dá uma dimensão da rede intelectual e empresarial que começava a se formar, em torno da FEE, nos Estados Unidos, em defesa das ideias do livre mercado.

Tabela 1 ¹⁷¹

Administradores	
David M. Goodrich	Presidente do Conselho
Leonard E. Read	Presidente
Henry Hazlitt	Vice-presidente
Claude Robinson	Tesoureiro
Fred R. Fairchild	Secretário

Tabela 2 ¹⁷²

Membros/Sócios	
Donaldson Brown	Ex-vice-Presidente da DuPont Co. e ex-diretor da General Motors
Jasper E. Crane	Ex-vice-Presidente da Du Pont Co.
Fred R. Fairchild	Professor de economia da Universidade de Yale
David M. Goodrich	Presidente da Goodrich Co.
E.P. Halliburton	Presidente da Halliburton Company

¹⁷¹ Arquivo Hayek Papers. Caixa 20. Pasta 1. Foundation for Economic Education.

¹⁷² Arquivo Hayek Papers. Caixa 20. Pasta 1. Foundation for Economic Education.

Henry Hazlitt	New York Times
B. E. Hutchinson	Presidente do Comitê de Finanças
Harold W. Luhnow	Presidente do William Volker Co.
William R. Matheus	Dono e editor do jornal Arizona Daily Star
A.C. Mattei	Presidente da Honolulu Oil Corp
W.C. Mullendore	Presidente da Southern California Edison Company
W.A Paton	Fundador da American Accounting Association
Leonard E. Read	Presidente da FEE
Claude Robinson	Presidente da Opinion Research Institute
Charles M. White	Presidente da Republic Steel Corporation
Leo Wolman	Professor de Economia da Universidade de Columbia

A organização era bem maior do que seu quadro de membros principais. E suas atividades foram assumindo uma dimensão inédita para um think tank a favor do liberalismo econômico. Nos primeiros quatro anos, a FEE distribuiu mais de quatro milhões de livros, artigos de colaboradores foram publicados em mais de quatrocentos jornais e a lista de pessoas cadastradas para receber seus materiais chegava a trinta mil!

173

O objetivo era claro: popularizar as ideias do liberalismo clássico. Trabalhos antes restritos ao público especializado, agora, se disseminavam. Mises por exemplo, chegava a um público que não alcançava antes. Somados, os livros *The Law* de F.

¹⁷³ DOHERTY, op.cit, p. 166.

Bastiat e *Economics in One Lesson* de H. Hazlitt venderam mais de meio milhão de cópias em quinze anos.

A partir disso, a FEE tornou-se um modelo para os think tanks que surgiram nos anos seguintes. Suas ações serão, assim, replicadas por outros institutos em todo o mundo. Em uma de suas primeiras publicações, destinada aos seus primeiros membros e financiadores, descreve-se as ações a serem colocadas em curso pela fundação:

- 1- Preparação, publicação e distribuição de estudos populares de problemas econômicos de grande relevância;
- 2 - Um instituto voltado para a formação de lideranças em empresas voluntárias;
- 3 - Um jornal dedicado à discussão dos problemas econômicos e políticos;
- 4 - Assistência pessoal e financeira para escritores e editores interessados em promover as ideias do liberalismo econômico;
- 5 - Resumo, publicação e distribuição de livros clássicos como “A Riqueza das Nações” e “O Federalista”;
- 6 - Auxílio para a preparação de monografias e livros adaptados para serem usados em escolas e universidades;
- 7 - Promoção e distribuição de materiais publicados por outras instituições e indivíduos;
- 8- Estabelecer contatos entre industriais e alunos de Economia com o intuito de aproximar esses estudantes das experiências práticas e do conhecimento do setor privado;
- 9 - Organizar a criação de grupos de estudos locais por todo o país;

10- Criar um programa de rádio de cobertura nacional para combater falácias econômicas, apresentar fatos econômicos básicos e promover a reflexão acerca das linhas econômicas [do liberalismo clássico]¹⁷⁴.

Outras iniciativas parecidas surgiam no momento. Em 1950, a revista *The Freeman* foi lançada com o objetivo de “promover o liberalismo tradicional e a liberdade individual”. Editada por John Chamberlain e Henry Hazlitt, a revista conseguiu reunir, entre seus colaboradores, alguns dos principais nomes do pensamento liberal clássico, muitos deles membros da Sociedade Mont Pelerin. Hayek, Mises e Ropke, para citar alguns, escreveram com frequência. Para George Nash, em um período em que a esquerda americana possuía revistas reconhecidas e de boa reputação, a direita americana não tinha nenhuma.

Em 1956, a organização de Leonard Read comprou a revista nova iorquina *The Freeman*, tornando-a mensal. Para Ed Crane, futuro presidente do *Cato Institute*, um dos mais influentes think tanks da Era Reagan, “as pessoas da minha geração (Crane nasceu em 1944) vão sempre dizer que entraram em contato com as ideias do livre mercado através da *Freeman*”¹⁷⁵.

A FEE teve um papel importante também na formação de outros think tanks a favor do livre mercado. Organizações como *The Institute of Economic Affairs* e *Institute for Humane Studies* creditam à fundação nova iorquina uma influência decisiva em sua formação. Read costuma ser tratado, por estes grupos, como um vanguardista e um visionário. É recorrente a citação de um trecho de seu livro de 1951:

A essência de uma transformação do nosso século XX já está a caminho... O fato de esse espírito [do individualismo] no presente estar apenas em uma minoria não deve desanimar os devotos da liberdade. Tudo começa

¹⁷⁴ Publicação da The Foundation for Economic Education. Documento sem data. Provavelmente do ano de 1949. Arquivo Hayek Papers. Caixa 20. Pasta 1.

¹⁷⁵ JONES, 2012, p. 155.

com uma minoria de um, estende-se para uns poucos, e então se transforma em muitos [grifo nosso]¹⁷⁶.

A visão dominante era que a filosofia liberal clássica seria superior às outras ideias políticas, mas que precisava ser disseminada. Assim, para que essa crença tivesse impacto na realidade seria necessário que se produzissem livros, revistas e programas. Na visão de um dos participantes de uma reunião que antecedeu o lançamento da FEE:

Não são as pessoas lendo Marx ou Keynes que poluem a opinião pública; são as milhões de pessoas escrevendo sobre Marx ou Keynes, e discutindo seus trabalhos, e tendo jornais e rádios que aceitam acriticamente suas premissas¹⁷⁷.

Henry Hazlitt, membro da SMP, fundador e primeiro vice - presidente da FEE, em artigo de 1984 recordou que alguns participantes da fundação americana deixaram o grupo para formar seus próprios think tanks. Caso de F.A. Harper que saiu em 1958 e criou o *Institute for Humane Studies*, em 1963, na Califórnia. E de Antony Fisher, fundador de inúmeras organizações como o *Institute of Economic Affairs*, na Grã-Bretanha, e o *Fraser Institute*, no Canadá. Por isso, Hazlitt atribuiu a FEE o papel de um think tank precursor na defesa das ideias do liberalismo econômico.

Outro integrante da FEE e amigo de Hayek que teve um papel importante na estruturação da rede internacional da Sociedade Mont Pelerin foi F.A. Harper. Floyd Arthur Harper (1905-1973), carinhosamente chamado de "Baldy" Harper ("Careca Harper"), é reconhecido no movimento conservador norte-americano por ter fundado o *Institute for Humane Studies* (IHS). Curiosamente, ele recebeu esse apelido que o marcou por toda vida, não por conta de uma suposta falta de cabelo, mas por causa de

¹⁷⁶ READ, Leonard E. *Outlook for Freedom*. Irvington, N. Y.: Foundation for Economic Education. 1951. Citado em HAZLITT, Henry. *The Free Man's Library. A Descriptive and Critical Bibliography*. Princeton, New Jersey: D. Van Nostrand Company, 1956, p. 137. Disponível em <https://mises.org/library/free-mans-library>. Acessado em 14/11/2016 às 19h10. Tradução nossa.

¹⁷⁷ DOHERTY, op.cit, p. 159.

seu irmão que já tinha esse apelido. No início, ele era o “Baldy Jr” e, com o tempo, só Baldy¹⁷⁸.

Assim como Read, F.A. Harper¹⁷⁹ também sempre atribuiu a “O Caminho da Servidão” uma influência decisiva para sua atuação em favor das ideias do liberalismo econômico. Criado em uma fazenda em Michigan, Harper cursou Economia e Teoria Política na universidade local, conseguindo seu doutorado em Economia pela universidade de Cornell. Lecionou nessa universidade até 1946, quando decidiu trabalhar mais ativamente pela promoção das ideias que ele acreditava.



F.A. Harper

Integrou a FEE, em 1946, como um de seus economistas-chefe. Professor de estilo socrático, foi considerado por muitos – como o filósofo Murray Rothbard - o principal mentor do movimento libertário nos Estados Unidos. Mais do que a defesa do liberalismo clássico, Harper advogava um capitalismo ainda mais radical, que seus defensores chamavam de anarcocapitalismo. Para esses, o Estado mínimo seria recusado, uma vez que as funções estatais não deveriam ser limitadas, mas eliminadas. Refutam, assim, o que chamam de “liberalismo ingênuo e utópico do século XIX”, apoiando um “capitalismo libertário”, um “anarcocapitalismo”, alguns chamam até de “anarquismo da propriedade privada”. Segundo Rothbard, amigo de Harper, ambos se converteram ao anarcocapitalismo no mesmo período, por volta do início dos anos 1950.

Na FEE, Harper publicou vários trabalhos. Entre eles, *Search for Peace* (1951), um manifesto pacifista, no qual Harper buscou relacionar a eliminação das liberdades, principalmente de ordem econômica, às causas para as guerras.

¹⁷⁸ DOHERTY, op.cit, p. 651, nota 34.

¹⁷⁹ Foto retirada de *Mises Institute*. Disponível em: <https://mises.org/profile/fa-harper>.

Em 1958, por conta de desavenças com Read, mudou-se para o Volker Fund. Um dos principais motivos para a briga teria sido um panfleto, distribuído pela FEE, em que Read defendeu o direito do governo de cobrar impostos. Para Harper, mesmo a função do Estado de taxar era inaceitável.

Em 1961, com o apoio de Hayek e Rothbard, Harper fundou seu próprio think tank: o *Institute for Humane Studies* (IHS), em Menlo Park, Califórnia. O IHS buscou patrocinar seminários, conferências e livros destinados a promover um liberalismo econômico mais próximo das propostas libertárias. Ao mesmo tempo, investia na formação de uma comunidade de think tanks com a mesma posição ideológica. A ideia de Harper era que sua instituição abrigasse estudiosos que, em sua visão, possuíam pouco espaço no ambiente acadêmico. A história do IHS era a de uma organização que buscava se colocar como concorrente ao que percebiam ser o establishment acadêmico de “esquerda” dos Estados Unidos. Além disso, pretendia também se posicionar de forma ainda mais intransigente em defesa dos princípios do livre mercado do que as instituições conservadoras faziam.

Outra fonte financeira buscada por Hayek ficava bem distante do próspero capitalismo do leste americano, mas nem por isso representava um fundo menos abastado. No centro do país, na cidade do Kansas, o William Volker Fund (WVF) foi um dos mais ativos apoiadores dos encontros da Sociedade Mont Pelerin. Para a primeira reunião da SMP, conforme foi relatado, a ideia de Hayek era a de que o Volker Fund arcasse com os custos da viagem dos participantes norte-americanos.

O Volker Fund foi um fundo criado em 1932 a partir de uma doação milionária do empresário William Volker. Inicialmente, o fundo era dedicado ao financiamento de obras públicas na cidade do Kansas. A partir da ascensão de Harold Luhnow, neto de Volker, os recursos passaram a ter uma destinação diferente. Com Luhnow, as

prioridades passaram a ser outras e o dinheiro do fundo começaria a ser destinado para promover as ideias do livre mercado no mundo. Para marcar essa nova orientação, em uma declaração posterior, a instituição, controlada por Luhnnow, estabelecia que os diretores “não precisavam se sentir obrigados a seguir as diretrizes estabelecidas por William Volker. Na verdade, ele mesmo orientou assim, de forma que o Fundo fosse adaptado conforme as necessidades mudassem com o passar dos anos”.¹⁸⁰

A trajetória de Harold Luhnnow aproxima-se das histórias de Leonard Read, F.A. Harper e tantos outros personagens do movimento conservador norte-americano. Influenciado pelos livros de Hayek e Mises, passou a defender as ideias do liberalismo econômico. Luhnnow conheceu Hayek durante a palestra no Clube de Economia, em Detroit, descrita nas páginas anteriores.

Durante os anos 1940 e 1950, o Fundo desembolsou mais de \$1 milhão por ano para pagar despesas relacionadas às atividades de promoção das ideias do liberalismo econômico. Foi dele que saiu o dinheiro para o salário de Mises, a partir de fevereiro de 1945, como “visiting professor”, na Universidade de Nova Iorque. Mises ficou na universidade por mais de doze anos, patrocinado pelo Volker Fund.

O William Volker Fund foi fundamental também para a transferência de Hayek da London School para a Universidade de Chicago. O primeiro convite para Hayek lecionar em Chicago ocorreu em novembro de 1948, quando o WVF disponibilizou um fundo para financiar o salário de Hayek na universidade americana¹⁸¹. Mas, em carta com selo de confidencial, Hayek escreveu para Luhnnow recusando a oferta naquele

¹⁸⁰ “The William Volker Fund: A Brief Statement of Policy”, de 1955. Citado por BURGIN, Angus. *The Great Persuasion*. p. 100.

¹⁸¹ Carta Hayek para Luhnnow, em 11 de dezembro de 1948. Arquivo Hayek Papers. Caixa 127. Correspondências. Harold W. Luhnnow (1948-1950).

momento. A recusa por questões pessoais que o filósofo não especificou não impediu que no ano seguinte ele aceitasse a oferta¹⁸².

A ida de Hayek para a universidade de Chicago se explica pelos seus contatos com vários membros da instituição. Muitos deles, como Aaron Director e Milton Friedman, eram membros da Mont Pelerin. Foi também a editora da universidade que publicou, a pedido de Director, “O Caminho da Servidão”.

Analisando as relações entre Hayek e o Volker Fund na formação de uma rede internacional de defensores do liberalismo econômico, é importante observarmos a trajetória profissional do autor de “O Caminho da Servidão” nos Estados Unidos. Da mesma forma que Mises, embora com mais apoio financeiro e fama por causa do seu recente livro, Hayek também sofreu resistência para ingressar no mundo acadêmico norte-americano. Apesar de admitido como professor da Universidade de Chicago, não conseguiu entrar para o Departamento de Economia. Ingressou no *Committee for Social Thought*, onde trabalhou até o início da década de 1960, quando voltou para a Europa para lecionar na universidade de Freiburg, na Alemanha. Um dos responsáveis por levar Hayek para a Universidade de Chicago foi John Ulric Nef, historiador econômico da Europa Ocidental moderna. Nef foi um dos fundadores do *Committee for Social Thought*, em 1941. Além de Hayek, o departamento de estudos interdisciplinar contava com estudiosos reconhecidos como Hannah Arendt, Marc Chagall, T. S. Eliot e Igor Stravinsky¹⁸³. Em *Search for Meaning*, John Nef escreveu sobre a resistência dos economistas à ida de Hayek para o departamento:

¹⁸² Carta de Hayek para Luhnnow, em 7 de maio de 1949. Arquivo Hayek Papers. Caixa 127. Correspondências. Harold W. Luhnnow (1948-1950).

¹⁸³ SAXON, Wolfgang. “John U. Nef, Economic Historian At Chicago University, Dies at 89”. In New York Times. 27 de Dezembro de 1988. Para algumas obras de John Nef, ver: “The United States and Civilization” (1967); “The Rise of the British Coal Industry” (1966); “The Conquest of the Material World”; “Search for Meaning: Autobiography of a Non-Conformist” (1973).

O Departamento de Economia recebeu bem a ida de Hayek para o [Committee for] Social Thought, ainda que tenham resistido a sua contratação quatro anos antes principalmente por causa de “O Caminho da Servidão”, livro considerado muito popular para ser produzido por um acadêmico respeitado. Não tinha problema tê-lo na universidade de Chicago, desde que ele não fosse identificado com os economistas¹⁸⁴.

O próprio Hayek acreditava que o sucesso de seu livro prejudicaria sua reputação acadêmica: “depois de ‘O Caminho da Servidão’, eu me senti muito desacreditado profissionalmente (...) Eu queria ser aceito na comunidade acadêmica”, queixou-se Hayek anos depois¹⁸⁵.

Em Chicago, Hayek produziu *The Counter-Revolution of Science: Studies on the Abuse of Reason* (1952). Embora “O Caminho da Servidão” seja o livro mais lembrado de Hayek, seu grande trabalho foi produzido nestes anos, *The Constitution of Liberty* (1960). O pouco reconhecimento dessa obra era um dos principais motivos de frustração do filósofo austríaco¹⁸⁶. Na universidade, os cursos de Hayek eram assistidos não apenas por economistas, mas também por filósofos, cientistas políticos, sociólogos, entre outros¹⁸⁷.

A resistência dos membros do departamento de Economia à chegada de Hayek não se explica apenas pelo sucesso popular de “O Caminho da Servidão”, como sugerem Hayek e John Nef. É importante considerarmos também as divergências entre os campos da Economia liberal como um fator para a relutância dos economistas de Chicago em aceitar o representante da Escola Austríaca. Apesar de criticarem o socialismo e o capitalismo keynesiano, as Escolas Austríaca e de Chicago rivalizavam – e ainda rivalizam - no âmbito do liberalismo econômico.

¹⁸⁴ Citado em Hayek on Hayek, p. 24.

¹⁸⁵ Hayek on Hayek, p. 152.

¹⁸⁶ Entrevista de Hayek em Nobel prize-winning economist oral history transcript. Projeto do Programa de História Oral da Universidade da Califórnia, versão EPUB, p. 550-551.

¹⁸⁷ Friedman, Milton e Friedman, Rose, op.cit, p. 188.

Embora haja convergência entre as correntes econômicas em relação a uma série de questões políticas e de defesa do livre mercado, há também desavenças irreconciliáveis no que diz respeito a certos aspectos da ciência econômica. Estudiosos como Hayek, Mises e Rothbard possuem uma compreensão diferente de chicaguistas, como Friedman, sobre determinados aspectos teóricos, como os ciclos econômicos e a questão monetária¹⁸⁸.

Importante dizer que há diferenças também no interior dessas correntes econômicas. Na Escola Austríaca, por exemplo, há grande divergência entre os trabalhos de Hayek e os de Mises e Rothbard. Mesmo entre os dois últimos há entendimentos diversos sobre certas questões econômicas. Isso para não falarmos de outros autores como Israel Kirzner. Da mesma forma, a Escola de Chicago só pode ser vista como uma corrente econômica se pensarmos essa generalização tendo em conta uma pluralidade interna.

Diferenças à parte, todos estavam do mesmo lado: na luta contra o que acreditavam ser a expansão do comunismo – seja em sua versão revolucionária, como no socialismo real; seja em sua forma reformista, como entendiam ser o modelo dos Estados de Bem-Estar Social. E, por isso, representantes das correntes austríaca e de Chicago se aproximavam e se aliavam aos empresários dispostos a investir na formação de uma rede internacional a favor do livre mercado.

Era o caso, vamos voltar, do Volker Fund. Em Chicago, tanto Hayek quanto Friedman, eram consultados frequentemente pelo WVF sobre a distribuição de bolsas de pesquisa e auxílios financeiros. A sintonia se dava também com outras organizações. A pedido de Hayek, por exemplo, o fundo investiu dinheiro em alguns projetos de

¹⁸⁸ Um bom exemplo para marcar a divergência atual é a interpretação para a crise financeira americana de 2008. Enquanto os economistas da Escola de Chicago responsabilizam a política monetária adotada pelo Federal Reserve (FED), presidido por Ben Bernanke, os membros da Escola Austríaca defendem a abolição do banco central e a emissão privada da moeda.

Antony Fisher na Grã-Bretanha. Estudos de Murray Rothbard também foram patrocinados durante esses anos. Todos participantes da Sociedade Mont Pelerin.

No ano seguinte, o Volker Fund financiou um programa coordenado por Hayek. Foram disponibilizados \$35.000 (\$350.000 em valores atuais) para quatro anos de projeto¹⁸⁹. Uma soma que demonstrava a disposição de Luhnnow em investir nos projetos de Hayek.

Assim que chegou à cidade, Hayek escreveu para o chefe do Volker Fund, pedindo nomes de empresários de Chicago para ele procurar. Hayek preocupava-se em não ficar preso ao círculo acadêmico, queria expandir a rede que havia criado com a Mont Pelerin. Luhnnow o apresentou nos meses seguintes a Herbert W. Rumsfeld, sobrinho de William Volker e representante do fundo em Chicago, e a Harry A. Jung e Henry Regnery¹⁹⁰.

Muito grato pelo patrocínio do Volker Fund, Hayek escreveu para Luhnnow para agradecer por toda ajuda que recebia, dizendo-se ansioso para agradecer pessoalmente¹⁹¹. Ao que Luhnnow respondeu que já havia feito as tratativas necessárias e que a universidade enviaria para o fundo a conta para eles depositarem¹⁹². A mensagem era clara: Hayek não precisaria se preocupar com dinheiro nos Estados Unidos. Estava livre para desenvolver suas atividades. Em seu primeiro semestre na Universidade de Chicago, Hayek deu o curso “Igualdade e Justiça”, base do seu próximo livro. No final

¹⁸⁹ Carta de Luhnnow para Hayek, em 11 de janeiro de 1950. Arquivo Hayek Papers. Caixa 127. Correspondências. Harold W. Luhnnow (1948-1950). A soma foi calculada levando em consideração a taxa de inflação anual de 3,55% entre 1950 e 2016 (\$35.000 em 1950 equivale a \$350.000,00 em 2016). Referência usada: *Inflation Calculator – The Changing Value of Dollar* em www.dollartimes.com.

¹⁹⁰ Carta de Luhnnow para Hayek, em 11 de janeiro de 1950. Arquivo Hayek Papers. Caixa 127. Correspondências. Harold W. Luhnnow (1948-1950).

¹⁹¹ Carta Hayek para Luhnnow, em 11 de março de 1950. Arquivo Hayek Papers. Caixa 127. Correspondências. Harold W. Luhnnow (1948-1950).

¹⁹² Carta de Luhnnow para Hayek, em 13 de março de 1950. Arquivo Hayek Papers. Caixa 127. Correspondências. Harold W. Luhnnow (1948-1950).

do ano, Hayek escreveu para agradecer, afirmando que “pela primeira vez em três anos me sinto seguro para trabalhar de forma produtiva”¹⁹³.

O Volker Fund apoiou bastante o principal projeto de Hayek: a Sociedade Mont Pelerin. Nos seis primeiros anos da organização (1947-1953), o fundo pagou todas as anuidades dos membros norte-americanos, arcando ainda com suas viagens para os encontros na Europa. Em muitos momentos, pagou também os custos das despesas dos representantes europeus, possibilitando a realização das reuniões da Mont Pelerin. Em 1954, Mises declarou que não participaria do encontro de Veneza, na Itália, por causa da pequena presença de ingleses e franceses. Para evitar que isso acontecesse, o Fundo pediu para Mises uma lista de beneficiários, em ordem de importância, para a ajuda financeira. Foram elencados entre os ingleses, os nomes de Jewekes, Plant e Dennison e entre os franceses, Louis Baudin, Daniel Villey, François Trevoux e Bertrand de Jouvenel. Todos receberam ajuda financeira do fundo.¹⁹⁴

Ainda nos anos 1950, o Volker Fund financiou uma série de conferências e seminários voltados à participação de jovens estudantes sobre temas relacionados ao liberalismo econômico. Milton Friedman, nesse período, foi um dos convidados a trabalhar para o grupo, passando a receber para ser um dos participantes regulares das iniciativas do fundo. A adaptação do conjunto de palestras realizadas pelo economista de Chicago a pedido do Volker Fund foi publicada uma década depois com o título *Capitalismo e Liberdade*. Essa é a primeira publicação de sucesso do best-seller liberal. Vendeu mais de 400 mil cópias.

O Fundo distribuía também prêmios como o *William Volker Distinguished Service Award*. Jorg Guido Hulsmann, biógrafo de Mises, considera esse prêmio de

¹⁹³ Carta Hayek para Luhnnow, em 9 de dezembro de 1950. Arquivo Hayek Papers. Caixa 127. Correspondências. Harold W. Luhnnow (1948-1950).

¹⁹⁴ Apesar do apoio do Volker Fund à viagem dos ingleses e franceses, Mises não participou do encontro na Itália pois teve que passar por uma cirurgia na vesícula. HÜLSMANN, Jörg Guido. *Mises: The Last Knight of Liberalism*. Mises Institute: Auburn, Alabama, 2007, p. 1004.

\$15,000, em 1956, o primeiro reconhecimento público dos trabalhos do velho autor austríaco.¹⁹⁵ O apoio do Volker Fund continuou até o início da década de 1960, quando o fundo entrou em crise.

Portanto, podemos dizer que a migração de Hayek para os EUA e a publicidade e apoio financeiro de instituições como a Foundation for Economic Education, a Fundação Rockefeller e o William Volker Fund foram fundamentais para o crescimento do movimento intelectual conservador no país, especialmente da corrente dos liberais clássicos.

Os preparativos para o Primeiro Encontro

Vamos voltar ao imediato pós-guerra. Mais precisamente, aos anos de 1946-1947. Na organização da primeira reunião da Sociedade Mont Pelerin, que ainda não existia formalmente, havia uma nítida divisão de tarefas entre Hayek e Hunold. Enquanto o intelectual austríaco ficava responsável pela escolha dos participantes e pela elaboração das atividades, Hunold se encarregava da organização administrativa e financeira. Mas essa divisão não impedia que Hunold participasse da escolha de alguns participantes nem que Hayek buscasse recursos financeiros norte-americanos para apoiar o encontro, como vimos.

A escolha dos participantes do primeiro encontro da Sociedade Mont Pelerin nos permite observar a formação de uma rede internacional de apoiadores da ideia do livre mercado entre intelectuais, empresários e jornalistas, principalmente dos Estados Unidos e Europa. Essa composição começara antes da Segunda Guerra, mas ganhou força com as viagens de Hayek, embalado pelo sucesso de “O Caminho da Servidão”.

¹⁹⁵ HÜLSMANN, Jörg Guido. *Mises: The Last Knight of Liberalism*. Mises Institute: Auburn, Alabama, 2007, p. 988.

Muitas indicações foram feitas a Hayek, uma vez que ele havia assumido a responsabilidade pelos participantes que seriam convidados. A palavra final era sua, mas muitas pessoas fizeram sugestões. O primeiro não poderia deixar de ser Hunold que escreveu para Hayek com uma lista de 12 nomes “proeminentes” que não poderiam ficar de fora. Nove deles estiveram presentes ao encontro: Mises, Einaudi, Eucken, Graham, Hazlitt, Robbins, Rueff, Tingsten e Trevoux.¹⁹⁶

Amigo de Hayek e principal responsável pela publicação de “O Caminho da Servidão”, nos EUA, Aaron Director ficou responsável por apontar nomes da Universidade de Chicago para participar do encontro na Suíça. Milton Friedman e George Stigler, dois futuros ganhadores do Prêmio Nobel de Economia, foram indicados. Ambos, colegas de departamento de Aaron, ainda eram jovens pesquisadores, muito longe da fama que alcançariam décadas depois¹⁹⁷.

Em 28 de dezembro de 1946, Hayek enviou uma carta para aproximadamente 50 pessoas convidando para participar do primeiro encontro da Sociedade, a ser realizado na Suíça, nos primeiros dez dias de abril de 1947. A conferência buscava “organizar uma associação internacional de estudiosos, uma espécie de Academia Internacional de Filosofia Política”.

Na carta, ele começou explicando os motivos da iniciativa:

Nas conversas que tive durante os últimos dois anos com amigos em diferentes países, percebi um forte desejo de maior contato entre as pessoas que se preocupam fortemente com as possibilidades de se preservar uma civilização livre, e que sentem que não apenas toda a relação entre a coerção governamental e as liberdades individuais requerem um reexame, mas também as visões dominantes da história recente deverão ser revisadas para que as crenças predominantes e equívocos não nos conduzam ainda mais em uma direção totalitária¹⁹⁸.

¹⁹⁶ Arquivo da Sociedade Mont Pelerin. Caixa 5.

¹⁹⁷ “Aaron Director, Founder of the field of Law and Economics”. Nota da Universidade de Chicago em homenagem a Aaron Director após seu falecimento. 13 de setembro de 2004. Disponível em <http://www-news.uchicago.edu/releases/04/040913.director.shtml>.

¹⁹⁸ Correspondência enviada por Hayek para os convidados do Encontro de 1947. 28 de dezembro de 1946. Arquivo Hayek Papers. Caixa 61. Pasta 8.

O objetivo do encontro era claro no convite de Hayek: “enquanto um pequeno grupo de defensores do liberalismo se encontra isolado em diferentes países, juntos representam uma força considerável se unida pelos mesmos objetivos”¹⁹⁹. A ideia era aproximar os esforços isolados de estudiosos, empresários e outros defensores das propostas do capitalismo liberal. Indivíduos que se sentiam, há pelo menos uma década, derrotados no debate público.

Desde os anos 1930, com o abandono das políticas do *laissez-faire* pela maioria dos governos capitalistas como resposta à crise econômica, passando pelo agigantamento dos Estados durante o esforço de guerra, os advogados do capitalismo liberal foram ficando cada vez mais reclusos. A resposta para o isolamento: a formação de uma ofensiva encampada por Hayek em defesa dos princípios do liberalismo econômico.

A rede internacional, convocada por Hayek, incluía “economistas e historiadores, filósofos políticos e jornalistas de diferentes países que compartilham as mesmas convicções e podem se beneficiar muito da cooperação”. Preocupado com as desavenças que poderiam surgir entre as concepções diferentes do liberalismo clássico, Hayek não estabeleceu uma definição mais precisa sobre sua proposta. E, por isso, escreveu que “a filosofia da liberdade que forma a base das convicções de nossos esforços não pode ser definida em poucas sentenças”. Completou, fazendo menção apenas às referências intelectuais principais da sua iniciativa: “as ideias de Lord Acton e Alexis de Tocqueville podem servir como as fundações sobre as quais esse empreendimento comum se inicia”²⁰⁰.

E, por isso, sugeriu o nome Sociedade Acton-Tocqueville para a nova organização, ressaltando, de forma vaga, que as ideias dos trabalhos de Lord Acton e

¹⁹⁹ Idem.

²⁰⁰ Idem.

Tocqueville sintetizam os princípios da instituição que ele queria criar. Além disso, continuou Hayek, os escritos dos dois autores, por serem ainda insuficientemente conhecidos, poderia parecer um problema, mas era na verdade uma vantagem²⁰¹. O líder austríaco não explicou porque considerava isso um ponto positivo. Podemos inferir que provavelmente ele acreditava que os trabalhos de Lord Acton e Tocqueville, por serem menos difundidos, não seriam tão polêmicos, o que contribuiria para evitar conflitos e dissensões no interior do grupo ainda em formação.

Prevedendo resistências ao nome, Hayek se preocupou em ressaltar que eram apenas sugestões, e que ainda passariam pelos debates na Suíça. Aproveitou também a carta para comentar as dificuldades financeiras que encontrava para organizar o encontro²⁰².

Além das discussões a respeito da organização e suas funções, Hayek propôs os seguintes temas para a conferência:

- 1- “Livre” Empresa ou Ordem Competitiva;
- 2- Historiografia Moderna e Educação Política;
- 3- O Futuro da Alemanha;
- 4- Os Problemas e Potencialidades da Federação Europeia;
- 5- Liberalismo e Cristandade

Ao todo, foram chamados cerca de uma centena de estudiosos, entre eles economistas, sociólogos, historiadores, jornalistas e filósofos. Em 16 janeiro de 1947, quarenta pessoas já haviam respondido ao convite. Dessas, 28 aceitaram, 7 ainda não haviam decidido e outras 7 responderam que não poderiam participar.²⁰³ Alguns dias depois,

²⁰¹ Idem.

²⁰² Idem.

²⁰³ Carta de Hayek a Hunold, 16 de janeiro de 1947. Arquivo da Sociedade Mont Pelerin. Correspondências. Caixa 5. Pasta 4. Hoover Institution.

nomes considerados importantes anunciaram que não poderiam estar presentes. Entre eles: Antony Fisher, C. Bresciani, Eli Heckscher e Arnold Plant.²⁰⁴ Outros como Rueff²⁰⁵, Rüstow²⁰⁶, René Courtin²⁰⁷, Jasper Crane e H. Kohn avisaram nos meses seguintes que não iriam.

Faltando pouco mais de dois meses ainda havia alguns obstáculos para a realização do encontro na Suíça. Em 21 de janeiro de 1947, preocupado, Hayek alertou os participantes que o apoio financeiro norte-americano ainda não estava garantido.²⁰⁸ No dia seguinte, escreveu para Hunold dizendo que ainda esperava uma resposta de Luhnnow sobre o apoio financeiro para a viagem dos dez ou onze norte-americanos que iriam a Mont Pelerin. Descreveu também as dificuldades enfrentadas pelos alemães, Eucken, Schnabel e Rüstow, que não podiam pagar suas viagens.

Receoso de não conseguir levantar os recursos, Hayek perguntou a Hunold se não seria possível que os fundos suíços pagassem as despesas de pelo menos uma parte dos americanos. Hayek informou que as fontes americanas estariam dispostas a pagar os custos do grupo de Chicago e de alguns outros, considerados mais relevantes, mas não de todos os americanos. Daí sua preocupação com os demais participantes americanos, que não contariam com a generosidade do fundo da Foundation For Economic Education.²⁰⁹

Em março, Luhnnow disponibilizou os recursos para financiar a viagem dos demais norte-americanos, sugerindo a Hayek que convidasse como observadores Leonard Read e L.B. Miller. Ao final, os participantes dos EUA no encontro foram:

²⁰⁴ Carta de Hayek a Hunold. 22 de janeiro de 1947. Arquivo da Sociedade Mont Pelerin. Correspondências. Caixa 5. Pasta 4. Hoover Institution.

²⁰⁵ Estava em Moscou e não conseguiu voltar a tempo. Telegrama enviado a Hunold em 29 de março de 1947. Caixa 5.

²⁰⁶ Carta de Hayek a Hunold em 12 de março de 1947. Caixa 5.

²⁰⁷ Fundador e Diretor do jornal *Le Monde*. Carta de René Courtin a Hunold em 15 de março de 1947.

²⁰⁸ Circular de Hayek aos convidados do Encontro da Suíça. 21 de janeiro de 1947. Arquivo da Sociedade Mont Pelerin. Correspondências. Caixa 5. Pasta 4. Hoover Institution.

²⁰⁹ Carta de Hayek a Hunold. 22 de janeiro de 1947. Arquivo da Sociedade Mont Pelerin. Correspondências. Caixa 5. Pasta 4. Hoover Institution.

Aaron Director, Milton Friedman, Karl Brandt, John Davenport, Milton Friedman, Henry Hazlitt, Frank Knight, Harry Gideonse, Frank Graham, Fritz Machlup, L.B. Miller, F.A. Harper, Ludwig von Mises, Felix Morley, Leonard Read, George Stigler e V.O Watts.

Com a participação americana resolvida, Hayek escreveu para Hunold deixando com ele e Ropke a incumbência de incluir os empresários suíços que desejassem ir ao encontro. Hayek frisou, no entanto, que eles deveriam ser “convidados como ouvintes”, assim como foi feito com os empresários americanos: “Eles devem comparecer como observadores e não como membros da conferência”. Na prática, isso significava que eles não figurariam na lista do encontro como integrantes da organização.²¹⁰

A preocupação com a condição dos empresários no encontro era compartilhada também por William Rappard. Ele escreveu para Hunold levantando algumas dúvidas sobre a participação dos empresários suíços. Temia que a sociedade fosse acusada de falta de autonomia: “os críticos mal-intencionados de nossa reunião poderiam (...) lançar suspeitas sobre a independência do nosso movimento por causa da generosidade de nossos mecenas suíços”.²¹¹

No início de fevereiro, com o apoio garantido dos fundos norte-americano e suíço, Hayek escreveu para Hunold para informá-lo dos preparativos do encontro e do envio da última circular com a inclusão de novos nomes como o de Walter Lippmann. Hayek relatou que muitos convidados sugeriram o convite a Walter Lippmann e que ele precisava fazer um último esforço para levá-lo para o encontro. Escreveu ainda que decidiu não fazer mais convites, pois eram muitas novas sugestões e que não seria capaz de dar conta da conclusão dos preparativos caso atendesse a todas as solicitações. Neste

²¹⁰ Carta de Hayek a Hunold. 14 de fevereiro de 1947. Caixa 5. Pasta 4.

²¹¹ No original: “Grâce à la générosité de nos mécènes suisses, des critiques mal intentionnés de notre réunion pourraient (...) lancer soupçons sur l’indépendance de notre mouvement”. Carta de William Rappard a Hunold. 7 de março de 1947. Arquivo da Sociedade Mont Pelerin. Caixa 5. Pasta 6. Tradução nossa.

momento, os novos números eram: 32 pessoas haviam confirmado presença, sete ainda não sabiam se poderiam ir e oito não haviam respondido. De destaque, Mises ainda era dúvida.²¹²

Na última circular antes do encontro, Hayek detalhou algumas questões sobre o encontro e os resultados que esperava. Resumindo o objetivo da conferência como “um esforço comum de organizar a defesa dos princípios de uma sociedade livre”, afirmou que isso só podia ser realizado reunindo pessoas que compartilham certas convicções. Anunciou também sua intenção, a depender dos demais participantes, de criar uma organização permanente e escreveu pela primeira vez sobre a possibilidade de fundar um jornal. Se for decidido pela formação de uma Sociedade, afirmou Hayek “será necessário elaborar uma declaração de princípios para guiar a nova instituição”. Completou a circular com uma advertência: “pessoalmente não gostaria que fosse produzido nenhum manifesto público” sobre as atividades do encontro²¹³.

É bom dizer que as dificuldades para a realização do encontro não foram apenas de ordem financeira. Em março de 1947, a questão material estava resolvida, mas a política teimava em se impor. Embora fossem apenas alguns detalhes, eram detalhes significativos. Em um período em que a Europa ainda passava pela reconstrução do pós-guerra, problemas básicos complicavam o encontro de estudiosos de diferentes países. Na Alemanha do pós-guerra, por exemplo, não era fácil para os cidadãos do país atravessar suas fronteiras. Os alemães precisavam de autorização para poder deixar as zonas ocupadas e viajar para a Suíça. Em fevereiro de 1947, Hunold escreveu para as autoridades suíças do *Police Cantonale des Étrangers de Lausana* e da *Police Fédérale*

²¹² Carta de Hayek a Hunold. 4 de fevereiro de 1947. Caixa 5. Pasta 4. Arquivo da Sociedade Mont Pelerin.

²¹³ Arquivo da Sociedade Mont Pelerin. Caixa 5.

*des Étrangers de Berna*²¹⁴. Conseguiu rapidamente a autorização para Alexandre Rüstow. Os casos de W. Eucken e F. Schnable foram mais demorados. Mas em meados do mês de março já estava tudo resolvido. Hayek havia conseguido também, junto as forças de ocupação, a liberação dos participantes alemães, enquanto Hunold conseguira a permissão para seus ingressos na Suíça.²¹⁵

Agora estava tudo pronto. O navio Queen Elizabeth partia da cidade de Nova Iorque levando os doze participantes americanos. Da Alemanha, França, Grã-Bretanha e outros países europeus seguiam mais trinta indivíduos. Todos se dirigiam aos Alpes suíços com um mesmo sentimento: o de que cumpriam uma missão. Juntos, se consideravam pregadores de um novo mundo. Convencidos da superioridade do mercado, desejavam-se expurgadores dos novos males da modernidade: o socialismo e o capitalismo de Bem-Estar Social.

²¹⁴ Carta de Hunold para *Police Cantonale des Étrangers* em 22 de fevereiro de 1947. Arquivo da Sociedade Mont Pelerin. Caixa 5. Pasta 4.

²¹⁵ Arquivo da Sociedade Mont Pelerin. Caixa 5.

CAPÍTULO: 3 - A SOCIEDADE MONT PELERIN

The state of opinion which governs a decision on political issues is always the result of a slow evolution, extending over long periods and proceeding at many different levels. New ideas start among a few and gradually spread until they become the possession of a majority who know little of their origin.

(Friedrich Hayek)

If we take the widest and wisest view of a Cause, there is no such thing as a Lost Cause, because there is no such thing as a Gained Cause. We fight for lost causes because we know that our defeat and dismay may be the preface to our successors' victory, though that victory itself will be temporary; we fight rather to keep something alive than in the expectation that it will triumph.

(T.S. Eliot)

As ideias governam o mundo, porque são elas que determinam a forma como a realidade é percebida.

(Irving Kristol)

1945. Terminou a guerra. Silenciados os canhões, intelectuais de diferentes países, munidos de outras armas, se reuniram na Suíça, um dos principais berços culturais da Europa. A missão: defender a ordem política e econômica liberal que, segundo eles, se encontrava ameaçada.

À medida que os soldados aliados voltavam para casa e a ameaça do nazismo não existia mais, a guerra fria se iniciava. Contudo, o principal conflito ideológico do século XX, a tensão entre capitalismo e socialismo, não encerrava as rivalidades

ideológicas. No interior do bloco capitalista, uma disputa nítida também se delineava. De um lado, os defensores de um capitalismo com maior presença do Estado, o keynesianismo, que assumiu versões específicas, por exemplo, o New Deal norte-americano e a social democracia britânica. De outro lado, os defensores de um capitalismo liberal, com menos Estado e mais mercado. Era o liberalismo econômico, pregado por homens como Hayek, que então publicava seu *O Caminho da Servidão*.

Dessa forma, no imediato pós-guerra, um cabo de guerra entre adeptos de uma função mais ativa do Estado na administração dos assuntos econômicos e sociais e defensores de um papel hegemônico do mercado como alocador principal de recursos se intensificou. Desde o final do século XIX e início do XX, a corda pendia para o segundo grupo, com o fortalecimento do discurso do laissez-faire. Mas, a partir dos anos 1930, resultado da Grande Depressão e do fortalecimento dos grupos de esquerda e do fascismo, o Estado reassumiu uma série de funções perdidas e ganhou novas. Com a guerra, esse movimento se intensificou.

O mais sangrento conflito militar da história moderna colocou o Estado no centro da vida econômica. Em um mundo impactado pela destruição da guerra, pelas altas taxas de desemprego e pela recessão econômica, o discurso a favor de um Estado forte alimentava o crescimento dos grupos políticos progressistas do New Deal e da social democracia europeia.

Na maioria dos países da Europa Ocidental, o setor público cresceu vertiginosamente, considerando-se os gastos do governo ou o número de funcionários públicos. Esse fenômeno ocorreu em proporções variadas no continente, sendo as experiências francesa e inglesa os melhores exemplos do entusiasmo pelo papel do Estado na economia.

Na França da Quarta República (1946-1958), um intenso processo de nacionalização teve curso, colocando sob domínio do Estado um quinto da capacidade industrial do país. Bancos, seguradoras, transporte aéreo, minas, fábricas e mesmo o complexo da Renault foram estatizados. O Plano Manet, ainda no período de governo do general De Gaulle, tornou a França o primeiro país do continente a estabelecer o crescimento econômico e a modernização como metas de políticas públicas²¹⁶.

Na Grã-Bretanha, terra de Keynes e de Hayek, os trabalhistas varreram Churchill do Palácio de Westminster, na eleição de 1945. A derrota do grande herói de guerra foi uma punição do povo inglês aos conservadores, considerados responsáveis pelas dificuldades econômicas dos anos anteriores à guerra, e uma aposta no projeto de reforma social trabalhista. A esmagadora vitória do Partido Trabalhista contra o Partido Conservador e seus aliados (393 cadeiras contra 213) impulsionou Clement Attlee e sua proposta de reforma social. A nacionalização das minas, do transporte de cargas, de ferrovias e de prestadoras de serviços públicos e o provimento de assistência médica eram o centro das propostas econômicas do Partido Trabalhista inglês. A construção de um Estado de Bem-Estar Social passou a figurar, assim, no horizonte político de Downing Street.

John Maynard Keynes previu um pós-guerra “ávido por previdência e pessoal”. “Planejamento”, “intervenção” e “regulamentação” tornaram-se palavras de ordem diante do caos trazido pela guerra. Nas palavras de Kenneth Harris, biógrafo do líder trabalhista Clement Attlee, no pós-guerra: Planejamento nacional e estatização que, entre 1945 e 1951 pareciam resultar de um governo trabalhista que punha em prática princípios socialistas, eram, em grande medida, a herança de um Estado que se

²¹⁶ JUDT, Tony, 2007, p. 84.

organizara para lutar uma guerra total²¹⁷. A crença na importância do papel do Estado em questões econômicas e sociais parecia ganhar adeptos a cada dia. Na BBC, em novembro de 1945, o historiador inglês A.J.P Taylor foi taxativo: “ninguém na Europa acredita no estilo de vida norte-americano – isto é, na iniciativa privada; ou melhor, os que acreditam formam um partido derrotado que parece não ter mais futuro na Inglaterra do que os jacobitas depois de 1688”²¹⁸.

Em todos os Estados europeus ocidentais, ainda que em grau e forma diferentes, a provisão de serviços públicos aumentou consideravelmente. Gastos sociais com educação, moradia e assistência médica, bem como o surgimento de uma Previdência Social com cobertura para doença, desemprego, acidentes e velhice mostravam a disposição de governos progressistas e conservadores com a expansão de certos serviços do Estado.

Do outro lado do Atlântico, não foi diferente. Nos EUA, a crença no governo como instrumento para resolver os problemas da economia e garantir o bem-estar dos cidadãos afirmava-se com força. A coalizão do New Deal, construída a partir dos anos 1930, manteve-se por quatro décadas. Esse contrato social, negociado entre o governo federal e os cidadãos norte-americanos em nome de um bem-estar geral, foi uma herança do governo Roosevelt, preservada por democratas e republicanos. A ideia de que o Estado era o responsável por proteger os cidadãos da crise econômica e do desemprego, por regular a economia com a adoção de políticas keynesianas para estimular o crescimento e por prover serviços públicos básicos tornou-se um consenso no país no imediato pós-guerra. A maioria política nacional, forjada pelos democratas, a

²¹⁷ Idem, p. 83.

²¹⁸ Idem.

favor de políticas de construção de um Estado de Bem-Estar Social frustrava os que professavam a fé no livre-mercado.

Os trinta anos seguintes ao final da Segunda Guerra representaram um período dourado para o capitalismo europeu e norte-americano. Nesse período, as economias cresceram a taxas elevadas, o que resultou em um sentimento crescente de prosperidade e bem-estar. Com a economia internacional favorável e a alternativa do socialismo seduzindo os trabalhadores, um acordo político e social se firmou. Esse pacto, respeitado pelas forças progressistas e conservadoras hegemônicas, estabelecia um papel mais ativo para o Estado, que se tornou responsável pela manutenção do crescimento econômico e do pleno emprego. O chamado compromisso “social-democrata” perdurou até a década de 1970, quando a crise do modelo fordista lançou o mundo em uma dura recessão, colocando em xeque a administração econômica keynesiana e os Estados de Bem-Estar Social. Evidentemente, essa crise econômica estava longe do horizonte dos contemporâneos do pós-guerra. Os trinta anos gloriosos (*Les Trente Glorieuses*), como batizaram os franceses, pareciam um período de prosperidade longe do fim.

Consequentemente, os anos seguintes ao final da Segunda Guerra não apresentavam boas perspectivas para os defensores de uma retomada das teses do liberalismo clássico. O discurso de crítica ao papel do Estado na administração econômica e social reverberava pouco. De um lado, encontrava-se uma Europa destruída e dividida entre sua parte oriental, onde o socialismo de inspiração soviética avançava, e ocidental, na qual a intervenção econômica se afirmava com o florescimento das políticas keynesianas. De outro lado, estavam os Estados Unidos, intactos e vitoriosos, que no contexto pós-New Deal, consolidavam seu consenso político sob os pilares do pleno emprego e da segurança social.

Neste cenário, só restavam aos liberais a defensiva. Enquanto muitos celebravam o fim da maior guerra da história moderna e a vitória sobre as forças do fascismo, nossos liberais lamentavam um processo que percebiam como desastroso. Esse é o sentimento de Hayek ao descrever a marcha da sociedade ocidental rumo ao “caminho da servidão”. Para os herdeiros do liberalismo clássico, a derrota de Hitler e Mussolini não significava o desaparecimento das ameaças totalitárias. Pelo contrário, o desenvolvimento dos Estados de Bem-Estar Social nos países capitalistas e o fortalecimento do socialismo prenunciavam um destino perigoso para a ordem liberal e democrática.

Mas se engana quem não observa já nos anos 1940 os primeiros sinais do desabrochar do movimento neoliberal. Aqui começaram a ser fincadas as raízes de uma ideologia que dará seus frutos três décadas mais tarde. Publicações fundamentais para a construção do discurso contra o Estado e o keynesianismo apareceram nestes anos: *O Caminho da Servidão* (1944) de Hayek, *Bureaucracy* (1944) de Mises e *Open Society and Its Enemies* (1945) de Karl Popper são três exemplos de destaque.

Assim, como quem observa um abismo a sua frente, Hayek decidiu organizar uma contraofensiva: a criação da Sociedade Mont Pelerin. Uma rede internacional de estudiosos, empresários e jornalistas comprometida com a promoção das ideias do liberalismo clássico. O objetivo da organização era persuadir intelectuais, formadores de opinião, políticos e, conseqüentemente, a população em geral, a alterar o caminho que, segundo ele, se anunciava. A Sociedade Mont Pelerin foi capaz de reunir, já no momento de seu surgimento, as principais figuras do período identificadas com as ideias liberais: ingleses, como Lionel Robbins, John Jewkes e Michael Polanyi; emigrados austríacos, como Ludwig von Mises, Fritz Machlup, Karl Popper, e claro o próprio Hayek; os estadunidenses Henry Hazlitt, Frank Knight, Milton Friedman, Aaron

Director e George Stigler; da Alemanha, Wilhelm Röpke e Walter Eucken; franceses, como Maurice Allais e Bertrand de Jouvenel; além de outros europeus.

Fundada por pouco mais de três dezenas de indivíduos, meio século depois a Sociedade Mont Pelerin possui mais de mil membros. A organização é reconhecida atualmente pela participação de eminentes intelectuais, empresários e políticos e por sua contribuição para o surgimento de instituições similares de defesa dos livres mercados em todo o mundo. Veremos agora, contudo, que a sociedade que se orgulha de possuir em sua história nove vencedores do Prêmio Nobel e ter sido crucial para o sucesso do movimento neoliberal, surgiu de forma tímida²¹⁹.

O Primeiro Encontro

Em abril de 1947, aos pés dos Alpes suíços, 39 homens reuniram-se para debater os rumos políticos e econômicos do mundo do pós-guerra. Em uma paisagem marcada por vinhedos, pomares e bosques, as árvores erguiam-se majestosas como donas de uma terra onde a natureza reinava soberana. As águas cristalinas do lago Léman, rodeadas por montanhas colossais que isolavam aqueles domínios, refletiam a calma de uma terra sempre neutra, distante das atrocidades da grande guerra. Neste distante rincão suíço, cravado no interior de uma Europa destroçada, o som mais agudo provinha do bater das asas dos pássaros. Esse era um destes lugares que nos proporcionam uma visão do mundo tal como era antes do surgimento do homem. No século mais sangrento da História moderna, ali, a natureza ainda se impunha, tranquilizadora.

²¹⁹ Oito membros da sociedade foram agraciados com o Prêmio Nobel de economia: Friedrich Hayek (1973); Milton Friedman (1976); George Stigler (1982); James Buchanan (1986); Maurice Allais (1988); Ronald Coase (1991); Gary Becker (1992); Vernon Smith (2002). E um, mais recentemente, ganhou o prêmio em Literatura, Mario Vargas Llosa (2010).

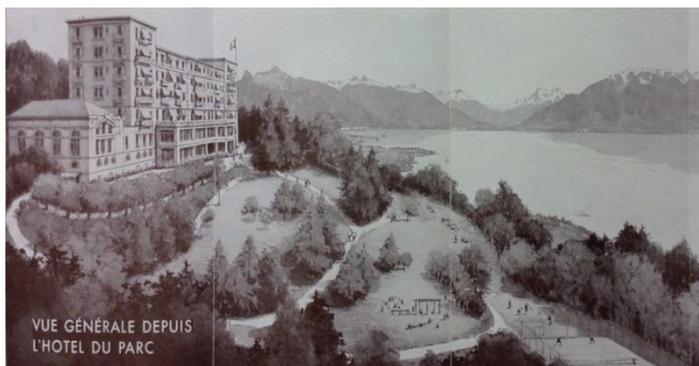
O silêncio meditativo da região convidava à reflexão sobre os novos tempos. A escolha do Monte Pelerin era indicativo do sentimento dos intelectuais que ali se reuniam. *Pelerin* é a palavra francesa para *peregrino*. Um dos participantes, o jornalista norte-americano John Davenport, refletindo sobre sua organização, constatou que peregrinos são pessoas que geralmente possuem ideia da direção que querem tomar, ainda que nem sempre concordem em como chegar lá.²²⁰ Uma boa definição para a diversidade que marcou a unidade daqueles homens.

É importante dizer que, embora seja um ambiente propício ao debate intelectual, a escolha da bela região suíça teve menos a ver com os encantos locais do que com a participação ativa dos empresários e intelectuais do país. Boa parte dos custos da organização do encontro foram financiados pela elite econômica suíça. O pagamento de dez diárias para cinquenta pessoas no luxuoso Hotel Du Parc era um investimento que demonstrava a disposição daquele grupo de empresários para financiar o projeto de Hayek.

A reunião de acadêmicos, empresários e jornalistas de dez países diferentes ocorreu no imponente Hotel Du Parc, situado próximo à cidade de Vevey, na Riviera suíça. A região era um dos principais destinos turísticos dos europeus ricos no final do século XIX e início do século XX. O ambiente bucólico, distante da agitação das zonas urbanas, refletia os sentimentos daquela aristocracia intelectual que temia as rápidas transformações do mundo contemporâneo.

²²⁰ Greg Kaza. *The Mont Pelerin Society's 50th Anniversary - The Society Helps Keep Alight the Lamp of Classical Liberalism*. Jornal The Freeman. Junho de 1997. http://www.fee.org/the_freeman/detail/the-mont-pelerin-societys-50th-anniversary.

Construído em 1895, o Hotel du Parc era um clássico palácio da Belle Époque europeia. Encravado no topo do Monte Pelerin, a 900 metros de altura, o hotel possuía uma vista



Hotel Du Parc

deslumbrante para o lago Lemán e os picos dos Alpes suíços conhecidos como Dents du Midi. Escolhido a dedo por William Rappard e Wilhelm Röpke, o suntuoso hotel europeu simbolizava o saudosismo daqueles homens por uma civilização que resistia a desaparecer. Residência tradicional da nobreza europeia, o hotel era um símbolo da hegemonia perdida do Velho Continente²²¹.

Em um domingo à noite de 1947, muitos daqueles intelectuais se viram pela primeira vez. Davenport escreveu anos depois que o sentimento era de recapitulação da atmosfera estudantil dos primeiros anos de faculdade. Juntos aqueles homens se consideravam especiais, portadores de uma missão. Reunidos ali, homens que discordavam em uma série de questões, compartilhavam um objetivo comum: interromper e reverter a tendência política, econômica e social em direção ao capitalismo regulado ou, segundo acreditavam, “rumo ao socialismo”. Assustados com o crescimento das funções dos governos das democracias liberais da Europa e dos Estados Unidos no pós-guerra, decidiram agir. A reunião seria apenas a primeira atividade.

O ar gélido da primavera suíça parecia reproduzir a atmosfera intelectual hostil contra a qual se queixavam aqueles intelectuais. Mas o frio intenso contrastava com os debates acalorados.

²²¹ Documento *Mont Pelerin General 1947*. Arquivo da Sociedade Mont Pelerin. Caixa 5. Pasta 1.

Os dez dias no Mont Pelerin

Entre a terça, 1º de abril, e a quinta, dia 10, dezenas de intelectuais da Europa e dos EUA reuniram-se para discutir o contexto político e econômico que viviam e a importância das ideias do livre-mercado. Sob a liderança de Friedrich Hayek e Albert Hunold, reuniram-se em um espaçoso bar, no subsolo do hotel do Hôtel du Parc. O tema principal era o liberalismo econômico e o que percebiam como seu declínio nos anos do pós-guerra.

Como descreveu Milton Friedman, na época ainda um jovem professor, o objetivo da reunião era muito claro: “Hayek e nós sentíamos que o mundo caminhava para a planificação, e de alguma forma deveríamos desenvolver uma empreitada intelectual para lutar contra esse movimento”²²².

Assim, o propósito do encontro que unia aqueles diferentes intelectuais era a necessidade de retomada das ideias do liberalismo clássico e a formação de uma organização que aproximasse filósofos, economistas, cientistas políticos e outros estudiosos defensores das ideias do livre mercado.

A fundação da Sociedade foi ideia de Hayek que decidiu convidar intelectuais que, embora de orientações teóricas diversas, compartilhassem a defesa de certos princípios do liberalismo e o sentimento de que o mundo ocidental vivia uma crise com a ameaça socialista e/ou keynesiana às liberdades individuais.

Dos 39 presentes, de dez países, vinte e oito eram profissionais do meio acadêmico. Desses, a maioria (vinte) era composta por economistas. Havia ainda três jornalistas, além de historiadores, cientistas políticos, filósofos e juristas. (Anexo 2)

Antes de analisarmos o Primeiro Encontro da Sociedade Mont Pelerin, uma breve ressalva sobre as fontes disponíveis. Os documentos sobre os debates são

²²² Video: “Batalla por Economía Mont Pelerin y Escuela de Chicago 1947-1950s”, disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=Hqtmqq0jx7Y>.

limitados, visto que não foram feitos registros detalhados das discussões entre os participantes. Na época, a sociedade tinha apenas uma secretária, a senhorita Hans. A maioria dos debates entre os membros, bem como os comentários sobre as apresentações, são registros parciais, embora em algumas fontes estejam na íntegra. Alguns documentos, assim como boa parte dos trabalhos apresentados e os materiais da organização estão preservados no arquivo do *Hoover Institution*, na Universidade de Stanford. Os registros das principais apresentações e algumas considerações dos participantes estão preservados, assim como anotações de Hayek e Hunold. As memórias dos participantes da reunião também foram utilizadas.²²³

*O discurso de abertura*²²⁴

Às 10 da manhã, da terça-feira de 1º de abril, William Rappard abriu a conferência do primeiro encontro da Sociedade Mont Pelerin. O economista começou sua fala agradecendo a Hayek por seus esforços para a realização do encontro, sem os quais “a reunião internacional de acadêmicos liberais teria permanecido um sonho inútil”. Depois disso, agradeceu “aos anônimos benfeitores nos Estados Unidos e na Suíça cuja generosidade foi quase tão indispensável para o sucesso do plano do professor Hayek quanto o plano em si”.

É notável como Rappard preferiu não nomear os financiadores norte-americanos e suíços do projeto da Mont Pelerin. Como vimos no capítulo anterior, o apoio financeiro do *William Volker Fund*, da *Foundation For Economic Education* e do empresariado suíço não era desconhecido dos participantes da organização.

²²³ O próprio Hayek faz uma nota explicativa, relatando essas dificuldades para os membros da Sociedade sobre o Encontro de 1947. Arquivo da Sociedade Mont Pelerin. Caixa 5. Pasta 12. Outra limitação deve-se ao idioma. A maioria dos documentos estão em inglês ou francês e foram consultados. Mas uma minoria, composta por fontes em alemão, não pode ser aproveitada.

²²⁴ William E. Rappard, “Discurso de Abertura no Encontro de 1947 da Sociedade Mont Pelerin”. Arquivo da Sociedade Mont Pelerin. Caixa 5. Pasta 12. 10 páginas.

Rappard continuou explicando a razão de ter considerado o apoio financeiro “quase tão indispensável para o sucesso ... quanto o plano em si”, pois para ele “com ideias e sem dinheiro se faz pouco, mas com dinheiro e sem ideias não se faz absolutamente nada”. Assim, de forma simples e direta, Rappard resumiu o vínculo de interesses entre os intelectuais da Mont Pelerin e os empresários que sustentavam as atividades. Eles precisavam uns dos outros.

Apontando a predominância do idioma inglês no encontro, Rappard começou criticando o termo *economics* (economia) que, diferentemente do francês – *science économique* e *politique économique* – e do alemão, é único e por isso empregado com mais de um sentido: “ciência econômica”, “política econômica” e “economista”. Na sua opinião, isso “contribuía para dificultar a compreensão do termo”, criando uma confusão entre o sentido científico e a política real.

Seguindo este raciocínio, Rappard sublinhou que para a ciência econômica não há opção entre liberalismo ou não. Um estudioso da economia não pode se definir como um “não liberal”, pois se ele nega os princípios liberais, “nega a liberdade de pensamento, em uma posição dogmática ou intolerante, ele não é um homem da ciência”. Em contraste, continuou Rappard, “as políticas (econômicas) podem ser liberais ou não (...) e a maioria das políticas são, nos dias de hoje, não liberais”. E, por isso, completou de maneira incisiva: “é porque acreditamos que as políticas econômicas devem ser liberais é que estamos reunidos aqui”.

A crença nos princípios liberais, frisou Rappard, definiram a lista de convidados para o encontro. Em suas palavras, o que unia aqueles homens de profissões e nacionalidades diversas era que “somos liberais por convicção e por fé”.

Isso explicava, segundo ele, a opção de Hayek de excluir “os economistas não liberais, e aceitar os liberais que não são economistas”. Essa parte do seu discurso nos

ajuda a observar as aspirações da Sociedade Mont Pelerin em preservar uma certa pluralidade, com o convite a estudiosos de fora do campo da Economia. Evidentemente, essa busca de diversidade se restringia ao círculo liberal.

É importante dizer, contudo, que essa aspiração da Sociedade Mont Pelerin de possuir diferentes profissionais nunca foi plenamente satisfeita. Desde seu início, a organização contou com um número desproporcional de economistas. Apesar dos esforços de Hayek de convidar estudiosos de outras áreas e do ingresso de historiadores, filósofos e cientistas políticos, a instituição continuou sendo marcada pelo domínio de economistas. Além disso, principalmente a partir da década de 1960, com a saída dos estudiosos alemães e o fortalecimento da Escola de Chicago durante a presidência de Milton Friedman, a SMP foi se tornando cada vez menos plural.

Voltando ao discurso de abertura, Rappard, após uma longa digressão sobre a economia política em “A Riqueza das Nações”, apontou o questionamento que nortearia a conferência da Mont Pelerin: “Por que o mundo contemporâneo, particularmente a Europa, rejeita os ensinamentos do liberalismo econômico?”.

O objetivo do encontro na Suíça era responder a essa questão, percebida, com frustração, como um fato, e trabalhar para transformá-la. Para Rappard, havia duas explicações principais para a rejeição do mundo do pós-guerra ao liberalismo clássico, relacionadas ao nacionalismo e ao desenvolvimento da democracia. A primeira, atribuído ao crescimento do nacionalismo, resultado dos anos de conflito militar, o aumento das exigências com a segurança nacional em detrimento das preocupações com o bem-estar geral. Isso teria provocado uma piora no padrão de vida das sociedades em guerra e, segundo Rappard, teria se voltado contra o discurso liberal, acusado pelas mazelas econômicas e sociais. A segunda explicação relacionava-se à consolidação da democracia e uma nova compreensão das populações sobre os problemas sociais. Nesta

configuração política, armados com o poder do voto, os indivíduos exerceriam uma pressão sobre o Estado que passaria a ser responsável pela execução de uma série de serviços, relegando à iniciativa privada um papel marginal. Em suas palavras, “os homens, agora senhores de seu destino graças à ascensão dos regimes democráticos, e cansados pelos trinta anos de guerra, clamam mais por segurança social e igualdade do que por prosperidade econômica e liberdade”.

O intelectual alemão contrastou a decadência do liberalismo econômico ao fortalecimento do socialismo, chamado por ele de “política de uma raça cansada”. Em sua visão profundamente pessimista, o sistema capitalista se encontrava em extinção. E apenas nos Estados Unidos o capitalismo sobrevivia, se mantendo competitivo. Essa crença na América como o último bastião da liberdade do pós-1945 era compartilhada também por Hayek.

O discurso de Rappard ilustra bem o sentimento daqueles homens, intelectuais e empresários, reunidos em Monte Pelerin. Descrevendo um contexto político e econômico no qual suas ideias estavam sendo derrotadas, Rappard fez deste primeiro discurso do encontro, uma fala que refletia as aspirações daquele grupo de homens que se viam imbuídos de uma missão: salvar o que consideravam ser o mundo livre. “Liberdade” concebida aqui como sinônimo do capitalismo competitivo.

Como crente em uma verdade inquestionável, Rappard anunciou, para o deleite de sua plateia, que “o mundo mais cedo ou mais tarde vai perceber a superioridade produtiva de uma sociedade baseada nos princípios da empresa privada”. Em suas palavras finais, resumiu bem o espírito de Mont Pelerin: diante do cenário de crise do liberalismo econômico, “nossa reunião deve servir como um primeiro ponta-pé para um renascimento intelectual, político e econômico, sem o qual parecerá quase impossível não se desesperar com o futuro”.

Hayek e a abertura da Mont Pelerin ²²⁵

Após a abertura da conferência feita por William Rappard, estava na hora de Hayek apresentar suas considerações. Dirigindo-se para as dezenas de homens reunidos no salão principal do hotel Du Parc, declarou que o encontro representava uma oportunidade única. Com um inglês fluente, ainda que carregado com sotaque austríaco, Hayek lembrou que aquele encontro havia sido pensado nos anos anteriores à Segunda Guerra. Terminada a guerra, destacou Hayek, começava uma nova batalha: a luta pela mente dos homens²²⁶.

O autor de “O Caminho da Servidão” possuía dois grandes propósitos ao reunir aqueles homens nas montanhas da Suíça: um de ordem intelectual e outro político. O primeiro objetivo baseava-se no compromisso de reabilitar o liberalismo clássico, em crise no período. O segundo firmava-se, a partir da reunião de personalidades liberais de diferentes países, em um esforço comum de defesa do livre mercado e de crítica ao capitalismo regulado pelo Estado e ao socialismo.

Na manhã do primeiro encontro, Hayek abriu a conferência afirmando que, em suas viagens nos últimos anos pela Europa e Estados Unidos, se surpreendeu com o número de defensores do liberalismo econômico que trabalhavam isolados em seus países. A ideia de criar a Sociedade Mont Pelerin teria surgido com o objetivo de reunir esses estudiosos que se encontravam afastados, e “que não teriam outra oportunidade de estarem juntos”. Naqueles anos imediatamente posteriores a guerra, havia muitos empecilhos, principalmente no continente europeu, à circulação de pessoas. Segundo Hayek, “os contatos entre pessoas de países diferentes permaneciam restritas aos que trabalhavam para as agências de governo, destinadas a servir às ideologias dominantes”.

²²⁵ Friedrich Hayek, “Discurso de Abertura no Encontro de 1947 da Sociedade Mont Pelerin”. Arquivo da Sociedade Mont Pelerin. Caixa 5. Pasta 12. 26 páginas.

²²⁶ DAVENPORT, John. “Reflections on Mont Pelerin”. In *The Mont Pelerin Society Newsletter*. Caderno Suplementar. Julho de 1981. Arquivo da Sociedade Mont Pelerin. Caixa 68.

Por isso, se fazia necessário criar uma organização que possibilitasse aos indivíduos, ultrapassando as fronteiras nacionais, se unirem em favor de uma causa comum: a defesa da ordem liberal. Hayek apresentou, assim, sua sociedade como um espaço para “a associação de diferentes profissionais, não apenas economistas, mas também historiadores, filósofos, juristas e cientistas políticos com o objetivo de discutir a defesa do liberalismo clássico”.

Em seguida, Hayek se desculpou por dois desequilíbrios iniciais da organização. O primeiro, devia-se à presença minoritária de historiadores e filósofos em comparação com o número de economistas. Para ele, a sociedade deveria possuir um número equilibrado entre essas profissões. Hayek creditou esse desequilíbrio – que não será corrigido futuramente, a despeito das constantes queixas do líder da Mont Pelerin – a sua própria rede de contatos, mais próxima da área da Economia do que de qualquer outro campo de estudo. Somado a isso, havia a pouca ou a ausência de representatividade de algumas nações no encontro: “eu sinto particularmente pelo fato de Holanda e Espanha não estarem representadas”, lamentou Hayek. É importante observar que nestes primeiros anos a Sociedade era uma organização composta apenas por norte-americanos e europeus²²⁷. Na década seguinte, veremos mais adiante, começará um movimento, ainda tímido, de expansão para os demais continentes.

Convém ressaltar que o pensador austríaco não notou outros dois desequilíbrios daquela reunião nos Alpes suíços. O primeiro era a falta de representatividade feminina. Apesar de contar com trinta e nove pessoas, de diferentes lugares, apenas uma era mulher: a historiadora britânica Veronica Wedgwood. Mas nem a especialista no século XVII europeu escapava do segundo aspecto de desequilíbrio: aquela era uma reunião de

²²⁷ No encontro de 1947, havia representantes dos seguintes países: Grã-Bretanha, França, Alemanha, Dinamarca, Itália, Estados Unidos, Suécia, Suíça, Áustria e Noruega.

brancos – fossem eles, intelectuais, empresários ou jornalistas - das classes média e alta da Europa e dos EUA.

Interessante que Hayek usou seu discurso de abertura para explicar também a presença de jornalistas no encontro, casos de Henry Hazlitt, da revista *Newsweek*, e C. V. Wedgwood, da revista *Time and Tide*. Hayek justificou-se alegando que os jornalistas não estavam presentes para cobrir o evento para seus veículos, mas para participar como integrantes da nova organização. Ciente que muitos membros não queriam tornar o encontro público, Hayek ressaltou que sua proposta era que a reunião permanecesse como um evento privado e suas discussões não fossem tornadas públicas (“off the record”), a menos que os membros decidissem em contrário.

Uma característica importante da Sociedade Mont Pelerin, que se mantém do momento de sua fundação até os dias atuais, é o predomínio de acadêmicos, especialmente do campo da Economia. Atualmente, apesar de a organização também ser composta por jornalistas, empresários, políticos e líderes de think tanks, os acadêmicos preservam a posição de destaque e controle. É significativo que em mais de cinquenta anos de história, a instituição teve apenas dois presidentes da instituição que não eram do mundo acadêmico: o guatemalteco Manuel Ayau (empresário) e o norte-americano Edwin Feulner (presidente do think tank *Heritage Foundation*).

Diagnosticado os primeiros problemas daquele encontro e iniciada a discussão dos dilemas políticos contemporâneos, o líder da Sociedade Mont Pelerin apresentou os objetivos de sua organização: “renovar e ressuscitar o pensamento liberal”. Para Hayek, a reabilitação da ideologia liberal seria uma forma de aproximá-la das promessas de um liberalismo anterior, clássico, deturpado nos últimos anos. Reproduziu aqui seu argumento de “O Caminho da Servidão”: a salvação da doutrina liberal estaria em

corrigir os excessos do laissez-faire, aproximando-se dos ensinamentos clássicos. Tese que não agradava defensores de um liberalismo mais radical, como Mises.

As duas falas de abertura simbolizavam o sentimento predominante naqueles dias: um grande fardo pesava sobre o ombro daqueles homens. Crentes na decadência da civilização ocidental, se acreditavam profetas de uma nova ordem. Nas palavras de Hayek, “o número daqueles que encontrei que concordavam com os princípios liberais era pequeno, mas a tarefa é enorme”. Por isso, tanto Rappard como Hayek, desejavam expressar a preocupação com uma tendência que entendiam estar adiantada: o retrocesso do mundo livre. Como descrito em seu livro, “o caminho da servidão” poderia parecer distante para os desavisados. Mas a ameaça não poderia ser mais real e iminente. Recordando sua condição de cidadão de um país que sofreu com o totalitarismo, Hayek alertou: “para os habitantes de um país livre pode parecer quase impossível compreender o processo que leva a perda da liberdade”.

É para evitar isso que a Sociedade Mont Pelerin foi criada. A nova organização surgiu para possibilitar que intelectuais de diferentes países “compartilhem experiências e estudos para além das fronteiras nacionais”, em um esforço em favor da causa liberal. A ideia, completou Hayek, era proporcionar o “debate de grandes questões contemporâneas entre profissionais dos mais diversos campos”, com diferentes abordagens ao permitir a troca de ideias entre “digamos um economista e um historiador, um jurista e um filósofo”.

A preocupação de Hayek com a pluralidade da Mont Pelerin devia-se ao que ele considerava ser a complexidade dos dilemas políticos, econômicos e sociais contemporâneas. Ou seja, em suas palavras, “os perigos que enfrentamos são o resultado de um movimento intelectual que se expressa e afeta todos os aspectos dos assuntos humanos”. E, por isso, o debate não poderia ficar restrito a um campo do

conhecimento. Décadas depois, essa posição de Hayek foi derrotada no interior do campo intelectual liberal. Os principais nomes das Escola de Chicago, da corrente Austríaca e do grupo da Escolha Pública da Virgínia, dentro mesmo da Mont Pelerin, promoverão um discurso diferente – ainda que sob argumentos bastante variados, em alguns casos opostos – de cunho bastante economicista. A economia passará a ser apresentada como uma entidade onipresente, que permeia e, conseqüentemente, explica todos os aspectos da vida social. E, assim, as contribuições dos estudiosos dos demais campos de estudo enfrentarão, partir dos anos 1960 e 1970, a descrença e o descaso dos economistas hegemônicos da Mont Pelerin e do movimento neoliberal internacional.

Há um elemento importante na fala de abertura de Hayek que merece um pouco mais de nossa atenção. Em todo seu discurso, ele não utilizou os conceitos propostos, em 1938, no Colóquio Walter Lippmann para discutir a refundação do liberalismo. Nesse encontro, termos como “liberalismo positivo” (defendido por Rougier), “liberalismo social” (Marlio), liberalismo construtor (Rougier), liberalismo de esquerda (Rueff) e intervencionismo liberal (Rüstow e Röpke) foram intensamente discutidos como alternativas ao conceito de “liberalismo”, percebido como defasado e problemático. A maioria dos presentes ao colóquio francês, muitos deles agora participantes do encontro promovido por Hayek, decidiu pelo uso do termo “neoliberalismo”, como a melhor expressão para definir a renovação da ideologia liberal.

Logo na abertura da conferência, Hayek afirmou que “apesar do abuso no uso da palavra, ainda não há um termo melhor que *liberal* ” para se referir às convicções que unem os participantes do evento. O uso do conceito “liberal/liberalismo” foi utilizado pelos demais participantes nos debates seguintes da Mont Pelerin. Possivelmente, a escolha pela manutenção da expressão, já consagrada, era uma forma de não provocar

maiores desacordos entre a corrente ordoliberal e os ultraliberais, como ocorrera no encontro da década anterior.

Como já tratado no capítulo 1, a escolha do termo “neoliberalismo” no encontro francês não foi simples. Por um lado, agradou aos defensores de uma crítica mais profunda ao liberalismo do final do século XIX e início do XX, como o grupo dos teóricos alemães. Por outro, provocou a rejeição dos ultraliberais, liderados por Mises, que não aceitavam o conceito, uma vez que não viam problemas no *laissez-faire*.

Por isso, defendemos na tese que o uso dos termos “liberalismo” e “liberal” por Hayek e pelos demais participantes durante aqueles dias em Mont Pelerin não foi acidental, mas uma forma encontrada de evitar atritos em um momento delicado. A necessidade de unir esforços, apesar das desavenças ideológicas – e, em alguns, casos pessoais – se sobrepôs naquele momento. Fato que vai se alterar na década seguinte, quando os atritos começaram a aparecer, como veremos mais adiante.

Como vimos, essa defesa do conceito não impediu que Hayek argumentasse em favor de uma renovação do liberalismo. Sua posição, contudo, estava distante das fortes críticas ao *laissez-faire* assumida pela posição majoritária do CWL, principalmente por nomes como Lippmann e Rougier.

Assim como fez em “O Caminho da Servidão”, Hayek advogou uma reformulação do liberalismo clássico desprovido das críticas mais contundentes feitas, por exemplo, pelos teóricos ordoliberais alemães e por Lippmann e Rougier. Afastou-se, assim, da posição majoritária do colóquio anterior à guerra, que defendia o abandono do termo “liberalismo” e sua substituição por “neoliberalismo”. No entanto, sua posição não recusava uma revisão do *laissez-faire*, como faziam os ultraliberais, como Mises. Por isso, em sua fala de abertura na Mont Pelerin, Hayek defendeu uma posição intermediária entre as duas posições. Em suas palavras, “antes da crítica aos erros da

condução econômica do mundo atual” devia-se “remover do liberalismo tradicional certos acréscimos acidentais que foram ligados a ele”, enfrentando com isso “alguns problemas reais que um liberalismo super simplificado se esquivou de lidar”, uma vez que tenha se tornado de certa forma “um credo rígido e imóvel”.

Após a apresentação de Hayek, a reunião passou a debater o programa sugerido pelo intelectual austríaco para as discussões dos dias seguintes. Maurice Allais, Dennison, Friedman, Hayek e Hunold foram eleitos para a comissão permanente da conferência. Os dois últimos foram nomeados como secretários. Ao meio-dia, uma breve parada para o almoço. Na parte da tarde, o tema de debate foi “ ‘Livre’ Empresa e Ordem Competitiva”. A mesa foi presidida por Rappard e teve como palestrantes iniciais: Hayek, Director e Eucken. Como comentaristas estavam: Iversen, Eucken, Miller, Mises, Robbins, Polanyi, Friedman, Hazlitt, Rappard, Jouvenel, Gideensen, Tigensten. Vale analisarmos esse debate para a compreensão um pouco maior sobre a Sociedade Mont Pelerin.

*“Livre” Empresa e Ordem Competitiva (“Free” Enterprise and Competitive Order)*²²⁸

Na parte da tarde, Hayek começou sua fala abordando os desafios do movimento liberal. Na sua opinião, a ascensão das ameaças totalitárias, representadas pelo socialismo e pelo capitalismo de Bem-Estar Social, resultavam da fragilidade da filosofia liberal, que não conseguia se posicionar como alternativa a esses regimes. Para Hayek, resultado da “ausência de uma filosofia consistente”, os adversários do totalitarismo careciam de um programa real que combatesse essa tendência por mais Estado. Resultado: o mundo caminhava a passos largos para um processo no qual os governos se tornariam cada vez mais fortes e presentes na administração econômica e na regulação social. Era esse

²²⁸ Friedrich Hayek. *“Free” Enterprise and Competitive Order*. Arquivo da Sociedade Mont Pelerin. 22 páginas. As palestras de Director e Eucken não estão disponíveis no arquivo.

panorama de ausência de uma resposta liberal, de “um programa real que combatesse esse movimento por mais Estado”, que os participantes da Sociedade Mont Pelerin pretendiam mudar. Para Hayek, era hora de iniciar uma “batalha ideológica” em defesa do liberalismo econômico.

Essa disputa pelo poder das ideias seria uma batalha de longo prazo, avisou Hayek, mas que só poderia começar a ser travada após uma reformulação da filosofia liberal e da correção de equívocos do próprio campo. Por isso, ele escolheu iniciar com uma crítica ao próprio liberalismo, afirmando que “existe certa verdade na provocação de que muitos defensores da ‘livre empresa’ são de fato defensores de privilégios e advogados da ação governamental orientada em seu favor”. Hayek acidamente apontou que esse tipo de conservador não é diferente dos socialistas. E que assim não há perspectiva para a vitória de um discurso liberal a não ser que “os defensores estejam dispostos a aceitar as mesmas regras de uma economia competitiva que impõem às grandes massas”. Note-se que ele usou aqui o termo “conservador” para diferenciar do “verdadeiro” liberal, que a seu ver não assumiria a defesa da manutenção da ordem e de seus privilégios contra os princípios da competição. Por isso, o título de sua comunicação é “Livre Empresa” e “Ordem Competitiva”, alertou Hayek “as duas coisas não necessariamente designam o mesmo sistema”.

O líder da Sociedade Mont Pelerin continuou questionando as contradições do movimento político liberal: “a falta de perspectivas em um futuro próximo resulta do fato de que nenhum grupo político organizado” parece a favor de um sistema liberal competitivo de verdade. A crítica de Hayek é importante pois acusa o próprio círculo liberal de ser uma das fontes para a crise da ordem contemporânea. O alvo deixa de ser apenas o Estado e passa também a ser os defensores do liberalismo.

Defendemos aqui que esta é uma das explicações para a desconfiança que nutriam aqueles intelectuais da SMP diante de partidos e políticos. Mais adiante, observaremos que a organização foi criada como uma instituição apartidária, que não aceitava representantes políticos em seus quadros. Essa exclusão, contudo, durou pouco tempo. Na virada para os anos 1950, não sem resistência de alguns grupos, a organização aprovou o ingresso de figuras de destaque, como Ludwig Erhard, ministro da Economia e futuro chanceler da República Federal da Alemanha. Havia certo receio também com relação aos empresários. Os intelectuais da sociedade alimentavam um sentimento contraditório com relação a esse grupo. Percebiam a necessidade do apoio financeiro, mas possuíam duas ressalvas. Primeiro, temiam que a organização perdesse autonomia. Segundo, entendiam que nem sempre os empresários eram aliados. Essa hesitação se devia à crença de que estes, quando lhes interessavam, defendiam políticas contrárias ao livre mercado, como historicamente ocorreu no apoio a medidas protecionistas por exemplo.

Importante dizer que as críticas de Hayek ao movimento liberal e os receios com relação aos empresários não eram compartilhados por todos os membros da organização. Os representantes mais próximos de um capitalismo laissez-faire, como Mises e Hazlitt, não concordavam com essa posição. Para eles, o Estado era sempre a origem dos problemas políticos, econômicos e sociais. Assim, regras econômicas que desvirtuam o mercado livre, como os monopólios, seriam explicadas por políticas equivocadas dos agentes públicos. E, dessa forma, o combate ao Estado seria a resposta para todos os problemas econômicos e sociais.

Essa foi apenas uma das divergências que marcaram não apenas o encontro de 1947, mas as reuniões posteriores da Mont Pelerin. Aqui, da mesma forma que em sua análise sobre o liberalismo em “O Caminho da Servidão”, Hayek colocou-se em uma

posição intermediária entre os ordoliberais, defensores de uma crítica mais profunda à filosofia liberal, e os ultraliberais, advogados de uma posição radical pró-laissez-faire. Aproximou-se dos teóricos alemães ao afirmar que o mercado era o principal alocador de recursos, mas que o Estado precisava preservar sua função em certas áreas. Ele explicava a intervenção estatal apontando que “nas comunidades modernas um número considerável de serviços necessários, como saneamento e saúde, não pode ser provido pelo mercado”, uma vez que “os preços não podem ser cobrados dos beneficiários partindo do pressuposto de que só pode ser oferecido para quem puder pagar”. Ao mesmo tempo, Hayek reconciliava-se com os grupos ultraliberais ao criticar o imposto de renda progressivo, os sindicatos e os monopólios. Com os anos, o intelectual austríaco aproximou-se dessa posição, chegando a defender teses como a desigualdade positiva e a emissão privada de moedas.

Para Hayek, essa reformulação do liberalismo seria uma forma de fortalecê-lo como alternativa ideológica ao socialismo e ao capitalismo interventor. Ele insistiu que, embora divergissem sobre determinados aspectos da filosofia liberal, os liberais ali presentes deveriam se unir contra seus inimigos comuns. Esse esforço conjunto seria fundamental na disputa ideológica que então se anunciava. Mais uma vez, Hayek proclamou como preocupação-central da Sociedade Mont Pelerin a luta pela defesa da ordem liberal. Seguindo este raciocínio, o primeiro passo seria a renovação dos princípios do liberalismo. A seguir, essas novas ideias deveriam ser propagandeadas, principalmente entre os considerados formadores de opinião – professores, jornalistas e intelectuais, para que conquistassem a sociedade. Essa crença de Hayek no poder das ideias aproximava-o de seu maior rival intelectual, como ele mesmo frisou:

Embora não concorde frequentemente com o tardio Lorde Keynes, ele não poderia ter dito algo mais correto quando afirmou que as ideias de

economistas e filósofos políticos, quando estão certas e quando estão erradas, são mais poderosas do que se costuma pensar²²⁹.

A Sociedade Mont Pelerin surgiu, assim, como uma organização internacional, um think tank em defesa do liberalismo econômico. Segundo Hayek, em um trabalho de longo prazo, a “nossa tarefa está em divulgar os benefícios de uma sociedade de mercado livre”. Uma propaganda, ensinava ele, que “mobilize as paixões humanas e seu desejo por reformas dentro de um programa liberal”, senão “o fervor moral continuará sendo usado contra a liberdade”.

É importante que se compreenda o raciocínio utilizado por Hayek para justificar o encontro e a criação da Sociedade Mont Pelerin: em um mundo em crise, lutava-se para salvar o liberalismo clássico. O diagnóstico estava pronto. Faltava o tratamento. Mas se os problemas eram de cunho político, econômico e social, a solução era de ordem ideológica. Por isso, a ideia de Hayek foi criar uma organização internacional cuja tarefa seria discutir e produzir uma saída para a crise que a civilização ocidental enfrentava. A salvação estaria na batalha de ideias. A luta passava por convencer aquela sociedade doente a respeito das virtudes de uma ordem liberal. Como um evangelista do livre mercado, Hayek profetizava um futuro trágico para um mundo que não se convertesse ao seu credo.

As primeiras divergências

Os encontros daqueles dias de abril na Suíça tiveram três temas principais: primeiro, os debates em torno de que tipo de liberalismo (ou liberalismos) definiria a nova Sociedade; segundo, a estrutura da nova organização, seus objetivos e se teria um caráter público ou privado; e, por fim, a denominação do grupo. Em nenhum dos

²²⁹ Idem.

assuntos houve consenso. Diferentemente do que é colocado nas análises retrospectivas, que contam a história de uma Sociedade homogênea e unificada, seus primeiros debates revelavam uma instituição bastante divergente e plural. Unida, contudo, contra inimigos comuns.

Aqueles dias foram marcados por intensos debates. Independentemente dos tópicos debatidos, o grande tema girava em torno de que tipo de liberalismo aquele grupo de homens defendia. A partir desse ponto, uma série de outras questões vieram à tona.

Sobre assuntos de ordem política e econômica, algumas questões foram discutidas: Quais eram as características básicas do liberalismo? O que definiria uma ordem competitiva? Como aprimorar o sistema de livre mercado? Como deveria ser feita uma política que combatesse os monopólios – de empresas e sindicatos? O que os governos deveriam fazer a respeito do desemprego e da pobreza? E sobre a política econômica, como lidar com a instabilidade monetária por exemplo? Que poderes os governos deveriam ter e como agir para regular a circulação monetária, o nível de emprego e os salários? E a agricultura e os agricultores, quais ferramentas deveriam ser acionadas pelos governos com relação aos problemas agrícola, tão presentes em uma Europa assombrada pela fome? Qual seria a posição do governo diante de serviços que o sistema de mercado não daria conta? Há serviços que o mercado não dá conta? Haveria consequências inaceitáveis da economia de mercado? E se sim, quais seriam essas consequências inaceitáveis? Como um governo liberal deveria lidar com os problemas da desigualdade e da pobreza? Qual a importância da ordem, segurança e solidariedade diante da competição e da prosperidade econômica? O sistema de mercado seria condição para uma sociedade livre?²³⁰

²³⁰ Arquivo da Sociedade Mont Pelerin. Caixa 5. E também o resumo de alguns pontos feito por HARTWELL. *op.cit.* p. 34-35.

Com respeito à religião, alguns temas surgiram em torno basicamente de dois pontos: O cristianismo é um elemento necessário para a liberdade? Ou, ao contrário, seria o liberalismo necessário para a sobrevivência do cristianismo?²³¹

A geopolítica do pós-1945 evidentemente também atraiu a atenção daqueles intelectuais. Preocupados com a reconstrução da ordem política, econômica e social do Velho Continente, debateram algumas questões como: Qual deveria ser a política apropriada para lidar com a Alemanha no contexto do pós-guerra? E quais são as chances de construção de uma Federação Europeia?²³²

Sobre a História, particularmente algumas questões foram levantadas por aqueles intelectuais, de acordo com suas visões bem particulares sobre a História e o ofício do historiador. Travaram-se debates a respeito das seguintes interrogações: Como a História foi usada para criar e sustentar ideias não liberais? E como fariam para deslegitimar essa História que viam como contrária a seus pontos de vista? Seria papel da História transmitir uma moral, além de tratar dos acontecimentos passados? E, por fim, tendo em conta os conhecimentos históricos, como o mundo poderia ser reeducado a fim de que as pessoas passassem a entender os princípios liberais e suas funções em uma ordem livre?²³³. (Anexo 4 e 5)

Muitas perguntas. Respostas variadas. Pouco consenso. Essa é a síntese daqueles dias. Diante de posições tão conflitantes, podemos dividir os participantes do encontro em pelo menos três grupos: os defensores de um *laissez-faire* radical, cujo principal nome era Mises; os proponentes de um visão crítica do *laissez-faire*, mas próxima dos ensinamentos da escola Austríaca ou de Chicago, neste momento representado por Hayek e Friedman; e os advogados de uma “economia social de mercado”, caso dos

²³¹ Idem.

²³² Idem.

²³³ Idem.

alemães da Escola de Freiburg, que acreditavam em um papel mais regulador do Estado que os demais membros da Sociedade.

Em comum, possuíam a luta contra o capitalismo keynesiano e o socialismo. Nota-se que este cenário é bem diferente das narrativas retrospectivas da Sociedade Mont Pelerin que contam uma história monolítica da organização, supostamente composta por grupos liberais afinados e em plena harmonia. Bastante ilustrativo é o depoimento do prêmio Nobel George J. Stigler, expoente da Escola de Chicago e presidente da SMP entre 1976 e 1978. Relembrando o encontro de 1947 em suas memórias, afirmou que: “Os discursos eram de alto nível, mas não formavam uma unidade”²³⁴.

O caráter da nova Sociedade

Quanto à organização da nova Sociedade, tampouco havia unanimidade. Surgiram polêmicas com relação a todo tipo de questão: do nome ao caráter da organização e se seus debates e atividades deveriam ser públicos ou privados. Hayek posicionou-se contra a exposição da sociedade: “Pessoalmente, não pretendia que qualquer manifesto público fosse emitido”.²³⁵ Outro debate se deu sobre o encontro, se ele devia dar origem a uma organização permanente, e se sim, defendeu Hayek, seria necessário a criação de uma declaração de princípios.

Segundo Hayek, a nova organização teria o compromisso de defender uma filosofia da liberdade que oferecesse uma alternativa política às ideias dominantes. Seu objetivo seria de longo prazo.

²³⁴ STIGLER, George J. *Memoirs of an Unregulated Economist*. Chicago: University of Chicago Press, 2003.

²³⁵ Arquivo da Sociedade Mont Pelerin. Caixa 5.

Our goal (...) must be the solution not of the practical task or gaining mass support for a given programme, but to enlist the support of the best minds in formulating a programme which has a chance of gaining general support. Our effort therefore differs from any political task in that it must be essentially a long-run effort, concerned not so much with what would be immediately practicable, but with the beliefs which must regain ascendance if the dangers are to be averted which at the moment threaten individual freedom.²³⁶

Pausa nos debates intelectuais. No luxuoso Hotel du Parc, mesas de madeira para quatro pessoas acomodavam os hóspedes para o almoço. A suntuosidade do salão de portas e janelas de aspecto imponente combinava com a comida refinada servida diante de uma vista deslumbrante para o lago Lemán. Aperitivos seguidos de vitela e salada regadas a vinho seco suíço. As conversas continuavam mesmo após todos terem comido suas porções de torta de framboesa. As sessões da tarde não começavam imediatamente após o almoço. Seguindo um costume europeu, instituído ali a pedido do inglês Lionel Robbins, reservava-se um tempo de descanso usado por alguns, principalmente os mais velhos, para a sesta da tarde, e por outros para subir as montanhas e explorar a bela região dos Alpes. Essa era uma das principais diversões de Hayek.

Naqueles dias, as manhãs eram destinadas à apresentação e à discussão dos trabalhos. Já o início das tardes, era considerado livre para descansar ou fazer outra atividade; depois, era hora do chá e da segunda sessão de trabalhos. À noite, após o jantar, e animados pelos vinhos, discussões informais eram travadas às vezes até a madrugada por alguns poucos que resistiam ao sono.

Na quinta-feira, dia 3 de abril, um passeio pela bela Suíça. Às 13 horas, dois carros, um com vinte e dois e outro com trinta lugares, ao custo de 460 francos, pago pela organização do encontro, chegaram ao Hotel Du Parc para levar os participantes

²³⁶ Idem.

para uma viagem pela região de Vaud, na parte ocidental do país. No trajeto, Chexbres, Corniche, Lausana, Nyon e Coppet.²³⁷

Em uma Europa devastada pela fome e pela guerra, a Suíça despontava como um oásis de prosperidade. O desfrute dos Alpes suíços por aqueles intelectuais, jornalistas e empresários era sintomático do quão distante da realidade eles estavam. Se o presente e o futuro lhes pareciam temíveis, eles decidiram se voltar aos fundamentos históricos.

A visita ao castelo de Coppet simboliza o espírito daqueles dias. Construído no século XII, o lugar tornou-se famoso por ser a residência de Jacques Necker (1732-1804) e sua filha, Anne Louise Germaine Necker (1766-1817), mais conhecida como Madame de Staël, famosos aristocratas franceses. Jacques Necker foi ministro das Finanças de Luís XVI e Madame de Staël foi uma das mulheres que se destacaram no Iluminismo. Perseguidos pelos revolucionários franceses, o castelo se tornou o refúgio no qual a escritora francesa escreveu importantes obras do pensamento liberal. No folheto de apresentação do ponto turístico, entregue aos participantes durante a visita, o local foi apresentado como o “berço das ideias liberais do início do século XIX”.²³⁸

Esses eram momentos importantes para a aproximação daqueles homens que se conheceram na reunião promovida por Hayek. Como sabe qualquer pessoa que se envolve em atividades acadêmicas, um encontro intelectual nunca é apenas uma reunião de estudos. É uma oportunidade também de estabelecer contatos e de aproximar pessoas. Por isso, é inegável a importância dessas relações pessoais para a formação da Sociedade Mont Pelerin. Como vimos, Hayek, Mises, Polanyi, Robbins e Röpke se conheceram antes da guerra, estiveram juntos no Colóquio Walter Lippmann, em 1938.

²³⁷ Todas as informações sobre as atividades extras estão disponíveis no Arquivo da Sociedade Mont Pelerin. Caixa 5. Pasta 6.

²³⁸ Para uma introdução ao pensamento político de Madame de Staël, ver: STAËL HOLSTEIN, Germaine Necker Madame de. *Considérations sur la Révolution Française*. Paris: Tallandier, 2000.

Outros participantes também se conheciam antes da constituição da sociedade, como Raymond Aron, Louis Baudin e Alexander Rüstow. Outros se conheceram na Suíça, em 1947, e se tornaram amigos. A importância destes contatos no período foi destacada por Friedman:

Here I was, a young, naïve provincial American, meeting people from all over the world, all dedicated to the same liberal principles as we were; all beleaguered in their own countries, yet among them scholars, some already internationally famous, others destined to be; making friendships which have enriched our lives, and participating in founding a society that has played a major role in preserving and strengthening liberal ideals²³⁹.

Além disso, para alguns daqueles intelectuais, aqueles dias representaram um momento de lazer e de reencontro com uma Europa perdida antes da guerra. Stigler lembrou que foi em Monte Pelerin que Walter Eucken, por conta das privações na Alemanha nazista, “comeu sua primeira laranja em cinco anos”²⁴⁰. Já Hayek aproveitou aqueles dias para escalar e esquiar nos Alpes suíços. Ele havia se afastado de seus dois principais hobbies desde que deixou a Áustria uma década antes²⁴¹.



Sessão de debate do Primeiro Encontro da Sociedade Mont Pelerin. Hayek (à esquerda) e Carl Inverson (no canto direito)

²³⁹ FRIEDMAN, Milton e FRIEDMAN, Rose. *Two Lucky People: Memoirs*. Chicago: University of Chicago Press, 1998, p. 159.

²⁴⁰ STIGLER, George S. *Memoirs of an Unregulated Economist*. Chicago: University of Chicago Press, 2003.

²⁴¹ Hayek on Hayek, p. 136.



Na frente, William Rappard (à esquerda) e Ludwig von Mises (à direita). Atrás, Karl Popper.



No centro, com casaco claro e chapéu, Milton Friedman

De volta aos debates, na tarde do dia 4, Hayek colocou em discussão um problema delicado para a nova organização: a questão do financiamento. Apontando as dificuldades encontradas, descreveu como um “mero acidente” a obtenção dos recursos para o encontro. Assim, segundo ele, “se não fosse discutida uma forma de financiamento da Sociedade, provavelmente não seria possível uma nova reunião e tampouco alguma atividade futura”.²⁴²

²⁴² O debate descrito encontra-se em *Discussion on Agenda*, 4 de abril de 1947. Arquivo da Sociedade Mont Pelerin. Caixa 5. Pasta 13. Tradução nossa. Aqui está provavelmente um dos limites da fonte. O questionamento de Hayek não possui respostas no documento. Como advertimos no início do capítulo, apenas uma secretária fazia o registro das discussões e, por isso, algumas contribuições não foram preservadas. Podemos inferir que a ausência de respostas a Hayek é um desses casos.

Frank Knight questionou Hayek sobre a possibilidade de criação de um jornal da organização na Inglaterra. Hayek respondeu, sem mais explicações no documento, que este país não seria uma boa opção e que o melhor lugar para a criação de um jornal seria os EUA ou a Suíça. Provavelmente, o filósofo austríaco estava pensando em termos financeiros, na facilidade de obtenção dos recursos necessários para o periódico.

O próximo a falar foi o representante da *Foundation for Economic Education*, Henry Hazlitt. O jornalista norte-americano argumentou que para criar uma organização seria necessária, primeiro, uma declaração de princípios. “Uma declaração de princípios é importante, sendo ela publicada ou não”. Imediatamente, a intervenção suscitou resistências. O economista britânico John Jewkes posicionou-se com desconfiança a respeito da criação de uma declaração de princípios. Para ele, seria melhor focar na criação de uma organização permanente, com uma pequena instituição central.

Hazlitt rebateu afirmando que não pensava em um documento detalhado, mas em uma declaração com “princípios bem gerais”. Uma declaração com enunciados bem abrangentes que pudessem ser significativos, e “não detalhados para dividir-nos”. Para o professor de Princeton, F.D. Graham, a ideia de Hazlitt parecia boa. Friedman também concordou, apontando a importância de uma declaração de princípios como uma espécie de carta de apresentação do grupo. Com ela, afirmou “seria possível sinalizar a potenciais candidatos a integrar a Sociedade se eles querem, de fato, participar dela”.

O que parece uma discordância simples, no fundo refletia os atritos e conflitos entre os participantes da Sociedade Mont Pelerin. A elaboração de uma declaração de princípios poderia gerar desavenças incontornáveis para o grupo ainda em fase de formação. Embora os participantes concordassem com certos princípios liberais e com a oposição ao socialismo e ao capitalismo interventor, havia discordâncias acerca de uma série de questões de ordem política, econômica, social e até mesmo religiosa.

Continuando o debate, Robbins, preocupado, alertou que uma declaração de objetivos só deveria ser feita se fosse para unir o grupo e não o contrário. Essa posição era compartilhada por Hayek, que se declarou bastante reticente. Segundo ele, a construção de um documento desse tipo não seria fácil e poderia dificultar a atração de novos membros. Além disso, o documento deveria ser uma declaração de fins e não de meios, completou Hayek.

Em seguida, Hoff lembrou que outras organizações parecidas elaboraram seus manifestos, caso da *Liberal Conference*, na Noruega, no ano anterior. Ao que Gideonse acrescentou defendendo, em oposição ao colocado por Hayek, que a declaração poderia tornar mais fácil buscar novos adeptos para a sociedade. Decidido, o filósofo Karl Popper, um dos intelectuais mais prestigiados do encontro, calado até o momento, foi enfático: “Hayek tinha em mente uma espécie de grupo de estudos”, alertando: “não quero que esqueçam disso”. Sem consenso, a discussão foi interrompida. Ainda assim, uma comissão foi designada para redigir o rascunho de uma declaração.

No dia seguinte, uma comissão formada por Hayek, H.D. Gideonse, Henry Hazlitt, Eucken, Carl Iverson e Jewkes reuniu-se para elaborar o projeto da Declaração de Objetivos da Sociedade. Três dias depois, o rascunho da Declaração foi apresentado para ser debatido²⁴³. (Anexo 6)

A elaboração do primeiro e único documento oficialmente reconhecido da Sociedade Mont Pelerin com dez objetivos gerou muita controvérsia entre os

²⁴³ O rascunho da Declaração de Objetivos e todo debate suscitado sobre ele ao longo do dia 7 de abril de 1947 encontram-se em: Arquivo da Sociedade Mont Pelerin. Caixa 5. Pasta 12. *Draft Statement of Aims*. Tradução nossa.

participantes. O texto começa com a afirmação de que a liberdade individual só pode ser protegida em uma “economia de mercado efetivamente competitiva”.

Seu segundo artigo afirma que:

a liberdade do consumidor para escolher o que comprar, a liberdade do produtor para escolher o que produzir e a liberdade do consumidor de escolher sua ocupação e seu lugar de trabalho são essenciais não apenas pela questão da liberdade, mas também para a eficiência da produção²⁴⁴.

O artigo 3 declara que uma economia centralizada ameaça a liberdade individual de planejar a própria vida, ao retirar do homem a iniciativa, a vontade e a liberdade para escolher seus próprios caminhos. Já o artigo seguinte complementa essa tese ao defender que “o declínio da ordem competitiva de mercado e o caminho em direção ao totalitarismo não são inevitáveis”, mas produtos de crenças e decisões erradas.

O quinto artigo aponta para o debate ainda aberto e pouco definido a respeito das instituições consideradas importantes para a preservação das liberdades individuais. Ao afirmar que “a preservação de uma ordem competitiva depende de um quadro legal e institucional favorável” sugere, contudo, que não há consenso sobre as características definidores desse arcabouço político e jurídico. Embora sublinhe que essa é uma questão urgente, o artigo conclui afirmando que ainda é “necessário a troca de opiniões” para se definir tal panorama institucional e legal. Claramente, a imprecisão desse artigo foi uma forma encontrada para não suscitar divergências entre os grupos apoiadores de um aparato estatal jurídico e político mais bem definido, como os ordoliberais alemães, e os defensores de uma estrutura estatal mínima, como os ultraliberais liderados por Mises.

O artigo 6 traz o conceito de *The rule of law*, desenvolvido por Hayek em “O Caminho da Servidão”. Essa expressão pode ser traduzida como “Estado de Direito” ou

²⁴⁴ Idem.

“o governo regido pelas leis”. O artigo estabelece que “os governos devem ser limitados por leis”, o que implicaria que os governantes seriam “sujeitos a regras fixas” e seus poderes reduzidos a um mínimo necessário. Assim, cada ampliação de seus poderes resultaria em uma maior ameaça à manutenção de uma ordem livre. E termina afirmando que, em geral, um mecanismo de autorregulação é preferível, ainda que imperfeito, a uma direção orientada por alguma agência governamental.

O sétimo artigo amplia o escopo da declaração para além do campo econômico ao proclamar que:

As mudanças na opinião dominante que são responsáveis pela mudança em direção ao totalitarismo não se resumem às doutrinas econômicas. São parte de um movimento de ideias que encontra expressão também no campo da moral e da filosofia e na interpretação da história. Aqueles que desejam resistir à usurpação da liberdade individual devem direcionar a atenção a essas ideias gerais assim como às concepções mais estritas do campo econômico²⁴⁵.

O artigo 8, menor, mas não menos ambicioso, afirma que “toda sociedade livre deve ter como base um código moral” que deve gerir “o coletivo não menos que a ação privada”. Seu penúltimo artigo também vale ser citado integralmente por discutir a preocupação daqueles intelectuais com a interpretação do passado.

Entre os mais perigosos erros intelectuais, que levam à destruição das sociedades livres, estão o fatalismo histórico que acredita em nosso poder de descobrir leis do desenvolvimento histórico que devemos obedecer e o relativismo histórico que nega todos os padrões morais absolutos e tende a justificar quaisquer meios políticos pelos fins a que se destina²⁴⁶.

O artigo 10 encerra o documento, concluindo que “as pressões políticas trouxeram novas e sérias ameaças às liberdades de pensamento e da ciência”, conclamando a seguir por uma “liberdade intelectual completa”.

²⁴⁵ Idem.

²⁴⁶ Idem.

O rascunho da declaração de objetivos foi apresentado às 20h 30 do dia 7. Apesar da hora avançada, o documento suscitou um longo debate entre os participantes do encontro²⁴⁷. Podemos ver aqui mais um indício da fragilidade das teses que consideram a Sociedade Mont Pelerin como um bloco monolítico e harmônico. As discussões eram de todo tipo: sobre a necessidade de se incluir uma ou outra questão; sobre a elaboração de um documento de cunho mais ou menos econômico; e mesmo contestações sobre a própria existência do texto.

Os primeiros a se pronunciar divergiram sobre a necessidade de se enfatizar a importância da propriedade privada. Seguiram a partir daí disputas acerca da menção ou não da liberdade religiosa e de um código moral do liberalismo.

Com um projeto de declaração marcado pelas questões econômicas, alguns participantes do encontro ressaltaram a necessidade de inclusão de outros aspectos. Robbins, por exemplo, sugeriu que colocassem os temas de cunho cultural e moral primeiro e depois os relativos à economia. Karl Brandt pediu a vez e começou sua intervenção ressaltando a urgência de se colocar no texto a ideia de que os liberais acreditam na solidariedade humana. Acrescentou ainda que o conceito de dignidade não tinha o destaque que merecia no documento.

Já a preocupação de Milton Friedman era com outro ponto. Para o economista de Chicago, era necessário destacar no documento que “o liberalismo tem um objetivo humanitário e é uma filosofia progressista”. Em mais de uma ocasião, ele defendeu que o liberalismo assumisse uma linguagem progressista. Para Friedman, a filosofia liberal não deveria se colocar como uma “defesa do status quo”, mas como uma ideologia “dinâmica e progressista”, transmitindo assim a mensagem de que a nova Sociedade estava “comprometida com o progresso do bem-estar dos indivíduos”. Frank Knight

²⁴⁷ Arquivo da Sociedade Mont Pelerin. Caixa 5. Pasta 13.

concordou e defendeu que se incluísse também que eles buscavam a tolerância religiosa. A opinião de Hayek sobre a questão humanitária era diferente. Para ele, este era um tema muito abrangente, que exigia uma declaração apenas para isso e, conseqüentemente, não devia ser esmiuçada no documento.

Logo depois, Rappard e Brandt chamaram atenção dos colegas para a repercussão do documento. O primeiro afirmou que “a declaração precisa ser capaz de resistir às críticas dos piores inimigos”.

Com tantos economistas reunidos, não é surpresa que a questão econômica se sobrepõe em algum momento. Quando o debate se voltou para os assuntos econômicos, questionou-se a ausência de menções à questão do monopólio e da concentração de poder econômico. Essas foram algumas das principais fontes de divergência intelectual. Houve discordâncias claras entre B. Jouvenel e outros participantes, como V. Orval Watts, defensor de uma posição liberal econômica mais intransigente.

Hayek interveio, novamente no papel de mediador, destacando “o papel crucial da propriedade privada” e sustentando que a “França é um país hostil a esse princípio” e por isso é uma nação pouco liberal. Percebendo o potencial desagregador do tema, Hayek foi enfático ao dizer que os debates entre as possíveis diferenças entre monopólio e concentração de poder econômico não chegariam a um acordo e, por isso, deveriam ser deixados fora da declaração.

Com o acirramento do debate, Hayek chegou a questionar a necessidade de se redigir a declaração: “dada a extrema dificuldade de se escrever nossas convicções em uma curta declaração, será que estamos perdendo nosso tempo? Nosso encontro quer realmente uma declaração? ”, indagou o mentor da Mont Pelerin. Compartilhando o mesmo receio, Morley acrescentou que “muitos indivíduos estão um pouco reticentes em colocar seus nomes em qualquer tipo de declaração”. Ao que Stigler rebateu com

uma provocação: “se não conseguimos definir um programa geral de ideias, me parece que não há propósito, ou razão, em formar uma sociedade”. Ao final, Robbins acabou incumbido de preparar um projeto de declaração para ser discutido no último encontro. Seu texto, apresentado no dia seguinte, era mais conciso e menos controverso que o projeto original. Isso não impediu a primeira dissensão.

Na terça a tarde, do dia 8 de abril, o projeto preparado por Robbins e discutido e emendado pelos demais participantes, foi aprovado por todos, com exceção de Maurice Allais. O economista francês não assinou a declaração, pois, para ele, ela refletia uma “visão dogmática” da propriedade privada, que a deixa “muito mais próxima do *laissez-faire* do século XIX do que de uma genuína renovação do liberalismo”²⁴⁸. O vencedor do Prêmio Nobel de Economia, em 1988, o único na área de seu país, foi o primeiro a deixar a organização.

A Declaração de Objetivos tornou-se uma espécie de certidão de nascimento da Mont Pelerin. Até hoje é considerado o principal documento da Sociedade. Essa segunda versão – ou versão final – da declaração não é simples de ser examinada. Desvendar os motivos que levaram ao texto definitivo, entendendo por que dados pontos foram reduzidos ou abandonados não é tarefa fácil. Após a discussão descrita nas páginas anteriores sobre o rascunho inicial da declaração, não há registros oficiais sobre a elaboração posterior do texto, ficando uma zona pouco clara sobre até que ponto o documento final foi resultado do trabalho de L. Robbins ou foi fruto das intervenções posteriores dos demais participantes.

Com um grupo unido pela defesa do liberalismo, mas divergente com relação a que tipo de liberalismo seguir, a declaração concentra-se mais no que é contra do que é no que é a favor. Essa foi a forma encontrada para produzir um texto único, aprovado

²⁴⁸ BURGIN, Angus. *The Great Persuasion: Reinventing Free Markets since the Depression*. Cambridge, MA. Harvard University Press, 2012, p. 107.

pelos participantes, sem mais desavenças. Por isso, a versão final é mais concisa e evasiva do que o primeiro documento.

O texto começa descrevendo o nascimento da organização a partir do encontro de “um grupo de economistas, historiadores, filósofos e outros estudiosos” da Europa e dos EUA que se reuniram em Mont Pelerin para discutir “a crise de nosso tempo”. Anunciando uma civilização em crise, aquele grupo de homens se uniam em oposição “ao desenvolvimento das tendências políticas atuais”. A seguir, a declaração condena as ameaças à liberdade e à dignidade humana, rejeita a ampliação do poder arbitrário, desaprova o declínio da crença na propriedade privada e no mercado competitivo e refuta as teorias que questionam o Estado de Direito. Reunindo as críticas dos participantes do encontro, o documento também propõe alguns temas a serem debatidos.

Sobre a visão do liberalismo da Mont Pelerin, o documento é pouco claro. Vale citá-lo na íntegra.

Declaração de Objetivos ²⁴⁹

Um grupo de economistas, historiadores, filósofos e outros estudiosos de assuntos públicos da Europa e dos Estados Unidos se encontraram no Monte Pelerin, na Suíça, entre os dias 1 e 10 de abril de 1947 para debater a crise do nosso tempo. Esse grupo, desejoso de perpetuar a sua existência, promovendo futuros encontros e convidando pessoas de pensamento semelhante a participar, concordou com a seguinte declaração de objetivos.

Os valores centrais da civilização estão em perigo. Em grandes extensões da superfície da Terra, as condições essenciais da dignidade humana e da liberdade já desapareceram. Em outras, estão sob constante ameaça diante do desenvolvimento das tendências políticas atuais. As posições do indivíduo e do grupo estão cada vez mais debilitadas pela ampliação do poder arbitrário. Mesmo o bem mais precioso do homem ocidental, a liberdade de pensamento e de expressão, está ameaçado pela disseminação de credos que, alegando o privilégio de tolerância quando na posição de uma minoria, procuram apenas estabelecer uma posição de poder em que eles podem suprimir e obliterar todas as visões com exceção das suas.

O grupo sustenta que estes desenvolvimentos têm sido fomentados pelo crescimento de uma visão da história que nega todos os padrões morais

²⁴⁹ Arquivo da Sociedade Mont Pelerin. *Statement of Aims*. Caixa 5. Pasta 16. Tradução nossa.

absolutos e pelo crescimento das teorias que questionam a conveniência do Estado de direito. Defende também que estes desenvolvimentos foram estimulados por um declínio na crença da propriedade privada e do mercado competitivo; pois sem um poder difuso e a iniciativa associada a estas instituições é difícil imaginar uma sociedade na qual a liberdade possa ser preservada de maneira eficaz

Acreditando que o que é essencialmente um movimento ideológico deve ser associado a um argumento intelectual e a reafirmação de ideias válidas, o grupo, tendo feito uma exploração preliminar do campo, é da opinião de que um estudo mais aprofundado é desejável, nomeadamente, no que diz respeito às seguintes questões:

1. A análise e explicação da natureza da crise atual tendo em conta suas origens morais e econômicas essenciais;
2. A redefinição das funções do Estado, de modo a distinguir mais claramente entre as ordens totalitária e liberal;
3. Métodos de restabelecer o Estado de direito e de assegurar o seu desenvolvimento de forma que os indivíduos e grupos não estejam em posição de usurpar a liberdade de outros e os direitos privados não se tornem base para um poder predatório;
4. A possibilidade de estabelecer padrões mínimos por meios não hostis à iniciativa e ao funcionamento do mercado;
5. Métodos de combate ao uso inapropriado da história que fomenta credos hostis à liberdade;
6. O problema da criação de uma ordem internacional favorável à manutenção da paz e da liberdade e à aprovação do estabelecimento de relações econômicas internacionais harmônicas.

O grupo não deseja fazer propaganda. Não procura estabelecer uma ortodoxia rigorosa e detalhada. Não se associa a partidos políticos. Sua única finalidade, ao promover a troca de opiniões entre mentes inspiradas por certas ideias e concepções gerais em comum, é contribuir para a preservação e o aperfeiçoamento da sociedade livre.

O nome de batismo

Na tarde do dia seguinte, os debates giraram em torno da questão organizacional e do nome da sociedade.²⁵⁰ A questão do nome não é de menor importância. Não apenas o nome, mas a discussão sobre a sua escolha, nos revela bastante a respeito da instituição, especialmente em seu momento de formação.

²⁵⁰ *Conference Meeting on Organization*. 9 de abril de 1947. Arquivo da Sociedade Mont Pelerin. Caixa 5. Pasta 13. Para este debate foram utilizadas as informações da conferência de 9 de abril, os registros dos demais dias, bem como os registros feitos por Hunold, disponíveis na mesma caixa, e o trabalho de Hartwell.

Não há nada mais democrático do que o *nome*. Todos os indivíduos possuem um. Mesmo animais, lugares e objetos também recebem um. Os nomes são imprescindíveis para a identificação. As organizações ganham um também. Nesses casos, sua escolha reflete os interesses e objetivos da instituição, e é, muitas vezes, resultado de uma disputa de poder entre seus componentes.

Hayek acreditou que esta não seria uma questão difícil, o que se mostrou um engano. Talvez essa crença de Hayek explique as carências de registros oficiais sobre esses debates. Hunold, pelo contrário, fez suas próprias anotações sobre as conversas em que decidiram a escolha do nome.

A primeira sugestão de nome veio de Hayek: Sociedade Acton-Tocqueville, com o subtítulo Academia Internacional de Filosofia Política. O pensador austríaco já vinha defendendo a adoção desse nome desde os encontros na Europa e nos Estados Unidos, quando vislumbrara a realização da conferência na Suíça. Sua denominação recorria a dois ícones do liberalismo do século XIX: o historiador inglês Lord Acton e o pensador francês Alexis de Tocqueville, autor do clássico “A Democracia na América”.

Reconhecido pela frase “O poder tende a corromper e o poder absoluto corrompe absolutamente”, Lord Acton ainda é pouco conhecido fora do círculo liberal. Seu nome foi o primeiro a ser considerado por Hayek. Somente depois, foi acrescentada a referência ao escritor francês. Acton tornou-se uma referência nos círculos intelectuais liberais por sua defesa da liberdade individual como um valor supremo. Segundo Hartwell (1995, p. 43), a escolha de Acton foi também por ser reconhecidamente católico, uma forma segundo Hayek de evitar “a atitude hostil de boa parte do liberalismo continental diante da religião”.

Já a escolha de Tocqueville relacionava-se com o temor de Hayek com os rumos das democracias ocidentais no pós-guerra. Para o filósofo austríaco, ainda assustado

com o totalitarismo nazista, as advertências do pensador francês soavam bastante atuais. Impactado pelo sucesso trabalhista na Grã-Bretanha que, a seu ver, poderia levar a uma experiência totalitária como a que ocorria na União Soviética de Stálin, Hayek recorreu a Tocqueville e suas críticas à democracia e à tirania das massas.

De volta aos debates, os primeiros a se pronunciarem concordaram com a proposta de Hayek. Karl Brandt pediu a palavra e anunciou o apoio ao nome Sociedade Acton-Tocqueville. Ao que Jovenel concordou.

Logo a seguir, surgiram as primeiras críticas. A maior oposição veio de Frank Knight, expoente da Escola de Chicago. Ele contestou o nome, alegando que Acton e Tocqueville não produziram trabalhos no campo da Economia. E, confirmando a inquietação de Hayek acerca da hostilidade de certos setores liberais à questão religiosa, Knight saiu do tom formal, típico de um debate intelectual, gritando indignado “que não se pode batizar um movimento liberal com o nome de dois católicos! ”. Knight se empenhou a partir daí a obstruir as referências a Acton e Tocqueville²⁵¹, tornando impossível a escolha desse nome.

Sem falar muito até o momento, Mises se mostrou reticente com relação ao nome proposto, alegando que não se poderia escolher Tocqueville pois “trabalhou para Napoleão”. Enquanto isso, para Roepke, o maior problema estava no subtítulo. O que o incomodava era a palavra “liberal”, dado seus diferentes significados conforme os países, e por isso defendeu substituí-la por “filosofia da liberdade”.

Após tantas críticas, Jovenel retomou a discussão principal, voltando a sugerir Sociedade Acton-Tocqueville. Mas Hayek decidiu, lamentando as objeções, recuar,

²⁵¹ Nos documentos da reunião da Sociedade Mont Pelerin, pode-se observar a resistência ao nome Acton-Tocqueville, em especial a posição de Frank Knight. Hayek, em entrevista anos depois, afirmou que: “Frank Knight tornou impossível a discussão sobre o nome Acton-Tocqueville Society. Ele sozinho obstruiu totalmente a ideia do nome”. Entrevista de Hayek em *Nobel prize-winning economist oral history transcript*. Projeto do Programa de História Oral da Universidade da Califórnia, versão EPUB, p. 181.

abandonando sua proposta. O economista de Chicago, Aron Director, tentando resolver o impasse, propôs, então, o nome “Sociedade Adam Smith-Tocqueville”. Mas não adiantou. Rappard rebateu recusando nome: “tanto Acton quanto Tocqueville eram católicos e nobres”, ou seja, qualquer referência a um dos dois nomes sofreria forte resistência.

A discussão parecia interminável e reveladora das posições de certa maneira pouco conciliáveis na conferência. A partir daí, surgiram algumas sugestões: “Protagonist Society” (Robbins), “Periclean Society” (Popper), “An Academy for the Study of the Philosophy of a Free Society (Jouvenel). Houve também quem defendesse “Jacob Burckhardt”, “Wilhelm von Humbolt”, e mesmo a junção das iniciais dos principais nomes sugeridos: “A.B.H.T Society” (primeiras letras de Acton, Burckhardt, Humbolt e Tocqueville).²⁵²

Diante da sopa de letras, Friedman, pragmático, apontou uma saída para o debate. Afirmando que não considerava adequado batizar a Sociedade com nomes de indivíduos, sugeriu intitulá-la a partir de referências a princípios do liberalismo. Imediatamente, a proposta de Friedman ganhou a simpatia dos presentes. Miller, por exemplo, demonstrou seu apoio, afirmando que também possuía reservas quanto a nomear a Sociedade em referência a alguma personalidade.

Superado o desacordo com relação aos nomes de Acton, Tocqueville e Smith, vem do professor de Stanford, Karl Brandt, a sugestão que agradou a maioria: Sociedade Mont Pelerin. A proposta era simples: batizar a sociedade em homenagem ao lugar de seu primeiro encontro. Ainda assim, houve resistência. Popper, por exemplo, não poupou palavras, considerando “a sugestão sem sentido”. O dia terminou sem uma solução. A escolha do nome para o grupo, aparentemente uma decisão simples, revelava

²⁵² Arquivo da Sociedade Mont Pelerin. Caixa 5. Pastas 12-16.

as contradições da sociedade em sua formação. Unidos contra o socialismo e o capitalismo keynesiano, aqueles homens se dividiam em muitas outras questões. Mais uma vez, podemos constatar a distância para as análises retrospectivas que buscam transmitir a ideia de uma Sociedade sempre coesa e harmônica.

Uma comissão formada por Jouvenel, Wedgwood e Davenport foi incumbida de discutir os nomes e apresentar uma proposta. Na manhã do dia seguinte, o trio propôs “Sociedade Mont Pelerin” com o subtítulo “Uma Academia para as Liberdades Humanas”. Robbins apoiou, mas fez uma ressalva importante. Sugeriu mudar apenas o subtítulo para “Uma Academia para o Estudo de Filosofia da Livre Sociedade”. Ele justificou atentando para uma questão que permeara boa parte dos debates daqueles dias: “não queremos dar a entender que a Academia seria voltada à ação” (grifo do próprio documento). Read concordou.

Após um período de discussão, não detalhada no documento, decidiu-se pelo nome “Sociedade Mont Pelerin”, sem subtítulo. O nome em referência à montanha suíça é bastante apropriado para definir o espírito daqueles homens. Conforme já assinalamos, “Pelerin” significa “peregrino” em francês, palavra bastante afinada com o sentimento de muitos daqueles liberais. Historicamente, em suas jornadas, os peregrinos sabem a direção que buscam, ainda que muitas vezes discordem de quais caminhos tomar. Caso dos nossos liberais.

No dia 10, último dia de conferência, após agradecimentos a Hayek e Hunold pela organização do encontro, Rappard defendeu uma manifestação de agradecimento aos financiadores do evento²⁵³. Robbins agradeceu aos “doadores anônimos”. Não se sabe os motivos que levaram o economista britânico a usar o termo “anônimo”. Recorde-se que, como vimos, nas cartas-convite para a reunião, Hayek já havia indicado

²⁵³ Para o debate da parte da manhã, do dia 10 de abril, foram utilizados os seguintes documentos: *The Name of the Society e Concluding Session*. Arquivo da Sociedade Mont Pelerin. Caixa 5. Pasta 13.

quais eram os patrocinadores, quando reconheceu a importância do apoio financeiro dos empresários suíços e dos norte-americanos da *Foundation For Economic Education* e do *Volker Fund*. De toda forma, é importante frisar que, assim como Robbins fez na conferência de abertura, aqui também não foram nomeados os doadores. E em nenhum outro momento houve uma referência explícita.

Nossa tese sustenta que os participantes do encontro da Sociedade Mont Pelerin se preocuparam em mascarar o apoio financeiro do empresariado suíço e norte-americano. Como vimos, os grupos econômicos por trás do evento eram de conhecimento de todos, possuindo inclusive representantes nos debates. Essa inquietação dos membros da Mont Pelerin devia-se ao receio com possíveis críticas à falta de independência da sociedade diante desses grupos. Por isso, os jornalistas e empresários apareceram apenas como ouvintes nos registros do encontro. (Anexo 2). No fim, corroborando nossa tese, Rappard foi mais direto, fazendo questão de agradecer de maneira emblemática: “um apoio financeiro sem contrapartidas”.

Essa preocupação aproximava-se de outra: a definição do caráter público ou privado da sociedade. Dois grupos se dividiram quando Hayek perguntou se deveriam fazer uma declaração para a imprensa. Afirmando que não desejava a divulgação do encontro, o intelectual austríaco avaliou, todavia, que tentar manter a sociedade em segredo poderia produzir um efeito inverso, atraindo ainda mais publicidade. À sua fala seguiram-se inúmeras considerações divergentes.

Um grupo defendeu o caráter público da sociedade, com uma proposta de intervenção direta no debate político. Rappard considerou importante a elaboração de uma nota para a imprensa. No que foi apoiado pelo jornalista Henry Hazlitt, que frisou que “recusar escrever uma declaração poderia passar uma impressão negativa” do grupo. No entanto, havia a preocupação de muitos dos presentes com a divulgação da

reunião. Lionel Robbins, por exemplo, apoiou a elaboração de um documento, mas enfatizou que deveria ser uma declaração neutra (grifo do próprio documento), que não fizesse referências específicas aos debates. Essa discussão entre uma instituição mais acadêmica (privada) ou política (pública) não se encerrou aqui. Esse tema dominará boa parte dos próximos encontros, como veremos adiante.

A seguir, Jewkes colocou em questão o problema do tamanho da Sociedade, outro tema que gerou longo debate na Mont Pelerin. De um lado, uma parte dos integrantes defendeu uma organização mais restrita, com critérios mais rígidos para a filiação de novos membros. Robbins, imediatamente, se posicionou a favor da limitação da organização a um grupo restrito. Knight concordou, sugerindo um processo obrigatório de aprovação antes de filiar um novo membro. Mas veio do químico e filósofo Michael Polanyi uma proposta original a favor da restrição do tamanho da sociedade: “podemos limitar o número total de membros limitando o número de economistas”. De outro lado, um grupo defendeu uma sociedade mais ampla. O primeiro a falar foi Jewkes que se pronunciou em tom de alerta: “espero que não sejamos exageradamente restritivos”. Friedman, mais uma vez objetivo, observou que não via razão em limitar o número de membros, propondo apenas que se “selecione quem terá suas despesas” (pagas pela Sociedade). Para ele, os demais deveriam pagar suas próprias despesas ou não poderiam ir (aos encontros). Para o economista de Chicago, a questão era apenas de ordem financeira.

Neste último dia de conferência, uma série de questões foram concluídas: a instituição foi batizada como “Sociedade Monte Pelerin” e sua Declaração de Objetivos foi finalmente aprovada. Meses depois, a organização passou a existir oficialmente, quando, no dia 6 de novembro, o último ato de formalização ocorreu: a Sociedade foi registrada no estado de Illinois, nos Estados Unidos. (Anexo 8)

À tarde, temas administrativos e financeiros foram postos em pauta na última sessão de debate. Ficou estabelecida uma anuidade de US\$ 4, que nos primeiros anos representava uma cifra em torno de US\$ 500 anuais para os cofres do Tesouro da organização. No início dos anos 1950, a quantia arrecadada aumentará para US\$ 1.000. Ainda assim, segundo Hunold, valor insuficiente para arcar com os custos da Sociedade na época.²⁵⁴ A importância da anuidade era mais simbólica que financeira, pois o financiamento da organização só era possível, de acordo com seu tesoureiro, graças ao apoio do empresariado suíço, capitaneado por ele.

A composição inicial da Mont Pelerin ficou decidida assim: o Primeiro Conselho Diretor era formado por F.A. Hayek, Albert Hunold, Eucken, Jewkes, Knight, Rappard, Rueff e C.O. Hardy. Para presidente, foi escolhido Hayek. Vice-presidentes: Eucken, Jewkes, Knight, Rappard e Rueff. Secretário e tesoureiro, respectivamente, Hunold e Hardy. E demais membros do Conselho: Iverson, Mises, Robbins e Roepke.²⁵⁵

Por fim, como os debates sobre o tamanho e o caráter privado ou público da organização não foram conclusivos, optou-se, naquele momento, por não publicar as discussões e por não realizar nenhum tipo de propaganda da nova Sociedade. Para acalmar os defensores das posições contrárias, decidiu-se também que as conferências seguintes retomariam esses debates.

Essa posição vitoriosa era a defendida por Hayek. O principal mentor da Sociedade Mont Pelerin, desde os primeiros contatos para o encontro, posicionou-se a favor da criação de uma organização acadêmica. Diferentemente de Albert Hunold e dos empresários norte-americanos que não compreendiam essa postura fechada da SMP, buscando transformá-la em um grupo de pressão. Esse vai ser um dos pontos de maior polêmica e controvérsia nos debates da Mont Pelerin nos anos seguintes.

²⁵⁴ Albert Hunold, "How the Mont Pelerin Society lost its soul", 1962, p 12. Arquivo da Sociedade Mont Pelerin. Caixa 4. Pasta 13 e Arquivo da Sociedade Mont Pelerin. Caixa 3. Pastas 4-6.

²⁵⁵ Arquivo da Sociedade Mont Pelerin. Caixa 1. Pasta 2.

O Entusiasmo Inicial

O primeiro encontro da Sociedade Mont Pelerin, segundo os depoimentos de muitos de seus participantes, foi uma experiência marcante. Logo após a conferência, as cartas trocadas pelos membros da organização contam uma história de entusiasmo e confiança nos esforços em defesa da ordem liberal. Da mesma forma, anos depois, muitos participantes atribuíram ao encontro um fator relevante em sua formação política e ideológica. Em resumo, naqueles anos imediatamente após a guerra, muitos daqueles estudiosos, empresários e jornalistas se sentiam isolados, na defensiva, em seus respectivos países, diante do avanço do socialismo e do capitalismo de Bem-Estar Social, e, por isso, depositavam na nova organização a esperança em uma ofensiva liberal.

Alguns dias depois do encontro na Suíça, ao voltar para seu país, Henri de Lovinfosse escreveu para Hunold afirmando que “depois do encontro o futuro parecia menos sombrio” diante “da coragem e do otimismo dos amigos de Mont Pelerin, principalmente, os norte-americanos”²⁵⁶. O mesmo sentimento era compartilhado por M. Polanyi que, logo após o encontro, afirmou que “nesses anos desastrosos” a Sociedade servirá como um “guia para o pensamento liberal”.²⁵⁷ Carl Iverson, igualmente otimista, escreveu sobre os “dias inesquecíveis em Mont Pelerin” que provaram ser “um notável sucesso”.²⁵⁸

O otimismo dos europeus era compartilhado também pelos integrantes do outro lado do Atlântico. Milton Friedman, que tornou a Universidade de Chicago mundialmente famosa, escreveu que “A viagem ao Monte Pelerin e as conexões com a

²⁵⁶ No original: “Après les dix jours de nos réunions cet avenir me paraissait moins sombre devant le courage et l’optimisme de nos amis de Mont Pelerin et surtout des Américains”. Carta de Henri de Lovinfosse para Hunold em 19 de abril de 1947. Caixa 5.

²⁵⁷ Carta de M. Polanyi para Hunold em 19 de abril de 1947. Caixa 5. Pasta 4 Arquivo da Sociedade Mont Pelerin.

²⁵⁸ HARTWELL, op.cit, p. 81.

Sociedade foram eventos importantes em minha vida”. Segundo ele, o encontro “marcou o início de seu envolvimento no processo político”²⁵⁹. Vale dizer que sua universidade foi uma base importante da SMP. Dos trinta e nove participantes iniciais, três eram de Chicago - Friedman, Frank Knight e Aaron – e dois, Hayek e George Stigler, se juntaram à universidade nos anos seguintes. Em suas memórias, Friedman recordou a carta que recebeu de George Stigler, alguns meses antes, sobre o encontro: “uma viagem paga à Suíça em abril para refletir sobre a salvação do liberalismo”²⁶⁰.

O jornalista Karl Brandt agradeceu a Hayek pela oportunidade de estar presente no evento, escrevendo que graças ao encontro nos Alpes suíços conheceu muitas pessoas com posição ideológica parecida com a dele. Brandt afirmou ainda que esperava que essas amizades, feitas na Suíça, se reflitam em ativa cooperação, com o objetivo de “estabelecer as fundações para a construção de (novas) políticas”. E, por fim, completou que “a Mont Pelerin se tornou crucial em um momento em que as potências ocidentais sofrem retrocessos na Ásia e na Europa”.²⁶¹

O empresário F.A Harper escreveu uma justificativa interessante, a seus olhos de homem do mundo dos negócios, para a importância da Sociedade Mont Pelerin. Elogiando a iniciativa de Hayek e a formação do grupo, destacou como considerava difícil chegar na posição alcançada pelo intelectual austríaco, um status “de ter sua fala reconhecida”, de “ter a licença da reputação no terreno da teoria”, tendo assim suas palavras estimadas pelo grande público. Desta forma, continuou Harper, “é muito mais relevante alguém como Hayek defender certos argumentos do que pessoas como eu”. Vemos aqui novamente a simbiose entre intelectuais e empresários na organização. Se,

²⁵⁹ FRIEDMAN, Milton e FRIEDMAN, Rose. *Two Lucky People: Memoirs*. Chicago: University of Chicago Press, 1998, p. 159

²⁶⁰ No original, “A junket to Switzerland in April is contemplated to save liberalism”. A palavra “junket” refere-se a uma viagem paga com recursos públicos ou privados. É geralmente empregada com um sentido pejorativo quando se refere a uma viagem paga com dinheiro do governo. Acredito que na carta de Stigler a Friedman não haja esse tom negativo.

²⁶¹ Carta de Karl Brandt para Hayek, em 6 de junho de 1947. Arquivo Hayek Papers. Caixa 72. Pasta 36.

por um lado, o apoio financeiro dos grupos econômicos era fundamental para a realização dos encontros e o desenvolvimento da sociedade, por outro lado, o patrocínio se justificava pelo raciocínio exposto por Harper: os estudiosos do liberalismo econômico da Mont Pelerin possuíam uma *autoridade* de fala que eles não possuíam. O empresário finalizou a carta explicando que enviava um anexo com sugestões de nomes para compor a Sociedade. Entre eles, escreveu Harper, estão “alguns intelectuais de renome, mas também pessoas novas, com poucas publicações, mas que fornecerão um sangue novo para o grupo”²⁶². Três meses depois, mais uma carta do empresário para Hayek, sugerindo como atividade da Mont Pelerin a “elaboração de estudos direcionados e acessíveis a pessoas comuns, que não são especialistas”, com o objetivo de fazê-las compreender os argumentos em defesa do livre mercado e contra os perigos da intervenção estatal²⁶³.

Em um texto posterior, John A. Davenport, refletindo sobre a trajetória inicial da SMP, escreveu que o encontro de 1947 foi uma reunião única e um ponto de virada na vida da maioria dos participantes. Davenport relatou que alguns anos antes do surgimento da Mont Pelerin, em conversa com John Maynard Keynes, o economista britânico confessou a ele que sua vida mudou quando trabalhou para o Tesouro do seu país durante a Primeira Guerra. Segundo Keynes, de acordo com o relato de Davenport, o contato com profissionais do mundo econômico e da administração pública foi um fator crucial em sua vida. Davenport comparou a experiência de Keynes a sua própria e de seus colegas liberais clássicos, apontando a Mont Pelerin como o novo ponto de virada. Interessante a comparação pois o texto de Davenport é de 1981, momento em

²⁶² Carta de F.A. Harper a Hayek. 22 de abril de 1947. Arquivo Hayek Papers. Caixa 74. Pasta 29.

²⁶³ Carta de F.A. Harper a Hayek. 7 de agosto de 1947. Arquivo Hayek Papers. Caixa 74. Pasta 29.

que se comemorava a crise do modelo keynesiano e a ascensão das ideias do livre mercado²⁶⁴.

Davenport lembrou as sessões tumultuadas, presididas por William Rappard, afirmando que naqueles dias “unidos por um mesmo propósito, o grupo da Sociedade Mont Pelerin estava longe de constituir um grupo unido no sentido que Platão chamou de ‘opinião’ ”. Recordou também que, ao lado de nomes como Frank Knight, George Stigler e Aron Director que compunham a Escola de Chicago, já prestigiada, mas ainda distante da fama adquirida posteriormente, estava um “Milton Friedman que ainda estava longe de ser o autor de *Free to Choose*”²⁶⁵.

As críticas à Sociedade

Dois anos depois do primeiro encontro da Mont Pelerin, Joseph Schumpeter, em uma palestra para a American Economic Association, em Nova Iorque, afirmou em tom sarcástico que “a melhor prova de que as ideias liberais não desempenham mais qualquer papel na vida pública era o encontro dos economistas liberais no topo da montanha suíça que agora esqueci o nome...”²⁶⁶.

As resistências à sociedade existiam também entre alguns de seus membros e mesmo antes de sua criação. Um bom exemplo é Mises. O maior intelectual do campo econômico liberal não compartilhava o entusiasmo da maioria de seus colegas. Mises demonstrou seu pessimismo sobre a empreitada de Hayek antes do encontro. Em uma correspondência intitulada “Observações sobre o plano do professor Hayek”, Mises escreveu:

²⁶⁴ DAVENPORT, John. “Reflections on Mont Pelerin”. In *The Mont Pelerin Society Newsletter*. Caderno Suplementar. Julho de 1981. Arquivo da Sociedade Mont Pelerin. Caixa 68.

²⁶⁵ Idem.

²⁶⁶ Albert Hunold em *World Liberalism*. Spring, 1955. Arquivo da Sociedade Mont Pelerin. Caixa 4. Pasta12.

The weak point in Professor Hayek's plan is that it relies upon the cooperation of many men who are known for their endorsement of interventionism. It is necessary to clarify this point before the meeting starts. As I understand the plan, it is not the task of this meeting to discuss anew whether or not a government decree or a union dictate has the power to raise the standard of living of the masses. If somebody wants to discuss these problems, there is no need for him to make a pilgrimage to the Mount Pèlerin. He can find in his neighborhood ample opportunity to do so.²⁶⁷

Reiterando nossa tese de uma sociedade menos monolítica e harmônica em torno do programa liberal clássico do que se costuma afirmar, eis aqui uma boa história com Mises no papel principal. No primeiro encontro da Mont Pelerin, o antigo oficial da cavalaria austríaca parecia preparado para uma batalha. Não vestia mais sua farda e suas armas eram outras. Com 1,70 m de altura, olhos azuis, terno cinza, sempre de paletó, mesmo nos dias mais quentes, Mises se mantinha com uma postura ereta e caminhava com passos firmes. A pose austera, típica de um cavalheiro da velha aristocracia europeia, anunciava um homem obstinado nas discussões intelectuais. Com seu cabelo e bigode cuidadosamente penteados, se envolvia em poucas atividades entre um debate e outro. Adorava caminhar e aproveitava o bom tempo daqueles dias para se exercitar um pouco. Mas só. O esporte para ele se resumia a isso. Uma vez questionado se jogava tênis, foi direto: “não, porque não me interessa pelo destino de uma bola”²⁶⁸.

A certa altura do debate, Mises se irritou com algumas considerações em defesa da atuação do Estado em assuntos econômicos e sociais e por pouco não abandonou a sociedade naquele momento. Em meio a um debate acalorado, contra o que via como posições excessivamente intervencionistas, Mises reagiu, defendendo uma posição mais firme a favor do laissez-faire. Em suas memórias, Friedman descreveu o episódio:

²⁶⁷ Mises, "Observations on Professor Hayek's Plan, 31 de dezembro de 1946. Friedrich von. Hayek Papers. Correspondências. Caixa 38. Pasta 24.

²⁶⁸ POWEL, Jim. *Planned Chaos: A Biography of Ludwig von Mises*. JUL 4, 2000. Disponível em <https://www.libertarianism.org/publications/essays/planned-chaos-biography-ludwig-von-mises>.

Eu particularmente me lembro de uma discussão sobre o assunto, no meio da qual Ludwig von Mises levantou-se, virou-se para os participantes e proclamou "Vocês são todos um bando de socialistas", e saiu irritado da sala. Tal reunião não continha uma única pessoa que poderia, mesmo pelos padrões mais frouxos, ser considerada socialista.²⁶⁹

Uma anedota sim, mas simbólica das diferenças no interior da sociedade. Desavenças menores, quando comparadas ao que unia aqueles homens, mas que não devem ser minimizadas. Esses atritos marcarão a década seguinte da Mont Pelerin com a disputa ideológica e de poder entre o grupo ultraliberal, composto principalmente pelos austríacos e norte-americanos das escolas Austríaca e de Chicago, e os ordoliberais alemães. A vitória dos defensores de um laissez-faire radical transformou a Sociedade Mont Pelerin e o movimento neoliberal.

²⁶⁹ FRIEDMAN, Milton e FRIEDMAN, Rose, 2012, p. 161.

CAPÍTULO: 4 - O LONGO CAMINHO PARA O LIBERALISMO

Neste capítulo, analisaremos a trajetória da Sociedade Mont Pelerin no período que vai de sua década de formação até meados dos anos 1970. Neste longo intervalo de tempo, não pretendemos realizar uma narrativa linear, factual e detalhada da Sociedade, mas examiná-la em suas transformações (e permanências), privilegiando alguns recortes importantes para a pesquisa. São eles: o crescimento numérico e geográfico da Sociedade Mont Pelerin; seus encontros gerais e regionais; suas divergências, conflitos e crises; e o ingresso e participação dos brasileiros na organização.

A Primeira Década da Sociedade

Após o primeiro encontro, à medida que os meses transcorriam sem novas atividades da organização, alguns membros começaram a criticar a inatividade do grupo. O primeiro a se pronunciar foi Karl Brandt, de Stanford. O economista reclamou que o entusiasmo inicial estava se perdendo pela falta de ação da Sociedade recém-criada.²⁷⁰

Na primeira circular endereçada aos participantes da organização, em novembro de 1947, Hayek respondeu aos questionamentos sobre a falta de atividades do grupo. Nela, explicou que os primeiros meses foram dedicados à formalização da sociedade, registrada como uma Corporação sem Fins Lucrativos (*General Not-For-Profit*

²⁷⁰ HARTWELL, op.cit, p. 81.

Corporation), sediada no estado norte-americano de Illinois, em novembro de 1948 (Anexo 8²⁷¹).

Hayek informou também que o Conselho Diretor decidiu enviar convites para todas as pessoas convidadas para o encontro na Suíça, que por algum motivo não puderam estar presentes, e mais 92 nomes sugeridos para fazer parte da Sociedade.²⁷²

Meses depois, em março de 1948, Hayek viajou aos Estados Unidos para discutir o futuro da organização com os membros norte-americanos. Após uma série de encontros, ficou decidido, em um primeiro momento, que a melhor estratégia seria realizar debates sobre o liberalismo através das circulares. Dessa forma, o participante que quisesse levantar alguma questão deveria encaminhar uma proposta ao Conselho Diretor que remeteria aos demais integrantes. Hayek deixou claro que as circulares seriam registradas como “não publicável” e que nenhum membro teria autorização para citar as discussões colocadas pelo grupo.²⁷³ Além disso, ficou estabelecido que cada membro deveria pagar uma taxa de \$4 para cobrir os custos de administração.²⁷⁴

De volta à Europa, Hayek escreveu para Rueff sobre a pressão dos americanos durante sua viagem para tornar a sociedade mais ativa; posição compartilhada por alguns membros europeus: “les membres américains de notre société qui partagent entièrement le point de vue de quelques européens de rendre notre société plus active”.²⁷⁵

No final de junho, Hayek escreveu mais uma circular, dessa vez sobre a necessidade de organizar um segundo encontro para dar continuidade aos debates da

²⁷¹ Arquivo Hayek Papers. Caixa 71. Articles of Incorporation. Pasta 1.

²⁷² President's Circular, nº 1, 17 de novembro de 1947. Circular Letters 1947-1955. Arquivo da Sociedade Mont Pelerin. Caixa 1. Pasta 2.

²⁷³ President's Circular, nº 4, 19 de maio de 1948. Circular Letters 1947-1955. Arquivo da Sociedade Mont Pelerin. Caixa 1. Pasta 2.

²⁷⁴ President's Circular, nº 3, 19 de março de 1948. Circular Letters 1947-1955. Arquivo da Sociedade Mont Pelerin. Caixa 1. Pasta 2.

²⁷⁵ Tradução nossa: “membros norte-americanos de nossa sociedade que compartilham plenamente a opinião de alguns europeus para tornar a nossa sociedade mais ativa”. Retirado de: HARTWELL, op.cit, p. 82.

Sociedade. Nessa mensagem, alertou que a sociedade não possuía recursos, naquele momento, para financiar o encontro, mas que não considerava difícil obter esses recursos.²⁷⁶

A Reunião de Basle: as primeiras tensões

Em 19 de setembro de 1948, realizou-se uma reunião de diretores da Mont Pelerin, na cidade de Basel, na Suíça. No encontro, estiveram presentes: Hayek, Hunold, Antoni, Brandt, Eucken, Rappard, Ruef e Lutz. Não puderam estar presentes: os ingleses, Jewek e Robbins, os norte-americanos, F. Knight, Hardy e Gideonse, o dinamarquês C. Iverson e o alemão W. Ropke. O encontro revelou as primeiras disputas pela definição do caráter da Sociedade. Seus debates concentraram-se na definição de duas características básicas da Mont Pelerin: seu tamanho e estratégia principal. Esses temas já haviam aparecido no primeiro encontro, mas foram deixados de lado naquele momento. Agora, em torno desse debate, revelam-se as primeiras tensões.

Karl Brandt apontou a existência de uma divisão na Sociedade entre dois grupos: um, a favor de uma ação mais efetiva, com uma intervenção maior no debate público; e outro, em defesa de um trabalho mais intelectual da organização:

L'un, très impressionné par la situation urgente actuelle demande que l'on passe à l'action, sans quoi le monde risque d'être inondé par le collectivisme. L'autre groupement est plutôt en faveur de travaux scientifiques et ne veut pas entrer en action pour ne pas pénétrer dans le train politique qui ne lui convient pas.²⁷⁷

Representantes do primeiro grupo, Hunold, Brandt e F. Morley defenderam nos debates uma posição mais ativa da Sociedade, voltada para uma intervenção mais direta no

²⁷⁶ President's Circular, nº 5, 28 de junho de 1948. Circular Letters 1947-1955. Arquivo da Sociedade Mont Pelerin. Caixa 1. Pasta 2.

²⁷⁷ Tradução nossa: "Um grupo, muito impressionado pela situação atual urgente, defende que passemos à ação, caso contrário, o mundo pode ser invadido pelo coletivismo. O outro grupo defende um trabalho mais voltado às questões científicas e, por isso, não deseja uma postura mais ativa para não entrar no processo político que não lhe convém". Hartwell, op.cit. p. 82.

mundo político e econômico. Morley reclamou que a “organização não é muito agressiva” em um tempo em que “é um grande erro não ter maior iniciativa”.

No outro grupo, Hayek era a principal liderança em defesa de uma organização mais acadêmica, no formato de um grupo de estudo. Seu objetivo, no curto prazo, era a criação de uma instituição que servisse como um espaço de reflexão e debate de ideias associadas ao programa liberal. Para Hayek, no longo prazo, esse trabalho intelectual abriria caminho para o que ele chamava de “Batalha de Ideias”, ou seja, a disputa pela transformação das ideias dominantes.

A primeira tensão maior no interior da SMP se deu por causa desse tema. Um ano após a instituição da Doutrina Truman e em plena crise do Bloqueio de Berlim, a “guerra fria” se anunciava. A SMP não ficou imune ao momento de tensão política. Para aqueles homens, intelectuais e empresários defensores do capitalismo liberal, os eventos políticos em curso pareciam demonstrar que a profecia de Hayek sobre um mundo que marchava em direção à servidão parecia cada vez mais próxima de se concretizar.

Naqueles dias em Basel, Brandt e Rueff assumiram uma posição mais enérgica em defesa de uma organização mais ativa, com uma orientação política clara. Alegaram que havia perigos e deveres no mundo contemporâneo que exigiam a “educação” da sociedade, principalmente das classes trabalhadoras, sobre o socialismo e o liberalismo. Rueff chegou a sugerir a criação de um manifesto liberal. Brandt convocou todos a “agir imediatamente”, provocando: “Si notre travail n’est pas termine que dans six ans, il n’aura pas aucun sens. C’est donc notre devoir d’influencer l’opinion publique”.²⁷⁸

Em resposta, Hayek, Eucken e Antoni defenderam que a função principal da Sociedade era científica e não política e que sua atuação deveria ser voltada à defesa do liberalismo e à crítica ao socialismo.

²⁷⁸ Tradução nossa: “Se não terminarmos nosso trabalho em seis anos, não serviu de nada. É nosso dever influenciar a opinião pública.” Hartwell, op.cit, p. 183.

Dentro dessa perspectiva, o representante da Escola de Freiburg, Walter Eucken, argumentou que os problemas sociais deveriam ser submetidos a um exame científico, ao debate intelectual, e que a influência política viria naturalmente em decorrência disso. Assim, para ele, a questão-central estava no trabalho de difusão das ideias liberais, uma vez “que o liberalismo possui um apelo universal, ainda que não possua um caráter socialista”. Segundo o economista alemão, o desafio era bem claro: fazer prevalecer a ideologia e o programa liberal como soluções para as questões de ordem política, econômica e social do período. Daí a preocupação de Eucken quando alertou sobre os perigos dos “groupements qui s’appellent ‘libéraux-sociaux’ et qui font des graves concessions au socialisme”²⁷⁹ e que atraem a classe trabalhadora. Para ele, era necessário convencer os trabalhadores das virtudes do liberalismo clássico, que superariam o socialismo ao oferecer maior segurança econômica e liberdade individual. Nas palavras de Eucken, para fazer isso, “il ne faudrait pas entrer dans la domaine politique, mais traiter les questions de principe, afin que tout le monde puisse juger sans préjudice les résultats auxquels nous arriverons”²⁸⁰.

A posição a favor de uma organização mais fechada, acadêmica, prevaleceu; pelo menos, em seus primeiros anos. A Sociedade continuou voltada aos encontros e debates intelectuais, sem a publicação de documentos, revistas ou jornais. Também continuou longe de qualquer ação política mais orientada. Isso explica a carência de documentos sobre esse momento inicial da *Mont Pelerin*. A predominância da tese de Hayek de uma instituição mais fechada refletiu-se na ausência de fontes oficiais sobre os primeiros encontros. Apenas no final da década de 1950, com a primeira publicação da SMP, *Mont Pelerin Quarterly*, alguns escritos do período foram divulgados. A partir

²⁷⁹ Tradução nossa: “Os grupos que se intitulam ‘liberais-sociais’ e que fazem graves concessões ao socialismo”. HARTWELL, op.cit, p. 83.

²⁸⁰ Tradução nossa: “não seria necessário entrar no jogo político, mas tratar das questões de princípio, para que todos possam julgar, sem preconceito, os resultados que nós concluímos”. Idem, p. 83-84.

desse período, como veremos mais a frente, a SMP enfrentará uma grave crise. A publicação organizada por Hunold provocará polêmicas e atritos, principalmente com Hayek.

Evidentemente, essa posição inicial frustrou muitos membros. Leonard Read declarou que desse jeito a Sociedade tinha pouco futuro, “já que não poderia se esperar muito de algumas reuniões apenas”²⁸¹.

Mas, e qual tamanho deveria ter a Mont Pelerin? Essa era a segunda questão que dominou o encontro de Basle. Naquele momento, a Sociedade contava com 44 membros.²⁸² Entre os defensores de uma organização menor, Rueff defendeu que a Sociedade tivesse um número limitado de participantes, alegando que a força do grupo estava em seu caráter mais reservado. De outro lado, Hunold advogava o crescimento do grupo, citando que havia muitos nomes estimados, de diferentes países e ocupações, que poderiam fazer parte, fortalecendo a Mont Pelerin.

A posição a favor de uma Sociedade mais acadêmica e com mais integrantes prevaleceu. Se havia divergências sobre alguns pontos, ao menos em uma questão havia consenso: todos concordaram com a realização de um novo encontro da Sociedade.

Assim, os últimos dias em Basle foram dedicados à articulação do segundo encontro da Mont Pelerin para o ano seguinte. Plano que não seria fácil de pôr em prática dada a carência de recursos da organização. Hayek chegou a reclamar em circular enviada a todos os membros a respeito da falta de dinheiro e da ausência de pagamento de anuidade por parte de muitos integrantes.²⁸³

²⁸¹ HARTWELL, op.cit, p. 85.

²⁸² Esse é o número de pessoas que aceitaram, até setembro de 1949, o convite de Hayek para ingressar na Mont Pelerin. Hayek enviou, até esse momento, 65 convites. Arquivo da Sociedade Mont Pelerin. Caixa 1.

²⁸³ President's Circular, nº 6, 15 de outubro de 1948. Circular Letters 1947-1955. Arquivo da Sociedade Mont Pelerin. Caixa 1. Pasta 2.

Sobre o próximo encontro, decidiu-se que temas relacionados à educação e à pesquisa seriam mais profundamente debatidos para que filósofos, historiadores e cientistas sociais pudessem participar mais das discussões. Hayek lembrou que a proposta da Sociedade era discutir temas gerais de ordem política e social, e não apenas assuntos de Economia.²⁸⁴

O Segundo Encontro

A segunda reunião, realizada entre 3 e 10 de julho de 1949, foi financiada novamente, graças aos esforços de Hunold, pelos empresários suíços, que pagaram as viagens dos membros europeus até a cidade suíça de Seelisberg, além de arcarem com todas as despesas de organização e confecção do encontro.

A seis meses da conferência, faltavam apenas os recursos para custear a viagem dos norte-americanos para a Europa.²⁸⁵ A possível ausência dos norte-americanos do próximo encontro da Mont Pelerin era motivo de grande preocupação para Hayek. Desde suas viagens aos Estados Unidos para divulgar “O Caminho da Servidão”, o que estreitou seus vínculos com o mundo acadêmico e empresarial do país, Hayek via nos norte-americanos uma base fundamental para o sucesso da SMP. E, por isso, nos primeiros meses de 1949, até a realização do encontro, Hayek dedicou-se a obter os recursos financeiros para custear a ida dos integrantes do país. Mais uma vez, o Volker Fund e a Foundation for Economic Education pagaram as despesas das viagens.

Situada no centro da Suíça, Seelisberg possui uma paisagem que não deixa a dever a Mont Pelerin. Na bela cidade suíça, 47 pessoas acompanharam a conferência. Bem como na primeira reunião, o país com o maior número de representantes foram os

²⁸⁴ Anexo nº 1 da President's Circular, nº 6, 15 de outubro de 1948. Circular Letters 1947-1955. Arquivo da Sociedade Mont Pelerin. Caixa 1. Pasta 2.

²⁸⁵ Carta de Hunold para os membros do Conselho Administrativo. 26 de janeiro de 1949. Arquivo Hayek Papers. Caixa 71. Pasta 10.

Estados Unidos: 14 no total. Seguidos por Alemanha (9), França (7), Inglaterra (5), Holanda (4), Suíça (4) e Irlanda, Dinamarca, África do Sul e Áustria com um representante cada.

As discussões sobre o caráter da Sociedade, se público ou privado e se deveria possuir uma atividade mais politicamente orientada ou mais voltada aos debates teóricos voltaram à cena. Karl Brandt, insatisfeito com o resultado dos debates do encontro anterior, se movimentou para reverter a decisão de Basle. Durante os preparativos para a reunião, o economista escreveu para Hayek cobrando uma posição mais ativa da organização. Para ele, a SMP possuía uma tarefa histórica única, com grande chance de sucesso. Mas que para isso era preciso abandonar a posição defensiva, adotando uma linha mais ofensiva, pois não havia tempo a perder uma vez que a oportunidade e a missão possuíam um prazo:

My year in Europe has convinced me even more than I was already two years ago, that our Mont Pelerin Society has a unique historical task and a remarkable chance to succeed in tackling it. Never has it been more necessary than now to abandon the purely negatively defensive line of protecting the shrunken West against the expansion of “serfdom” from the East. What is needed is an offensive with a constructive outline of a policy for the West which is built on the foundations of human dignity and freedom. This takes hard work by a society like ours, well organized work on very specific subjects with a deadline for each. We have not decades of leisure for our work. The chance and the task are timebound.²⁸⁶

Brand terminou a carta, manifestando que se sentia “profundamente desanimado por causa da relativa inércia da Sociedade”²⁸⁷.

Um mês depois, Brandt, após uma viagem a Chicago, enviou outra carta a Hayek. Nela, narrou seu encontro com Friedman e Director na cidade norte-americana. O trio havia decidido que Brandt escreveria um memorando para a conferência, questionando a orientação vigente da Sociedade. A justificativa usada por ele foi

²⁸⁶ Carta de Brandt para Hayek, em 15 de março de 1949. Citado em HARTWELL, op.cit, p. 86.

²⁸⁷ Idem.

emblemática: pois esse “tema vai realmente paralisar a Sociedade se não for resolvido de uma vez por todas”²⁸⁸.

A posição de Brandt era apoiada com veemência por Hunold. O secretário da SMP defendia também que se criasse algum tipo de publicação do grupo que permitisse a divulgação dos trabalhos dos participantes e das conferências realizadas. Hunold defendia que “a solução para a Sociedade estaria na produção de um livro após a realização de cada congresso”²⁸⁹.

Para acalmar os ânimos, Hayek colocou a questão em debate já na sessão inaugural da conferência. Como Brandt não pode participar, foi lido seu memorando no qual defendia uma ação mais ativa da Sociedade, com publicações periódicas, busca por novos fundos de financiamento, aumento da anuidade de \$4 para \$25 e criação de grupos de trabalho para a elaboração de propostas políticas de intervenção em algumas áreas, como saúde e habitação²⁹⁰.

Após horas de debate, o segundo encontro rejeitou a elevação da anuidade²⁹¹ e confirmou a posição majoritária da Sociedade, capitaneada por Hayek, a favor do caráter privado da organização. Novamente, optou-se por uma organização mais acadêmica. A Sociedade Mont Pelerin continuaria, assim, nos anos seguintes voltada aos debates intelectuais, recusando uma posição mais atuante no debate político. Durante a primeira década, seus encontros permaneceriam reservados, sem publicações e propostas de intervenção política direta.

Naquele momento, para os membros que desejavam uma intervenção política mais direta, restou a criação de think tanks em seus respectivos países, direcionados

²⁸⁸ Carta de Brandt para Hayek, em 12 de abril de 1949 e 28 de junho de 1949. Arquivo Hayek. Caixa 72. Pasta 36.

²⁸⁹ Hartwell, *op.cit.*, p. 87.

²⁹⁰ Memorando de Karl Brandt sobre “As Futuras Atividades da Sociedade Mont Pelerin”, dirigido ao Encontro Geral de Seelisberg, Suíça. 4 p. Arquivo Hayek. Caixa 72. Pasta 36.

²⁹¹ Hayek escreveu uma carta a Brandt em 12 de outubro de 1949 justificando sua posição contra a mudança do valor da anuidade. Para ele, uma taxa mais elevada poderia afastar membros mais novos da Sociedade. Arquivo Hayek. Caixa 72. Pasta 36.

para uma ação de propaganda política. Embora possamos caracterizar a SMP como um think tank, a insatisfação de muitos de seus membros era de que a instituição não assumia uma postura mais agressiva, permanecendo como um grupo de estudo.

Nos anos 1950, alguns participantes da sociedade começaram a criar organizações em seus países, inspiradas na Sociedade Mont Pelerin, mas voltadas mais diretamente à propaganda política. Pioneiro nesse processo, Antony Fisher fundou, em 1955, o Institute of Economic Affairs (IEA). O sucesso do think tank britânico influenciou a criação de outras organizações por parte de membros da Mont Pelerin.

Sobre os temas discutidos²⁹², o encontro de Seelisberg centrou-se no debate sobre as fundações políticas e sociais dos Estados capitalistas do pós-guerra. Em comum, havia entre os intelectuais críticas ao crescimento das atribuições do Estado, visto como uma ameaça às liberdades individuais e à eficiência das economias nacionais.

É importante dizer que, apesar de compartilharem as críticas, havia pontos de grande divergência entre os participantes do encontro a respeito deste novo Estado nacional que emergia da Segunda Guerra. O desacordo se dava principalmente entre os ordoliberais alemães – que defendiam algumas das novas atribuições, percebidas como necessárias no esforço de reformulação do liberalismo - e os defensores de um liberalismo mais radical.

Vale mencionar também que os temas do encontro não foram tão marcados pelo discurso econômico como na primeira conferência. Podemos atribuir essa mudança à Hayek, que se manifestou preocupado após o encontro em Mont Pelerin. Na oportunidade, o economista austríaco destacou que a organização deveria ser mais

²⁹² Para os trabalhos apresentados no Encontro de Seelisberg, ver: Arquivo da Sociedade Mont Pelerin. Caixa 6. Pasta 2.

aberta aos profissionais de fora do campo da Economia, com destaque para os filósofos, historiadores, cientistas sociais.

O principal tópico – e mais controverso - daqueles dias foi “Os Problemas Trabalhistas” e teve a apresentação de trabalhos de Hunold, Knight, Dennison e Hutt. A discussão centrou-se no papel dos sindicatos. Para um grupo mais próximo de um liberalismo mais radical, sindicatos eram um problema, pois distorceriam as forças do mercado a favor do trabalho, prejudicando a economia. Dentro dessa perspectiva, destaca-se Mises, que defendia obstinadamente a abolição de qualquer organização de trabalhadores. Contra essa visão, o alemão W. Röpke apresentou “A Proletarização da Sociedade”. No trabalho criticou a perspectiva negativa sobre o papel dos sindicatos na economia moderna, afirmando que esses ataques aos “sindicatos e estados de bem-estar social eram críticas a bens intocáveis e inquestionáveis”²⁹³.

No final do encontro, decidiu-se pela Holanda como sede da próxima conferência, a ser realizada no ano seguinte. Definiu-se também Mônaco (a pedido de M. Rueff, primeiro ministro do país) e EUA como locais para futuros encontros.²⁹⁴ No entanto, após a reunião na pequena cidade de Bloemendaal, no norte dos Países Baixos, a conferência posterior da Mont Pelerin foi na cidade de Beauvallon, na França.

Esse encontro merece um pouco mais da nossa atenção por dois motivos. Primeiro, porque foi o momento de produção de um importante trabalho “O Tratamento Dado ao Capitalismo pelos Historiadores” que tornou a Sociedade Mont Pelerin conhecida no meio intelectual não liberal. Segundo motivo, resultado do anterior, porque podemos considerar esse encontro a primeira exposição pública da organização.

²⁹³ Outros temas debatidos naqueles dias foram: “O Papel do Estado na Educação e na Pesquisa”, “A Demanda por Previdência Social” e “O Renascimento do Liberalismo Francês”.

²⁹⁴ Breve Relatório do Encontro de Seelisberg, enviado a todos os participantes. Arquivo da Sociedade Mont Pelerin. Caixa 1.

O Encontro de Beauvallon

A conferência realizada na primavera de 1951, em Beauvallon, pequena cidade do sul da França, teve quatro tópicos em debate, um para cada dia de encontro:

1º Dia: “A Natureza e Função dos Lucros” – L. von Mises, F. Knight e Keus.

2º Dia: “O Tratamento Dado ao Capitalismo pelos Historiadores” – T.S. Ashton, L.M. Hacker, B. de Jouvenel, M. Silberschmidt, F. Bohm e H. Ilau.

3º Dia: “A Fonte do Viés Pró-Soviético Fora da Rússia” – C. Antoni, R. Aron, Rebecca West e Gandil.

4º Dia: “O Liberalismo e os Países Subdesenvolvidos” – F. Benham, S.H. Frankle, L. Baudin, H. Hazlitt, J. Jewkes, W. Roepke e P.T. Bauer.

53 membros e 6 convidados (18 norte-americanos; 10 britânicos; 9 alemães; 8 franceses; 6 suíços; 5 holandeses; e 1 representante da Itália, Noruega e Dinamarca) reuniram-se na bela cidade da Riviera francesa. Pela primeira vez, a sociedade decidiu publicar algumas de suas discussões. Seus participantes decidiram que os debates acerca dos tópicos “O Tratamento Dado ao Capitalismo pelos Historiadores” e “O Liberalismo e os Países Subdesenvolvidos” deveriam ser publicados. Mas apenas os trabalhos sobre o primeiro tópico foram reunidos em uma publicação, intitulada “O Capitalismo e os Historiadores”. O livro, organizado por Hayek e publicado graças ao apoio financeiro da Sociedade Mont Pelerin, foi a primeira tentativa de intervenção no debate público feita pelos intelectuais a partir de um encontro da Sociedade Mont Pelerin ²⁹⁵.

Interessante observar o fato de que a primeira publicação da sociedade não tenha sido de um tema propriamente da área econômica, campo de formação da maioria dos participantes. Em circular após o encontro, Hayek narrou que havia um sentimento geral de que o tópico que abordava o papel dos historiadores na interpretação do capitalismo

²⁹⁵ A decisão de não publicar os debates de “O Liberalismo e os Países Subdesenvolvidos” foi motivada pela falta de apoio financeiro. Circular do Presidente em maio de 1952. Arquivo da Sociedade Mont Pelerin. Caixa 1.

merecia uma atenção especial e, por isso, deveria ser publicado.²⁹⁶ Vale a pena nos retermos um pouco neste debate.

O Capitalismo e os Historiadores

O segundo dia de conferência em Beauvallon foi dedicado ao debate “O Tratamento Dado ao Capitalismo pelos Historiadores”. É emblemático que o primeiro tema de um debate da Mont Pelerin transformado em livro tenha sido sobre o papel dos historiadores.

O tema da interpretação da História e do papel dos historiadores era considerado por Hayek e por muitos membros da SMP como crucial para a “batalha de ideias” contra o socialismo. Já na conferência de abertura da Mont Pelerin, em 1947, Hayek declarou que a análise histórica é tão importante quanto os problemas econômicos. E que “a interpretação e o ensino de História das duas últimas gerações foram os principais instrumentos através dos quais as concepções essencialmente anti-liberais das questões humanas foram difundidas”²⁹⁷.

O livro “O Capitalismo e os Historiadores”, organizado por Hayek, foi lançado em 1954 e reuniu os trabalhos apresentados no encontro²⁹⁸. A obra é estruturada da seguinte forma: Hayek escreveu a introdução intitulada “History and Politics”; T.S. Ashton escreveu “O Tratamento dado ao Capitalismo pelos Historiadores” e “O Padrão de Vida dos Trabalhadores da Inglaterra, 1790-1830”; L.M. Hacker é o responsável por “O Viés Anticapitalista dos Historiadores Norte-Americanos”; Bertrand de Jouvenel por “O Tratamento dado ao Capitalismo pelos Intelectuais do Continente”; W.H. Hutt escreveu “O Sistema Fabril do Início do Século XIX”.

²⁹⁶ Circular do Presidente em 1º de maio de 1951. Arquivo da Sociedade Mont Pelerin. Caixa 1.

²⁹⁷ Discurso de Abertura de Hayek no Encontro de 1947, 26 p. Arquivo Hayek. Caixa 71. Pasta 7.

²⁹⁸ HAYEK, Friedrich (ed.). *Capitalism and the Historians*. Londres: Routledge and Kegan Paul, 1954.

Ressalta-se que o livro não foi publicado sob o nome da Sociedade Mont Pelerin. Ainda assim, patrocinado pela organização e resultado de trabalhos discutidos em sua conferência, o livro foi imediatamente identificado com a Sociedade Mont Pelerin.

O livro possui uma tese e uma premissa simples. Sua tese: a análise dos fenômenos históricos é fundamental para a compreensão e interpretação do processo político do tempo presente. Sua premissa: de uma forma geral, os historiadores possuem uma tendência anticapitalista na interpretação do processo histórico. Conectando a tese à premissa, os autores do livro sustentam que os historiadores em geral possuem um papel social destacado na crítica e deslegitimação do capitalismo. No entanto, essa análise, de acordo com os autores, não era cientificamente embasada. Vamos analisar aqui a introdução escrita por Hayek.

O autor de “O Caminho da Servidão” sustentou em seu texto dois argumentos principais. O primeiro, defendia que os historiadores possuem uma influência sobre a opinião pública maior do que a de outros especialistas. E o segundo argumento, advogava que as análises do capitalismo feitas pelos historiadores eram marcadas por uma interpretação enviesada e a favor do socialismo.

Hayek começou afirmando a importância dos eventos históricos e de suas interpretações para a construção das opiniões políticas. Para o filósofo, o problema era que as “convicções históricas que nos guiam no presente não estão sempre de acordo com os fatos”, sendo “muitas vezes efeito em vez de causa das crenças políticas”. A partir dessa constatação, Hayek criou uma distinção entre “fatos históricos” (*historical facts*) e “mitos históricos” (*historical myths*):

Historical myths have perhaps played nearly as great a role in shaping opinion as historical facts. Yet we can hardly hope to profit from past

experience unless the facts from which we draw our conclusion are correct²⁹⁹.

Preocupado com o que chamou de “mitos históricos” e pelo fato de que estes influenciariam a opinião política presente tanto quanto os “fatos históricos”, Hayek escreveu para questionar essa interpretação histórica percebida como equivocada.

Para ele, a desconstrução destes “mitos históricos” contribuía para a defesa do liberalismo por redimir o capitalismo de supostos males atribuídos a ele pelos historiadores.

Desta forma, segundo Hayek, o historiador teria maior influência sobre a formação da opinião pública do que os analistas políticos, o que explica a preocupação da Mont Pelerin com o tema. E, assim, Hayek afirma que os “historiadores possuem uma posição-chave” no desenvolvimento das “ideias que atingem o público em geral”: “The historian is in this respect at least one step nearer to direct power over public opinion than is the theorist”³⁰⁰.

Hayek observou que apesar da pretensão objetiva dos historiadores, esse distanciamento completo não era possível uma vez que a decisão sobre “que perguntas vale a pena fazer” era “determinada por julgamentos de valor”.

Desse modo, Hayek descreveu um século XIX no qual a interpretação histórica principal na Inglaterra era dominada pelo que ele chamou de “interpretação Whig da História”. Essa perspectiva teria entrado em declínio com a crise do liberalismo, e a partir daí teria dado lugar à “interpretação socialista da História”, que teria determinado o pensamento político das últimas duas ou três gerações³⁰¹.

Hayek acusa essa interpretação da história econômica, associada ao marxismo, de não corresponder ao que entende ser os “fatos históricos”. Hayek cita alguns

²⁹⁹ HAYEK, op.cit, p. 201.

³⁰⁰ HAYEK, op.cit, p. 202.

³⁰¹ HAYEK, op.cit, p. 203.

exemplos do que acredita serem produtos desses estudos: o desenvolvimento e os efeitos dos sindicatos; o suposto crescimento progressivo dos monopólios; as causas e consequências do “imperialismo” (que ele usa com aspas); o papel da indústria armamentista ou dos “capitalistas” (também com aspas) na deflagração de guerras. Todos esses, arrematou Hayek, “tornaram-se parte do folclore de nosso tempo”, uma vez que

as pessoas ficariam surpresas se descobrissem que muito do que sabem sobre esses temas não são fatos, mas mitos produzidos por motivações políticas, (embora) transmitidos por pessoas de boa vontade cujas crenças estão de acordo com esses mitos³⁰².

O mais importante mito, para Hayek, era o da deterioração das condições da classe trabalhadora a partir do desenvolvimento do capitalismo. Era considerado, de todos os “mitos históricos”, o mais relevante a ser atacado na batalha de ideias em defesa do liberalismo. Era o “mito supremo que mais do que qualquer outro serve para desacreditar o sistema econômico capitalista”³⁰³.

Isso explica, portanto, o fato de boa parte do livro “O Capitalismo e os Historiadores” ser constituído por textos dedicados à situação dos trabalhadores, casos dos trabalhos de T.S. Ashton (“O Padrão de Vida dos Trabalhadores da Inglaterra, 1790-1830”) e W.H. Hutt (“O Sistema Fabril do Início do Século XIX”). Nesses textos, diferentemente da interpretação marxista, a transformação econômica dos anos posteriores à Revolução Industrial teria tido um saldo positivo para as classes trabalhadoras.

Desta forma, tanto a introdução de Hayek quanto os artigos T.S. Ashton e W.H. Hutt – bem como os demais textos do livro – questiona-se a historiografia que aponta a crise social produzida pelo advento do sistema capitalista fabril.

³⁰² HAYEK, op.cit, p. 204.

³⁰³ Idem.

The widespread emotional aversion to “capitalism” is closely connected with this belief that the undeniable growth of wealth which the competitive order has produced was purchased at the price of depressing the standard of life of the weakest elements of society.³⁰⁴

Hayek sustenta que a liberdade econômica, resultado das transformações econômicas anteriores ao processo de industrialização, gerou um crescimento na produção de riquezas sem precedentes. Consequentemente, houve o aumento dos padrões de vida e das aspirações dos trabalhadores. E, assim, o que foi por muito tempo considerado natural e inevitável por gerações passou a ser visto como incompatível com as novas oportunidades do período industrial.

O objetivo de Hayek, com isso, era refutar a tese de que as condições de vida dos trabalhadores das fábricas inglesas fossem piores do que as das gerações anteriores, de seus pais e avós. Para ele, a especificidade do período do capitalismo industrial não residia na precarização da vida e do trabalho dos setores populares, mas no fato de que essas condições de dificuldade econômica não eram mais admissíveis como em épocas anteriores.

Para encerrar a análise desse livro produzido pela Sociedade Mont Pelerin vale fazer dois destaques: o primeiro, sobre a concepção de História, explorada na introdução de Hayek, e que perpassa os demais textos da obra; e o segundo destaque acerca da nova postura dos grupos liberais sobre o desenvolvimento do capitalismo.

A respeito do primeiro ponto, é importante fazer a crítica à concepção profundamente equivocada de Hayek sobre a natureza do conhecimento histórico e a função do historiador. Em primeiro lugar, o filósofo não observou que sua distinção entre “fatos históricos” e “mitos históricos” é baseada em uma interpretação liberal do

³⁰⁴ HAYEK, Friedrich, op.cit, p. 205. Tradução nossa: “A aversão emocional generalizada ao ‘capitalismo’ está intimamente ligada a essa crença de que o inegável crescimento da riqueza, produto de uma ordem competitiva, se deu graças à queda do padrão de vida dos elementos mais fragilizados da sociedade”.

processo histórico. Afinal, é utópica a ideia de uma posição de neutralidade completa do estudioso com relação ao objeto estudado. Todo conhecimento histórico é construído a partir de perguntas escolhidas e feitas pelos historiadores às fontes. Em segundo lugar, seu entendimento de que os fatos históricos poderiam ser “descobertos” pela análise objetiva de um historiador, supostamente desarmado de suas convicções políticas, negligencia uma característica estruturante do paradigma corrente nos estudos históricos. A História é um diálogo entre o passado e o presente. Não há um passado “puro”, “total”, que possa ser reconstituído pelo pesquisador exatamente “como era”, como pretende Hayek.

O segundo aspecto ressaltado é que “O Capitalismo e os Historiadores” representa uma nova postura dos grupos liberais sobre o capitalismo histórico, bem diferente das análises feitas duas décadas antes. Como vimos, no Colóquio Walter Lippmann, em 1938, uma série de trabalhos, de Rüstow a Lippmann, foram marcados pelas críticas ao capitalismo do final do século XIX e início do XX e pela defesa de uma reformulação das posições liberais. Dessa crítica ao que chamavam “velho liberalismo” – como se referiam ao programa do *laissez-faire* - nasceu o termo “neoliberalismo”. O novo conceito era uma forma encontrada por aqueles liberais, presentes ao colóquio na França, de se afastar dos problemas e impasses do *laissez-faire*, e fortalecer suas propostas de revisão do programa liberal.

Mas, agora, no início dos anos 1950, é emblemático que o primeiro documento público da SMP seja dedicado a uma apologia do capitalismo. Abandonam-se as críticas ao sistema capitalista – que no contexto da Depressão era acusado pelas dificuldades econômicas e sociais – em uma tarefa de reabilitação do programa liberal. O problema não estava mais com o capitalismo, mas com seus analistas. O erro estava na interpretação histórica. E, se não há críticas ao liberalismo dos séculos XIX e início do

XX, imagina-se também que não há necessidade de um novo conceito para o programa liberal. Não é coincidência, portanto, que o conceito “neoliberalismo”, lançado no colóquio Walter Lippmann e presente com frequências nos escritos liberais da década de 1940, foi desaparecendo paulatinamente nos anos 1950, assim como as críticas ao *laissez-faire*. É bom dizer que essa defesa do capitalismo histórico já era feita pelos grupos liberais mais radicais, liderados por Mises, no colóquio em 1938. A diferença é que, naquele contexto, esses grupos eram considerados minoritários entre as correntes liberais.

Essa mudança de posição sobre o desenvolvimento do capitalismo pós-Revolução Industrial nos apresenta uma Sociedade Mont Pelerin bem mais complexa que a imagem de uma continuação do Colóquio Walter Lippmann. Apesar da SMP compartilhar algumas teses dos debates liberais anteriores à guerra, possuindo inclusive em suas fileiras muitos membros do colóquio francês, a instituição presidida por Hayek possui, já em seu início, uma postura bem diferente das críticas mais contundentes ao capitalismo do *laissez-faire*.

Este livro foi apenas um primeiro trabalho da organização. Outros se seguiram, principalmente a partir do final da década de 1950. A ideia de reabilitar o capitalismo e seu processo de Revolução Industrial era visto como central para a “Batalha de Ideias” pelo liberalismo e contra o socialismo. A ideia do trabalho dos intelectuais da Mont Pelerin não era apenas firmar uma posição em um debate sobre História e Capitalismo, mas se colocar como uma obra pioneira, estimulando outros trabalhos como esse.

No final do encontro, decidiu-se pela realização de novas conferências. Estados Unidos, Alemanha, Inglaterra e Itália foram os países selecionados para abrigar as próximas reuniões. Planejou-se um novo encontro, agora nos EUA, a ser realizada no ano de 1953. Nas contas de Hayek, seriam necessários pelo menos 30 mil dólares para

realizar a conferência. No entanto, um ano depois, apenas um terço do dinheiro necessário foi levantado. Apesar da presença norte-americana crescente, a Sociedade tinha dificuldade para fazer um encontro no país. Primeiro, porque envolvia pagar a viagem de todos os membros europeus. Segundo, pois, apesar do apoio financeiros de alguns empresários americanos, não era suficiente para arcar com os custos da administração.

Diante do insucesso em angariar recursos para financiar a viagem dos participantes europeus para o outro lado do Atlântico, novamente o encontro foi realizado na Suíça. Mais uma vez graças a Hunold que conseguiu captar os recursos necessários para o encontro. Hayek resumiu bem a importância do tesoureiro para a Sociedade naqueles primeiros anos da década de 1950: “ainda não encontrei um Hunold americano”.³⁰⁵

A Evolução da Sociedade

A primeira década da Mont Pelerin foi marcada pelas dificuldades financeiras, mas também pelo crescimento numérico e pela expansão da organização. De um número inicial de 43 integrantes, a sociedade incorporou imediatamente pessoas que não puderam atender ao primeiro encontro. A primeira lista de membros do ano de 1947 registrava 65 membros (Anexo 7) ³⁰⁶. Já no ano seguinte, resultado dos primeiros convites, o número aumentou para 115.³⁰⁷

Em 1951, a Sociedade já havia crescido bastante e se tornado mais internacional. Nesse ano, chegou a 172 membros, sendo 62 norte-americanos e 97 europeus. Os outros 13 membros provinham da América do Sul, Caribe, Austrália, Nova Zelândia, África do

³⁰⁵ Circular do Presidente em Novembro de 1952. Arquivo da Sociedade Mont Pelerin. Caixa 1.

³⁰⁶ Arquivo da Sociedade Mont Pelerin. Caixa 1.

³⁰⁷ President's Circular, nº 6, 15 de outubro de 1948. Circular Letters 1947-1955. Arquivo da Sociedade Mont Pelerin. Caixa 1. Pasta 2.

Sul, Japão e Cingapura. Três anos depois atingia a marca de 200 integrantes. Entre eles, o primeiro brasileiro, Eugenio Gudín, então ministro da Fazenda do Brasil.³⁰⁸ Até o início dos anos 1960, ele foi o único brasileiro na organização, quando Paulo Ayres ingressou na sociedade.

Entre os integrantes da Mont Pelerin havia personalidades de diferentes áreas. Do meio acadêmico, podemos citar: Friedrich Hayek (Universidade de Chicago), Ludwig von Mises (Universidade de Nova Iorque), Frank Knight (Universidade de Chicago), T.S Ashton (London School of Economics), Milton Friedman (Universidade de Chicago), Karl Brandt (Universidade de Stanford), G. Haberler (Harvard), William Hutt (Universidade de Cape Town), Fritz Machlup (Universidade de Johns Hopkins), Sir Arnold Plant (London School of Economics), Alfred Müller Armack (Universidade de Colônia), J. Jewkes (Oxford), Karl Popper (London School of Economics), L.C. Robbins (London School of Economics), George J. Stigler (Universidade de Columbia) e Wilhelm Röpke (Institut de Hautes Études Internationales et du Développement). Três desses nomes – Hayek, Friedman e Stigler – receberão o Prêmio Nobel de Economia nos anos 1970 e 1980.

Havia membros em posições governamentais de destaque, entre eles: Luigi Einaud (presidente da Itália entre 1948 e 1955), Ludwig Erhard (ministro da Economia da República Federal da Alemanha durante o governo de Konrad entre 1949 e 1963), M.J. Rueff (antigo primeiro-ministro de Mônaco e presidente da Agência de Reparação dos Aliados), Theodore E. Gregory (economista do governo da Grécia), Frederick C. Benham (economista do governo da Malásia) e A.G.A. Fisher (International Monetary Fund). Destaca-se aqui a admissão de Ludwig Erhard e Luigi Einaudi. O ingresso

³⁰⁸ Lista de membros eleitos no Encontro de Venice, Itália. Setembro de 1954. Nessa lista, destaca-se o ingresso de Antony Fisher e Bruno Leoni. Arquivo da Sociedade Mont Pelerin. Caixa 1.

dessas duas figuras políticas de peso contrariava a recomendação inicial de Hayek de que a Sociedade preservasse um certo distanciamento da cena política.

Havia também jornalistas: John A. Davenport (*Barron's*), Max Eastman (*The Readers' Digest*), Henry Hazlitt (*Newsweek*), Willi Bretscher (*Neue Züricher Zeitung*), C. Moetteli (*Züricher Zeitung*), George L. Schwartz (*The Sunday Times*) e C.V. Wedgwood (*Time and Tide*). E pessoas do mundo empresarial: Carlos A Coll. Benegas (Argentina), Fraz Böhm (Alemanha), Jasper E. Crane (EUA), M. Marcel Crozet-Fourneyron (França), Henri de Lovinfosse (Bélgica), A.L. Hahn (EUA), Hans Llau (Alemanha), Karl Friedrich Maier (Alemanha), O. Veit (Alemanha), H. Luhnnow (EUA), F.A Harper (EUA), Herbert C. Cornuelle (EUA) e Leonard Read (EUA).

Em 1952, Hayek escreveu com orgulho sobre o crescimento da SMP: “Foram-se os dias em que um pequeno número de liberais fora de moda caminhavam solitários, ridicularizados e sem resposta dos jovens”. Diferentemente de cinco anos atrás quando, na abertura do encontro na Suíça, manifestou sua preocupação com o trabalho isolado de pensadores liberais, Hayek agora ressaltava o papel da Sociedade ao permitir que “contatos pessoais entre defensores do neoliberalismo fossem estabelecidos”. A partir disso, concluiu otimista: “o período de aridez parece que chegou ao fim”³⁰⁹.

O momento de otimismo ficou para trás, quando anos depois, a Mont Pelerin enfrentou sua primeira – e mais grave – crise.

Crise e saída dos ordoliberais

Como vimos, desde o momento de sua formação, a Sociedade Mont Pelerin foi marcada por tensões acerca de questões variadas: o tamanho da organização, sua posição mais ativa ou não no debate público e as divergências ideológicas entre as diversas correntes

³⁰⁹ Interessante observar que Hayek ainda usa aqui “neoliberalismo”. Hayek, “Rebirth of Liberalism”. Citado em NASH, George. *The conservative intellectual movement in America since 1945*. Delaware: ISI Books, 2006, p. 35.

liberais. No início da década de 1960, contudo, essas tensões se agravaram, culminando em uma crise que quase provocou a extinção da sociedade, e que terminou com o expurgo do grupo ordoliberal alemão.

A maior crise da história da Sociedade Mont Pelerin originou-se de questões de ordem pessoal e ideológica. Os conflitos pessoais se deram principalmente entre o secretário-geral, Hunold, e seu projeto de organização de uma revista, *Mont Pelerin Quarterly*, e Hayek e outros diretores da organização que se posicionaram contrários ao projeto.

As divergências entre os dois polos principais da instituição – o austríaco-americano, cujos nomes mais reconhecidos são Hayek, Mises e Friedman, e o suíço-alemão, representados pelos ordoliberais – tornaram-se irreconciliáveis entre o final dos anos 1950 e início da década de 1960.

A respeito das questões ideológicas, aqui se encontra mais um argumento para a crítica à visão de um monolitismo da Sociedade Mont Pelerin. Segundo uma interpretação tradicional, apresentada por autores como Serge Halimi (2012), David Harvey (2005) e Stedman Jones (2012), esta é uma organização homogênea direcionada à propaganda das teses do livre mercado³¹⁰. Embora saibamos que a defesa do liberalismo econômico unia as diferentes correntes intelectuais da Mont Pelerin, é preciso relativizar a uniformidade e coesão do grupo.

Influenciado por Serge Audier e seu trabalho *Néolibéralisme*, defendo que a Sociedade Mont Pelerin estava dividida em diferentes correntes liberais: os ultraliberais, encabeçados por Mises, Read e Hazzlitt, os liberais mais moderados, representados por

³¹⁰ Sobre esta perspectiva, ver: HALIMI, Serge. *Le Grand Bond em arrière*. Collection: *Eléments Langue*, outubro 2012; HARVEY, David. *O neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo: Edições Loyola, 2005; JONES, Daniel Stedman. *Masters of the Universe*. United Kingdom: Princeton University Press, 2012.

Hayek, os ordoliberalas alemães, de Ropke e Rustow, a escola de Chicago e a escola francesa. Defendemos na tese que podemos agrupar esses diferentes grupos em dois campos principais. Um grupo mais radical em defesa do liberalismo econômico, centrado em um polo austríaco-americano, do qual fazem parte os ultraliberais, os liberais mais moderados, parte dos representantes da Escola de Chicago e os americanos da Foundation For Economic Education. E um outro grupo mais reformista, em defesa de uma reformulação maior do liberalismo econômico, representado principalmente pelos ordoliberais alemães, mas com representantes também na França, Suíça, Bélgica e Itália.

Importante ressaltar que essa divisão deve ser relativizada em certos aspectos. Primeiro, porque esses dois polos principais não eram blocos homogêneos, possuindo divergências em seu interior. No polo austríaco-americano, por exemplo, essa diversidade pode ser observada nas diferenças entre as propostas liberais de Mises e Hayek ou entre as propostas das escolas Austríaca e de Chicago. No polo oposto, a tendência mais reformista do capitalismo comportava ideias e programas diferentes, como acontecia com os ordoliberais alemães e os representantes do liberalismo francês. Além disso, não se deve esquecer que essa divisão não excluía a existência de grupos intermediários entre os dois polos que rivalizavam na organização.

A cisão de 1962, conhecida em alguns escritos posteriores da organização, como *The Hunold Affair*³¹¹, provocou a expulsão dos alemães da Mont Pelerin. Nomear a maior crise da história da sociedade como “O Caso Hunold” reflete a construção de uma memória oficial por parte dos grupos vencedores. Hunold passou a ser responsabilizado

³¹¹ Na nossa tradução, “o caso Hunold”. Essa denominação foi usada por exemplo no trabalho de Hartwell, espécie de história oficial da Mont Pelerin.

pela crise, acusado de ser uma pessoa de personalidade difícil e que causou os problemas que levaram a sua saída e do grupo alemão que o apoiava.

Desde o surgimento da Mont Pelerin, Hayek e Hunold foram as figuras-chave da organização. O primeiro, mentor e liderança intelectual do grupo, tornou-se o mais longo presidente da organização. Enquanto isso, o suíço tornou-se responsável pela administração financeira da entidade, no período que atuou como secretário-geral (1948-1960) – o mesmo período que Hayek ficou na presidência. Vale lembrar que foi graças a Hunold e suas relações com o empresariado suíço que os primeiros encontros da Sociedade puderam acontecer.

Em um primeiro momento a dupla parecia afinada, simbolizando a divisão de poderes entre o grupo austríaco-americano, representado por Hayek na presidência, e o grupo suíço-alemão, capitaneado por Hunold no secretariado-geral. Com os anos, no entanto, a relação entre Hayek e Hunold começou a se desgastar. Anteriormente, vimos já que os dois se encontravam em polos opostos sobre o caráter da organização. O austríaco advogava uma sociedade privada e acadêmica e o suíço apoiava a formação de uma instituição com uma orientação política clara e com intervenção direta no debate público. Desde o início, o secretário-geral defendeu a criação de publicações da sociedade que cumprissem esse papel. Voto vencido, Hunold continuará lutando para fazer valer sua ideia de Sociedade.

Em meados da década de 1950, podemos observar que as diferenças entre Hayek e Hunold se transformaram em conflitos e em disputa de poder entre os dois grupos. De um lado, Hunold começou a acusar Hayek “de tratar a organização como sua empresa privada”³¹². Hunold foi acusado da mesma forma.

³¹² HARTWELL, p. 101.

No livro de Hartwell, a interpretação da crise de 1962 é centrada em Hunold, responsabilizado pelos conflitos da organização. O chamado “Caso Hunold” é descrito como resultado do comportamento do secretário-geral. Segundo o autor, Hunold passou a administrar a sociedade como se fosse sua empresa, agindo de forma muitas vezes autoritária, o que provocou choques com intelectuais e empresários da organização, principalmente norte-americanos.

De acordo com Hartwell, os problemas iniciaram-se no final dos anos 1950 durante a organização do encontro em Princeton, nos Estados Unidos. Os atritos teriam tido início quando Hunold e os empresários norte-americanos - entre eles Jasper Crane da companhia Du Pont - responsáveis pela organização financeira e administrativa da conferência no país, se desentenderam. O empresário Jasper Crane reclamou de Hunold:

For the American meeting, held in Princeton in September, 1958, the committee of five, of which I was Chairman, had made complete arrangements for the meeting and turned everything over to Dr. Hunold to administer. He not only upset all of these arrangements, which with great difficulty had to be restored for the successful conduct of the sessions, but he quarreled with every one in Princeton with whom he came into contact, screaming at people with most amazing rudeness and even maligning several who were contributing services to the affair. Several features that should have been interesting and important were impaired or abandoned by his mis-management. Professor Hayek had, as usual, arranged for the speakers and the conduct of the programme, but Dr. Hunold interfered with the conduct of the meetings also³¹³.

O economista austro-americano Fritz Machlup também contestou a atuação de Hunold a frente do secretariado da organização. Assim como Mises e Hayek, Machlup nasceu na Áustria e emigrou para os Estados Unidos, sendo um dos representantes da Escola Austríaca de Economia. Machlup, membro da SMP desde seu início, era o tesoureiro da organização quando os problemas com Hunold se iniciaram.

³¹³ Carta de Jasper Crane para Ropke, sem data. Transcrita em Hartwell, op.cit, p. 102.

Milton Friedman também fez reclamações parecidas, acusando Hunold de entrar em conflito com a presidência e os diretores da Mont Pelerin. Em carta para Gideonse, o economista de Chicago escreveu sobre:

the immediate provocation is the increasingly impossible and insubordinate behavior of Hunold, involving proceeding against actions of the Council and without the consent of the President, and indeed against his request, insulting and libelling members and those who assist in organizing meetings ... At Princeton he succeeded in antagonizing almost everybody and much the same happened at Oxford³¹⁴.

Após as desavenças de Hunold com os organizadores norte-americanos do encontro em Princeton, a conferência seguinte, em Oxford, também teve problemas. Os desentendimentos do secretário-geral se deram com Machlup, novamente, mas também com os britânicos Antony Fisher e Harris. A partir desse encontro, Hayek assumiu uma postura mais crítica à Hunold. Em 29 de novembro de 1959, escreveu para Machlup que “I have once again had the pleasure of writing letters of apology to the people Hunold has offended and I am thoroughly fed up with his conduct”³¹⁵.

De acordo com Hartweel, Hunold começou a entrar em atritos com a organização após a nomeação de Harris como novo membro da sociedade durante o encontro de Oxford. A suposta desavença seria resultado do temor do secretário-geral de que o novo membro o substituísse no cargo. Para isso, Hartweel cita uma carta do secretário-geral para Villey, no qual defendia que a escolha de Harris fazia parte de um complô contra ele: “Um complot contre moi s’était formé dans le but de me remplacer par Haris”³¹⁶. Uma conspiração de um grupo formado por austríacos, americanos e

³¹⁴ HARTWELL, op.cit, p. 102.

³¹⁵ Carta de Hayek para Machlup, em 29 de novembro de 1959. Citado em Hartweel, op.cit, p. 106.

³¹⁶ Tradução nossa: “Um complô contra mim se formou com o objetivo de me substituir por Harris”.
Idem

ingleses, continuou Hunold na carta: “Un group anglais autrichien a tâché de covaincre les participants américains de voter em faveur de cette proposition”³¹⁷.

As divergências agravaram-se quando Hunold conseguiu concretizar seu projeto de lançar uma revista da organização. As publicações de *The Mont Pelerin Quarterly*, organizada pelo secretário-geral entre abril de 1959 e janeiro de 1962, contribuíram para a crise da sociedade. Bastante ilustrativa é a carta do tesoureiro Fritz Machlup para Hunold um mês antes do lançamento da revista.

I am interested to see what kind of quarterly you plan to produce and whether you will be able to overcome my extreme skepticism and pessimism in this regard. Hayek told me that there would be nothing but bibliographical and biographical notes. If there should be any editorial comments expressing opinions on political, economic or philosophical matters, I shall protest most violently. No one is entitled to formulate an ‘official’ party line, or rather Society line, except a full meeting of the members. The 1947 statement is the only expression of principles which the members have accepted (grifos nossos)³¹⁸.

A correspondência acima nos permite observar que a crise da sociedade não pode ser reduzida a uma questão pessoal ou de disputa de poder. Ela é resultado também de uma disputa ideológica no interior da organização. *The Mont Pelerin Quarterly* tornou-se o estopim para a cisão porque expôs a dificuldade dos participantes da Mont Pelerin em conciliar posições em algumas plataformas políticas, econômicas e filosóficas. Não foi acaso que o único documento oficial da sociedade tenha sido feito em 1947 e, doze anos depois, nenhuma outra publicação havia sido produzida.

A posição de Hayek a favor de uma sociedade mais acadêmica sempre sofreu resistência por parte de alguns membros, sendo Hunold um deles. Desde as primeiras discussões sobre o assunto, o secretário-geral defendeu uma organização com uma ação

³¹⁷ Tradução nossa: “Um grupo austríaco inglês se esforçou para convencer os participantes americanos a votarem a favor desta proposta”. Idem.

³¹⁸ Carta de Fritz Machlup para Hunold, em 30 de março de 1959. Transcrita em Hartwell, op.cit, p. 103.

política mais definida. Para ele, a revista *The Mont Pelerin Quarterly* era o primeiro passo para isso.

Da parte de Hunold, as queixas são acerca da pouca valorização de seu trabalho. O secretário-geral escreveu um documento intitulado , no qual analisa as razões para a crise da sociedade e de sua saída e do seu grupo. Em boa parte do texto, no qual reconstitui a trajetória da organização desde as reuniões iniciais, ainda sobre os planos para um primeiro encontro, o desenvolvimento da sociedade até a crise do grupo, Hunold lamenta o que considera um certo desprestígio de seu papel para o sucesso da Mont Pelerin.

Na análise de Hunold, o surgimento e desenvolvimento da instituição ocorreram graças a sua capacidade de administração e captação de recursos, sem os quais não seria possível a realização dos primeiros encontros.

Nosso objetivo aqui não é esmiuçar as razões para a crise da SMP no final dos anos 1950 e início dos 1960, mas analisar uma trajetória de formação e desenvolvimento da organização marcado também por divergências, tensões e conflitos. A sociedade que nos anos 1970/1980 tornou-se uma referência do mundo intelectual liberal, uma década antes quase foi dissolvida. Em janeiro de 1960, Jewkes escreveu para Hayek, pedindo que o presidente intercedesse nos atritos entre Hunold e os membros austríacos e americanos, “caso contrário, temo que o futuro da Sociedade esteja em perigo”³¹⁹. O próprio Hayek pensou em dissolver a instituição: “How I wish I had at the beginning of the difficulties simply proposed the liquidation of the Society and then washed my hands of it, as had been my first inclination”³²⁰.

³¹⁹ Tradução nossa: “Otherwise, I fear the future of the Society will be in peril”. HARTWELL. Op.cit. p. 107.

³²⁰ Idem.

De toda forma, a crise terminou com a derrota de Hunold e seu grupo – composto principalmente por representantes do ordoliberalismo alemão. Mais importante que compreender a crise é perceber o efeito dela para o futuro da sociedade. Defendemos a tese que, a partir de 1962 com a saída do grupo mais crítico a um liberalismo mais radical, o discurso a favor de um liberalismo econômico mais próximo ao *laissez-faire*, menos intervencionista e menos suscetível às questões sociais, ganhou força na Mont Pelerin.

Isso não significa, contudo, que a SMP tenha se tornado uma organização homogênea. Ainda que menos complexa com a saída dos ordoliberais, a Mont Pelerin continuou sendo bastante heterogênea, presenciando nos anos seguintes disputas intelectuais e de poder entre diferentes correntes liberais. Para citar alguns grupos intelectuais: o liberalismo mais radical, cuja principal referência era Mises; o liberalismo mais moderado proposto por Hayek; a Escola de Chicago, de Friedman e Stigler; a Escola da Virgínia, que aparece com força nos anos 1970, capitaneada por Buchanan.

Por fim, o desfecho da crise que levou ao expurgo dos representantes da corrente ordoliberal contribuiu para o fortalecimento do grupo austríaco-americano e a afirmação de uma hegemonia norte-americana na Sociedade Mont Pelerin. Como vimos, isso terá impacto inclusive sobre a construção de uma memória oficial da organização, que valoriza a participação dos representantes austríacos e americanos, como Hayek, Mises e Friedman – em detrimento da atuação dos suíços e alemães.

Início dos anos 1970: hora de voltar para casa?

Um balanço final da década de 1970 para a Sociedade Mont Pelerin poderia ser resumido da seguinte forma: foram anos de grande crescimento para a organização e de início de um reconhecimento público e prestígio. O novo status da organização era reflexo da transformação do cenário intelectual internacional: o keynesianismo entrou em crise, abrindo caminho para o programa liberal.

Portanto, começando pelo final, os anos 1970 e 1980 foram anos de transformação da Sociedade Mont Pelerin, resultado de fatores externos e internos. No primeiro caso, a partir de meados da década de 1970, com a crise do capitalismo keynesiano e o crescimento da popularidade das ideias de defesa do livre mercado, a SMP experimentou pela primeira vez a sensação de estar a favor da maré. A organização que foi uma das principais responsáveis pela promoção e sucesso das ideias do liberalismo econômico no pós-guerra, se beneficiava agora da nova conjuntura política e econômica. Nesse novo momento, a sociedade viu crescer o apoio financeiro e o reconhecimento acadêmico internacional de seus membros. Como exemplo disso, podemos citar o Prêmio Nobel de Economia. Nos anos 1970, dois integrantes da organização foram agraciados - Hayek (1974), Friedman (1976) – e, na década seguinte, outros três: George Stigler (1982), James M. Buchanan (1986) e Maurice Allais (1988).

Mas se engana quem acredita que nos primeiros anos da década de 1970 esses sinais já estivessem claros. É importante não reconstituirmos a trajetória de ascensão das ideias do liberalismo econômico - que se tornaram hegemônicas durante os anos 1980 - como se nesse período já fossem uma certeza. Não era. E a história da Sociedade Mont Pelerin é um bom exemplo disso.

Na verdade, no início da década de 1970, o contexto político e intelectual parecia bastante desfavorável ainda para a Mont Pelerin. Na cobertura do encontro de 1972, na Suíça, a revista da organização, *The Mont Pelerin Society Newsletter*, publicou que: “a opinião geral dos participantes” era de que organização a favor do livre mercado vivia um período tão hostil em 1971 quanto em 1947, “cujos perigos para a sociedade civilizada são os mesmo descritos na Declaração de Objetivos (documento do primeiro encontro)”. Um período marcado pela “expansão do governo, não apenas na estrutura do Welfare State, mas também no poder dos sindicatos e monopólios empresariais e na permanente ameaça real da inflação”³²¹.

Hayek resumiu bem o sentimento geral: “I did not anticipate that in the quarter century which had passed ... the Society ... would still be struggling against the same problems which was struggling against that time (1947)”³²².

Além da sensação de enfrentar um contexto intelectual ainda adverso, a sociedade enfrentava um dilema existencial. Em outubro de 1970, Milton Friedman, recém-eleito presidente da SMP, enviou uma circular para todos os membros, comunicando sua preocupação com o estado da organização. Ele começou considerando “os problemas da Mont Pelerin como resultado de seu sucesso”, pedindo para isso “ajuda e orientação” para definir o “futuro da sociedade”³²³. Na circular, Friedman escreveu que os encontros estavam crescendo muito, de uma forma que tornava difícil a organização, caso da última conferência, em 1968. Em Aviemore, na Escócia, o número de participantes presentes aos debates chegou a 295 participantes. Apenas dois anos depois, em Munique, na Alemanha, o número aumentaria para 330. Para o economista norte-americano, essa expansão das conferências despertava dois grandes problemas: o

³²¹ The Mont Pelerin Society Newsletter. No 1. Novembro de 1972. P. 13. Caixa 69.

³²² The Mont Pelerin Society Newsletter. Abril de 1973. Caixa 48. Pasta 4.

³²³ Circular do Presidente (autor: Milton Friedman), outubro de 1970. Citado na íntegra em Hartwell, op.cit. p. 163.

primeiro, de organização logística, impensável anos antes; e o segundo, para ele o mais grave, de efetividade dos encontros da Mont Pelerin.

Como sempre direto, Friedman continuou na circular:

para falar sem rodeios, acredito que há duas ameaças que podem minar a efetividade de nossas conferências: primeiro, (...) temo que (nossas reuniões) tenham se tornado atrações turísticas de um período de férias para os participantes, em vez de uma emocionante experiência intelectual; e, segundo, (receio) que nossas sessões tenham se tornado grandes reuniões formais, nas quais os trabalhos apresentados apenas tocam a superfície das questões importantes e as discussões têm sido discursivas e não penetrantes³²⁴.

Ele terminou sua circular solicitando sugestões para os participantes e convocando uma conferência especial para o ano de 1971 apenas com os diretores da SMP. A proposta não deu muito certo, apenas vinte participantes responderam ao pedido de ajuda de Friedman. Mas o plano de uma reunião de diretores para debater as questões mais urgentes da sociedade, vingou.

Entre os dias 5 e 9 de setembro, vinte e seis indivíduos reuniram-se no Palace Hotel, em Montreux, na Suíça, para debater o futuro da Mont Pelerin. No Encontro Especial do Conselho de Diretores, estavam presentes: J.M. Buchanan; Stanley Dennison; Herbert Frankel; Milton Friedman; Christian Gandil; J.P. Hamilius; Ralph Harris; F.A. Hayek; Henry Hazlitt; Ole Jacob Hoff; Hans Ilau; C. Iversen; Arthur Kemp; Gaston Leduc; F.A. Lutz; Fritz Machlup; Leonard Read; B.A. Rogge; Gunter Schmolders; Arthur Seldon; Arthur Shenfield; George Stigler; Max Thurn; Richard M. Ware; Nicomedes Zuloaga³²⁵.

³²⁴ Circular do Presidente (autor: Milton Friedman), outubro de 1970. Citado na íntegra em Hartwell, op.cit. p. 163.

³²⁵ Secretary's Report on 1971 Board Conference (autor: Ralph Harris). 4p. Outubro de 1971. History of the Society. Arquivo da Sociedade Mont Pelerin. Caixa 69.

Milton Friedman abriu a reunião com uma proposta polêmica: organizar o encontro do vigésimo quinto aniversário da organização, a ser realizado em 1972, e encerrar suas atividades. Nas palavras do presidente:

I opened the meeting by arguing that we take seriously the possibility of having a grand 25th anniversary meeting next year and then disbanding. Organizations have a tendency to persist after they have outlived their function. Unlike soldiers, they generally do not even fade away. Unless the Mont Pelerin Society can be revitalized and redirected to promoting its basic objectives, it seemed to me better that it end in a blaze of glory³²⁶.

A ideia era de que a reunião dos diretores definisse da forma mais detalhada e precisa a situação da sociedade e preparasse a discussão do Encontro Geral no ano seguinte³²⁷. A ideia era discutir, em primeiro lugar, se a Mont Pelerin deveria continuar suas atividades. Caso a resposta fosse positiva, o próximo passo consistia em planejar uma reformulação de longo prazo para a instituição. A proposta girava em torno de algumas questões básicas que precisavam ser resolvidas: qual o tamanho que a organização deveria ter? A sociedade deve continuar limitando o número de membros ou ampliá-lo? Como devem ser escolhidos os novos membros? Que outras formas de financiamento poderiam ser buscadas?

Desde a fundação da Mont Pelerin até 1972, 19 Encontros Gerais e 3 Regionais foram organizados. Quase todos os encontros se passaram na Europa, mas houve também nos EUA, Japão e Venezuela. De 39 membros originais, a sociedade passou a ter aproximadamente 400, de mais de vinte países diferentes. No vigésimo quinto

³²⁶ Circular do Presidente (autor: Milton Friedman), outubro de 1971 (sem dia preciso). 3p. Arquivo da Sociedade Mont Pelerin. Caixa 69.

³²⁷ HARTWELL, op.cit, 1963.

aniversário da organização, participantes de diferentes países votaram pela continuação ou pelo encerramento das suas atividades da Mont Pelerin³²⁸.

Em 1972, o Encontro Geral foi novamente na cidade de Montreux. A reunião encarada como crucial para definir o futuro da Sociedade começou como um sucesso. Pelo menos, se levarmos em conta o número de participantes. 320 pessoas estiveram presentes, um número recorde para a SMP. Para dar conta da administração de um encontro tão grande, foi contratada, pela primeira vez, uma agência de turismo, que ficou responsável por administrar o pagamento das taxas dos participantes, o agendamento com os hotéis e o transporte.

Todos os participantes receberam logo no primeiro dia de conferência uma brochura com cinco publicações, feitas por Friedman, Karl Popper, Irving Kristol, Max Hartwell e Malcolm Fisher. As sessões do encontro foram divididas segundo os seguintes temas gerais: “Teoria Econômica do Comportamento Político”, “Grande Imprensa”, “Inflação e Sindicatos” e “Relações Econômicas Internacionais”.

A única atividade, além das sessões de debate, foi a peregrinação ao Hotel du Parc, em Mont Pelerin, local da fundação da Sociedade. Em um bonito dia de sol, dez nostálgicos participantes do primeiro encontro, em 1947, caminharam até a montanha suíça. Os chamados “pais fundadores” presentes eram: Dennison, Harper, Hayek, Hazlitt, Hoff, Machlup, Popper, Read e Trevoux.

No hotel, um ritual foi preparado para celebrar o aniversário de vinte e cinco anos da instituição. Hayek, presidente de honra, recebeu uma barra de ouro e uma placa, além de uma dedicatória, assinada por todos os presentes, com os seguintes dizeres:

³²⁸ Circular do Presidente (autor: Milton Friedman), outubro de 1971. 3p. Arquivo da Sociedade Mont Pelerin. Caixa 69. Todos os documentos retirados do Encontro de Diretores e do Encontro Geral estão disponíveis nessa caixa.

Greetings. The undersigned declare their profound gratitude to the Honorary President for this outstanding courage and far-sighted wisdom in taking the initiative to found the Mont Pelerin Society twenty five years ago.

We acknowledge our continued indebtedness to him for his inspiring leadership and unique contribution to preserving and improving the free society.

Outras três pessoas foram homenageadas naqueles dias. Friedman recebeu um antigo sino suíço e uma dedicatória como a de Hayek. Os outros dois foram Mises e George Stigler, que não puderam estar presentes, e receberam telegramas agradecendo-os por suas contribuições para a sociedade.

Interessante notar que a organização que possuía quatro centenas de membros, destacou quatro: dois expoentes da Escola Austríaca e dois da corrente econômica de Chicago. Com a ausência dos representantes do ordoliberalismo alemão, as duas escolas econômicas passaram a dominar a sociedade, ao mesmo tempo que o programa liberal ficava cada vez mais identificado com suas propostas econômicas. Faz-se apenas uma ressalva: o crescimento da Escola da Virgínia (ou teoria da escolha pública) de Gordon Tullock e James Buchanan, mas que ainda não possuía o peso das outras duas³²⁹.

A reunião que começou de forma pessimista com a consideração de Friedman sobre a necessidade de se discutir a continuidade da organização, terminou com a apresentação de um programa de reformulação da Sociedade Mont Pelerin.

Em um documento intitulado “Sumário da História e Objetivos” da Sociedade Mont Pelerin, a organização atualizava seu manifesto de fundação, o que simbolizava um novo momento para a sociedade. O sumário de 1972, elaborado sob a presidência de

³²⁹ A teoria da escolha pública caracteriza-se pelo estudo do comportamento econômico dos agentes políticos e sociais. Os estudos dessa corrente econômica buscam aplicar princípios da economia de mercado para analisar a política e os serviços das empresas públicas.

Friedman, demonstra bem o fortalecimento do grupo de economistas e das correntes mais ortodoxas do liberalismo na instituição:

Os membros percebem a Sociedade Mont Pelerin como um esforço de interpretação nos termos modernos dos princípios fundamentais da sociedade econômica, como expressa pelos economistas clássicos, cientistas políticos e filósofos que inspiraram a Europa, a América e todo o mundo ocidental [grifos nossos]³³⁰.

Além do “Sumário da História e Objetivos”, um conjunto de decisões foram adotadas em um projeto de reformulação da sociedade:

- 1- Criação de um comitê de recrutamento para buscar potenciais membros para a organização;
- 2- Aumento da anuidade de \$10 para \$ 20 a partir de abril de 1973;
- 3- Organização de encontros gerais da Sociedade a cada dois ou três anos a depender da disponibilidade financeira e organizacional;
- 4- Preparação de encontros especiais ou regionais no intervalo entre os encontros gerais;
- 5- Instituição de auxílios financeiros para estimular a participação nas conferências dos membros mais jovens;
- 6- Estabelecimento de uma sessão chamada “Mont Pelerin Lecture” em todos os encontros gerais, a ser ministrada pelo presidente da instituição e sujeita à publicação;
- 7- Centralização das decisões no Conselho de Diretores com a definição de que todos os “programas, participantes e financiamentos dos encontros especiais e regionais deveriam passar pela aprovação dele”;
- 8- Criação de um Conselho Executivo para planejar a programação dos encontros gerais³³¹.

³³⁰ The Mont Pelerin Society Newsletter. No 1. Novembro de 1972. Arquivo da Sociedade Mont Pelerin. Caixa 69.

³³¹ Antes restrito ao presidente e a alguns conselheiros, a organização dos programas das conferências seria designada a um grupo escolhido a cada encontro. A primeira vez foi em Montreux, na qual George Stigler, expoente da Escola de Chicago, assumiu a presidência do conselho.

Destacamos dois aspectos fundamentais dessas decisões que marcaram um novo momento da Mont Pelerin. Em primeiro lugar, o crescimento do interesse pela ampliação e renovação da sociedade através do recrutamento de novos membros, especialmente indivíduos mais jovens. O debate sobre a expansão ou não da Mont Pelerin foi tema recorrente nas conferências desde sua fundação. Mesmo com o rápido crescimento no número de membros, houve sempre um rígido controle, feito pelo presidente e pelos diretores, sobre quem deveria ingressar na organização. Neste momento, no entanto, decidiu-se por uma abertura maior da instituição a novos membros, ainda que preservando certo controle, o que resultou em uma descentralização de algumas decisões e funções.

Apesar de, nas palavras de Friedman, a “ampliação do número de participantes possuir vantagens e desvantagens”, era hora de renovar a organização. De acordo com o economista, seria necessário evitar uma expansão desenfreada e sem controle, preservando, assim, algum limite ao ingresso anual de novos membros. Dito isso, Friedman continuou advogando a ampliação da sociedade, observando a vantagem de aumentar o número de participantes mais jovens, uma vez que “(uma de nossas) fraquezas era que o número de membros jovens – digamos abaixo de 40 anos – está em absoluta minoria”. Para finalizar, alertou “devemos procurar energeticamente novos integrantes nessa faixa etária”³³².

Com a proposta de seleção aprovada, constituiu-se uma Comissão de Associação, presidida pelo intelectual da Escola da Virgínia James Buchanan, e composta por outras seis pessoas: Stanley Dennison, Chiaki Nishiyama, Benjamin Rogge, Gilbert Tixier, Edward West e Nicomedes Zuloaga. O novo processo de triagem

³³² The Mont Pelerin Society Newsletter. No 1. Novembro de 1972. Arquivo da Sociedade Mont Pelerin. Caixa 69.

de novos integrantes não ficava mais sob o controle exclusivo do presidente e dos diretores. A partir de agora, todos os indicados à sociedade passariam pela nova comissão, que aprovaria ou não o nome, remetendo a decisão final sobre o ingresso à Comissão de Diretores. A ideia, embutida na proposta, era que dada a nova conjuntura de crescimento da organização, as decisões de recrutamento e seleção de novos membros se tornassem descentralizadas, não sendo mais atribuição exclusiva do presidente ou dos diretores. Efeito disso é que apenas nesta conferência, 17 novos membros juntaram-se à organização³³³.

É relevante apontar que a Comissão de Associação se junta ao novo Conselho Executivo (última decisão apontada do Encontro) como mais uma medida de descentralização da sociedade. Com o crescimento acelerado da instituição, percebeu-se a necessidade de romper com a centralização de funções nas mãos do presidente e dos diretores. O Conselho Executivo com função de planejar a programação dos encontros gerais, cada vez maiores e mais dispendiosos, era uma forma de lidar com o problema da grandiosidade das conferências da Mont Pelerin, apontada por Friedman na reunião anterior.

O segundo aspecto a ser destacado deste processo de reformulação é a nova posição da organização, que abandona seu caráter predominantemente privado, assumindo uma função cada vez mais pública, de intervenção no debate político. A personalidade do presidente Milton Friedman, um dos intelectuais mais influentes e midiáticos da segunda metade do século XX, contribuiu para essa nova orientação da SMP. E, a partir dessa nova orientação, uma série de medidas foram adotadas em

³³³ Idem.

“busca de novas e variadas fontes de financiamento da organização, com o objetivo de patrocinar as seguintes atividades”³³⁴:

- 1- Organizar e disponibilizar uma revista especial ou comunicado com informações sobre publicações, compromissos, viagens e outras atividades dos integrantes;
- 2- Elaborar e providenciar para os membros e outras pessoas interessadas uma publicação - a ser disponibilizada em inglês, francês, alemão, espanhol e japonês - com a formação, os objetivos e uma breve história da Sociedade Mont Pelerin.
- 3- Preparar um volume para celebrar o 25^o aniversário da Sociedade, incorporando um registro permanente com todos os encontros desde 1947, listando os trabalhos, autores e qualquer outro tipo de informação vista como apropriada (e disponível)³³⁵.

Feito isto, uma comissão foi designada para levantar os recursos financeiros necessários para arcar com o novo trabalho de promoção das atividades da Sociedade. Motivo de atritos durante as duas primeiras décadas da SMP, quando a decisão final sempre foi a de não publicar as apresentações e trabalhos dos participantes nos encontros, agora a organização decidia investir na promoção de suas atividades.

O surgimento da revista *Mont Pelerin Society Newsletter* foi o primeiro produto desta nova orientação. A ideia da revista era divulgar as publicações, encontros e atividades realizadas pelos membros da sociedade. Embora a revista mantivesse um caráter privado, com distribuição apenas para os membros da sociedade, a justificativa para sua criação pela intenção de realizar uma intervenção no debate público. Em seu primeiro número, a publicação se apresentava da seguinte forma: “A revista se tornará um importante elemento de informação internacional (...) em defesa de uma sociedade livre, que se encontra em um perigo maior agora do que quando a SMP foi fundada”³³⁶.

³³⁴ Idem.

³³⁵ Secretary’s Report on 1971 Board Conference (autor: Ralph Harris). 4p. Outubro de 1971. History of the Society. Arquivo da Sociedade Mont Pelerin. Caixa 69.

³³⁶ The Mont Pelerin Society Newsletter. No 1. Novembro de 1972. Caixa 69.

Novamente, o sentimento de o contexto do início da década de 1970 continua a ser tão – ou mais desfavorável – do que a atmosfera do pós-guerra, que Hayek descreveu como “um mundo marchando para a servidão”.

A maré está virando

A década de 1970, principalmente em seus últimos anos, foi marcada também por uma virada na situação financeira da sociedade. A partir dessa década, a instituição passou a contar com um orçamento muito maior, o que a levou a promover encontros de dimensões e padrões impensáveis para os períodos anteriores. Se na década anterior, a SMP iniciou uma expansão, ainda tímida, para a América Latina, Ásia e África, uma internacionalização maior só seria possível após solucionar os persistentes problemas financeiros da sociedade.

Três fatores contribuíram para melhorar a situação financeira da sociedade: i) o contexto de ascensão das ideias do liberalismo econômico e de crise do keynesianismo, nos anos 1970, e do socialismo, na década seguinte; ii) o reconhecimento internacional obtido pelos intelectuais da instituição, com destaque para a conquista de seguidos prêmios acadêmicos, como o Nobel de Economia; iii) a nova administração da Mont Pelerin, a partir dos anos 1978-1979, com Max Thurn e Edwin Feulner. Esses fatores aconteceram quase que simultaneamente e não podem ser analisados de maneira isolada. A conjuntura de crise econômica e de estagflação e a ausência de propostas do keynesianismo contribuiu para o fortalecimento do discurso liberal. Consequentemente, promoveu os principais teóricos do liberalismo. Da mesma forma, esse contexto favorável tornou mais fácil para a sociedade atrair patrocinadores que contribuíram para o desenvolvimento de atividades e pesquisas relacionadas à defesa do livre mercado.

No entanto, a melhora da situação financeira da Mont Pelerin não ocorreu do dia para a noite. Antes do momento de bonança, a organização mergulhou em mais uma crise.

Essa crise ocorreu logo após o Encontro de Montreux e demonstrou que se a conferência havia solucionado problemas, a questão financeira não foi uma delas. As decisões de 1972 de dobrar o valor da anuidade dos membros e de buscar novas fontes de financiamento resultaram em um crescimento da arrecadação, mas insuficiente para os novos planos da sociedade. Dois fatores contribuíram para agravar a situação financeira da instituição: o primeiro, a realização de encontros cada vez maiores e mais dispendiosos; e o segundo, resultado da conferência geral de 1972, a criação do cargo de assistente do secretário-geral e da revista *Mont Pelerin Newsletter*, duas despesas substanciais para o cofre já combalido da organização.

Analisando a arrecadação da Mont Pelerin a partir do encontro de 1972, observamos um crescimento da arrecadação por conta da elevação do valor das anuidades. Mas esse aumento das receitas não fez frente ao crescimento muito maior das despesas no período. Em números, entre os anos de 1976 e 1979, com o acréscimo no valor da anuidade, a arrecadação cresceu para \$9.000 (pouco mais de \$36.000 atuais), mas a revista e o salário de assistente custavam mais de \$8.000 (\$32.000 atuais). Isso somado a outras despesas, como as relacionadas à administração do secretariado e à tesouraria (respectivamente, \$4.000 e \$500; correspondendo, no total, atualmente a \$18.000), colocava as contas da sociedade no vermelho.

Uma série de correspondências trocadas pelo novo assistente, Jean-Pierre Hamilius, os secretários-gerais Ralph Harris (1967-1976) e Max Thurn (1976-1988) e o tesoureiro Arthur Kemp (1969-1979) descritas por Hartwell dão a dimensão da crise. Desiludido, o novo assistente do secretário-geral escreveu para Kemp: “nossos sonhos, esperanças e planos de Montreux” de aumentar as finanças da Sociedade, tornando-a

capaz de cobrir os custos dos grandes encontros e das novas iniciativas (o cargo de assistente e a revista) “não se materializaram”³³⁷.

As conferências gerais e regionais da Mont Pelerin contribuíam bastante para os déficits anuais. Os Encontros Gerais de Bruxelas, em 1974, e St. Andrews, em 1976, por exemplo, causaram rombos enormes nos cofres da instituição. Na conferência da Bélgica, ainda que com o patrocínio de empresários do país, o saldo final foi um prejuízo de \$3.200 (aproximadamente \$16 mil em valores atuais). No encontro seguinte, mesmo com o apoio generoso do think tank norte-americano *Earhart Foundation*, que contribuiu com \$15 mil (aproximadamente \$65 mil em valores atuais), o prejuízo foi ainda maior.

Diante do problema financeiro, o tesoureiro Arthur Kemp escreveu para o assistente do secretário-geral afirmando que “devemos pensar seriamente na necessidade de uma redução substancial dos gastos da Sociedade”³³⁸. Em resposta, Harris frisou que já esperava “um grande prejuízo do Encontro Geral de St. Andrews (Escócia, em 1976)”. A questão não era, portanto, o aparecimento de novas despesas, mas o fato de simplesmente a conta não fechar.

O encontro na Escócia, no ano de 1976, foi o maior já realizado pela Sociedade. A decisão de organizar uma conferência tão grande e que causou um prejuízo financeiro tão elevado devia-se ao desejo de se organizar uma grande homenagem ao bicentenário de “A Riqueza das Nações”. Não por acaso ocorreu na terra natal de Adam Smith.

Mas se o encontro na Escócia serviu para celebrar um marco para a tradição liberal, teve também um impacto na organização. O secretário-geral Ralph Harris, após

³³⁷ Carta de Hamilius para Kemp, 28 de novembro de 1976. Todas as correspondências estão em HARTWELL, p. 173-185.

³³⁸ Carta de Kemp para Hamilius, 9 de abril de 1976.

comunicar, em circular para os diretores, que não sabia como resolver o problema financeiro da Mont Pelerin, anuncia a renúncia, após nove anos, ao cargo de secretário-geral³³⁹. No final do evento, foram escolhidos o norte-americano George Stigler para presidente no mandato 1976-1978 e Max Thurn para o cargo de secretário-geral³⁴⁰.

A chegada de Thurn não resolveu imediatamente os problemas. As despesas com a revista *Mont Pelerin Newsletter* e com o cargo remunerado de assistente do secretário-geral continuaram sendo muito elevadas para o cofre da organização. Para resolver isso, primeiro, reduziu-se o número de publicações por ano. Inicialmente, Hamilius propôs “limitar o número de edições da revista de três para duas por ano”³⁴¹. Depois, com o agravamento da situação financeira, defendeu que a publicação se reduzisse a uma por ano.

Com uma despesa menor com a revista, o problema passou a ser o cargo de assistente do secretário-geral. Criado no encontro de Montreux, com o objetivo de profissionalizar a administração e organizar a revista *Mont Pelerin Newsletter*, a nova função gerou muitos problemas, quase todos motivados pelo fato de esse ser o único cargo remunerado da organização.

O novo posto foi justificado na conferência, em 1971, pela necessidade de auxiliar o secretário-geral - que graças ao crescimento da Sociedade passou a ter atribuições muito maiores - e administrar a nova revista. No entanto, podemos cogitar mais um motivo para o surgimento do novo cargo: uma tentativa de reequilibrar a relação de poder entre americanos e europeus na sociedade. Desde o início dos anos 1960, com a saída dos ordoliberais e o aumento da presença norte-americana - seja com

³³⁹ Circular de Harris para os diretores. 21 de agosto de 1976.

³⁴⁰ Após a saída de Hayek, decidiu-se que o mandato do presidente da Mont Pelerin seria de dois anos. Para os demais cargos, secretário-geral, tesoureiro e diretores, não havia um período determinado.

³⁴¹ Carta de Hamilius para Kemp, 17 de abril de 1976.

os austríacos emigrados para os Estados Unidos, como Hayek, Mises, Hazlitt e Machlup, seja com os representantes da Escola de Chicago ou da Virgínia – os americanos conquistaram uma certa hegemonia na sociedade. Em uma carta de Kemp para Hamilius, o tesoureiro deu uma justificativa para a criação do cargo que corrobora nossa tese. Ao dizer que o “cargo foi criado tendo Hamilius em mente” (Hamilius nasceu em Luxemburgo), Kemp afirmou que a nova função foi uma forma de tentar “diminuir o sentimento entre os europeus” de que a Sociedade estava se concentrando demasiadamente nos americanos³⁴².

No entanto, a Sociedade não possuía condições de arcar com a nova despesa, o que produzia insatisfações do próprio Hamilius e de muitos outros membros. Em novembro de 1976, Hamilius escreveu para Kemp reclamando que trabalhava muito mais do que recebia e que seu “trabalho demandava mais e mais tempo dele”. Ao que emendou: “Idealismo é uma coisa. Ser conhecido ou apresentado como o único membro pago da SMP é outra coisa. Minha autoestima após muitas horas de trabalho (...) é outra coisa também”³⁴³. Se Hamilius escreveu para o tesoureiro esperando uma solução, encontrou apenas mais uma pessoa insatisfeita. Kemp respondeu que sentia também uma grande pressão na Sociedade e que “a cada duas semanas” tinha “vontade de mandar tudo para o inferno e renunciar”. E em suas palavras, apenas “a devoção à Sociedade justificava que continuasse em um trabalho desgastante, não remunerado e pouco reconhecido”³⁴⁴. Sua insatisfação também era pelo que percebia como falta de reconhecimento dos demais membros. Ambos sofriam – junto com M. Thurn então secretário-geral – com os problemas financeiros. E, pior, não sabiam como resolver.

³⁴² Carta de Kemp para Hamilius, 14 de novembro de 1976.

³⁴³ Carta de Hamilius para Kemp, 4 de novembro de 1976.

³⁴⁴ Carta de Kemp para Hamilius, 14 de novembro de 1976.

Como resultado da crise financeira o cargo remunerado de assistente do secretário-geral foi abolido³⁴⁵. Com a saída de Hamilius, Kemp renunciou, levando à escolha de um novo tesoureiro. Quando as coisas pareciam que não iam se resolver, a situação financeira da organização começa a mudar. A transformação da condição financeira da Mont Pelerin foi resultado da redução das despesas com o fim do cargo de assistente e a interrupção da revista, mas foi fruto principalmente do aparecimento de uma nova administração com Edwin Feulner como tesoureiro.

Edwin Feulner assumiu o cargo de tesoureiro da Mont Pelerin com a credencial de presidente da Heritage Foundation. A organização era vista como um exemplo de sucesso entre os think tanks norte-americanos. Fundada em 1973 por Feulner, Paul Weyrich e o magnata da indústria de cerveja, Joseph Coors, a Heritage Foundation teve um crescimento vertiginoso, tornando-se, com menos de uma década de existência, um dos maiores think tanks do país. Em 1977, a Heritage Foundation já ocupava três prédios em Washington, contando com 250 profissionais e mais de \$80 milhões anuais de orçamento³⁴⁶.

Edwin Feulner participava da Mont Pelerin desde os anos 1960. Em meados da década seguinte, ele começou a ter seu nome ventilado para o cargo de tesoureiro como solução para profissionalizar a gestão financeira da instituição, além de ajudar a atrair novos patrocinadores.

Desta forma, com a saída de A. Kemp e em um período no qual as finanças da SMP ainda eram modestas e passavam por constantes crises, a figura do presidente do rico think tank norte-americano despontou para assumir o cargo estratégico. Feulner já

³⁴⁵ O único cargo remunerado da organização durou pouco tempo. Começou e acabou com Hamilius, que nomeado, em 1972, abdicou cinco anos mais tarde.

³⁴⁶ Aproximadamente \$320 milhões em valores atuais

era diretor da Mont Pelerin e vinha assumindo funções crescentes, como quando foi convidado a organizar o encontro de Hong Kong, em 1978.

O sucesso da conferência foi fundamental para sedimentar seu nome para assumir o cargo de tesoureiro no ano seguinte. Para isso, contribuiu bastante sua atuação exitosa na captação de patrocinadores para financiar o encontro. O planejamento de arrecadação de Feulner chegou a ser descrito em memorando do início de 1978, como um modelo para a organização de futuras conferências. De acordo com ele, 5 passos seriam adotados para viabilizar o encontro: primeiro passo, conseguir da fundação A entre \$25.000 e \$30.000; segundo passo, obter da fundação B \$10.000 para patrocínio; terceiro, aproximar-se das fundações C e D para obter de \$25.000 a \$50.000; quarto passo, conseguir com outras quatro fundações E, F, G e H \$10.000 para custear as viagens dos participantes; por último, conseguir com alguns indivíduos – estimativa de doze – e outras fundações recursos menores, em média \$5.000. Por ser um memorando de planejamento orçamentário, há duas lacunas para a nossa análise. Primeiro, o documento não diz quanto foi obtido de fato ao final. Ainda assim, é interessante notar a grandiosidade das cifras estipuladas. No total, a estimativa do novo tesoureiro era recolher aproximadamente \$240 mil (aproximadamente 700 mil reais em valores atuais!), uma quantia impensável para aqueles anos. Não sabemos se ele chegou a arrecadar esse valor, ou se chegou perto, mas temos a informação de que o congresso asiático foi considerado um sucesso financeiro, sendo o primeiro em muito anos a não dar prejuízo. A segunda lacuna é a falta de informação sobre os financiadores do encontro.

De toda forma, o primeiro Encontro Geral realizado fora da Europa e dos Estados Unidos foi considerado um sucesso de organização. Mesmo acontecendo em

uma cidade distante como Hong Kong, estiveram presentes o número recorde de 333 pessoas, sendo 102 membros e 231 convidados.

Os temas e debates do encontro dão uma dimensão de que no final da década de 1970 ainda não havia uma percepção clara do fortalecimento das ideias do liberalismo econômico, embora inegavelmente estudiosos da Mont Pelerin desfrutassem de mais prestígio. Em sua conferência de abertura em Hong Kong, por exemplo, intitulada “Why the socialists have been winning” (“Porque os socialistas estão vencendo”), Stigler concluiu que estava em curso um processo de crescimento da atuação do governo em uma série de países. Todavia, a análise do presidente da Mont Pelerin não era consensual. Podemos dizer que o evento foi marcado pela divisão entre os participantes que acreditavam, como Stigler, em uma tendência de fortalecimento do Estado, e os que defendiam que havia uma mudança em curso, marcada por um processo de retração das funções estatais e avanço do livre-mercado. Este foi o debate da mesa (“Is the tide turning?” (“a maré está virando?”)), um dos seis temas de debate do congresso.

A expansão da Sociedade

O encontro de 1978 entrou para a história oficial da Mont Pelerin como um marco inicial de um novo tempo para a instituição. No entanto, a análise do planejamento da conferência nos mostra que esse processo não foi tão simples e consensual. Pelo contrário, foi marcado por uma forte contestação à hegemonia crescente dos norte-americanos.

Como vimos, desde a saída dos ordoliberalis alemães, os grupos norte-americanos ganharam força na organização, o que provocou resistência de

representantes de outros países. A organização do primeiro Encontro Geral na Ásia, em 1978, é um bom exemplo.

Havia muita expectativa para esse encontro. A expansão da organização para o continente asiático era recente. Apenas uma década antes, no Encontro Regional de Tóquio, em 1966, o primeiro grupo de intelectuais e empresários japoneses haviam selado seu ingresso na Mont Pelerin. E é esse grupo japonês que entrou em choque com os membros norte-americanos, capitaneados por E. Feulner, por causa da organização da conferência, principalmente da escolha da sede.

O que era para ser um encontro para celebrar o sucesso da sociedade tornou-se uma dor de cabeça. A celebração do crescimento e da expansão deu lugar aos questionamentos sobre algumas decisões tomadas pelo grupo norte-americano. Essas divergências provocaram a maior crise desde a cisão dos ordoliberais, e novamente quase levou à saída de parte dos integrantes da organização, caso dos japoneses.

Os atritos começaram dois anos antes quando os diretores norte-americanos, presentes no Encontro Regional de Hillsdale, nos Estados Unidos, começaram a planejar o primeiro Encontro Geral na Ásia. Em uma conferência dominada pelos representantes americanos e com pequena participação de europeus e asiáticos, as decisões adotadas sobre a reunião seguinte não foram bem aceitas pelos integrantes que não estavam presentes. A resolução mais contestada foi o local do futuro encontro: Taiwan.

O problema era que, até os anos 1970/1980, os encontros regionais eram acompanhados em grande parte pelos membros locais da Mont Pelerin, caso da conferência em Hillsdale, dominada pelos norte-americanos. A decisão de organizar um

encontro na Ásia em uma reunião como essa frustrou muitos participantes do continente escolhido, principalmente os japoneses.

De acordo com Hartwell, o encontro de Taipé começou a ser arquitetado por Feulner com alguns chineses³⁴⁷ importantes de Washington. O próprio Feulner, em carta para o secretário-geral R. Harris, já havia apontado um problema da decisão: a escolha do local foi feita apesar do pequeno contingente de taiwaneses na Mont Pelerin.³⁴⁸

Mas, a principal dificuldade e que ele não esperava foi a forte oposição dos japoneses a “um encontro planejado sem consulta-los”,³⁴⁹. Em uma carta endereçada a todos os diretores, o presidente da Earhart Foundation, Richard A. Ware, recém-chegado a Mont Pelerin, escreveu que “os japoneses não queriam participar do encontro pois consideravam (a escolha do local) um constrangimento”. E, para ele, isso criava um impasse problemático, já que concluiu “nossos membros japoneses têm sido muito ativos e leais para serem colocados em uma posição tão difícil”³⁵⁰.

Chiaki Nishiyama, ex-aluno de Hayek e pesquisador da Earhart Foundation nos anos 1960, escreveu para Feulner, em carta encaminhada a todos os membros, para reclamar da ausência de consulta e de voz dos representantes japoneses. O futuro presidente da Mont Pelerin, no momento o único representante da Ásia no Conselho de Diretores, foi bastante enfático:

Frankly speaking, your letter has embarrassed me a lot (...) Moreover, as a member of the Board of Directors of the Society, and for that matter, as its Asian member, I must say that I am rather amused with the news that the planning for the Asian regional meeting of the Society was initiated by the Americans without our knowledge and

³⁴⁷ Hartwell escreve “chinese ‘residents’ em Washington”, o que não deixa claro se são chineses da Grande China ou taiwaneses, que saíram da China após a revolução comunista.

³⁴⁸ HARTWELL, op.cit, p. 173.

³⁴⁹ Correspondência de Ware para Harris, em 24 de novembro de 1975. Citado em HARTWELL, op.cit, p. 174.

³⁵⁰ Correspondência de Ware para Harris, em 24 de novembro de 1975. Citado em HARTWELL, op.cit, p. 174.

has already been put into its execution. I have not been informed of anything at all about this by any member of the Executive Committee or of the Board of Directors, which I believe have the authority on such a matter³⁵¹.

A seguir, Chiaki Nishiyama sugeriu Tóquio como sede do Encontro Geral na Ásia em 1977, sugerindo que os taiwaneses poderiam ajudar financeiramente e na organização.

O desentendimento continuou por mais alguns meses, com intensas trocas de correspondências entre os diretores, se encerrando apenas em fevereiro de 1976 com a circular do secretário-geral para todos os diretores. Ralph Harris começou o comunicado destacando que a crise foi evitada. Em suas palavras, “after all the powerful letters which have been flying back and forth, I am glad to report briefly that the prospect of a clash over the proposed meeting in Formosa has been averted”³⁵². Na circular, ele explicou ainda que em conversa com os (norte-americanos) E. Feulner e Robert Schuettinger foi explicado que “Taiwan havia sido apenas uma das possibilidades cogitadas”. Como solução, decidiu-se por Hong Kong como local do Encontro Geral, tendo como o principal organizador o japonês Chiaki Nishiyama.

Portanto, as disputas em torno da escolha da sede do encontro asiático nos revelam dois pontos importantes. Primeiro fator é que a hegemonia dos grupos norte-americanos não ocorreu sem contestações. E, segundo, que a expansão dos anos 1970 e 1980 mudou a Sociedade Mont Pelerin.

Essa mudança da sociedade pode ser vista no fortalecimento da participação dos representantes asiáticos e latino-americanos. Se nos anos 1950 e 1960 suas presenças permanecem marginais, a partir das décadas de 1970 e 1980 passam a assumir funções de destaque, como foi o caso da organização do encontro geral de 1978.

³⁵¹ HARTWELL, op.cit. p. 175.

³⁵² Idem.

Desde a fundação da Mont Pelerin, como vimos no segundo capítulo, havia uma divisão não-declarada de poderes entre europeus e norte-americanos: os primeiros comandariam o secretariado-geral e os segundos a tesouraria, uma vez que a organização tinha sido registrada nos Estados Unidos e, por isso, seus encargos tributários eram devidos às autoridades locais (Anexo 8). Enquanto isso, a presidência da sociedade poderia ser ocupada por pessoas de qualquer nacionalidade. No entanto, apenas no final dos anos 1970 o presidente não veio da Europa ou Estados Unidos. Esse dado é bastante emblemático, pois diferentemente do secretariado-geral e da tesouraria, que não possuem um mandato determinado, a presidência é exercida por um período de dois anos (decisão tomada após a saída de Hayek, que ficou treze anos na presidência). Ou seja, entre o ano de 1960 e a eleição do guatemalteco Manuel Ayau, a Mont Pelerin teve nove presidentes, nenhum de fora do eixo Estados Unidos e Europa. Esse quadro mudou – mas pouco - a partir deste período. Entre 1980 e 2018, 19 presidentes foram escolhidos, mas apenas três não eram europeus ou americanos: um japonês, um uruguaio e um australiano.³⁵³ Portanto, a expansão para outros continentes não pode ser negada, mas a sociedade permaneceu sendo hegemônica pelos americanos e europeus.

Se a mudança em direção a outras regiões fora da Europa e Estados Unidos pode ser relativizada, o crescimento numérico e financeiro da Mont Pelerin, nos anos 1980, é

³⁵³ Depois de Hayek (1947-1960), foram presidentes da Sociedade Mont Pelerin: Wilhelm Röpke (Alemanha - 1960-1961); John Jewkes (Grã-Bretanha - 1962-1964); Friedrich Lutz (Alemanha - 1964-1967); Bruno Leoni (Itália - 1967); Günter Schmolders (Alemanha - 1968-1970); Milton Friedman (Estados Unidos - 1970-1972); Arthur Shenfield (Grã-Bretanha - 1972-1974); Gaston Leduc (França - 1974-1976); George Stigler (Estados Unidos - 1976-1978); Manuel Ayau (Guatemala - 1978-1980); Chiaki Nishiyama (Japão - 1980-1982); Ralph Harris (Grã-Bretanha - 1982-1984); James M. Buchanan (Estados Unidos - 1984-1986); Herbert Giersch (Alemanha - 1986-1988); Antonio Martino (Itália - 1988-1990); Gary Becker (Estados Unidos - 1990-1992); R.Max. Hartwell (Estados Unidos - 1992-1994); Pascal Salin (França - 1994-96); Edwin J. Feulner (Estados Unidos - 1996-1998); Ramon P. Diaz (Uruguai - 1998-2000); Christian Watrin (Alemanha - 2000-2002); Leonard P.iggio (Estados Unidos - 2002-2004); Victoria Curzon-Price (Suíça - 2004-2006); Greg Lindsay (Austrália - 2006-2008); Deepak Lal (Estados Unidos - 2008-2010); Kenneth Minogue (Grã-Bretanha - 2010-2012); Allen H. Meltzer (Estados Unidos - 2012-2014); Pedro Schwartz Girón (Espanha - 2014-2016); Peter J. Boettke (Estados Unidos - 2016-2018). Fica evidente aqui a grande presença de presidentes norte-americanos.

inegável. E mais uma vez precisamos voltar à figura de E. Feulner e sua ascensão ao cargo de tesoureiro que, ao lado do secretário-geral M. Thurn, representou um novo momento na história da organização, quando o orçamento aumentou exponencialmente e os anos de escassez ficaram para trás.

Feulner é considerado um dos empresários mais engajados na promoção das ideias do liberalismo econômico no último quartel do século XX. À frente da Heritage Foundation, contribuiu para a vitória dos republicanos em 1980 e para o governo de Ronald Reagan. Por seu engajamento, foi premiado pelo então presidente Ronald Reagan, em 1989, com o *Presidential Citizens Medal*, considerada a segunda maior homenagem a um civil nos Estados Unidos. Na dedicatória, Reagan leu a justificativa para conceder a honraria ao tesoureiro da SMP, homenageado por seu papel como “líder do movimento conservador norte-americano”. Fazendo alusão ao livro de Richard Weaver, “Ideas Have Consequences”, libelo do liberalismo econômico, Reagan afirmou que Feulner é uma liderança de destaque que ao “construir uma organização dedicada às ideias e suas consequências, ajudou a moldar as políticas de nosso governo” e, dessa forma, tornou-se uma “voz da razão e dos valores a serviço desse país e à causa da liberdade em todo o mundo”³⁵⁴. Incansável, nos anos 1990, Feulner tornou-se também presidente da Sociedade Mont Pelerin. Ele passou a conciliar o cargo com a presidência de outro think tank, o *The Philadelphia Society*. A organização norte-americana, fundada em 1964, tinha em seus quadros, assim como a Heritage Foundation, muitos indivíduos da Sociedade Mont Pelerin, entre eles Hayek, Friedman, Coase e Hazlitt.

No cargo de tesoureiro – e, posteriormente, presidente - Edwin Feulner, graças à rede de relações pessoais e profissionais estabelecida como chefe da Heritage

³⁵⁴ No original: “By building an organization dedicated to ideas and their consequences, he has helped to shape the policy of our Government. His has been a voice of reason and values in service to his country and the cause of freedom around the world”Disponível em <http://www.heritage.org/staff/edwin-feulner>. Acessado em 25/03/2017 às 8h05.

Foundation, mudou a feição da Sociedade Mont Pelerin, tornando-a uma organização mais próxima do mundo político. Podemos dizer ainda que, ao lado de Hayek e Milton Friedman, Feulner foi um dos principais responsáveis pelo crescimento e fortalecimento da Mont Pelerin na década de 1980.



Foto: Aniversário de Dez Anos da Heritage Foundation. No fundo: à esquerda, Edward Feulner, à direita, o então presidente Ronald Reagan. Na parte de baixo: o casal Rose e Milton Friedman³⁵⁵.

No site *The Daily Signal*, publicação da Heritage Foundation, a legenda da foto diz “Free-market economics meets free-market policies at The Heritage Foundation’s Tenth Anniversary dinner in 1983”. Não podia ser mais claro.

³⁵⁵ The Daily Signal: <http://dailysignal.com/2013/07/31/milton-friedman-at-101-we-need-his-ideas-now-more-than-ever/> Acessado em 26 de março de 2017 às 20h13.



Legenda: Hayek, presidente honorário da Sociedade Mont Pelerin, e Edwin Feulner, tesoureiro, visitam Ronald Reagan na Casa Branca³⁵⁶.

A organização que emerge nos anos 1980 é, portanto, bem diferente da Mont Pelerin acadêmica, intimista, das duas primeiras décadas. Com um número maior de associados e encontros grandiosos, a sociedade ingressava em um novo período. Nas palavras de Hartweel, a Mont Pelerin passou a “receber uma atenção da imprensa e do público em geral que nunca foi buscada ou desejada”. Difícil concordar com o ex-presidente da Mont Pelerin. Como vimos, desde a presidência do midiático Milton Friedman, a organização abandonou sua posição mais reservada, passando a investir na divulgação de suas atividades, que passam a aparecer mais na imprensa, e na atração de novos membros.

De qualquer forma, um sentimento de euforia e otimismo passou a dominar os participantes da Mont Pelerin a partir do final dos anos 1970, consolidando-se na década seguinte. A organização que surgiu com 39 indivíduos no topo de uma fria montanha suíça evoluiu 488 em 1989.³⁵⁷ É nesta nova atmosfera que um grupo de brasileiros ingressou na organização.

³⁵⁶ Foto: Casa Branca. Publicada em The Mont Pelerin Society Newsletter. Junho de 1985. P. 35. Arquivo da Sociedade Mont Pelerin. Caixa 163.

³⁵⁷ Esse crescimento foi gradual: em 1964, eram 249 membros, e em 1982, eram 420. Atualmente, a Sociedade Mont Pelerin conta com mais de mil integrantes.

CAPÍTULO: 5 - OS BRASILEIROS ENTRAM EM CENA

A partir do final dos anos 1970, diferentes grupos brasileiros aproximaram-se da Sociedade Mont Pelerin, de seus participantes ou dos think tanks associados a ela. Em um primeiro momento, aproximaram-se principalmente de Antony Fisher e seu *Institute of Economic Affairs*.

A figura de Anthony Fisher

O empresário britânico é considerado o mais bem-sucedido organizador de think tanks da rede da Mont Pelerin. A história de Anthony Fisher costuma ser narrada como um exemplo de sucesso de promoção do liberalismo econômico e de fundação de institutos ligados à causa³⁵⁸. Desde seu encontro com Hayek, em meados dos anos 1940, quando foi orientado pelo intelectual a fundar um think tank para promover as ideias em que acreditava, Fisher construiu um exército de instituições liberais. A primeira delas, o *Institute of Economic Affairs*, na Grã-Bretanha, em 1955. Duas décadas depois, vieram *Fraser Institute* (Vancouver - 1974), *I.C.E.P.S* (Nova Iorque - 1977), *The Pacific Research Institute* (São Francisco - 1979), *Atlas Network* (Washington - 1981) entre outros.

Na virada dos anos 1970 para a década de 1980, as atividades de Fisher e do *Institute of Economic Affairs* ampliam-se, reflexo da onda liberal que ganhava força.

³⁵⁸ Ver: Goodman, John; Marotz-baden, Ramona (ed.). *Fighting the War of Ideas in Latin America*. Dallas, Texas: Foundation for Research on Economics and the Environment, 1990. Blundell, John. "Introduction: Hayek, Fisher and The Road to Serfdom" In *The Road to Serfdom. Reader's Digest*. Londres: The Institute of Economic Affairs, 1999.

Cartas trocadas com um empresário suíço não identificado mostram bem os movimentos do britânico em busca de recursos e em apoio à fundação de novos think tanks. Em uma das correspondências, em dezembro de 1980, Fisher descreveu para o potencial patrocinador suíço o contexto favorável para a criação de institutos a favor da divulgação das ideias do livre mercado. Para Fisher, era o momento de buscar auxílio de representantes de diferentes países, inclusive daqueles que antes não estavam no radar da propaganda liberal. Ainda que se considere a carta como um pedido de ajuda financeira por parte de Fisher, é interessante observar os planos por ele traçados naquele momento. Sua rede então abarcava onze institutos ao todo, mas planejava aumentar significativamente nos próximos anos. Narrando contatos com, em suas palavras, “pessoas ricas de diferentes países”, interessadas em colaborar com a fundação de think tanks como o IEA, Fisher estima em doze o número de organizações que surgiriam apenas no ano seguinte. Esse número por si só já é significativo pois indicava a duplicação da rede organizada por ele. Mas sobretudo representava a expansão de sua rede, com contatos para o surgimento de institutos para além do eixo Grão-Bretanha - América do Norte, atingindo países como México, África do Sul, Espanha e França³⁵⁹.

O sucesso de Fisher devia-se a sua capacidade de arrecadação de recursos para investir nas organizações promotoras do livre-mercado, principalmente através do financiamento coletivo. Nos dias de hoje, a ideia de financiamento coletivo consolidou-se como uma forma inovadora e alternativa de arrecadação de dinheiro. Ganhou até um nome: *crowdfunding*³⁶⁰. No entanto, essa modalidade de negócio ou investimentos é

³⁵⁹ Carta de Antony Fisher para R. Wasserman, em 2 de dezembro de 1980. Arquivo do Institute of Economic Affairs. Caixas 291-292. Pasta Antony Fisher.

³⁶⁰ O chamado *crowdfunding* é uma modalidade de negócio ou investimentos que se popularizou, nos últimos anos, como uma saída para a crise econômica e a ausência de crédito. A prática permite que pessoas com uma ideia e sem dinheiro consiga captar por inúmeras mãos o recurso necessário para seu projeto. Sucesso em todo o mundo o financiamento coletivo permite que empreendedores vendam sua ideia para determinado público que investe quantias diferentes em troca de participação ou outros bens, prêmios, gratificações. Vendido como uma novidade do capitalismo do século XXI, na verdade, a

mais antiga. Foi uma das formas encontradas por Antony Fisher para multiplicar sua rede de organizações, principalmente nos anos 1970 e 1980.

Na carta para o investidor suíço, Fisher explicou de forma sucinta sua estratégia. Pedia que o empresário investisse \$1 milhão anualmente (\$3 milhões em valores atuais). Essa quantia seria mantida por um período de três anos, com a condição de que Fisher encontrasse outros financiadores que contribuíssem com o mesmo valor. Ele esclareceu ainda que esse seria apenas o patrocínio necessário para iniciar institutos que após esse período deveriam recorrer a fontes locais de financiamento para, concluindo a carta, “ajudar a criar um mundo melhor”³⁶¹.

Esse e outros recursos contribuíram para financiar a expansão de uma rede de think tanks organizada por Anthony Fisher. Inicialmente concentrada nos Estados Unidos, Canadá e Inglaterra, a partir da experiência do *Atlas Foundation*, ampliou-se para outros países, inclusive o Brasil. Mas antes de falarmos do Atlas, precisamos analisar como os brasileiros apareceram na nossa história.

O contato de Fisher com os brasileiros ocorreu a partir de uma indicação de Hayek após viagens ao país. Durante suas palestras e encontros com empresários, o intelectual austríaco foi questionado por figuras como Nahum Manela, proprietário da rede de roupas DeMillus, e Donald Stewart, dono da empreiteira Ecisa e fundador do Instituto Liberal, sobre o que deveriam fazer para divulgar as ideias liberais no Brasil. A partir daí, Hayek colocou-os em contato com Fisher e a rede da Sociedade Mont Pelerin.

singularidade atual dessa modalidade de financiamento coletivo é o uso da internet que permitiu popularizar e dinamizar o *crowdfunding*.

³⁶¹ Carta de Antony Fisher para R. Wasserman, em 2 de dezembro de 1980. Arquivo do Institute of Economic Affairs. Caixas 291-292. Pasta Antony Fisher.

Para compreendermos um pouco melhor essa aproximação entre os brasileiros e os membros da Mont Pelerin, precisamos observar mais de perto as viagens de Hayek ao país.

Hayek visita o Brasil

À exceção dos Estados Unidos, o Brasil foi a nação, fora da Europa, mais visitada por Hayek na última década de sua vida. Entre o final dos anos 1970 e início da década de 1980, o economista viajou três vezes para o país. As três viagens foram patrocinadas pela Revista Visão, sob a direção de Henry Maksoud, com o objetivo de divulgar as ideias de Hayek no Brasil e aproximá-lo do meio acadêmico nacional.

Antes de explorarmos as visitas de Hayek, uma breve digressão para conhecer um pouco mais do empresário empenhado em trazer o Prêmio Nobel para o país. Henry Maksoud nasceu no estado do Mato Grosso do Sul, em 1929. Formado em engenharia civil e elétrica pela universidade Makensie, ele fundou a empresa Hidroservice, em 1958, que se tornou responsável por grandes obras no Brasil, casos dos aeroportos Tom Jobim/Galeão, no Rio de Janeiro, e Eduardo Gomes, em Manaus, e no exterior, como a criação de um sistema de telecomunicações na Nigéria. Maksoud foi também um dos primeiros empresários brasileiros a participar de projetos de grandes obras no exterior. Sua empresa de engenharia de projetos e gerenciamento possuía mais de três mil funcionários, várias filiais e escritórios no Brasil e no exterior. O empresário brasileiro atuava também em outras áreas, como os setores imobiliário e de informática. Sua empresa Sisco, uma das primeiras empresas brasileiras de computadores e softwares do país, beneficiada pela política de reserva de mercado, cresceu bastante durante os anos

1980. Em 1979, fundou o Maksoud Plaza, ícone da cidade de São Paulo, que durante muito tempo foi ponto de referência para grandes empresários, banqueiros e políticos³⁶².

Para os objetivos do trabalho, interessa-nos principalmente a atuação de Henry Maksoud na revista “Visão”. A revista quinzenal, fundada no Rio de Janeiro, em 1952, foi transferida, cinco anos depois, para São Paulo, onde permaneceu até seu fechamento no início da década de 1990. A publicação era editada pela Editora Visão e pertencia ao grupo norte-americano *Vision Inc.* Em 1974, Maksoud comprou a revista, mudando sua orientação ideológica. De acordo com Isaac Jardarnovski, diretor de redação (1975-1990) e diretor-geral do grupo Visão (1978-1990):

a compra de Visão por Henry Maksoud foi um divisor de águas ideológico: antes de Maksoud, tendência para a esquerda, liberdade para redatores e editores; na fase Maksoud tendência para o chamado liberalismo, tendo em Hayek seu principal mentor intelectual, e orientação centralizada da linha editorial, com marcante presença de temas políticos-filosóficos [...]³⁶³.

A partir da orientação liberal de Maksoud, a revista assumiu uma posição crítica às políticas nacionalistas e protecionistas do governo militar. Durante a segunda metade da década de 1970, “Visão” publicou uma série de reportagens contrárias à estatização da economia, colocada em curso pelo presidente-militar Ernesto Geisel. Além disso, uma série de editoriais foram publicados em defesa de uma reformulação do papel do Estado e da valorização da iniciativa privada no país.

O empresário brasileiro era um grande admirador de Hayek e acabou amigo do famoso economista, quando ingressou na Sociedade Mont Pelerin³⁶⁴. Foi nesse contexto

³⁶² Com 25 andares, 372 quartos, 44 suítes principais e cerca de 350 funcionários, o Maksoud Plaza hospedou estrelas como Frank Sinatra, Mick Jagger, Ozzy Osbourne e Axl Rose.

³⁶³ Retirado do verbete “Visão”, escrito por Vladimir Lombardo Jorge, do site CPDOC/FGV. Acessado em 03/01/2018 e disponível: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbetes-tematico/visao>

³⁶⁴ Não foi possível precisar quando Maksoud ingressou na Mont Pelerin. Mas, em 1981, de acordo com documentos do Instituto Liberal, ele era um dos três membros brasileiros da organização, ao lado de Paulo Ayres e Eugenio Gudín.

que Maksoud convidou Hayek para visitar o país. Passando por São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília e Santa Maria no Rio Grande do Sul, suas conferências e entrevistas se voltaram a divulgar as ideias liberais no país. A viagem de Hayek tinha como objetivo aproximar o filósofo do meio acadêmico, empresarial e jornalístico do país. Suas conferências foram publicadas em diferentes jornais, e ele foi entrevistado pelos principais jornais dos estados onde esteve presente.

Durante suas palestras e entrevistas, Hayek abordou inúmeros assuntos, da questão democrática a crise econômica, da necessidade de controlar a inflação ao conceito de justiça social. Trabalharemos aqui a partir das entrevistas concedidas por Hayek a revistas e jornais, assim como através de notícias, artigos e ensaios publicados nos jornais cobrindo suas visitas ao Brasil. Dividimos as ideias de Hayek em alguns temas-chaves: o sistema democrático, a crise econômica e a defesa do livre mercado e o ideal de justiça social. Muitas das propostas defendidas pelo Prêmio Nobel de Economia serão encampadas por grupos liberais brasileiros que fundaram instituições, durante o período da transição democrática, com o objetivo de influenciar a ordem política e econômica através da divulgação da doutrina liberal econômica.

1) A questão democrática

No dia 28 de novembro de 1977, Hayek, em sua primeira visita ao Brasil, realizou uma conferência em Brasília cujo assunto principal girou em torno do poder do Estado. O filósofo abriu a conferência declarando-se um “democrata apaixonado” e um “anti-socialista radical”, afirmando ser, todavia, totalmente contrário à democracia que é praticada atualmente nos países do mundo ocidental. Diante de uma plateia perplexa, explicou:

O poder de coerção do Estado deve ser limitado ao estabelecimento de regras que sejam iguais para todos, pois o indivíduo deve ser livre para usar seu saber em prol do que quer, e só seguir as regras que valem para todos.³⁶⁵

Criticando as democracias representativas ocidentais por seus modelos de interferência na economia, Hayek admite apenas a intervenção do Estado para beneficiar a todos os cidadãos, igualmente. Manifestou-se, assim, contrário à formação de todo tipo de monopólio, estatal ou privado, afirmando ainda que “praticamente nenhum monopólio conseguiu se sustentar por muito tempo, até hoje, sem o apoio do Estado”.³⁶⁶

Em um país marcado pela hegemonia de uma cultura política nacional-estatista, as palavras de Hayek não devem ser subestimadas. Muitos setores empresariais, por exemplo, que já vinham se organizando em defesa de propostas de liberalização da economia, viam no economista austríaco uma referência importante para dar credibilidade às críticas à forte presença do Estado na economia e à defesa de políticas de livre-mercado.

A literatura especializada na atuação empresarial durante o regime civil-militar na década de 1970 aponta que as principais entidades do empresariado começaram a criticar abertamente a intervenção realizada pelo Estado na economia e a demandar maior espaço para a iniciativa privada. Exemplo dessa mudança da relação do empresariado com o regime é a Campanha contra Estatização de 1976, quando importantes setores empresariais buscaram se distanciar de algumas decisões adotadas pelo governo, criticando a política industrialista do governo Geisel, proposta no II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND).³⁶⁷ Em artigo no jornal Folha de São Paulo a respeito da primeira visita de Hayek ao país, sob o título “O debate que Hayek propôs”,

³⁶⁵ *Jornal da Tarde*, São Paulo, 29 de novembro de 1977.

³⁶⁶ *Idem*.

³⁶⁷ Ver: CRUZ, 1995; FREITAS, 2000.

a matéria afirma que “Hayek veio reforçar as teses de muitos empresários nacionais que lutam contra a estatização da economia brasileira”. Importante não considerarmos a cobertura jornalística das visitas do professor austríaco como homogêneas³⁶⁸ - positivas ou negativas – se em alguns jornais as ideias de Hayek dão credibilidade a um discurso a favor de reformas liberais, em outros suas propostas são vistas com reservas. Nesta reportagem da *Folha*, afirma-se que a fala do Nobel de 1974:

embora proveitosa por desencadear importantes debates públicos, alegrou não só os empresários que lutam contra a “estatização” como também os adversários de sua visão de mundo. A alegria destes, contudo, (se dá) porque suas conferências revelaram o quanto frágeis e idealistas seus argumentos e pobre sua ortodoxia.³⁶⁹

A atuação de Hayek no país não pode ser analisada assim sem se levar em conta a reorganização de setores do empresariado que buscavam se posicionar no contexto da transição política que então se iniciava. Neste novo arranjo político do final dos anos 1970 e início da década de 1980 as propostas sobre que *democracia* o país precisava mobilizava corações e mentes. É aqui que as propostas de Hayek devem ser percebidas como um parâmetro para os grupos liberais nacionais e para a cultura política liberal que se difundia com mais força a partir de então.

Depois da capital federal, onde visitou a Universidade de Brasília e o Congresso, ainda a convite do Grupo Visão, Hayek foi para São Paulo, cidade que permaneceu três dias fazendo conferências e que teve ampla cobertura dos principais jornais paulistas. Na sede do Grupo Visão, em um auditório para mais de mil pessoas, proferiu três dias de palestras, com os seguintes temas: “A geração da riqueza – economia de mercado”, “O método da democracia”, e, no último dia, “O dinheiro e o Estado”.

³⁶⁸ Desnecessário frisar também que um mesmo jornal ou revista também não pode ser analisado como produtor de uma única visão política ou econômica, considerado como um bloco monolítico, mas que apresenta, muitas vezes em seu interior, diferentes discursos.

³⁶⁹ Jornal *Folha de São Paulo*, 6 de dezembro de 1977.

Em *O Estado de São Paulo*, destacaram-se as críticas de Hayek aos modelos democráticos então vigentes, apontando as falhas das democracias ocidentais. Assim, o jornal, em matéria intitulada “Hayek: ação estatal deve ser limitada”, expõe:

o professor von Hayek disse não aceitar a intervenção estatal, mesmo que a pretexto de que o mercado de determinado produto esteja sendo dominado por conglomerados econômicos, pois entende que tal situação só ocorre por culpa do Estado, que deve proporcionar a livre concorrência entre as empresas.³⁷⁰

Para Hayek, a democracia não devia ser entendida como um fim em si mesma, mas um meio para a proteção da liberdade individual. Assim, ao abordar os problemas das democracias ocidentais, aponta que o problema está no tipo de democracia que se consolidou nos países desenvolvidos da Europa e dos Estados Unidos. Para ele, democracia é um conceito político e não econômico, um procedimento de governo que permite que se adotem decisões políticas, não havendo oportunidade ou justificativa para a democracia fora do campo político.³⁷¹

Defendendo uma concepção liberal de democracia, quando perguntado quais seriam para ele as funções do governo em um regime democrático, responde que: “os governos deveriam se limitar a fazer cumprir as regras gerais de conduta individual, aplicando-as igualmente para todos”³⁷². Com isso, seu entendimento é o de que a liberdade política não é uma condição quer necessária, quer suficiente para a liberdade individual. Critica o que vê como uma noção de liberdade espúria, feita para legitimar projetos coletivistas, para referendar intervenções do Estado na economia e na vida dos indivíduos.³⁷³

³⁷⁰ O Estado de São Paulo, 29 de novembro de 1977.

³⁷¹ Entrevista a Revista *Veja*, 19 de dezembro de 1979.

³⁷² *Idem*.

³⁷³ *Digesto Econômico*, São Paulo, setembro de 1981.

O pensador austríaco distingue o liberalismo, como “uma doutrina sobre o que a lei deveria ser”, da democracia como “uma doutrina a respeito da maneira de determinar qual será a lei”. O liberalismo e a democracia concordam ao entender que a maioria deve determinar qual a lei, mas divergem quando o democrata pensa que a maioria determina qual é a “boa” lei. A democracia é vista assim como um método que deve ser julgado pelo que realiza, ao passo que o liberalismo é uma doutrina acerca das metas e finalidades do governo. Todavia, Hayek declara que existem três argumentos decisivos em favor do método democrático: primeiro, é o único meio para a transformação pacífica; segundo, se mostrou mais apto a produzir liberdade que outras formas de governo; e, por fim, é o melhor caminho para elevar o nível geral de educação política.³⁷⁴

Vemos aqui uma concepção da ordem política democrática que influenciará muitos grupos liberais no contexto da transição política. Segundo esta tradição liberal, a democracia é concebida não como um fim, mas um meio. Dessa forma, em conferência para empresários brasileiros, reproduzida na íntegra por alguns veículos de imprensa, com título curioso “Democracia, higiene e ingenuidade”, Hayek expõe o que entendia como a “verdadeira” democracia. Para ele, em sua formação, datada nos séculos XVIII e XIX, o modelo de democracia significava uma concepção de poderes limitados e de regras gerais aplicáveis a todos. Com a extensão do sufrágio - que não é vista como negativa é bom frisar – as democracias passaram por grandes mudanças, nas quais como “um cavalo de Tróia pelo qual as decisões coletivas são introduzidas clandestinamente”, os modelos democráticos se tornaram “um disfarce para objetivos coletivistas”. Analisando a experiência europeia e norte-americana como negativa, defende que a democracia deve ser pensada pelos brasileiros como um modelo liberal, sem “crenças

³⁷⁴ Idem.

ingênuas de que seja melhor perseguir objetivos comuns (ou sociais) do que perseguir seu próprio objetivo individual”³⁷⁵. A lição de Hayek para os brasileiros é a de que

a crença de que seja moralmente desejável dirigir democraticamente, tanto quanto possível atividades humanas para objetivos comuns, ou que a orientação da ação individual para fins específicos, por decisão democrática, é em si um bem moral, é simplesmente uma extensão errônea de práticas úteis aos pequenos grupos de homens primitivos, mas, por sua natureza, inaplicáveis à grande sociedade.³⁷⁶

Entendia, assim, que um sistema político voltado a atender decisões coletivas, orientado a perseguir metas comuns, não era democracia, mas coletivismo. Na sua visão, essa perseguição de fins coletivos paralisaria as forças criativas de uma sociedade livre, sendo nociva ao dirigir todos os esforços individuais não pode ser vista como uma “verdadeira” democracia, mas uma concepção socialista, que nega a liberdade pessoal.³⁷⁷ Para o que entende como “verdadeira” democracia propõe o conceito de demarquia.

Em entrevista exclusiva a uma equipe da revista *Visão*, durante a estada no Brasil em 1979, propõe que “a democracia certamente poderá vingar no Brasil sob a forma de demarquia. Jamais sob a forma de uma democracia ilimitada”.³⁷⁸ O conceito de demarquia é cunhado por ele para substituir o que via como uma noção bastante impregnada pela tirania da maioria do conceito de democracia. No seu entender, para funcionar a democracia deveria ser limitada em suas funções; limitada não por um poder superior, mas por normas gerais de comportamento, válidas para todos, inclusive para quem as estabelece. A demarquia seria assim esse modelo de democracia limitada.

³⁷⁵ *Gazeta Mercantil*, 29 de abril de 1980.

³⁷⁶ *Idem*.

³⁷⁷ *Idem*.

³⁷⁸ Matéria sob o título “Socialismo, invenção de intelectuais”. Disponível em *Visão*, 10 de dezembro de 1979.

Afirma mais: que a demarquia seria ainda mais importante em um país em desenvolvimento do que em uma nação desenvolvida:

Num país em desenvolvimento, onde a maior parte dos efeitos do mercado e da concorrência está por ser descoberta, é ainda mais importante criar o máximo de oportunidades para que essas descobertas se façam. Em consequência, nesses países é ainda mais importante que o poder do Governo seja limitado do que nos países desenvolvidos, onde a maior parte desses efeitos já é conhecida.³⁷⁹

A demarquia seria, segundo o livro *Law, Legislation and Liberty*, um novo sistema bicameral, que estabeleceria uma distinção clara entre o poder legislativo e a assembleia executiva. O primeiro poder cuidaria de elaborar normas gerais de justa conduta, que são as “verdadeiras” leis; diferentemente, do que para Hayek, é o emprego da palavra “lei” que estaria corrompido, ao significar todo tipo de decreto do governo visando a um fim específico. A segunda assembleia se encarregaria da administração propriamente dita. Essa seria, na sua opinião, uma forma de evitar o que considerava ser uma corrupção da lei por grupos organizados, que historicamente conseguiram transformar em “lei” os seus interesses, em detrimento do bem-estar e da liberdade de seus concidadãos.³⁸⁰

Assim, a única igualdade possível de ser buscada era a formal ou jurídica, na qual todos os indivíduos deveriam ser julgados perante a lei segundo suas condutas, sem qualquer distinção de etnia, religião, riqueza ou gênero. Para os liberais, apenas esta igualdade é indispensável, visto que o exercício da liberdade inexoravelmente produziria distribuições desiguais dos recursos materiais e do reconhecimento de uma sociedade. Por isso, o objetivo de se alcançar a igualdade jurídica está vinculada à meta-principal de limitar a ação do Estado, para que este não mobilize seus recursos e

³⁷⁹ Idem.

³⁸⁰ Revista Visão, 1 junho de 1981.

capacidade coercitiva para o favorecimento de determinados indivíduos e grupos em detrimento de outros.

II) O estado mínimo e o sistema de mercado

O ataque desferido acima é principalmente ao movimento sindical visto como um grupo de pressão organizado que prejudica o desenvolvimento de um livre mercado de trabalho. Para ele, qualquer restrição à liberdade individual e ao mercado livre reduz os incentivos para que os indivíduos usem seus conhecimentos próprios e atividades para seu próprio bem-estar – e conseqüentemente bem-estar geral – sendo por isso qualquer forma de enfraquecimento dos mecanismos de competição – medidas protecionistas, subsídios a produtos e mercados, legislação trabalhista, monopólios estatais – responsáveis pela destruição de uma ordem espontânea produtora de riquezas. Defendendo o liberalismo econômico como única saída para a crise econômica que atingia gravemente a economia mundial no início dos anos 1980, quando perguntado qual era a prioridade das prioridades para resolver os problemas econômicos e sociais, Hayek responde à Revista Visão:

Devolver ao mercado sua liberdade – e em particular ao mercado de trabalho. O desemprego é o resultado da rigidez dos salários impostos pelos sindicatos e pelos governos. Os salários médios não são necessariamente elevados demais, mas são os salários relativos que impedem toda flexibilidade econômica.³⁸¹

O pensamento político de Hayek é profundamente marcado pela desconfiança nas democracias representativas modernas e sua capacidade de ser influenciada pela formação de maiorias. Neste sentido, em suas conferências no Brasil alerta para a necessidade de criação de instrumentos que freiem o que via como a tirania da maioria. Para ele, um governo democrático deveria atuar apenas quando: a) o governo não

³⁸¹ Revista Visão, 2 de abril de 1984.

monopolize determinados serviços, sendo todo tipo de prestação de serviço aberto também à iniciativa privada; b) os recursos de um governo sejam obtidos tão somente por uma taxaçoão fundada em princípios uniformes e que não sirva como instrumento de redistribuição de renda; c) as necessidades que o governo vise atender sejam coletivas, e não apenas de grupos específicos.³⁸²

Influenciado por uma tradição filosófica anti-racionalista, Hayek considera um erro do pensamento político moderno acreditar que a ordem social possa ser orientada e determinada por propósitos humanos. Defende que em uma ordem autogeradora ou espontânea nas atividades sociais, na qual todos os membros da sociedade possam utilizar seus conhecimentos e habilidades numa extensão maior do que o elaborado ou planejado por uma instituição ou um grupo central, maximizaria os resultados econômicos, uma vez que a complexidade das atividades humanas seriam contempladas e estimuladas por essa ordem livre. Segundo esse entendimento, os governos representariam uma forma de coerção destas forças espontâneas, uma tentativa fracassada de organizar as forças livres da sociedade. Assim, o planejamento estatal provocaria uma limitação na capacidade individual de utilizar todo conhecimento disponível de forma criativa, inibindo que as liberdades individuais atuem como um mecanismo de progresso social.³⁸³ Por isso, o planejamento estatal era denunciado sob o argumento de que nenhum governo, por mais capacitado que fosse, poderia reunir todo o conhecimento existente em uma sociedade e utilizá-lo da forma mais eficiente e criativa do que o uso livre feito por todos os seus cidadãos. Esse é o cerne do liberalismo de Hayek e sua crítica ao socialismo e à social-democracia.

Da mesma forma, a partir da ideia da superioridade de uma ordem de livre mercado, o pensador austríaco estende seus argumentos para defender a inaplicabilidade

³⁸² HAYEK, 1990.

³⁸³ *Digesto Econômico*, setembro de 1981.

dos critérios de justiça às ações individuais em um mercado competitivo. A distribuição de riquezas resultante de uma multiplicidade de interações no interior de uma sociedade seria visto como um produto involuntário e impessoal de milhares de intercâmbios de indivíduos que perseguindo seus objetivos pessoais não poderia ser considerado como bom ou ruim.

III) Justiça social

Segundo Hayek, o tratamento desigual – mesmo entre desiguais – é arbitrário. Em entrevista à revista *Veja*, quando perguntado se é possível abolir as desigualdades sociais dentro de um sistema de livre mercado, sem titubear responde:

Não, porque um mercado efetivo determina preços e a remuneração de todos os serviços, no exato valor que lhes é dado pelas pessoas. As pessoas são muito diferentes em suas habilidades e oportunidades. Se tentarmos tratá-las com igualdade, o resultado para cada uma delas seria desigual. Para fazê-las iguais – ou mais iguais – no sentido material, precisaríamos tratá-las de modo desigual, o que significa, necessariamente, usar do arbítrio.³⁸⁴

Ao ser questionado se então isso não contradiz a afirmação de que o sistema de livre mercado proporciona igualdade de oportunidades, rebate:

Não asseguro que as pessoas terão as mesmas oportunidades com a livre iniciativa (...) A ideia de que seja possível a distribuição de “pequenas igualdades” para todos é *non sense*. Tentá-la é certeza de fracasso. Mais do que isso: a tentativa leva apenas a que se dê a alguns o que não se pode dar a outros. A capacidade pessoal e as oportunidades não são determinadas pela economia de mercado, mas sim pelo lugar onde acidentalmente nasceram ou pelos seus atributos físicos.³⁸⁵

Hayek acredita que as desigualdades não são apenas inevitáveis, mas também produtivas. O conceito de “justiça social” não teria assim significado, sendo que a distribuição de riquezas de uma sociedade só pode ser feita por métodos “naturais”.

³⁸⁴ Revista *Veja*, 19 de dezembro de 1979.

³⁸⁵ *Idem*.

Afirma, deste modo, que uma política de distribuição de renda deliberada, feita, por exemplo, pelo governo, ao ir de encontro aos mecanismos espontâneos do livre mercado, se mostraria com o tempo ineficiente do ponto de vista econômico. Por isso, defende a tese da desigualdade produtiva ao considerá-la um mecanismo de estímulo individual gerado pela remuneração desigual que teria efeito econômico positivo. Contrastando com isso, o Estado ao redistribuir a renda por meio de mecanismos vistos por ele como arbitrários estaria comprometendo a liberdade da sociedade.

Em seu aniversário de 82 anos, em mais uma conferência promovida pela revista Visão, desta vez no auditório do Hotel Maksoud Plaza, Hayek dedica-se ao tema da distribuição de renda. Às 20 horas, e após um saudoso aplauso de reconhecimento e congratulação pela data comemorativa, Hayek começa afirmando ser impossível alcançar uma melhoria da distribuição de renda pelo uso de uma legislação discricionária, de cima para baixo, com o governo adotando medidas de confisco e/ou redistribuição de riquezas. Defensor do *laissez-faire*, o pensador continua:

É impossível alcançar-se uma distribuição de rendas igualitária, deliberadamente, a partir de um planejamento de cima para baixo, se o governo basear sua ação no respeito à lei. Se o Estado quiser colocar gente muito diferente, do ponto de vista material, numa situação igual ou mesmo aproximada materialmente, não conseguirá fazê-lo de forma eficaz. O problema é que, para tornar iguais duas pessoas diferentes, é preciso tratá-las de forma desigual. Se for aplicado o tratamento igualitário, de uma mesma lei, sobre as duas pessoas, o resultado é que elas ficarão numa situação ainda mais desigual do que antes.³⁸⁶

Em entrevista reproduzida pelo jornal *O Estado de São Paulo*, define melhor o que pensa sobre a noção de justiça social, defendendo que a distribuição afeta a produção e resulta em arbitrariedade:

³⁸⁶ O tema da conferência foi “Distribuição de Renda e Positivismo Legal”. Disponível em: *Jornal do Brasil*, 9 de maio de 1981, com matéria intitulada “Hayek acha impossível se promover distribuição de renda de cima para baixo”.

Renunciar ao princípio de igualdade diante da lei, mesmo dentro de intenções caritativas, abre caminho, inevitavelmente, para arbitrariedade. Distribuir vantagens às custas de alguém que não pode ser facilmente identificado tornou-se o meio mais sedutor para se conseguir uma maioria (...) Logo, não é o mérito, mas sim a necessidade política que determina os grupos a serem favorecidos às custas dos outros. A grande diferença entre a sociedade para a qual tendia o liberalismo clássico e aquela que vemos formar-se sob nossos olhos é que a primeira era governada por princípios de justa conduta individual, enquanto que se exige da outra que satisfaça exigências de justiça social. Num dos casos, é do indivíduo que se exige uma conduta justa. No outro, é cada vez mais sobre as autoridades que repousa este dever de justiça, tendo por corolário o poder de ditar a conduta dos indivíduos.³⁸⁷

Cabe destacar que apesar da defesa do liberalismo econômico, Hayek não recusa completamente a intervenção do Estado na economia, assim como defende a necessidade de se amparar os indivíduos que se encontram em uma situação social desfavorecida:

Em uma sociedade livre, sem interferirmos no mercado, podemos obviamente estabelecer um mínimo abaixo do qual ninguém precisa cair, por meio da provisão para todos de alguma garantia contra infortúnios. Há, na verdade, muito que podemos fazer para melhorar a estrutura em que os mercados podem operar de forma benéfica.³⁸⁸

IV) Os problemas econômicos e as soluções liberais

As visitas de Hayek foram também bastante aguardadas e comentadas em razão do contexto de dificuldades econômicas que marcou a economia brasileira em boa parte do período. Em suas primeiras visitas, os temas de economia se resumiram a propostas para uma agenda de reformas liberais como solução para a crise que atingia os países desenvolvidos; não havia, contudo, análises mais aprofundadas do cenário brasileiro. Na visita em 1979, o primeiro debate mais detalhado sobre os problemas da economia nacional.

³⁸⁷ Jornal *O Estado de São Paulo*, 1 de fevereiro de 1981.

³⁸⁸ HAYEK, 1990b.

Durante a passagem do filósofo pelo país, a revista *Veja* afirmou que “no Brasil, Hayek poderia estar interessado em influenciar pessoas, mas não em fazer amigos”.³⁸⁹ Quando questionado quem seria culpado pela inflação, responde “Banco Central”. Sobre a política econômica, critica o ministro do Planejamento, Delfim Netto, afirmando que suas medidas contra a inflação só levariam a uma piora do quadro. A revista destaca a posição de Hayek a favor do controle da emissão de dinheiro e seus ataques à política de gastos do governo. Radicalizando suas propostas de liberalização da economia, sustenta que a emissão de moeda seja retirada do monopólio do Estado. “Já perdi a esperança de que qualquer governo nos dê um dinheiro bom e decente”, confessa Hayek retirando do bolso uma nota de 1 cruzeiro que guardou de sua visita anterior ao Brasil, e pergunta quanto valeria ela de fato. “Por que o governo deve ter o monopólio da emissão?” insiste o economista. “As empresas poderiam emitir unidades monetárias com nomes especiais que dependeriam da confiança do público para sobreviver ou não”, ele sugere.³⁹⁰

No início dos anos 1980, o tema da crise econômica torna-se corrente no debate público brasileiro, sendo Hayek considerado uma destacada referência para os defensores do *laissez-faire* como solução para o país. No *Jornal da Tarde*, em 1983, no artigo “Friedrich Hayek e as lições para o Brasil em crise”, começa exaltando a tradução do seu livro *Fundamentos da Liberdade*, segundo o artigo, um livro traduzido na hora certa. Em seguida, afirma a “importância de determinadas teses, circunstancialmente, impopulares” que, embora negligenciadas por um longo período, se tornaram referência após a crise mundial de 1973.³⁹¹

Em uma postura bastante radical após uma série de reportagens intituladas “A República Socialista Soviética do Brasil”, o *Jornal da Tarde* a partir deste período

³⁸⁹ Revista *Veja*, 21 de novembro de 1979. P. 147

³⁹⁰ *Idem*.

³⁹¹ *Jornal da Tarde*, agosto de 1983.

assumiu uma posição forte de crítica à presença do Estado na economia e na sociedade. Frederico Branco, em artigo no qual celebra a publicação do livro de Hayek em português no Brasil, ressalta que não haveria momento mais oportuno, uma vez que “a intervenção estatal na economia e na sociedade chegou ao nível do intolerável, se traduzindo na gravíssima crise” que atinge o país. Afirmando que o diagnóstico de Hayek nos ensina sobre as causas do autoritarismo e da crise econômica no Brasil, o artigo defende que a inflação é produto da estatização e dos projetos distributivistas do regime. No final, celebrando as ideias do austríaco, sugere que suas ideias caem “como uma luva”, “não podendo e não devendo ser ignorada pelos que almejam no Brasil o estabelecimento so Estado de Direito”.³⁹²

No ano seguinte, na revista *Visão*, Hayek resume as dificuldades da economia brasileira: crise da balança de pagamentos, endividamento externo e interno, inflação crescente e custo do dinheiro. O cerne do problema para ele: o forte intervencionismo do Estado na economia. A revista apresenta Hayek como o pensador que traz soluções para a crise econômica e a inflação e que “se preocupa com a liberdade individual, que todos nós queremos”, diferentemente das “propostas demagógicas, que têm sido elaboradas pelos especialistas’ brasileiros”.³⁹³ As propostas do filósofo, apresentadas na revista, giravam em torno da “desnacionalização do dinheiro”, que retiraria do governo o monopólio da moeda, permitindo que a iniciativa privada realizasse a emissão de dinheiro. Para ele, essa medida propiciaria o controle do orçamento e acabaria com os surtos de inflação.

Em 1984, Hayek continua sua defesa da inflação como resultante de um fenômeno monetário e, portanto, só possível de ser combatida de maneira eficiente através do controle da emissão de moeda. Criticando a planificação econômica, ressalta

³⁹² Idem.

³⁹³ Revista *Visão*, 29 de agosto de 1983.

que a inflação só poderia ser combatida com o governo parando de aumentar a quantidade de dinheiro além do aumento do produto. No seu entendimento, o governo é o responsável pela inflação ao promover o aumento do dinheiro em circulação e, por isso, os mecanismos de livre mercado deveriam assumir uma posição central como forma de solucionar o principal problema econômico do país.³⁹⁴

Os primeiros contatos

Nas viagens de Hayek ao Brasil, empresários e intelectuais brasileiros aproximaram-se do Prêmio Nobel com o objetivo de conseguir orientação e ajuda para desenvolver iniciativas a favor da disseminação das ideias liberais no país.

O homem indicado por Hayek para ser o principal interlocutor dos brasileiros na rede internacional da Mont Pelerin foi Anthony Fisher, empresário britânico e um dos primeiros membros da organização. Sua trajetória de sucesso com a criação de think tanks como *Atlas*, *IEA*, *Manhatan Institute* e *Pacific Institute*, o credenciava, segundo Hayek, para ajudar os brasileiros.

O primeiro brasileiro a procurar Hayek foi Nahum Manela, dono da empresa de roupas íntimas DeMillus. Após afirmar que se conscientizou da necessidade de promover as ideias do liberalismo durante uma palestra do filósofo, Manela declarou que possuía uma importante soma para investir, mas não sabia como. Hayek imediatamente passou o contato de Anthony Fisher.

A seguir, Nahum Manela e José Stelle escreveram para Fisher em busca de conselhos, contatos, expertise e apoio financeiro para sua tentativa de fundar um instituto em São Paulo.

³⁹⁴ Revista *Visão*, 2 de abril de 1984.

Em uma das correspondências, Fisher faz um passo a passo das iniciativas necessárias para criar um think tank. Segundo ele, para a organização de um instituto desse tipo, seria necessário, a priori, buscar o apoio de empresários e intelectuais. Os primeiros constituiriam um grupo de mantenedores, capazes de dar apoio financeiro e prover a estrutura legal e administrativa da organização. Já os intelectuais, integrariam o que ele chamou de *Academic Advisory Board*. Conseguir o apoio desse grupo seria, para o britânico, a principal dificuldade para a formação do instituto.

Entre 1979 e 1983, Nanhum Manela tentou sem sucesso tirar do papel seu think tank, o Instituto Brasileiro de Estudos Econômicos e Sociais (IBEPES). A princípio, escolheu Paulo Ayres para dirigir o instituto³⁹⁵. Mas, após frustradas tentativas de captação de recursos para o instituto de Manela, Ayres abandonou o projeto.

Em correspondência para José Stelle, em 1982, Fisher aconselhou o brasileiro, que contribuía com o projeto de Manela, a não desistir da empreitada depois da saída de Ayres. De forma ácida, o britânico escreveu que iniciativas como aquela estavam dando certo em vários países e que o problema estava no antigo diretor do instituto. Para ele, Ayres nunca tinha se envolvido em um projeto semelhante e, por isso, duvidava da sua capacidade para levar adiante tal iniciativa³⁹⁶.

Com as dificuldades encontradas, Fisher escreveu, no final de 1982, para José Stelle buscando animá-lo e incentivá-lo a continuar na iniciativa. Afirmando que “Rio de Janeiro e São Paulo precisam de institutos nos moldes do IEA”³⁹⁷, em tom de aconselhamento, o empresário britânico continua, tentando convencer Stelle da proposta de criar um think tank: “(a criação de) um instituto tem a grande vantagem de ser um

³⁹⁵ Não encontramos documentos que justifiquem a escolha de Ayres, mas podemos observar que sua presença aproximaria o think tank de Manela à rede da Mont Pelerin. Afinal, Paulo Ayres era membro da organização internacional há mais de duas décadas, tendo sido o segundo brasileiro, depois de Eugenio Gudin, a integrá-la.

³⁹⁶ Correspondência de Anthony Fisher para José Stelle, em 29 de outubro de 1982. Arquivo Instituto Liberal.

³⁹⁷ Idem.

esforço contínuo e um processo de captação de recursos ininterrupto de publicações encomendadas”³⁹⁸. As publicações devem lidar com temas centrais da organização econômica e social e para isso devem ser contratados profissionais especializados para escrevê-las. Essa é, ainda de acordo com Fisher, a melhor e mais econômica estratégia de promoção dos valores do liberalismo³⁹⁹.

Fisher afirmou ainda que “estava tendo sucesso em obter dinheiro para o Atlas, mas que no momento não possuía recursos para investir” em outros think tanks. Sem poder ajudar financeiramente, o empresário britânico se oferece para “buscar outros brasileiros que queiram participar da construção de um think tank em São Paulo”⁴⁰⁰.

Os problemas enfrentados pelos brasileiros eram discutidos internamente na rede Atlas. Em um relatório do think tank norte-americano, de novembro de 1982, há uma avaliação pessimista sobre a tentativa de fundação do Instituto Brasileiro de Estudos Economicos e Sociais, do empresário Nanhum Manela. A constatação era que, apesar de Manela ter o capital necessário para colocar em prática seu think tank, ele não possuía apoio da comunidade acadêmica e, com isso, dificilmente a iniciativa iria à frente⁴⁰¹.

Logo após a elaboração do relatório, no início de 1983, Fisher viajou ao Brasil para se encontrar com Nanhum Manella e Og Leme, economista formado pela Escola de Chicago que auxiliava o empresário na formação do think tank. Durante os dias em que ficou no país, Fisher reuniu-se com grupos de empresários e estudantes interessados em divulgar as ideias do liberalismo econômico no país. Nos encontros buscava atrair apoio para a investida do dono da rede DeMillus. Mas, no final do ano, no relatório do Atlas, a organização de Nanhum Manela já constava como inativa.

³⁹⁸ Idem.

³⁹⁹ Idem.

⁴⁰⁰ Idem.

⁴⁰¹ Documento *Atlas Report* de novembro de 1982. Arquivo Instituto Liberal.

Ao mesmo tempo em que a iniciativa de Manela fracassava em São Paulo, outro empresário aparecia em cena. No Rio de Janeiro, Donald Stewart anunciava sua disposição de criar um think tank para promover as ideias liberais. Assim como o dono da DeMillus, Stewart também se colocava como um admirador de Hayek e alguém que decidiu se dedicar à formação de um instituto liberal após as palestras do filósofo austríaco promovidas pela revista *Visão*.

Em fevereiro de 1983, Fisher celebrava a iniciativa de Donald Stewart, o novo financiador da causa liberal no Brasil⁴⁰². Stewart, dono da Ecisa, convidou José Stelle para ajudá-lo na organização do think tank. Para evitar que a nova instituição tivesse o mesmo destino da experiência de Manella, Fisher aproximou-se dos dois brasileiros. O empresário britânico ofereceu contatos nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha que poderiam auxiliar na arquitetura do novo think tank. Fisher apontou novamente para o que entendia ser a grande dificuldade do projeto: conseguir apoio dos intelectuais brasileiros. A experiência de Manela, na sua avaliação, havia fracassado por isso. Sem o apoio da comunidade acadêmica, Fisher explica “o instituto não teria estudiosos e pesquisadores para municiar suas atividades”⁴⁰³.

Destaca-se aqui a importância dada aos intelectuais nesse tipo de iniciativa. Desde a fundação da Mont Pelerin e dos primeiros think tanks nos anos 1950, como o IEA de Anthony Fisher, a ideia principal é a de que era necessário travar uma batalha de ideias em defesa do liberalismo. Para isso, o papel dos intelectuais era considerado crucial na formulação e difusão de um projeto liberal.

Nesse momento, Fisher convidou o recém-surgido Instituto Liberal para participar da rede Atlas e passou a atuar orientando Stelle e Stewart a formar o think

⁴⁰² Correspondência de Anthony Fisher para José Stelle, em 22 de fevereiro de 1983. Arquivo Instituto Liberal.

⁴⁰³ Idem.

tank⁴⁰⁴. A ajuda do presidente do IEA dava-se em três frentes: fornecendo expertise e logística, aproximando o IL dos outros think tanks e apoiando com recursos e publicações.

Na primeira frente, Fisher oferecia treinamento. Fundar um think tank exige um certo *know how* que o Atlas estava disposto a oferecer. A experiência com a composição do instituto, seus aspectos legais e administrativos, estratégias de arrecadação e comunicação eram proporcionados pela rede Atlas para os brasileiros.

O modelo de organização do Atlas era o *Institute of Economic Affairs (IEA)*, fundado por Fisher ainda nos anos 1950. Desse modo, nas correspondências do britânico com os brasileiros, ele sugeria que o Instituto Liberal seguisse o formato do IEA: composto por dois conselhos, um Conselho Diretor, voltado à administração do instituto e no qual fariam parte os empresários, e um Conselho Consultivo Acadêmico, composto por intelectuais. Detalhe curioso é que, na correspondência de Fisher para José Stelle, encontrada no Instituto Liberal, a frase do fundador do IEA advertindo que o Conselho Acadêmico não poderia ter a presença de empresários é grifada com destaque.

Como veremos no capítulo seguinte, o Instituto Liberal surgiu como uma organização composta inicialmente apenas por empresários. Prevendo que o IL teria dificuldade para atrair intelectuais, Fisher escreveu apresentando uma solução provisória para o problema. O empresário britânico ofereceu-se para entrar em contato com estudiosos portugueses, convidando-os para participar do grupo de pesquisadores do Instituto Liberal. De acordo com o britânico, uma vez que as publicações de defesa das ideias liberais começassem a sair, haveria uma sensibilização da sociedade brasileira

⁴⁰⁴ Em 1984, segundo ano de atividades da organização, o Instituto Liberal integrou-se à rede internacional do Atlas/SMP.

e os intelectuais, simpáticos à causa, apareceriam. Na sua opinião, foi assim que teria ocorrido no Peru com os livros de Hernando de Soto e seu *Instituto Libertad y Democracia*, criado dois anos antes⁴⁰⁵.

A segunda forma de apoio de Fisher era oferecer uma aproximação entre os brasileiros do Instituto Liberal e os presidentes e diretores de think tanks da rede Atlas. Apenas nos primeiros meses, Fisher entrou em contato com nomes como L.N. Jensen (diretor do *IBM*), Mari Ann Blatch (vice-presidente de relações públicas da *Reader's Digest*), Bill Hammett (diretor do *Manhattan Institute*), David Theroux (presidente do *Pacific Institute*) e John Goodman (presidente do *National Center for Policy Analysis*).

Por fim, o Atlas financiava pessoas, projetos e institutos da rede. Já no primeiro ano do IL, Fisher comprometeu-se a enviar uma pequena quantia de dinheiro (não especificada) para ajudar o instituto brasileiro em seu esforço inicial. Mas, para o instituto brasileiro, como veremos a seguir, pelo menos inicialmente, dinheiro não era um problema. O mais importante era obter autorização para publicar livros, artigos e conferências promovidas pela rede Atlas. Muitas publicações do IL em seus primeiros anos são traduções de obras escritas por autores e editadas por institutos da rede Atlas/Mont Pelerin. Além disso, Fisher também se oferecia para financiar o estudo de acadêmicos e estudantes brasileiros nos Estados Unidos⁴⁰⁶.

Anthony Fisher, incansável, envolvia-se na articulação de inúmeros think tanks em todo o mundo. Nem todos foram criados diretamente por Fisher, outros eram organizações que se aproximaram da rede desenvolvida pelo britânico. Em 1983, ao todo, vinte organizações apareciam como participantes da rede Atlas: *Center for*

⁴⁰⁵ Hernando de Soto (escrever uma breve biografia a partir da conferência IL). No início dos anos 1990, integrou-se ao governo de Alberto Fujimori, tornando-se um dos responsáveis pela mudança na orientação da política econômica do governo, em direção a uma agenda liberal.

⁴⁰⁶ Correspondência de Anthony Fisher para José Stelle, em 29 de março de 1983. Arquivo Instituto Liberal

Independent Studies (Australia - 1978); *Adam Smith Institute* (Grã-Bretanha – 1976); *Center for Applied Economic Research - CREA* (Itália – 1982); *Institut Économique de Paris* (França – 1982); *Institute of Economic Affairs* (Grã-Bretanha – 1955); *Instituto de Economia de Mercado* (Espanha – sem data); *The Jon Thorlaksson* (Islândia – sem data); *Social Affair Unit* (Grã-Bretanha – 1988); *The Fraser Institute* (Canadá – 1974); *The Economic Education Resource Center – EERC* (Canadá - 1979); *The Manhattan Institute for Policy Research* (Estados Unidos – 1977); *The Center for the Study of Economics and Religion – CSER* (Estados Unidos – sem data); *National Center for Policy Analysis* (Estados Unidos – 1982); *Pacific Institute for Public Policy Research* (Estados Unidos – 1979); *Centro de Estudios en Economia y Education* (México – 1981); *Centro de Investigaciones Economicas Nacionales – CIEN* (Guatemala - 1982); *Centro de Estudios Economicos e Sociales - CEES* (Guatemala - 1959); *Centro de Estudios Publicos* (Chile – sem data); *Instituto Libertad y Democracia* (Peru – 1981). O *Instituto Brasileiro de Estudos Economicos e Sociais*, de Nanhum Manela era o único think tank brasileiro a constar no relatório da rede de organizações do Atlas em 1983, ainda que fosse o único das vinte organizações a aparecer como inativo.⁴⁰⁷

Diferentemente dos demais think tanks, criados nos anos 1950 a 1970, a partir da Sociedade Mont Pelerin, o instituto de Anthony Fisher, *Atlas Foundation*, foi desenvolvido para aproximar e articular as organizações liberais da rede. No início dos anos 1980, os encontros promovidos pelo instituto norte-americano passaram a ocorrer junto com as reuniões da Mont Pelerin. Os seminários SMP/ATLAS visavam tornar as conferências dos participantes da organização criada no pós-guerra, uma atividade também de alinhamento entre os think tanks.

⁴⁰⁷ Um ano antes apenas, eram 16 think tanks. As novas organizações eram: *The Center for the Study of Economics and Religion – CSER*; *The Economic Education Resource Center – EERC*; *Centro de Investigaciones Economicas Nacionales – CIEN*; *Centro de Estudios Economicos e Sociales - CEES*. Ademais, no relatório de 1982, o instituto de Manella ainda se encontrava como ativo. Documento: *Atlas Economic Research Foundation – Institutes* (1983). Arquivo Instituto Liberal.

Vemos aqui uma transformação de concepção da Mont Pelerin. Desenvolvida como um grupo de estudos e, apesar dos debates em defesa de uma organização mais ativa no debate público, a SMP permaneceu, sob liderança de Hayek, fechada e pouco atuante politicamente. Como observamos nos capítulos anteriores, a partir dos anos 1960 e 1970, com as administrações de Milton Friedman e Edwin Feulner, a instituição mudou sua postura, adotando uma posição mais ativa de atuação no debate público, fato que se refletiu na formação do Atlas. Essa iniciativa, colocada em prática por Fisher, contou com o apoio e a atuação de importantes membros da Mont Pelerin. Entre eles, podemos destacar Ralph Harris, que se tornou diretor geral da rede Atlas, Hayek, Antonio Martino, Gordon Tullock e Pascal Salin.

A estratégia do Atlas para conseguir a participação dos presidentes e membros de think tanks baseava-se em dois pontos: primeiro, seus seminários eram realizados alguns dias antes ou depois da conferência da Mont Pelerin com o objetivo de tornar mais fácil a participação dos membros da SMP; e, segundo, Fisher se oferecia para pagar a estadia dos participantes durante o período do evento do Atlas. Foi assim que o primeiro encontro ocorreu: o seminário MPS/ATLAS em Vancouver em setembro de 1983.

Em uma narrativa retrospectiva, a história do Atlas pode ser analisada como um exemplo de história de sucesso⁴⁰⁸. Afinal, em 1982, a rede de think tanks de Anthony Fisher possuía 16 organizações. Três décadas depois, a rede Atlas engloba 481

⁴⁰⁸ Para um texto sobre a atuação mais recente do Atlas Foundation, ver: BAGGIO, Kátia Gerab. *Conexões ultraliberais nas Américas: o think tank norte-americano Atlas Network e suas vinculações com organizações latino-americanas*. XII Encontro Internacional da ANPHLAC, 2016.

organizações em 92 países. Apenas na América Latina e Caribe são 85 think tanks; desses, 12 são brasileiros⁴⁰⁹.

Mas, seu início não foi tão fácil assim. Durante os preparativos do encontro em Vancouver, Fisher temia que não houvesse participantes interessados o suficiente para a realização. Mais de uma vez, o empresário britânico expressou certo ceticismo sobre a possibilidade de promover o evento⁴¹⁰. Na carta-convite do evento registrava-se que o seminário só aconteceria se tivesse pelo menos 20 pessoas dispostas a participar⁴¹¹.

O primeiro seminário Atlas foi realizado em de setembro de 1983. A ideia era promover o encontro entre representantes de think tanks em desenvolvimento e pessoas que desejavam fundar seus institutos. A aproximação tinha como objetivo debater assuntos de interesse para a promoção dessas organizações, como estratégias de arrecadação de fundos, temas para estudos, artifícios para conseguir publicidade, etc⁴¹². Apesar da desconfiança inicial, o evento teve uma boa adesão.

Entre os participantes, Donald Stewart representava os brasileiros. Era o seu primeiro evento internacional como presidente do Instituto Liberal. Diferentemente de tentativas anteriores de fundação de um instituto do tipo no Brasil, a iniciativa de Stewart deu resultado. O que começou com um pequeno grupo de empresários,

⁴⁰⁹ As informações são de janeiro de 2018. A divisão geográfica dos 481 think tanks estabelecida pelo Atlas é bastante peculiar, sendo definida da seguinte forma: 177 organizações provenientes dos Estados Unidos, 12 do Canadá, 136 da Europa e Ásia Central, 18 do continente africano, 10 do sul da Ásia, 9 da Austrália e Nova Zelândia, 25 do Leste Asiático e Pacífico e 9 do território que abarca Israel, Líbano, Marrocos e Palestina. Os doze think tanks brasileiros são: *Estudantes pela Liberdade* (Belo Horizonte), *Instituto de Estudos Empresariais* (Porto Alegre), *Instituto de Formação de Líderes* (Belo Horizonte), *Instituto de Formação de Líderes – SP* (São Paulo), *Instituto Liberal* (Rio de Janeiro), *Instituto Liberal-SP* (São Paulo), antigo *Instituto Liberal do Rio Grande do Sul*, agora chamado *Instituto Liberdade* (Porto Alegre), *Instituto Ludwig von Mises* (São Paulo), *Instituto Millenium* (Rio de Janeiro), *Instituto de Líderes do Amanhã* (Vitória), *Mackenzie Centro de Liberdade Econômica* (São Paulo) e *Estudantes para a Liberdade* (São Paulo). Disponível: <https://www.atlasnetwork.org/partners/global-directory/latin-america-and-caribbean/brazil>.

⁴¹⁰ Correspondência de Anthony Fisher para José Stelle, em 16 de maio de 1983. Arquivo Instituto Liberal.

⁴¹¹ Correspondência de Anthony Fisher para José Stelle, em 26 de abril de 1983. Arquivo Instituto Liberal.

⁴¹² Correspondência de Anthony Fisher para José Stelle, em 1 de julho de 1982. Arquivo Instituto Liberal.

assessorados por Anthony Fisher, se tornou a primeira experiência de sucesso de um think tank liberal no Brasil.

CAPÍTULO: 6 - O INSTITUTO LIBERAL

O ano de 1983 pode ser lembrado por inúmeros acontecimentos políticos, econômicos e culturais no Brasil e no mundo. Internacionalmente, alguns eventos podem ser destacados. Na Argentina, a sangrenta ditadura, estabelecida em 1976, chegava ao fim com a eleição de Raúl Alfonsín. Em Portugal, Mário Soares assumia o cargo de primeiro-ministro de Portugal, dando início ao IX Governo Constitucional do país. Em outubro, tropas americanas desembarcavam na pequena ilha caribenha de Granada. Nesse ano ainda morreu o intelectual francês Raymond Aron e, no mesmo país, François Truffaut produziu um dos seus clássicos, *Finalmente, Domingo!*

No Brasil, o presidente-militar João Baptista Figueiredo sofreu mais um infarto, Nelson Piquet venceu seu segundo título mundial de Fórmula 1 e o país chorou a morte de Garrincha, o anjo das pernas tortas do Botafogo. Na economia, a inflação atingiu inacreditáveis 200% ao mês e a moeda da época, o cruzeiro, sofreu uma maxidesvalorização. Em meio a esse quadro conturbado, a classe trabalhadora se organizava. A Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a Conferência Nacional da Classe Trabalhadora (CONCLAT) foram fundadas.

Fora dos principais destaques do ano de 1983, em 16 de janeiro, no Rio de Janeiro, um grupo de empresários reuniu-se para criar o Instituto Liberal (IL). Inspirado nos *think tanks* norte-americanos e ingleses, fundamentais para a revolução política e econômica que estava em curso com Ronald Reagan e Margareth Thatcher, o IL surgiu como uma organização voltada para realizar uma transformação nos mesmos moldes no país. Seu objetivo: disseminar os princípios do liberalismo na sociedade brasileira, tornando a concepção liberal dominante na organização política, econômica e social.

Instituto Liberal do Rio de Janeiro

O Instituto Liberal surgiu como iniciativa do engenheiro e empresário Donald Stewart Jr (1931-1999). Stewart era dono da empresa Ecisa, naquele momento considerada a quarta maior empreiteira em atividade no país.

O nascimento do think tank brasileiro possui um mito de fundação. Segundo Donald Stewart, em 1979, chegou às suas mãos o livro “O Caminho da Servidão” de Hayek. Após a leitura da obra, o empresário teria ficado maravilhado com as teses do filósofo austríaco.

Fiquei extasiado: quem seria esse autor desconhecido que analisava a situação econômica e política contemporânea com tanta clareza e objetividade? Como seria possível que conceitos tão irrefutáveis e tão autoevidentes não estivessem sendo amplamente divulgados? A leitura do livro teve efeito de uma revelação⁴¹³

Como um fiel recém-convertido a uma nova religião, a “verdade” aparecia a sua frente.

A revelação precisava ser compartilhada:

A cada palavra, a cada explicação, a cada desdobramento de uma ideia, exclamava para mim mesmo: ‘Tem toda razão! É isso mesmo!’ Perguntava-me, perplexo, como seria possível que ideias e conceitos tão inequivocamente verdadeiros, nunca tivessem sido explicitados por um jornalista, ou político, ou professor, ou artista, enfim, por algum membro da nossa elite intelectual.⁴¹⁴

No ano seguinte, como vimos, Hayek visitou o Brasil a convite da Revista *Visão*. Donald Stewart compareceu a uma das duas conferências realizadas pelo austríaco em São Paulo. Ainda segundo o depoimento do fundador do Instituto Liberal, após o encontro com Hayek e a leitura de seu último livro, *Law, Legislation and Liberty*, ele não poderia permanecer indiferente aos problemas que detectava no país. Em suas

⁴¹³ Documento *Os Primeiros Dez Anos dos Institutos Liberais*. Arquivo Instituto Liberal do Rio de Janeiro.

⁴¹⁴ Idem.

palavras, “não poderia depois disso continuar impassível. Algo precisava ser feito para divulgar essas ideias”⁴¹⁵.

Donald Stewart começou a ler outros autores do campo liberal, como Ayn Rand, Ludwig von Mises, Israel Kirzner, Karl Popper, Murray Rothbard e Frédéric Bastiat. De acordo com o relato de Stewart, ao procurar obras de autores liberais, notou a ausência de títulos traduzidos no país. Um problema que o afligia até em casa:

Meus filhos traziam para casa o material que lhes era dado a ler no colégio e na universidade. Era uma tragédia. Gostaria que tivessem uma alternativa de leitura, mas não era possível: não havia em língua portuguesa uma só linha dos autores que aprendera a respeitar e cujas ideias eram tão consistentes e tão claras. Algo precisava ser feito.⁴¹⁶

Meses depois, Stewart, junto com um grupo de empresários, fundou o Instituto Liberal. O engenheiro foi eleito presidente e permaneceu no cargo até o início dos anos 1990. Os primeiros integrantes do IL eram pesos-pesados dos setores industrial e financeiro e vinham de todos os cantos do país, como: o presidente do Grupo Gerdau, Jorge Gerdau Johannpeter (RS); o empresário do Grupo Fenícia, Jorge Wilson Simeira Jacob (SP); o presidente do Unibanco, Roberto Bornhausen (SP); o dono do Grupo Ipiranga, João Pedro Gouveia Vieira Filho (RJ); e o empresário da Olvebra, Winston Ling (RS).

O objetivo principal do instituto não escondia a ambição de Donald Stewart: “convencer a sociedade brasileira das vantagens de uma ordem liberal”. Em seu estatuto, o Instituto Liberal definiu-se como uma entidade apartidária e sem fins lucrativos, mantida por doações e patrocínios de pessoas físicas e jurídicas. Da mesma forma que os demais think tanks estrangeiros, a conotação apartidária não significava sem orientação política. A inclinação era clara: liberal. Mas a ausência de vinculação político-partidária era uma forma de legitimar a atuação do instituto.

⁴¹⁵ Idem.

⁴¹⁶ Idem.

O início da década de 1980 representou um período de rearranjo político, quando diferentes forças sociais se organizaram para disputar o jogo democrático que então surgia. A criação dos Institutos Liberais deve ser analisada dentro desta conjuntura, aparecendo como uma resposta de determinados grupos da sociedade ao novo momento político e econômico do país. De acordo com William Nylen, em *Selling neoliberalism: Brazil's Instituto Liberal (1993)*⁴¹⁷, liberais brasileiros que participaram dos governos militares, caso do economista Roberto Campos e do empresário Paulo Ayres Filho, assumiram um discurso democrático nos anos 1980⁴¹⁸.

Neste contexto, portanto, devemos pensar os institutos liberais como organizações voltadas para intervir no jogo político e, de maneira mais ampla, na realidade social, por meio da conscientização das vantagens do liberalismo para a sociedade brasileira.⁴¹⁹

A década de 1980 é, nesse sentido, para esquerdas e direitas, movimentos sociais de trabalhadores e empresários, um momento fértil para o surgimento de organizações políticas. O Instituto Liberal é um exemplo de instituição criada e mantida por empresários, mas não é o único. Podem ser citados outros exemplos como: União Brasileira de Empresários (UBE); Pensamento Nacional das Bases Empresariais (PNBE); Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI); União Democrática Ruralista (UDR).

⁴¹⁷ NYLEN, William R. "Selling Neoliberalism: Brazil's Instituto Liberal". In *Journal of Latin American Studies*. Vol. 25, No. 2, p. 301-311. Maio de 1993.

⁴¹⁸ Não é um dos objetivos desta tese investigar as trajetórias dos liberais brasileiros do IL no período 1960-1980, tampouco analisar as razões para a mudança com relação ao discurso democrático. Contudo, podemos apontar pelo menos duas razões para essa alteração: o enfraquecimento das propostas socialistas e o fortalecimento do discurso democrático liberal.

⁴¹⁹ Na tese de doutorado em ciência política de Denise Barbosa Gros, demonstra-se a relação dos Institutos Liberais do Rio de Janeiro e de São Paulo com a elite militar, por exemplo através de palestras ministradas por intelectuais dos ILs nos cursos de formação de oficiais na Escola de Comando do Estado Maior do Exército, na Escola Superior de Guerra e no Clube Militar. A autora possui o único estudo, por mim encontrado, com uma análise aprofundada dos ILs. Neste trabalho, investiga-se a atuação dos Institutos Liberais a partir da teoria marxista-gramsciana, trabalhando exaustivamente com os conceitos de burguesia, elite orgânica e hegemonia. Com uma outra perspectiva, pretendo realizar um estudo de história política, analisando a formação destes grupos neoliberais a partir de categorias como cultura política.

Assim, os Institutos Liberais surgiram da necessidade de determinados empresários, depois apoiados por intelectuais e jornalistas, de difundir as ideias do livre mercado no novo contexto político do país. A ideia era promover o liberalismo econômico na sociedade brasileira em geral, mas havia alvos prioritários. Entre eles, estavam o que os fundadores do IL chamavam de elites formadoras de opinião do país: políticos, empresários, jornalistas, professores, entre outros. Profissões consideradas influentes e, por isso, alvos de atenção especial por parte das atividades do novo instituto.

Um dos pressupostos deste trabalho é o de que os think tanks - assim como escolas, igrejas, partidos políticos, imprensa - também podem ser considerados vetores de cultura política. A partir disso, o Instituto Liberal, compreendido como inserido em um contexto de disputa com outras culturas políticas, contribuiu para a difusão de ideias e valores liberais no país.

A expansão da rede

Nos anos seguintes, empresários e intelectuais de outros estados do país passaram a participar das atividades desenvolvidas no Rio de Janeiro. Rapidamente, esse núcleo inicial expandiu-se, com a fundação de sedes do Instituto Liberal em diferentes estados. A expansão se dava pelo desejo de integrantes de outras regiões de desenvolverem atividades em seus estados, mas também por uma questão estratégica, já que facilitava a captação de patrocinadores. Para Donald Stewart:

Era preciso regionalizar a ação do IL com o propósito de ampliar o número de mantenedores e diversificar as formas de atuação. Era preciso também encontrar as lideranças regionais que se dispuseram a assumir essa tarefa e essa responsabilidade.⁴²⁰

⁴²⁰ Documento *Os Primeiros Dez Anos dos Institutos Liberais*. Arquivo Instituto Liberal do Rio de Janeiro.

A partir disso, Institutos Liberais foram sendo criados em várias capitais do país. São Paulo, Porto Alegre, Brasília, Curitiba, Salvador, Pernambuco e Belo Horizonte receberam unidades do IL. Cada Instituto Liberal possuía uma Diretoria Executiva e um Conselho de Mantenedores, composto por empresários.

Durante os anos 1980 e início dos anos 1990, ainda que descentralizado, preservou-se a unidade entre os institutos. Para isso, padronizou-se o nome, assim todas as organizações se chamariam Instituto Liberal. Além disso, criou-se um Conselho Nacional, presidido inicialmente por Jorge Gerdau Johannpeter. E, por fim, elaborou-se uma Declaração de Princípios que nortearia as atividades dos novos institutos.

Contudo, a unidade não significou uniformidade. Em primeiro lugar, porque os Institutos Liberais possuíam autonomia para realizarem suas atividades conforme as demandas dos seus membros locais e das necessidades verificadas. Como veremos mais à frente, os ILs desenvolveram iniciativas diferentes. Enquanto o IL-RJ se concentrava na publicação de livros de autores liberais nacionais e estrangeiros, os demais ILs criaram iniciativas variadas, que não existam no núcleo carioca. Casos de premiações e programas de rádio e televisão. Em segundo lugar, e mais importante, os ILs nem sempre possuíam uma posição comum com relação a temas e propostas para uma agenda liberal.

Segundo W. Nylen, esse era o caso da posição do IL-SP quando comparada ao núcleo do Rio de Janeiro. A partir de entrevistas com integrantes da sede paulista, o historiador concluiu que havia diferenças de posicionamento entre os institutos da rede, sendo que “os líderes dos ILs do Rio de Janeiro e de Porto Alegre eram mais ortodoxos”⁴²¹ – leia-se defendiam de maneira mais intransigente os ideais do liberalismo laissez-faire – do que os representantes do núcleo de São Paulo. Assim, para Nylen, os

⁴²¹ NYLEN, op.cit, p. 306.

dirigentes do IL-SP teriam assumido uma posição “mais inclinada para reconhecer a necessidade de um papel forte e ativo para o Estado para resolver as graves desigualdades através de programas sociais, principalmente nas áreas de educação, saúde e capacitação profissional”⁴²².

Nas palavras de Nemércio Nogueira, diretor do IL-SP:

When more than half of our population is living horrible lives, we can't ignore this. When the people are badly educated, badly fed, it doesn't allow for Liberalism. It simply won't work⁴²³.

É evidente que essa diferença de leitura sobre o liberalismo é apenas um aspecto de uma interpretação que no geral é bastante próxima. A posição dos ILs da rede caracterizava-se por uma defesa comum da expansão do livre-mercado e da limitação do papel do Estado em diferentes setores da economia e da sociedade.⁴²⁴

A Declaração de Princípios

O Instituto Liberal consolidou-se como uma organização nacional cinco anos após sua fundação. Em 1988, ocorreu a primeira reunião com representantes dos diferentes diretórios do IL. Nela, decidiu-se pela criação de uma declaração de princípios para unir os institutos.

Duas propostas foram feitas pelos representantes do IL-RJ. O instituto de São Paulo encarregou-se de consultar três membros do Conselho Consultivo sobre as propostas. Foram eles: o economista e então senador pelo Partido Democrático Social

⁴²² Idem, p. 307.

⁴²³ Idem.

⁴²⁴ Para uma análise mais completa sobre a diversidade dos Institutos Liberais, seria necessário um estudo voltado para analisar a composição, as atividades e as propostas dos núcleos locais. Esta tese, baseada nos arquivos do IL do Rio de Janeiro e de São Paulo, concentrou-se apenas nesses dois núcleos.

(PDS), Roberto Campos⁴²⁵; o empresário Amaury Temporal, presidente da Confederação das Associações Comerciais do Brasil (CACB), da Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACRJ) e da Federação das Associações Comerciais, Industriais e Agropastoris do Rio de Janeiro (FACIARJ)⁴²⁶ e o embaixador José Guilherme Merquior⁴²⁷. Após alguns meses de debates, o documento ficou pronto.

A Declaração começa anunciando o principal objetivo dos Institutos Liberais: “divulgar as vantagens do liberalismo” entre a sociedade brasileira. Ao longo do texto, defende-se que “a liberdade deve ser entendida como valor supremo” e ferramenta para a solução dos problemas econômicos e sociais do país. Liberdade compreendida principalmente em seu sentido econômico como a defesa da propriedade privada, a liberalização das trocas econômicas, a redução do papel do Estado e o incentivo ao mercado⁴²⁸.

O liberalismo da declaração dos Institutos Liberais afasta-se, contudo, das versões mais extremadas do *laissez-faire*. Ao defender que “um sistema baseado na liberdade pressupõe, necessariamente, que não haja restrições à propriedade privada dos meios de produção”, afirma, no entanto, que “o liberalismo reconhece a inviabilidade da liberdade total, anárquica, e acata o conceito de liberdade compatível com a convivência social baseada no intercâmbio espontâneo dos indivíduos”. E, assim, o texto define seu liberalismo:

O liberalismo pressupõe, portanto, a existência de um Estado organizado que detenha o monopólio da coerção, e de um governo, encarregado de administrar o aparato estatal de compulsão e coerção. O papel essencial do governo é o de impedir – e eventualmente punir – que um cidadão possa usar de violência ou fraude para atingir seus objetivos; é o de

⁴²⁵ Carta de Alexandre Guasti, secretário geral do Instituto Liberal, para Roberto Campos, em 11 de fevereiro de 1988. Arquivo do Instituto Liberal do Rio de Janeiro.

⁴²⁶ Carta de Alexandre Guasti, secretário geral do Instituto Liberal, para Amaury Temporal, em 11 de fevereiro de 1988. Arquivo do Instituto Liberal do Rio de Janeiro.

⁴²⁷ Carta de Alexandre Guasti, secretário geral do Instituto Liberal, para José Guilherme Merquior, em 11 de fevereiro de 1988. Arquivo do Instituto Liberal do Rio de Janeiro.

⁴²⁸ A declaração encontra-se na íntegra no Anexo 11. Fonte: Instituto Liberal (1993) *Princípios dos Institutos Liberais - Declaração do Rio de Janeiro de 1988*. Conselho dos Institutos Liberais, RJ.

proteger e preservar a vida, a liberdade, a propriedade e a saúde dos indivíduos; é o de manter o ambiente institucional e o respeito às regras, de modo que possam florescer os talentos e as capacidades individuais. Em resumo, é o de prover a ordem e a justiça⁴²⁹.

A seguir, sua proposta de uma ordem liberal para a organização do Estado brasileiro baseia-se em dois pilares principais: a liberdade política e a economia de mercado.

Sobre o primeiro, estabelece-se que:

Liberdade política significa não só liberdade de expressão, de locomoção, de crença, de reunião, como também a liberdade para escolher as pessoas que irão exercer as funções de governo e que, portanto, irão deter o comando de coerção e compulsão. Para haver liberdade de escolha, é indispensável que haja eleições periódicas, que os indivíduos possam se organizar em torno de ideias e princípios que considerem mais adequados para a sociedade, e que possam formar partidos políticos de qualquer natureza. Essa liberdade de escolha precisa estar protegida por salvaguardas, de forma a impedir que um partido político eventualmente no poder venha a utilizar o aparato de coerção para suprimi-la; uma eventual maioria política não pode ter o direito de suprimir eleições ou de impedir a formação e a atuação de partidos políticos⁴³⁰.

Sobre a liberdade econômica, define-se:

Economia de mercado significa liberdade de iniciativa, entendida como direito de entrada no mercado para produzir os bens e serviços que os consumidores desejam. Significa liberdade de contrato representada pelo estabelecimento de preços, salários e juros sem restrições de qualquer natureza. A existência de uma economia de mercado pressupõe que não sejam concedidos a pessoas ou grupos privilégios tais como subsídios, reserva de mercado, monopólio, licenças cartoriais e protecionismos de qualquer espécie⁴³¹.

A declaração estabelece ainda que os Institutos Liberais irão promover as ideias do liberalismo através “da publicação de livros e textos, da realização de seminários, cursos e palestras, e da proposição de políticas alternativas a serem adotadas pelos eventuais ocupantes do poder”⁴³².

⁴²⁹ Instituto Liberal (1993) Princípios dos Institutos Liberais - Declaração do Rio de Janeiro de 1988 . Conselho dos Institutos Liberais, RJ.

⁴³⁰ Idem.

⁴³¹ Idem.

⁴³² Idem.

O apoio dos grupos empresariais

O Instituto Liberal teve apoio de grandes grupos empresariais desde sua fundação. E, assim, durante o período analisado por essa tese, os primeiros dez anos do instituto, o instituto permaneceu uma organização controlada por empresários. O IL não publicava regularmente informações sobre suas fontes de financiamento, mas com base em documentos encontrados no arquivo do Rio de Janeiro podemos afirmar que importantes empresas nacionais apoiaram o think tank brasileiro nesse período.

Em 1993, um relatório do instituto com uma lista de patrocinadores é reveladora da dimensão do apoio que contava. Ao todo, 225 empresas patrocinavam o think tank brasileiro⁴³³. Entre elas estavam grandes grupos industriais, comerciais, da construção civil e do setor financeiro. São exemplos: Amil Assistência Médica Internacional, Banco Bamerindus, Banco Bozano Simonsen, Banco Fenícia, Bombril, Bradesco, Carrefour, Companhia Brasileira de Petróleo Ipiranga, Companhia Antártica Paulista, Citibank, Nestlé, Construtora Noberto Odebrecht, Eucatex Indústria e Comércio, Indústrias Gradiente, Rhodia, Indústrias Votorantim, Samarco Mineração, Siemens, TV Globo, Unibanco Corretora de Seguros, Varig, Vasp e Xerox do Brasil. (A lista completa encontra-se no anexo 12)⁴³⁴.

Vale dizer, no entanto, que diferentemente do *Instituto Brasileiro de Estudos Economicos e Sociais*, de Nanhum Manela, o Instituto Liberal conseguiu vencer a barreira do meio empresarial, conseguindo atrair para o instituto indivíduos com profissões variadas, incluindo economistas, advogados, engenheiros, professores, jornalistas e estudantes. Muitos desses com bom trânsito no meio empresarial.

Na lista geral de diretores e conselheiros do instituto, em 1993, figuravam 114 pessoas, entre elas o filósofo e economista Eduardo Giannetti da Fonseca, autor de

⁴³³ O documento, contudo, não revela informações mais precisas, como: por quanto tempo determinada empresa patrocina o IL e quais valores estão envolvidos.

⁴³⁴ Documento: *Os Dez Primeiros Anos do Instituto Liberal*. Arquivo do Rio de Janeiro.

obras como *Beliefs in action* (1991) e *Vícios privados, benefícios públicos?* (1993); o economista e advogado Paulo Rabello de Castro, membro da Academia Internacional de Direito e Economia e professor da Fundação Getúlio Vargas⁴³⁵; o engenheiro e diretor executivo do “Jornal do Brasil” Arthur Chagas Diniz, que se tornou vice-presidente do Instituto Liberal em 1988.

Estratégias e atividades desenvolvidas

Com o objetivo de difundir as ideias do liberalismo econômico e promover a revolução política e econômica sonhada por seus membros, os Institutos Liberais desenvolveram uma série de atividades de promoção das ideias liberais no país. As ações analisadas a seguir concentraram-se nos Institutos Liberais do Rio de Janeiro e de São Paulo, os dois núcleos mais antigos e cujos arquivos estavam disponíveis para a pesquisa. As atividades possuíam duas estratégias principais de atuação: a promoção do liberalismo através de livros, cursos, seminários e outras atividades e a intervenção no cenário político com a elaboração de projetos de políticas públicas inspirados nas teorias econômicas liberais.

Neste trabalho, analisamos os dez primeiros anos do Instituto Liberal (1983-1993). Nesse período, inúmeras atividades foram desenvolvidas pelos oito think tanks da rede IL. Abordaremos aqui algumas dessas ações.

1) A publicação de livros

Os primeiros anos da organização foram dedicados à publicação de livros de autores estrangeiros e nacionais não publicados no Brasil. Todas as obras em maior ou menor grau estavam afinadas às teorias econômicas liberais. A decisão de priorizar essas publicações devia-se a um desejo de Donald Stewart, que funda o IL, a partir da sua

⁴³⁵ Durante o governo do presidente Michel Temer, Paulo Rabello de Castro presidiu o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

tentativa frustrada de adquirir livros de Hayek no país, mas não só. Na verdade, o Instituto Liberal estava seguindo o exemplo de alguns think tanks estrangeiros da rede Mont Pelerin – como o britânico Institute of Economic Affairs e o norte-americano Liberty Fund – que surgiram dedicados a essa atividade. Além disso, o próprio Hayek, no momento de criação da SMP, alertava para a necessidade de se estimular a publicação de livros, revistas e qualquer tipo de material que contribuísse para a difusão do liberalismo. Para o filósofo austríaco, esta era uma das principais formas de lutar no que considerava uma batalha de ideias contra o socialismo e o capitalismo de Bem-Estar Social.

Inicialmente, boa parte das obras traduzidas e publicadas era de pensadores clássicos da doutrina liberal. O objetivo era produzir uma bibliografia básica do liberalismo que, segundo o IL, não existia no país. A publicação desses livros seria uma forma de promover as ideias liberais, conquistando novos leitores e simpatizantes para a causa⁴³⁶. Entre as obras produzidas, nos primeiros cinco anos, estavam escritos de Hayek (“O Caminho da Servidão” - 1984; “Direito, Legislação e Liberdade” - 1985; “Desemprego e Política Monetária” – 1985; “Desestatização do Dinheiro” - 1986), Ludwig von Mises (“As Seis Lições” - 1987; “O mercado” – 1987; “Liberalismo” – 1988; “A Mentalidade Anticapitalista” - 1988; “Uma Crítica ao Intervencionismo” - 1988, “Ação Humana” - 1990) e outros expoentes da Escola Austríaca, como Eugen von Bohm-Bawerk (“A Teoria da Exploração do Socialismo Comunismo” - 1987).

Além dos autores clássicos, o Instituto Liberal publicou livros importantes para a consolidação do pensamento liberal nos anos do pós-1945, como os de Frank Knight (“Inteligência e Ação Democrática”, 1989), Henry Hazlitt (“Economia numa única lição” – 1986) e Ayn Rand (“Quem é John Galt?” – 1987; “A Nascente” – 1993).

⁴³⁶ Ideia Liberal, número 18, 1989. Arquivo do Instituto Liberal.

Expoentes do pensamento liberal moderno, das Escolas Austríaca, de Chicago e da Virgínia, também foram priorizados, como Murray Rothbard (“O essencial von Mises” – 1984; “Esquerda e Direita” – 1988), Israel Kirzner (“Competição e Atividade Empresarial” – 1986) e James Buchanan (“Custo e Escolha: uma indagação em teoria econômica” – 1993).

Autores brasileiros, ligados diretamente ou não ao IL, também publicaram pelo instituto, como Eduardo Gianetti da Fonseca, Antonio Paim, Ubiratam Borges de Macedo e Ricardo Velez Rodrigues. Mas, nos primeiros dez anos, apenas o filósofo Eduardo Gianetti com seu “Liberalismo e Pobreza” (1989) conseguiu publicar. Houve também publicações de dirigentes do IL: Donald Stewart com “O que é o liberalismo?” (1988) e Og Leme com “A ordem econômica” (1986) e “Entre os cupis e os homens” (1988).

Entre dezembro de 1984 e março de 1990, os Institutos Liberais publicaram 28 livros e 14 brochuras. No total, foram vendidos mais de 115 mil exemplares. Entre os mais vendidos, estavam, principalmente, representantes da Escola Austríaca de Economia: “As seis lições” de Ludwig von Mises (4.577 exemplares); “A nova riqueza das nações” e “A solução liberal” de Guy Sorman (4.661 e 4.107 cópias); “O caminho da servidão” de Hayek (3.200); “Economia em uma única lição” de Henry Hazlitt (4.614) e “Esquerda e direita” de Murray Rothbard (3.305). Havia também a publicação de autores nacionais. Os livros de Donald Stewart, “O que é o liberalismo?”, e do diretor do IL, Og Leme, “A ordem econômica”, figuravam entre os mais vendidos, respectivamente 6.063 e 4.900 exemplares.

Em 1993, o número de obras publicadas mais que dobrou. Apesar de não ter sido divulgado o número total de exemplares vendidos, o crescimento das publicações

impressiona. Nesse ano, os ILs já haviam publicado: 52 livros, 10 ensaios, 2 cartilhas e 14 conferências.

Apesar disso, em comparação com think tanks estrangeiros, os números do IL eram baixos. O diretor da organização brasileira, Arthur Chagas Diniz, em correspondência com o instituto americano Athens Institute, reclamava que “a maior dificuldade do trabalho de publicação era conseguir vender os livros”⁴³⁷.

Além da divulgação de ideias associadas ao liberalismo, essas atividades serviam também para promover o instituto e ampliar suas redes de sociabilidade. A publicação do livro “Frédéric Bastiat”, em março de 1990, em homenagem ao economista francês é um bom exemplo. O livro era uma compilação de textos de Bastiat e publicado por conta do bicentenário da revolução francesa. A obra teve uma edição de luxo, com tiragem de 1 mil exemplares, e uma edição popular, com três mil cópias para serem vendidas. Ambas publicações foram financiadas pela empresa francesa Carrefour, um dos grupos financiadores do IL. Seu lançamento, realizado no Jockey Club, de São Paulo, se deu em uma cerimônia refinada, também patrocinada pela rede de supermercados francesa, e que contou com a participação de inúmeros empresários⁴³⁸.

Outro exemplo foi a publicação no mesmo ano de “Ação Humana”, de Ludwig von Mises. Traduzido por Donald Stewart, a primeira edição do livro teve tiragem de 1 mil exemplares. Em três anos, a obra esgotou-se e foi feita uma nova edição. Em 1991, o Instituto Liberal recebeu o prêmio internacional *Sir Anthony Fisher* de melhor publicação sobre o pensamento liberal, concedido pelo Atlas Foundation. Além disso, o livro foi considerado um instrumento importante na aproximação do think tank com os professores universitários. Após o lançamento, o fundador do IL foi convidado a dar uma palestra na Universidade de São Paulo (USP) para falar sobre a obra e o

⁴³⁷ Correspondência do Instituto Liberal para Athens Institute, em 27 de julho de 1993.

⁴³⁸ Extraído do projeto apresentado pelo Instituto Liberal para concorrer ao Prêmio Anthony Fisher International Memorial Awards, promovido pelo Atlas Foundation. Arquivo Instituto Liberal.

pensamento econômico do intelectual austríaco. O evento foi citado por Donald Stewart em correspondência para o Atlas Foundation como uma aproximação promissora do IL com o mundo acadêmico⁴³⁹.

II) Outras publicações

Os Institutos Liberais editaram ainda uma série de publicações, em forma de brochuras, distribuídas gratuitamente em bibliotecas públicas e universidades. A série “Ensaio e Artigos” reproduzia conferências ou textos curtos, de fácil divulgação, de autores liberais sobre assuntos variados. Boa parte deles eram publicações de think tanks estrangeiros, traduzidos pelo Instituto Liberal. Nessa série, destaca-se a conferência de Václav Klaus, promovida pelo think tank australiano *Center for Independent Studies*. O então ministro das Finanças da Tchecoslováquia foi um dos artífices da Revolução de Veludo, movimento político que derrubou o governo comunista no país. No ano de lançamento da publicação pelo IL, Klaus havia sido eleito presidente do país.

Entre 1983 e 1993, houve dez publicações da série: Madsen Pirie (“Princípios e prática da privatização” – 1987 e “Privatizações” – 1987); Gottfried Dietz (“O governo constitucional” – 1988); Marco Jacob de Melo (“O estado: o ídolo, o cidadão, o suspeito” – 1988); Václav Klaus (“Demolindo o socialismo: um relatório preliminar” – 1992); Armando de la Torre (“A ausência do razoável” - 1988 e “A ética do lucro” – 1988); Paul Heine (“O conceito de justiça econômica nas discussões religiosas” – 1992); Bernard Siegan (“Uma constituição para uma nação livre” – 1992); Odemiro Fonseca (“Crônicas de uns liberais impertinentes” – 1993).

A série “Conferências do Instituto Liberal” publicava palestras de pensadores e dirigentes de think tanks liberais de diferentes países. Entre os publicados estavam o

⁴³⁹ Arquivo Instituto Liberal do Rio de Janeiro.

economista chileno Jose Pinera, um dos responsáveis pela administração econômica do país durante a ditadura de Pinochet, o economista peruano Hernando de Soto, do *Instituto Libertad y Democracia*, o guatemalteco Armando de la Torre, da *Foundation Francisco Marroquin*, e o crítico literário e diplomata brasileiro José Guilherme Merquior.

Houve ainda outras publicações, como os cadernos “Perguntas e Respostas” sobre temas do liberalismo e a série “Antologia Liberal” com textos de autores como Hayek, Mises e Kirzner, ambas produzidas pelo Instituto Liberal de São Paulo.

III) Seminários, programas de rádio e televisão, cartilhas e concursos

O Instituto Liberal também produziu seminários, programas de rádio e televisão, cartilhas para estudantes e trabalhadores, concursos de monografias e cursos de aperfeiçoamento de professores entre outras atividades. Abaixo seguem algumas atividades desenvolvidas pelos diferentes institutos⁴⁴⁰.

Nos primeiros dez anos, as oito unidades do Instituto Liberal organizaram ao todo mais de 200 seminários e conferências. Entre os autores convidados, estavam intelectuais de renome internacional, como o ganhador do Prêmio Nobel de Economia James Buchanan, diretores de think tanks estrangeiros, professores universitários, economistas e membros do Instituto Liberal.

Com o objetivo de ampliar a presença de ideias liberais na mídia, o IL de São Paulo, com o patrocínio das empresas do Grupo Fenícia, criou o “Prêmio Fenícia de Imprensa” para premiar trabalhos jornalísticos que divulgassem os princípios da economia de mercado e da democracia representativa. Em 1989, no Teatro Cultura Artística, em São Paulo, 117 candidatos disputavam os quatro prêmios oferecidos:

⁴⁴⁰ As atividades descritas encontram-se no documento *Atividades Desenvolvidas*. Arquivo Instituto Liberal do Rio de Janeiro.

“Grande Prêmio”, “Melhor Reportagem Individual”, “Melhor Entrevista” e “Melhor Reportagem Coletiva”. Ao som da Orquestra Filarmônica de São Paulo, uma homenagem especial, o “Prêmio Instituto Liberal”, foi feita ao jornal “O Estado de São Paulo”, premiado como “o veículo que mais se destacou pela atenção constante e sistemática na defesa dos princípios liberais”⁴⁴¹. Três anos depois, o prêmio cresceu. O número de candidatos mais que dobrou: 245 pessoas concorriam a 6 prêmios. No Hotel Caesar Park, em São Paulo, receberam o troféu três reportagens cujos títulos são bastante significativos: “Desperdício de Dinheiro Público”, “A Nova Esquerda aperta a mão invisível” e “Privatizar. Sim ou Não”⁴⁴². Novamente, o prêmio para o melhor veículo de imprensa vai para a família Mesquita. Dessa vez, Julio de Mesquita Neto recebeu o troféu pelo trabalho de “Jornal da Tarde” e seu papel “de difusão do pensamento liberal e defesa de seus princípios”⁴⁴³.

Havia também premiações para monografias e trabalhos desenvolvidos por professores de escolas básicas. Em 1988, o IL-SP instituiu o “Concurso de Monografia – Prêmio Alfred Marshall” com o “objetivo de estimular a produção de trabalhos acadêmicos, na área de economia, voltados para temas que expressem os princípios liberais”. Com uma dimensão maior, havia também prêmios para professores de escolas e universidades que contribuíssem com a organização dos trabalhos da “Semana da Cidadania”, realizada pelo Instituto Liberal. Divididos em diversos segmentos da pré-escola à universidade, docentes de diferentes partes do país foram contemplados: de um colégio municipal de Duque de Caxias, no estado do Rio de Janeiro, à uma escola de supletivo na Mooca, em São Paulo. De acordo com documentos encontrados no IL-RJ, considerado o total de alunos das escolas participantes, mais de 2 milhões e seiscentos mil estudantes estavam envolvidos na “Semana da Cidadania”.

⁴⁴¹ Documento: *Atividades Desenvolvidas*. Arquivo Instituto Liberal do Rio de Janeiro.

⁴⁴² Nos documentos não há informação sobre onde foram publicadas as reportagens vencedoras.

⁴⁴³ Documento: *Atividades Desenvolvidas*. Arquivo Instituto Liberal do Rio de Janeiro.

Ainda na área de educação, o IL-SP desenvolveu o “Curso de Aperfeiçoamento/Extensão Cultural” voltado para capacitar professores e diretores de escolas públicas e privadas. Nesse projeto, membros do Instituto Liberal ofereciam cursos, seminários e palestras para docentes e diretores sobre princípios da doutrina liberal.

No Rio de Janeiro, o Instituto Liberal também oferecia cursos gratuitos para difundir a doutrina liberal. Havia seminários direcionados para empresários sobre temas de Política, Economia e Filosofia e ciclos de cursos sobre o liberalismo, ministrados por professores convidados e membros do instituto, abertos ao público em geral⁴⁴⁴.

No Rio Grande do Sul, o Instituto Liberal desenvolveu um programa semanal de televisão, transmitido em todo o estado, chamado “O Rio Grande Questiona”. Com 60 minutos de duração, foram entrevistadas lideranças empresariais, políticas, sindicais e governamentais, apresentando debates sobre assuntos diversos a partir de uma perspectiva liberal. Ao todo, foram realizados 86 programas entre 1990 e 1992.

Havia ainda o programa “Rádio Livre”, iniciado em junho de 1991, era veiculado por 49 emissoras, totalizando 207 programas por semana. Com 15 minutos de notícias, entrevistas e comentários econômicos, o programa de cunho jornalístico tinha potencial para atingir milhões de ouvintes.

No Paraná, o Instituto Liberal distribuiu outdoors em diversos pontos da capital. Neles, eram escritos frases de cunho liberal de impacto e propagandas de publicações do instituto. Não por acaso, no início dos anos 1990, o IL do Paraná tornou-se o campeão de vendas de livros entre os institutos da rede.

Em Minas Gerais, no mesmo período, o IL investiu na propaganda junto às prefeituras do estado sobre as vantagens da privatização. A partir de 1990, foram

⁴⁴⁴ IL Notícias, vários números. Arquivo do Rio de Janeiro.

organizados seminários, palestras e debates, com a presença de economistas brasileiros e estrangeiros, voltados para o convencimento de agentes públicos sobre a necessidade de políticas a favor das privatizações e da terceirização. A série “Painéis do IL sobre Privatização, Desregulamentação e Produtividade” possuía três horas de duração, ocorrendo no auditório da FIEMG – Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais. O apoio dos industriais mineiros, bastante interessados no desenvolvimento de uma política de desregulamentação, era evidente no apoio ao encontro.

Em 1993, São Paulo, o Instituto Liberal decidiu lançar uma campanha de estímulo à cidadania. Para isso, produziu, em parceria com Mauricio de Souza Produções, a publicação “A Turma da Monica – Cidadania”. A cartilha foi patrocinada pelo Unibanco, pelo Bradesco, pelo Citibank, pela Metalac e pelo Shopping Eldorado⁴⁴⁵. Com uma tiragem inicial de 500 mil exemplares, a cartilha foi distribuída na rede de ensino da cidade de São Paulo.

Nela, Monica e seus amigos, a partir de uma perspectiva liberal, explicavam que os principais problemas do país, das dificuldades nos serviços de saúde, educação e transporte aos problemas da previdência, passando pela alta inflação, são ocasionados “porque o Estado é um mau empresário” e suas “consequências se fazem sentir [no] baixo nível de ensino, [no] péssimo atendimento médico, [na] aposentadoria insuficiente, [nas] estradas esburacadas e perigosas e [na] violência”⁴⁴⁶. A solução estaria na iniciativa individual, em que “cada um deve desempenhar o seu papel na sociedade, da melhor maneira possível (...) trabalhando no campo ou na cidade, sendo operário ou empresário”⁴⁴⁷.

No ano seguinte, o IL-SP lançou outra cartilha “O Cidadão”. Escrita por Jacy de Souza Mendonça, vice-presidente do instituto paulista e patrocinada pela Siemens,

⁴⁴⁵ Documento: *Os Dez Primeiros Anos do Instituto Liberal*. Arquivo do Rio de Janeiro.

⁴⁴⁶ Cartilha *Turma da Monica – Cidadania*. Produção IL-SP & Mauricio de Souza Produções. 1993.

⁴⁴⁷ Idem.

Nestlé e C&A, a publicação foi distribuída em escolas, instituições governamentais e empresas. Nela, buscava-se explicar a organização do poder político, a divisão de poderes e o funcionamento das instituições no país. Além disso, apontava os problemas econômicos e sociais brasileiros como resultado da má administração estatal, apresentando, assim, como solução a expansão da iniciativa privada para áreas dominadas pelo setor público.

Acima, estão descritas apenas algumas das atividades da rede dos Institutos Liberais. Ações variadas se desenvolveram ao longo desses anos. Algumas delas não possuíam um projeto específico e, por isso, não foram documentadas. Importante dizer que todas buscavam cumprir o objetivo de difundir uma cultura política liberal no país. E, por isso, afirmamos que o Instituto Liberal atuou como um vetor social privilegiado ao reproduzir valores do liberalismo político e econômico.

Os projetos de intervenção nas políticas públicas

Além da divulgação das ideias liberais, os Institutos Liberais buscaram intervir na formulação de políticas públicas. A partir de 1990, os ILs do Rio de Janeiro e de São Paulo, formularam projetos de lei apresentados no Congresso Nacional com o objetivo de promover um programa liberal de governo.

Influenciados pelas atividades desenvolvidas em think tanks como o *Institute of Economic Affairs (IEA)* e o *Atlas Foundation*, os Institutos Liberais contrataram especialistas para produzirem estudos voltados à elaboração de projetos de lei e medidas provisórias. A partir daí, duas publicações foram criadas, “Notas – Avaliação de Projetos de Lei” e “Políticas Alternativas”, com o intuito de oferecer soluções para problemas econômicos e sociais do país baseadas em princípios liberais.

Lançada em 1990, a série “Notas” tinha como objetivo analisar projetos de lei e dispositivos constitucionais sob a ótica liberal. A publicação, com tiragem mensal de cinco mil exemplares, era distribuída para parlamentares, jornalistas e representantes de associações de classe. Ela era patrocinada por empresas brasileiras e pelo *Center for International Private Enterprises (CIPE)* abordava temas variados, que iam da análise da lei do inquilinato até a reforma portuária.

A publicação examinava projetos de lei enviados ao Congresso Nacional, por parlamentares ou pelo Executivo, avaliando seus impactos. Para isso, um grupo de economistas especializados em determinado tema era contratado para apreciar o projeto de lei, recomendando sua aprovação, modificação ou rejeição.

Em dezembro de 1991, o Instituto Liberal contratou uma instituição independente para medir o impacto da publicação entre os parlamentares. De acordo com o resultado da pesquisa, 108 parlamentares foram entrevistados, sendo que 52% se declararam leitores permanentes de “Notas” e 75% afirmaram que em algum momento alteraram seus votos no Parlamento após sua leitura.

Em 1993, um relatório do Instituto Liberal creditava à publicação “Notas” influência na aprovação de algumas leis do período como a Lei do Inquilinato, a Reforma Tributária e a Lei de Marcas e Patentes.

A outra série, “Políticas Alternativas”, estreou no início de 1991, com um trabalho sobre Previdência Social. A seguir, outros estudos foram lançados com temas como privatizações de empresas públicas, reformas dos sistemas de saúde e educação, abertura ao capital estrangeiro, revisão da constituição brasileira e desregulamentação dos setores de telecomunicação e petróleo.

Em linhas gerais, as edições começavam com uma introdução do tema escolhido e seus problemas no Brasil. A seguir, analisando experiências liberais adotadas em

outros países, apresentava uma proposta de mudança constitucional ou de legislação ordinária para o setor. Em comum, suas políticas alternativas caracterizavam-se pela defesa da expansão dos mecanismos de livre-mercado e pelo recuo do papel estatal.

Na educação, defendia-se o fim do ensino público gratuito. Propunha-se um sistema de vouchers (cheques), proposta criada por Milton Friedman na década de 1960, como substituição da gratuidade. A ideia era baseada na distribuição pelo governo de vouchers em dinheiro para crianças entre 7 e 14 anos de idade. Com esse valor, seus responsáveis procurariam escolas que passariam a disputar os alunos. Nesse sistema, os professores teriam suas remunerações calculadas a partir do número de estudantes matriculados na sua escola. O princípio por trás do sistema era que o estímulo à competição pelos vouchers entre as unidades de ensino aperfeiçoaria a educação pública no país.

A ideia de concessão de um crédito individual também estava presente nas propostas para o setor de saúde. Aqui também o cidadão receberia determinada soma para escolher o plano de saúde que lhe agradasse. Assim como para o setor de educação, as bases da proposta eram que o cidadão de maneira “livre” escolheria como investir o recurso, o que estimularia a competitividade e ampliaria os sistemas privados. Curioso apenas é que no setor de saúde as propostas não mencionavam a redução dos gastos públicos. Pelo contrário, defendia-se o aumento dos investimentos do governo de 3,5% para 5% do PIB⁴⁴⁸.

Para o setor industrial, advogava-se o fim das políticas de proteção às empresas nacionais. A desregulamentação do setor passava pelo enfraquecimento do papel do

⁴⁴⁸ Em 2016, a Emenda Constitucional 86/2015 determinou que o governo federal deve destinar 13,2% de sua receita corrente líquida para serviços de saúde pública e esse percentual deverá aumentar gradativamente, até chegar a 15% da receita corrente líquida em 2020. Mas, quando analisado comparado ao Produto Interno Bruto do país, os números são mais modestos. Em 2017, embora os gastos com saúde no país tenham atingido 9,1% do PIB, se contarmos apenas as despesas do governo temos apenas 3,9%, pouco acima dos gastos no ano de 1994 por exemplo.

BNDES e pela redução das tarifas de importação, políticas consideradas necessárias para incentivar a competitividade da indústria nacional⁴⁴⁹.

A relação com os think tanks estrangeiros

Como observamos nos capítulos anteriores, o Instituto Liberal fazia parte de uma extensa rede internacional de think tanks, historicamente organizados a partir da Sociedade Mont Pelerin. Contudo, não analisamos a relação entre as instituições internacionais, particularmente os grupos norte-americanos, e o Instituto Liberal em termos de uma imposição política e cultural. Essa perspectiva, adotada nos estudos centrados na ideia do “Consenso de Washington”, segundo a qual a reunião de lideranças políticas, empresariais e intelectuais estrangeiras teria resultado na imposição do receituário neoliberal aos países da América Latina durante a década de 1990⁴⁵⁰.

Defendemos aqui que as relações desenvolvidas entre o Instituto Liberal e as organizações estrangeiras são marcadas pelas trocas, intercâmbios e cooperação, compreendidos como um movimento de “mão dupla”, na qual os grupos se influenciaram e contribuíram reciprocamente para suas atividades. Essa perspectiva não desconsidera a existência de uma assimetria de poder econômico entre as organizações da rede, mas advoga que, apesar disso, o think tank brasileiro inseriu-se no movimento internacional de forma autônoma e independente. Um bom exemplo para percebermos isso é a questão do financiamento.

⁴⁴⁹ A defesa da redução do papel do BNDES era um dos pontos de destaque dos documentos produzidos pelo Instituto Liberal. No entanto, uma vez que possivelmente muitos empresários, especialmente do setor produtivo, que participavam diretamente ou indiretamente das atividades do instituto, beneficiavam-se do apoio do órgão de fomento, acreditamos que essa proposta do IL não era consensual. Contudo, com as fontes disponíveis, não conseguimos investigar a fundo a questão. Esperamos que possam ser desenvolvidas futuras pesquisas sobre as relações entre o empresariado das diversas unidades do Instituto Liberal e o BNDES, bem como estudos sobre as aproximações e divergências entre o empresariado apoiador do IL, principalmente entre os representantes dos setores produtivo e financeiro.

⁴⁵⁰ Alguns exemplos de trabalhos desta perspectiva são: David Harvey, em “O neoliberalismo – História e implicações”, e Naomi Klein, “A doutrina do choque”.

I) Financiamento

Em seu início, o Instituto Liberal não dependia do apoio financeiro de organizações estrangeiras. Com os fartos recursos de Donald Stewart e o apoio de alguns grupos empresariais, o IL desenvolveu suas atividades, expandindo-se nacionalmente. Isso não significa, todavia, que o think tank brasileiro não precisasse da ajuda das outras instituições. Como vimos, a inserção na rede da Mont Pelerin foi importante para a troca de experiências, contatos e informações, bem como para o auxílio no desenvolvimento de atividades importantes nos primeiros anos do IL, como a autorização para a tradução e publicação de obras de autores liberais, produzidas por think tanks estrangeiros.

Uma das hipóteses deste trabalho é que o IL, em seus primeiros anos, era financeiramente independente das demais instituições, usando seus recursos econômicos para conseguir participar da rede da Mont Pelerin. Donald Stewart em certos momentos demonstrava sua disposição de “comprar um lugar à mesa”, investindo através de recursos da sua empresa nas atividades de think tanks estrangeiros, como veremos a seguir.

Além disso, nesses primeiros anos, o IL passou a ser visto como uma referência para novos institutos. Por exemplo, em 1986, alguns empresários portugueses procuraram Anthony Fisher para ajudá-los na criação da “Associação para a Cooperação e Desenvolvimento Social”. Um dos diretores do Atlas, Alejandro Chafuen, aconselhou-os a procurarem o instituto brasileiro, apontando como um bom exemplo a ser seguido, destacando suas publicações de autores liberais⁴⁵¹.

Em contrapartida, organizações estrangeiras como Atlas contribuíam para a formação de quadros para o grupo brasileiro. Anthony Fisher e Alejandro Chafuen, em

⁴⁵¹ Correspondência de Alejandro Chafuen para Antonio Gomes de Pinho, em 17 de novembro de 1986. Arquivo do Instituto Liberal.

mais de uma oportunidade, ofereciam contatos ou recursos para conseguir bolsas de estudo em universidades norte-americanas⁴⁵².

Havia também uma rede de patrocínio que aos poucos os brasileiros souberam aproveitar. No final de 1988, por intermédio do Atlas, o Instituto Liberal foi escolhido, junto com outros quatro think tanks, para ser financiado pela *British Petroleum*⁴⁵³. A multinacional era uma financiadora tradicional dos trabalhos do IEA e de outras organizações britânicas⁴⁵⁴.

Em 1988, o Atlas Foundation decidiu realizar um evento dedicado às organizações da região. O encontro ocorreu na Venezuela e foi feito em parceria com outras duas instituições, Center for the Promotion of Economic Education (CEDICE) e o venezuelano Institute for Liberty and Democracy (ILD).

Entre os objetivos do encontro estavam: “aperfeiçoar o trabalho dos think tanks na produção de material sobre assuntos econômicos”; “apoiar diferentes mecanismos através dos quais os institutos divulgam as vantagens da empresa privada”; “explicar métodos para influenciar, por meio de pesquisas, mudanças legais a favor das empresas privadas”; “iluminar os convidados com palestras sobre os mais importantes assuntos econômicos da atualidade”; “estimular a produção de trabalhos acadêmicos a serem usados no sistema educacional”⁴⁵⁵.

⁴⁵² Correspondência de Alejandro Chafuen para Og Leme, em 29 de junho de 1988. Arquivo do Instituto Liberal.

⁴⁵³ As outras organizações selecionadas foram: *Australian Institute for Public Policy*, *Fraser Institute*, *New Zealand CIS* e *Washington Institute for Public Studies (WIPPS)*.

⁴⁵⁴ Memorando do Atlas Foundation. Correspondência de John Blundell para Jose Stelle, em 20 de outubro de 1988.

⁴⁵⁵ Documento *Atlas Conference/Project Description*. No original: “c) *Improving the institute’s task os providing accurate information of economic issues*; d) *Espousing different ways by which the institutes may educate the community on the benefits of private enterprise*; e) *Explaining methods to influence, through research, pro-private enterprise legal change*; f) *Enlightening the attendants with economic lectures concerning the most important current political-economic issues*; g) *Encouraging the production of academic publications to be used in the education system*”. As páginas do document com os objetivos “a)” e “b)” não foram encontradas no arquivo.

O evento dava a dimensão do crescimento da rede organizada pelo think tank norte-americano. Se o seu primeiro encontro internacional, com instituições de toda a rede, em Vancouver, teve previsão inicial de apenas 20 convidados, em cinco anos, uma conferência com think tanks apenas da América Latina atraiu a participação de mais de 100 convidados. Entre eles, dois brasileiros do IL, o presidente, Donald Stewart e o secretário-geral, Alexandre Guasti, além de representantes de organizações da Argentina, Chile, Panamá, México, Venezuela, Guatemala e Peru.

Nos anos seguintes, cresce o número de eventos promovidos pelo Atlas, influenciado pelo contexto de crise do socialismo. Em apenas treze meses entre 1989 e 1990, seis conferências foram realizadas, uma delas no Brasil⁴⁵⁶. A correspondência de John Blundell, presidente do Atlas à época, para Donald Stewart, em janeiro de 1990, é emblemática. Saudando o presidente do IL, que esteve presente em todos os onze eventos organizados pelo Atlas desde sua fundação, Blundell sem esconder o entusiasmo escreve:

I also remarked that we are seeing an explosion of interest in our ideas and that “intellectual entrepreneurs” who share our concerns are approaching us from all corners of the world. Fortunately our donors are responding magnificently and are giving us the means to continue to support not only the institutes that we have helped in the past and that are still maturing, but also many of these new institutes that have emerged in recent months⁴⁵⁷.

O otimismo do presidente do Atlas vai contrastar com a situação do instituto brasileiro. Em 1990, a economia do país entrou em colapso com o fracasso do plano econômico do governo Collor. Muitos empresários pararam de patrocinar o IL e, por isso, muitas atividades desenvolvidas pelo instituto foram suspensas, como a tradução e publicação de livros, o “Concurso de Monografia – Prêmio Alfred Marshall” e o “Prêmio Fenícia

⁴⁵⁶ As outras ocorreram na Nova Zelândia, Guatemala, Estados Unidos, Alemanha e Rússia.

⁴⁵⁷ Correspondência de John Blundell para Donald Stewart, em 18 de janeiro de 1990. Arquivo do Instituto Liberal.

de Imprensa”. Sem saber o que fazer, os brasileiros pediram ajuda. Em um documento intitulado *The impact of the Brazilian stabilization program on the activities of the “Institutos Liberais”*, Og Leme escreveu para Alejandro Chafuen comunicando o cenário de dificuldades que a organização enfrentava⁴⁵⁸.

O diretor do Atlas para América Latina, preocupado, ligou assim que recebeu a carta de Og Leme. Interessado em ajudar o IL, considerado um dos principais exemplos de sucesso da rede Atlas na América Latina, Chafuen prontamente ofereceu auxílio financeiro. A ajuda viria de formas variadas. Nos dois anos seguintes, a organização norte-americana patrocinou a participação dos brasileiros nos eventos da Mont Pelerin, financiou a tradução e publicação de livros de autores liberais pela editora IL, investiu \$ 10 mil (\$ 18 mil em valores atuais) em um estudo sobre reforma da Previdência Social brasileira⁴⁵⁹ e \$ 20 mil (aproximadamente \$ 34 mil em valores atuais) em um trabalho sobre mudança no sistema de saúde⁴⁶⁰.

De acordo com o documento “Informe Liberal”, produzido pelo IL de SP, entre 1991 e 1997, além do Atlas, outros cinco think tanks estrangeiros patrocinaram o Instituto Liberal, sem especificar valores. Apenas o *Instituto C&A de Desenvolvimento Social* (Brasil/Holanda) não era proveniente dos Estados Unidos. Os demais eram: *Center for International Private Enterprise*, *International Center for Economic Growth*, *Liberty Fund* e *Tinker Foundation*⁴⁶¹.

Não há uma data precisa para a melhora das finanças do IL, mas acreditamos que o quadro positivo deve ter começado em 1993. Nesse ano apareceram novamente

⁴⁵⁸ LEME, Og. “The impact of the Brazilian stabilization program on the activities of the Institutos Liberais”. Anexado na correspondência de Alexandre Guasti para Alejandro Chafuen, 29 de março de 1990.

⁴⁵⁹ Correspondência de Alejandro Chafuen para Donald Stewart, 15 de agosto de 1991. Arquivo do Instituto Liberal do Rio de Janeiro.

⁴⁶⁰ Esse patrocínio foi feito em parceria com o instituto Lilly Endowment, de Indiana, Estados Unidos. Correspondência de Donald Stewart para Alejandro Chafuen, 8 de julho de 1993. Arquivo do Instituto Liberal do Rio de Janeiro.

⁴⁶¹ IL Notícias – Informe Liberal. IL-SP, 1993-1997. Arquivo do Instituto Liberal do Rio de Janeiro.

balanços com os mantenedores do instituto (ver anexo 12) e novas atividades patrocinadas. Com isso, a recuperação da economia brasileira somada à volta do apoio financeiro do empresariado nacional permitiu que o IL investisse novamente nas atividades de outros think tanks.

Uma das hipóteses deste trabalho é de que o Instituto Liberal teve uma posição de protagonista no desenvolvimento da rede da Mont Pelerin na América Latina. Sua participação não se caracterizava por reproduzir objetivos, interesses e projetos das organizações estrangeiras. Pelo contrário, apesar da disparidade de poder econômico quando comparado a algumas instituições como o Atlas, sua participação se dava de forma ativa e autônoma. Ao longo do período pesquisado – os dez primeiros anos do IL – a independência e protagonismo do grupo brasileiro pode ser verificado de diferentes maneiras.

Uma delas é o apoio financeiro do think tank brasileiro às atividades desenvolvidas pela rede da Mont Pelerin. O dinheiro não circulava apenas das organizações internacionais para o Brasil, mas também na direção contrária. Esse apoio financeiro do IL, em especial de seu presidente Donald Stewart, às atividades de think tanks da rede internacional ocorreu de muitas formas e desde a fundação do grupo brasileiro. Importante dizer que o investimento brasileiro não deve ser avaliado apenas pelos valores direcionados. Em certos momentos, os recursos investidos eram significativos, mas em muitos outros eram apenas simbólicos. O patrocínio do IL às atividades de think tanks estrangeiros deve ser compreendido principalmente pela dimensão de envolvimento do instituto brasileiro na rede internacional. Afinal, o investimento era importante em vários aspectos: para aproximar o IL das organizações liberais estrangeiras; para proporcionar aos brasileiros acesso a uma rede de

sociabilidade; para exportar a marca do Instituto Liberal (e muitas vezes das empresas por trás da organização, como a ECISA de Donald Stewart).

Em janeiro de 1985, com pouco mais de um ano da fundação do Instituto Liberal, Donald Stewart agradeceu o apoio do think tank norte americano *Cato Institute*. Na correspondência, não há a explicitação de que tipo de apoio era esse⁴⁶². Contudo, com base nas documentações dos primeiros anos do IL, podemos perceber a disposição dos brasileiros em investir nas atividades desenvolvidas pelo Cato Institute. No mesmo mês, como um gesto de aproximação entre as organizações, diversos membros do IL manifestaram o desejo de conhecer e participar do principal seminário realizado pela instituição norte-americana no período, o *Cato's Summer Seminar Program*⁴⁶³. Esses seminários eram uma das formas de arrecadação do Cato Institute. O apoio financeiro do IL ao Cato Institute não parou aí. Em 1986, Donald Stewart tornou-se um dos patrocinadores da *Foreign Policy Essay Contest*⁴⁶⁴.

Nos anos seguintes, o presidente do IL investiu em outras atividades do think tank norte-americano, o que o credenciou a participar do “Encontro Anual de Patrocinadores do Cato Institute”. A ideia do encontro era agradecer a ajuda financeira, aproximar ainda mais os patrocinadores e arrecadar mais recursos para o instituto. O evento aconteceu no hotel Sheraton, em Washington, a poucos quilômetros da sede do Cato. Em um jantar com a presença de intelectuais liberais de destaque do período, como Charles Murray, autor de *Losing Grould*, e personalidades como o bilionário Charles Koch, presidente das indústrias Koch e um dos fundadores do Cato, Donald

⁴⁶² Carta de Donald Stewart para Edward Crane, em 10 de janeiro de 1985. Arquivo do Instituto Liberal do Rio de Janeiro.

⁴⁶³ Carta da secretaria executiva Ana Maria Mujica para a coordenadora do Cato Intitute, Kristina Herbert, em 22 de janeiro de 1985.

⁴⁶⁴ O apoio à publicação do Cato era sobretudo simbólica, pois inicialmente correspondeu a 170 dólares em valores atuais. Carta do presidente do Cato Institute, Edward Crane, para Donald Stewart, em 19 de março de 1986.

Stewart representava os brasileiros do Instituto Liberal⁴⁶⁵. No ano seguinte, ele foi um dos 600 convidados do evento de celebração dos 10 anos do Cato.

É importante destacar que a contribuição de Donald Stewart ao Cato era bastante variada. Além da anuidade, Stewart arcava ainda com outras contribuições, como “taxa bônus de final de ano”, pagamento de inscrições de eventos do próprio instituto, como os *Summer Seminars*, e de conferências internacionais. Em 1989, em um grande evento do Cato, realizado em Moscou, quinze membros do IL preencheram formulários para participar, cujas taxas de inscrição eram de mil dólares⁴⁶⁶.

Contudo, não se deve superestimar a contribuição financeira dos brasileiros. Um bom exemplo para isso é verificar o volume dos recursos disponibilizados pelos brasileiros. O programa de patrocínio do Cato possuía quatro modalidades. Stewart era patrocinador da forma mais simples⁴⁶⁷.

Reafirmamos aqui que a questão principal não é a dimensão do apoio financeiro dos brasileiros, mas pontuar que ele existia e perceber suas razões. Em primeiro lugar, a posição do presidente do IL como um dos patrocinadores do *Cato Institute* era uma das formas de aproximar o instituto brasileiro da Mont Pelerin. Eventos, como o Encontro de Patrocinadores, funcionava como uma maneira de integrar Donald Stewart à rede de sociabilidade de dirigentes e intelectuais de think tanks estrangeiros. Além disso, funcionava como uma troca de conhecimentos e experiência. Os programas de financiamento do Cato era vistos como exemplos a serem seguidos pelo Instituto Liberal. Em correspondências entre o secretário geral do IL, Alexandre Guasti, e Donald Stewart os esquemas de financiamento do think tank norte-americano foi

⁴⁶⁵ Carta do presidente do Cato Institute, Edward Crane, para Donald Stewart, em 3 de abril de 1986.

⁴⁶⁶ Circular do Cato Institute enviada aos membros da Sociedade Mont Pelerin, em 16 maio de 1990. Arquivo do Instituto Liberal do Rio de Janeiro.

⁴⁶⁷ Carta do presidente do Cato Institute, Edward Crane, para Donald Stewart, em 9 de dezembro de 1987.

considerado uma inspiração para o primeiro sistema de arrecadação criado pelos brasileiros.

Há também outras formas de contribuição financeira do IL para os think tanks estrangeiros como a compra de publicações (jornais, revistas, livros e artigos) e direitos para a edição de obras produzidas por organizações estrangeiras da rede, o apoio financeiro a encontros internacionais e o patrocínio de diferentes projetos. Em 1988, por exemplo, D. Stewart através de sua empresa ECISA Engenharia foi um dos patrocinadores de um projeto da instituição californiana *Hoover Institution* para editar as obras de Hayek⁴⁶⁸. Lançado três anos depois, *Collected Works of Hayek* era composto por vinte livros que reuniam as publicações do autor austríaco. Em um projeto com custo de 40 mil dólares, a contribuição do brasileiro foi significativa. Stewart enviou um cheque no valor de 5 mil dólares (equivalente a 10 mil hoje em dia) e pediu para que sua empresa fosse mencionada como um dos patrocinadores junto com o nome do Instituto Liberal⁴⁶⁹.

Outro exemplo foi quando, em dezembro de 1993, Donald Stewart tornou-se um dos patrocinadores de um filme, produzido pelo Atlas Foundation sobre a vida de Hayek. O chamado “Projeto Hayek” tinha como objetivo produzir uma obra, direcionada ao grande público, sobre a trajetória de vida e as ideias do filósofo. Como escrito no projeto enviado ao presidente do Instituto Liberal: “o filme deseja homenagear a liderança intelectual de Hayek, que inspirou uma contrarrevolução em direção à liberdade e à prosperidade”⁴⁷⁰. A inspiração para o “Projeto Hayek” foi a série de televisão *Free to Choose*, de Milton Friedman. O programa do economista de

⁴⁶⁸ Collected Works of F.A. Hayek Project (1989). Fonte: Arquivo do Instituto Liberal.

⁴⁶⁹ Cheque de 8 de fevereiro de 1988 e correspondência de Donald Stewart para W.W. Bartley, em 28 de outubro de 1986. Arquivo do Instituto Liberal.

⁴⁷⁰ Documento “Hayek Project”, produzido pelo Atlas Economic Research Foundation e enviado a Donald Stewart, em 31 de janeiro de 1993. Arquivo do Instituto Liberal.

Chicago era inspirado no seu livro de mesmo nome e foi considerado um sucesso nos anos 1980.

É importante afirmar que esses investimentos feitos pelos brasileiros eram também uma forma de compensar o suporte organizacional e o intercâmbio político e intelectual oferecido pelas organizações estrangeiras. Apesar de não possuímos documentos que nos permitam precisar o volume de recursos investidos pelos think tanks internacionais nos dez primeiros anos do IL, não podemos subestimar a importância do seu apoio, bem como do seu papel na integração dos brasileiros à rede da Mont Pelerin.

Ainda assim, o protagonismo do grupo brasileiro não se limitava às contribuições financeiras feitas ao demais think tanks. Sua posição ativa pode ser percebida também na forma como se dava a relação dos brasileiros com os membros de organizações estrangeiras. Um caso pontual, mas simbólico, se deu durante a definição do nome da instituição brasileira. O presidente do Atlas, Anthony Fisher, em correspondência para Jose Italo Stelle, questionou o nome do novo think tank brasileiro:

Instituto Liberal? Acredito que esse nome pode causar confusão fora do Brasil. A palavra 'liberal' significa coisas bem diferentes, dependendo do país. Eu prefiro nomes como "Fraser Institute", escolhido por causa do rio Fraser, "Manhattan Institute", por conta da ilha de Manhatta, em Nova Iorque, e daí em diante⁴⁷¹.

A crítica e a sugestão de mudança do nome "Instituto Liberal" não foram acatadas pelos brasileiros. Em resposta, Donald Stewart explicou a diferença entre os idiomas, argumentando que, no Brasil, o conceito "liberal" se associava aos defensores da expansão dos mecanismos do livre-mercado. Por fim, de maneira enfática, sustentou a manutenção do nome do instituto, apontando que via como uma derrota o fato dos

⁴⁷¹ Correspondência de Anthony Fisher para José Stelle, em 19 de maio de 1983. Arquivo Instituto Liberal.

defensores do liberalismo econômicos nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha não usarem mais o conceito.

O protagonismo dos brasileiros pode ser visto ainda no envolvimento ativo nos eventos da Mont Pelerin. Se em um primeiro momento, os participantes do IL limitaram-se a participar como ouvintes dos seminários e conferências da rede, com os anos passaram a desempenhar um papel de mais destaque. Seja na participação ativa nos eventos, ocupando as mesas de debate e ministrando palestras, seja na organização de suas próprias conferências e seminários internacionais. Os principais eventos são o *Colóquio Liberty Fund* e a reunião da Sociedade Mont Pelerin no Rio de Janeiro.

Colóquio Liberty Fund - Instituto Liberal

Em 1960, no estado de Indiana, Estados Unidos, o advogado e empresário Pierre F. Goodrich, membro da Sociedade Mont Pelerin, fundou o *Liberty Fund*. O objetivo do think tank era divulgar o pensamento liberal através do incentivo a pesquisas e da publicação de livros. Diferentemente de outras organizações da rede internacional - como as instituições de Anthony Fisher, *Atlas* e *IEA* por exemplo, ou o *Cato Institute* - o Liberty Fund não era dedicado às atividades de intervenção política. Em um relatório enviado pelo Liberty Fund ao IL, as atividades do think tank de Indiana são definidas da seguinte forma: “is not an activist organization and does not support action program”. Importante dizer que esse trecho foi sublinhado pelos brasileiros, provavelmente por contrastar com os objetivos de outros think tanks parceiros⁴⁷².

Em 1986, quando o Liberty Fund e o Instituto Liberal começaram a trabalhar juntos, a organização norte-americana atuava em três frentes principais: a publicação de

⁴⁷² As informações foram retiradas do documento *Liberty Fund: Statement of Purpose and Programs*, com data de outubro de 1986. Arquivo: Instituto Liberal.

livros, a produção de filmes e a realização de conferências. Com um orçamento milionário, deixado como herança pelo empresário-fundador, o Liberty Fund tinha atuação não só nos Estados Unidos, mas também no Canadá e na Europa. Acreditamos que o Instituto Liberal era percebido como uma ponte necessária para o think tank desenvolver suas atividades também na América Latina.

Até este período, o Liberty Fund já havia publicado mais de 70 livros. Entre eles, uma coleção completa com as obras de Adam Smith e livros de expoentes do pensamento liberal como Lord Acton, David Hume, Frank Knight e Mises. Em 1976, o think tank estreou na produção de filmes. Nesse ano, para comemorar o bicentenário de “Riqueza das Nações”, lançou um curta-metragem de 28 minutos de duração intitulado *Adam Smith and The Wealth of Nations*. A seguir foram produzidos outros três filmes: um sobre a Revolução Industrial (*The Industrial Revolution*), um sobre o sucesso econômico de Hong Kong (*Hong Kong: a History of Human Freedom and Progress*) e um sobre os chamados “pais fundadores” e a independência dos EUA (*A Design for Liberty: the American Constitution*). Todas essas produções eram baseadas em análises políticas e econômicas a partir de uma perspectiva liberal. O desenvolvimento econômico da cidade chinesa, por exemplo, era creditado à liberdade comercial e à livre-empresa. Ademais, para disseminar suas ideias, os filmes eram distribuídos gratuitamente. Nos Estados Unidos e Canadá, pela empresa *Modern Talking Picture Service*, e na Europa, pela *Inform Film International*.

A atividade de publicação de livros foi uma das principais influências do *Liberty Fund* sobre o Instituto Liberal. Em seus primeiros anos, a organização brasileira, atê pela restrição orçamentária, dedicou-se exclusivamente à tradução e edição de autores liberais. Muitas dessas obras eram publicações do *Liberty Fund*. Se, por um lado, o think tank norte-americano, cedia suas publicações, o instituto brasileiro pagava, ainda

que a preços reduzidos, pelo direito de editar as obras. Além disso, boa parte do acervo da biblioteca do IL-RJ foi adquirido através da compra de livros do *Liberty Fund*.

Mas, a aproximação entre os think tanks se deu pela organização de conferências em conjunto. O Liberty Fund possuía uma vasta experiência nesse tipo de atividade. De acordo com o documento de 1986, anualmente, o a organização de Goodrich financiava cerca de cinquenta conferências em todo o mundo. Com duração variada, entre um dia a uma semana, esses eventos destinavam-se a um público seletivo, geralmente entre quinze a vinte pessoas, todas participantes mediante convite do think tank. A partir de 1990, os think tanks passaram a organizar os “Colóquios Liberty Fund-Instituto Liberal”.

Entre 1990 e 1993, realizaram-se cinco conferências com os seguintes temas: “Direitos de Propriedade e Liberdade Individual” (1990); “Democracia e Ordem Liberal” (1991); “Liberdade, Propriedade e Meio Ambiente” (maio de 1992); “Uma Constituição para a Ordem Liberal” (agosto de 1992); “Liberdade, Justiça e os Limites do Conhecimento” (setembro de 1993). Da parte brasileira, os eventos eram organizados pelo IL do Rio de Janeiro e, por isso, ocorriam na cidade de Teresópolis, na serra carioca. Neles participavam um público bastante variado. Entre os presentes, advogados, historiadores, economistas, filósofos, empresários, jornalistas e mesmo embaixadores discutiam os temas e propostas liberais.

Houve ainda outras atividades em conjunto. Em setembro de 1989, o IL-SP organizou uma conferência em parceria com o *Liberty Fund* e o *Atlas*. Nos anos seguintes, os membros do Instituto Liberal também participaram dos colóquios do Liberty Fund em outros países. Em 1992, por exemplo, representantes do IL-RJ estiveram presentes nos encontros na Guatemala e nos Estados Unidos.

*Encontro da Sociedade Mont Pelerin no Rio de Janeiro*⁴⁷³

Outro evento marcante do IL foi a organização da conferência da Sociedade Mont Pelerin. De 05 a 08 de setembro de 1993, no luxuoso Hotel Sheraton, o Instituto Liberal do Rio de Janeiro sediou o primeiro – e até hoje – único encontro da Sociedade Mont Pelerin no Brasil.

Como vimos, o Instituto Liberal era dividido em oito unidades. No Encontro Regional de Praga, em 1991, o IL obteve a autorização para organizar a próxima reunião da Mont Pelerin. Até o ano seguinte, o IL-RJ, representado por D. Stewart, e o IL-SP, liderado por Henry Maksoud, disputaram para sediar o evento⁴⁷⁴. No fim, venceu a proposta do Rio de Janeiro. Não há documentos que expliquem as razões disso, mas podemos levantar a hipótese de que a figura de Stewart, fundador do IL e principal integrante brasileiro na SMP no período, foi crucial para a decisão a favor do RJ⁴⁷⁵.

Desse modo, a seção do Rio de Janeiro dominou a organização do evento. Dos sete organizadores, quatro eram brasileiros. Todos do IL-RJ: Donald Stewart, Alexandre Guasti, Omar Carneiro da Cunha e Odemiro Fonseca. Os outros eram: o ex-presidente da Mont Pelerin e político italiano, Antonio Martino, o tesoureiro da organização, Edwin Feulner, e o economista argentino Alberto Benegas Lynch.

No Rio de Janeiro, 316 participantes, de 22 países, estiveram presentes. Destes, 59 eram membros da Mont Pelerin, de 17 nações. Do total de participantes, aproximadamente metade era de brasileiros, vindos de 10 estados diferentes⁴⁷⁶. E 80%

⁴⁷³ Os documentos consultados encontram-se no arquivo da Sociedade Mont Pelerin. Caixas 103 e 104. Hoover Institution.

⁴⁷⁴ *Memorandum to the files: Rio vs. São Paulo Meeting*. 18 de novembro de 1991.

⁴⁷⁵ Consideramos Donald Stewart como o principal membro brasileiro na organização por conta de sua intensa participação não apenas na Mont Pelerin, mas também na articulação entre o IL e os demais think tanks da rede. Neste período, o Brasil possuía outros dois membros na Mont Pelerin: Henry Maksoud e Paulo Ayres. O mais antigo brasileiro na organização, o economista Eugenio Gudín, havia morrido anos antes.

⁴⁷⁶ *The Mont Pelerin Society Newsletter*. Volume 46. Número 2. Dezembro de 1993.

do público do encontro era composto por acadêmicos, contados professores universitários, pesquisadores e profissionais ligados a think tanks.

Vale dizer que a conferência do Brasil foi interpretada pelos membros do IL como uma oportunidade para ampliar a influência do think tank nas universidades, vista pelos brasileiros como dominadas pelas ideias de esquerda. Neste sentido, duas estratégias foram adotadas. A primeira foi a distribuição de propagandas do encontro, da Mont Pelerin e do Instituto Liberal nas universidades. A segunda foi facilitar a participação de professores do ensino superior no encontro com a isenção de pagamento da taxa de inscrição. Para essa última estratégia, foi preciso convencer os dirigentes da SMP uma vez que não havia precedentes.

Donald Stewart escreveu para os principais dirigentes da Mont Pelerin argumentando que o dinheiro para custear a isenção sairia de patrocinadores brasileiros e que as altas taxas de inscrição (cerca de \$ 1.500 em valores de hoje) impediriam a participação dos professores universitários brasileiros. Dentro da perspectiva de promoção de uma cultura política liberal no país, os membros do IL possuíam em suas fileiras muitos empresários, além de outros profissionais como jornalistas. Mas não havia muitos professores do ensino superior e assim a reunião da Mont Pelerin foi vista como um momento importante para isso. Em suas palavras, “se pudermos familiarizar um bom número de professores com nossas ideias nós estaremos dando uma grande contribuição à causa liberal no Brasil”⁴⁷⁷.

A estratégia deu certo. Aproximadamente 80 professores universitários compareceram ao encontro da Mont Pelerin. Docentes de diferentes estados enviaram proposta para receber o financiamento. Entre os contemplados mais da metade dos

⁴⁷⁷ Correspondência de Donald Stewart para Ed. Feulner, em 15 de janeiro de 1993.

professores eram do Rio de Janeiro ou de São Paulo, mas havia também do Paraná, Minas Gerais, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Brasília.

Os encontros da Mont Pelerin eram custeados pela organização local. A taxa de inscrição era uma das receitas para bancar o evento. Mas, em janeiro de 1993, a comissão organizadora estipulava um déficit de aproximadamente \$ 105.000. Meses depois, esse valor subiu para \$ 112.500. A isenção de pagamento para os professores gerou um rombo de \$60.000, que foi custeado por três empresas brasileiras⁴⁷⁸.

No Rio de Janeiro, estiveram presentes alguns dos principais expoentes do pensamento liberal do período, como: os representantes da Escola da Virgínia, James Buchanan e Gordon Tullock, figuras da Escola Austríaca como Murray Rothbard e Israel Kirzner, entre outros pensadores como David Friedman e Jesus Huerta de Soto. Entre os brasileiros do Instituto Liberal, tiveram participação nas mesas de debate: Roberto Campos, Og Leme, Henri Maksoud, Paulo Ayres, entre outros.

A conferência foi dividida em oito painés com temas variados, cujos títulos eram: “a constituição liberal”, “competição entre moedas”, “limites do mercado”, “sistema de previdência social”, “federalismo fiscal”, “nações por consentimento”, “educação – bem público ou privado” e “lei e legislação”.

Sobre as sessões, vale chamar a atenção para a mesa “A Constituição Liberal” composta pelo então presidente da Mont Pelerin, R. Max Hartwell, pelo vencedor do Prêmio Nobel de Economia, James Buchanan, pelo economista e deputado federal, Roberto Campos, e o filósofo anarcocapitalista húngaro, Anthony de Jasay.

Roberto Campos pontuou que o ano de 1993 era importante, pois o Brasil passaria por uma revisão constitucional. Em suas palavras, “a doutrina do intervencionismo atingiu alturas paroxísticas na constituição brasileira de 1988”. Para

⁴⁷⁸ As empresas não foram mencionadas no documento. Correspondência de Donald Stewart para Edwin Feulner, em 15 janeiro de 1993.

ele, o país “não poderia ter escolhido um modelo pior”, marcado por “regras incongruentes em áreas como relações trabalhistas, salário mínimo, salário férias, aposentadorias especiais, questão indígena e proteção ambiental”. Para ele, “nada estaria mais longe dos princípios constitucionais clássicos, nos quais a limitação do poder do Estado e a preservação das liberdades política e econômica são a base da prosperidade e do progresso”⁴⁷⁹.

No final de sua intervenção, o ex-ministro da Economia manifestava que “as ideias têm consequência” e por isso estavam ali na defesa da mudança do papel do Estado na América Latina em direção às privatizações das empresas públicas e do desmantelamento das leis intervencionistas⁴⁸⁰.

Na investigação que realizamos dos primeiros dez anos do Instituto Liberal, o Encontro do Rio de Janeiro, ao reunir empresários, jornalistas e intelectuais brasileiros e de diversos outros países, representou um evento bastante significativo para a história do think tank brasileiro. O evento prenunciou mudanças importantes na agenda econômica brasileira. Nos anos seguintes, o país experimentou a aprovação de inúmeras propostas defendidas pelos grupos liberais, do setor de telecomunicações e petróleo à saúde, educação e previdência⁴⁸¹.

Dessa forma, defendemos neste trabalho que o Instituto Liberal foi um ator destacado para a mudança do país em direção a um programa econômico liberal. Da mesma forma como foi dito sobre a Sociedade Mont Pelerin e a ascensão das ideias liberais, não podemos resumir o liberalismo brasileiro ao IL. Outros intelectuais, grupos econômicos, conglomerados da mídia e think tanks fora do âmbito do Instituto Liberal também contribuíram para a expansão das ideias liberais no Brasil. Podemos elencar

⁴⁷⁹ Comments by Mr. Roberto Campos on the paper of professor James Buchanan.

⁴⁸⁰ Idem.

⁴⁸¹ Para uma análise sobre os projetos de políticas públicas formulados pelo Instituto Liberal, ver a tese de Denise Barbosa Gros, “Institutos Liberais e Neoliberalismo no Brasil da Nova República”, defendida em março de 2002, no Departamento de Ciência Política da Universidade Estadual de Campinas.

alguns como: as organizações Globo, jornais como o Estado de São Paulo e a Folha de São Paulo, think tanks como o Instituto de Estudos Empresariais, entre outros.

De toda forma, sustentamos que o Instituto Liberal desempenhou um papel singular no Brasil da década de 1980 e início dos anos 1990. Como primeiro think tank liberal do país e principal representante brasileiro na rede internacional da Sociedade Mont Pelerin no período, o Instituto Liberal não foi apenas um dos principais responsáveis pela difusão de uma cultura política liberal no país, mas também o precursor de um movimento que ganhou força a partir dos anos 2000. Atualmente, organizações similares de defesa das ideias e valores do liberalismo econômico, como o Instituto Ludwig von Mises Brasil, o Estudantes pela Liberdade, o Instituto Millenium entre muitos outros trilham um caminho aberto pelo Instituto Liberal.

CONCLUSÃO

Esta tese analisou a propagação de think tanks liberais no interior da rede internacional da Sociedade Mont Pelerin na segunda metade do século XX. Diante de um desafio tão grande, optamos por nos concentrar em uma fração dessa rede: na organização da Sociedade Mont Pelerin e nos thinks tanks associados a ela, em especial o norte-americano *Atlas Foundation* e o brasileiro Instituto Liberal.

A escolha da Sociedade Mont Pelerin foi motivada por compreender que a organização representa uma importante faceta do movimento de defesa das ideias do livre-mercado no pós-1945. Sem querer reduzir o que se convencionou chamar neoliberalismo à instituição, buscamos defender, contudo, que a Sociedade teve um papel destacado na promoção do liberalismo econômico. Além disso, defendemos que a investigação de sua trajetória nos permite compreender melhor o fortalecimento intelectual e político da agenda liberal no período.

A SMP, criada por Hayek em 1947, reuniu intelectuais, empresários e jornalistas interessados em defender as ideias do livre – mercado. A figura de Hayek foi fundamental para tirar do papel a ideia de criar uma organização internacional dedicada à causa. No período anterior, iniciativas similares não foram à frente por divergências pessoais e intelectuais e pelo início da guerra. Defendemos que dois fatores proporcionaram o êxito da iniciativa de Hayek: o sucesso de “O Caminho da Servidão” e o projeto liberal do filósofo austríaco.

O primeiro aspecto permitiu a Hayek não apenas divulgar suas ideias liberais fora do círculo acadêmico, mas também engendrar uma rede de sociabilidade envolvendo intelectuais, empresários, jornalistas e políticos que irão integrar a Sociedade Mont Pelerin. Os contatos realizados durante as viagens de promoção de “O Caminho da Servidão” foram fundamentais para construir essa comunidade

transnacional. Figuras como Anthony Fisher – fundador do *Institute of Economic Affairs*, *Manhattan Institute* e *Atlas Foundation* – e F.A. Harper – criador do *Institute for Humane Studies* - conheceram Hayek e decidiram se dedicar à divulgação do liberalismo econômico após as palestras na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos.

Já o segundo fator relaciona-se ao programa de reformulação do liberalismo defendido por Hayek e sua capacidade de atrair intelectuais representantes das diversas correntes liberais do período. Em “O Caminho da Servidão”, o filósofo austríaco criticou o socialismo e o capitalismo de intervenção estatal, mas não fez uma defesa intransigente do *laissez-faire*. Nossa tese é que, em um mundo ainda assustado com a Grande Depressão e impactado pela crise econômica e social produzida pela guerra, o discurso a favor de uma retração radical do Estado, como advogado por figuras como Mises, tinha pouca repercussão no momento. E, dessa forma, o discurso de renovação do liberalismo de “O Caminho da Servidão” apresentava-se em uma posição intermediária ao defender a expansão dos mecanismos de livre-mercado sem abdicar de um papel para o Estado em algumas questões econômicas e sociais fundamentais. Com isso, Hayek conseguiu, por um tempo, conciliar na Mont Pelerin grupos liberais bastante distintos como os representantes do *laissez-faire* e os ordoliberais.

Sustentamos, assim, que a popularidade de Hayek e sua defesa mais moderada da promoção do livre-mercado e da limitação do Estado permitiu a ele, não sem dificuldades, assumir uma posição agregadora e de liderança no movimento internacional liberal do pós-guerra. Neste sentido, a Sociedade Mont Pelerin foi capaz de atrair os grupos mais intransigentes em apoio ao *laissez-faire*, como Mises e Rothbard, mas também representantes das Escolas de Chicago, como Frank Knight e Milton Friedman, e do Ordoliberalismo alemão, como William Rappard e Wilhelm Ropke.

O estudo da Sociedade Mont Pelerin nos permitiu observar ainda duas características do movimento a favor das ideias do livre-mercado na segunda metade do século XX: primeiro, o fortalecimento e a gradativa hegemonia das correntes da Escola Austríaca e de Chicago; segundo, o desenvolvimento de uma rede de think tanks em defesa das ideias liberais, primeiro, nos países europeus e nos Estados Unidos e a seguir em países da América Latina, Ásia e Austrália..

Sobre o primeiro ponto, é importante destacar que embora a Sociedade Mont Pelerin fosse uma organização transnacional de indivíduos a favor da promoção do liberalismo econômico e contrários à expansão do socialismo e do capitalismo de Bem-Estar Social, ela estava longe de ser um grupo monolítico. Demonstramos ao longo da tese não apenas as disputas pessoais e de poder em seu interior, mas também as divergências intelectuais entre as correntes liberais, principalmente a rivalidade entre o grupo americano-austríaco, representado principalmente pelas escolas Austríaca e de Chicago, e o polo alemão, composto pelos ordoliberalis. Ressalta-se também que esses grupos tampouco eram homogêneos, sendo marcados da mesma forma por divergências e disputas.

Vimos, que a partir dos anos 1960, a derrota dos representantes do ordoliberalismo na disputa pelo controle da Sociedade Mont Pelerin, e sua posterior expulsão, representou uma nova fase para a organização. Desse momento em diante, a SMP passou a ser cada vez mais dominada pelos representantes das correntes liberais da Escola Austríaca e de Chicago, tendo como marco também a eleição de Milton Friedman para presidente.

Sobre o segundo ponto, observamos que, na década de 1950, integrantes da SMP começaram a fundar think tanks, nos Estados Unidos e na Europa, em defesa da promoção do liberalismo econômico. Essas organizações, como analisamos nos casos

do Atlas Foundation, do Liberty Fund e dos Institutos Liberais, tiveram um papel fundamental na difusão de valores e ideias liberais.

Na virada dos anos 1970 para a década de 1980, a Sociedade Mont Pelerin se transformou com o crescimento do número de filiados e a expansão para a América Latina, Ásia e, em menor medida, para África. Ademais, beneficiada pelo reconhecimento internacional de membros da organização – como os seguidos prêmios Nobel de Economia para Hayek, Friedman, Stigler e James Buchanan – e pela crise do capitalismo keynesiano, a Sociedade experimentou um período de bonança financeira com o aumento exponencial da quantidade de patrocinadores.

Esse é o período do ingresso de brasileiros, como Henry Maksoud e Donald Stewart, na Sociedade Mont Pelerin e da fundação do Instituto Liberal brasileiro. Com sedes no Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre, Brasília, Recife e Salvador, os ILs tiveram um papel de destaque na promoção de uma cultura política liberal no país na década de 1980 e início dos anos 1990. Entre as atividades desenvolvidas pelo instituto, podemos apontar: a tradução e publicação de livros liberais; a realização de seminários, simpósios e conferências; a organização de encontros com think tanks estrangeiros como o *Liberty Fund* e o *Atlas Foundation*; a produção de revistas e panfletos; a elaboração de projetos de lei e de medidas provisórias; a criação de programas de rádio e televisão; a produção de cartilhas e material didático.

A atuação do Instituto Liberal deve ser, portanto, compreendida a partir de um movimento internacional mais amplo, como vimos com a rede de think tanks liberais da Sociedade Mont Pelerin. Os contatos e a influência das organizações estrangeiras são analisados a partir das particularidades do instituto brasileiro. Tendo isso em consideração, analisamos o Instituto Liberal em seus primeiros dez anos de existência

buscando compreender um pouco melhor seu papel para a promoção de uma cultura política liberal – historicamente minoritária – no país. É inegável que a implementação de uma agenda liberal, a partir dos anos 1990, no Brasil, não pode ser atribuída exclusivamente a um grupo ou instituição, no caso ao Instituto Liberal. Contudo, defendemos que a investigação da trajetória do IL, o primeiro think tank liberal brasileiro, nos permite afirmar, pelo menos, que ele teve um papel importante como um dos fatores para a divulgação de valores e ideias liberais no período.

Muitos temas e perguntas ainda permanecem para futuras pesquisas sobre o papel dos intelectuais e dos think tanks liberais na segunda metade do século XX. Alguns assuntos não foram objetos dessa tese e, por isso, não foram abordados ou foram apenas tangenciados. Sobre a Sociedade Mont Pelerin, seria interessante observar o aparecimento de estudos sobre: seu crescimento para a América Latina nos anos 1980 e 1990 e a relação dos novos think tanks com o Instituto Liberal; a pluralidade de culturas políticas liberais entre os think tanks da organização; o desenvolvimento da instituição nas décadas de 1980 e 1990; entre outros. Sobre o Instituto Liberal, ficamos na expectativa por estudos que aprofundem alguns temas desenvolvidos aqui, tais como: as relações – conexões, influências e choques – da cultura política liberal, promovida pelos ILs, diante de outras culturas políticas do país, como o nacional-desenvolvimentismo; o impacto das propostas do IL na aprovação de leis e reformas no Brasil dos anos 1990 e 2000; a influência do Instituto Liberal no aparecimento de novas organizações em defesa do liberalismo econômico no país.

Esperamos, contudo, que este estudo tenha dado uma pequena contribuição sobre o movimento a favor das ideias liberais na segunda metade do século XX. A importância da Sociedade Mont Pelerin para o triunfo de uma agenda a favor do livre-mercado em diferentes países nos parece evidente. Assim como nos parece

incontestável o papel do Instituto Liberal como vetor destacado do fortalecimento de uma cultura política liberal no país a partir da década de 1980.

Por fim, sustentamos que o movimento político e intelectual, articulado pela Sociedade Mont Pelerin, almejou apresentar uma nova visão de mundo, calcada em princípios liberais, capaz de revolucionar a política, a economia e a sociedade. Mas, se, por um lado, a queda do socialismo real na União Soviética e no Leste Europeu colocou um fim às ilusões do marxismo em um progresso inexorável da humanidade rumo à sociedade socialista na década de 1980 e início dos anos 1990; por outro lado, uma nova fé secular emergiu, nesse momento, com a crença nos mercados livres e nos interesses privados como solução para os problemas da realidade social. Reinventou-se o mito do “fim da história” com Francis Fukuyama; agora, com uma roupagem liberal, a história não acabaria como uma sociedade de iguais, mas como uma sociedade de desiguais, uma vez que a causa principal para o progresso seria a desigualdade, funcional ao sistema capitalista. Nas palavras de Hayke: “Devemos enfrentar o fato de que a preservação da liberdade individual é incompatível com a satisfação plena de nossa visão de justiça distributiva”⁴⁸².

⁴⁸² JUDT, Tony. *O mal ronda a Terra*, p.92.

Anexo 1

Primeiro Conselho Diretor da Sociedade Mont Pelerin (Board of Directors)⁴⁸³

Presidente: F.A. Hayek

Vice-Presidentes: Eucken

Jewkes

Knight

Rappard

Rueff

Secretário: A. Hunold

Tesoureiro: C.O. Hardy⁴⁸⁴

Demais membros do Conselho: Iverson, Mises, Robbins e Roepke.

Anexo 2

Lista de participantes e ouvintes do Primeiro Encontro da Sociedade Mont Pelerin (10 de abril de 1947)⁴⁸⁵

Participantes

Nome	Filiação
1. Maurice Allais	Ecole National e Supérieure de Mines, Paris, França
2. Carlo Antoni	Istituto Nazionale per le Relazioni Culturali com l'Estero, Roma, Itália
3. Hans Barth	Université de Zurich, Suíça
4. Karl Brandt	Stanford University, EUA
5. John Davenport	Fortune Magazine, Nova Iorque, EUA
6. Stanley R. Dennison	Gonville and Caius College, Cambridge, Inglaterra
7. Aaron Director	University of Chicago, EUA
8. Walter Eucken	Goethestrasse, Freiburg,

⁴⁸³ Arquivo da Sociedade Mont Pelerin. Caixa 1. Pasta 2. Hoover Institution

⁴⁸⁴ Faleceu em 1949 e foi substituído por Aron Director. President's Circular nº 7. 15 de fevereiro de 1949.

⁴⁸⁵ Arquivo da Sociedade Mont Pelerin. Caixa 5. Pasta 9. Hoover Institution. Universidade de Stanford. Palo Alto. Califórnia, EUA.

	Alemanha
9. Erich Eyck	Chilswell House, Oxford, Inglaterra
10. Milton Friedman	Department of Economics, University of Chicago, EUA
11. H. D. Gideonese	Brooklyn College, EUA
12. F. D. Graham	Princeton University, EUA
13. F. A. Harper	The Foundation For Economic Education, Irvington-on-Hudson, New York, EUA
14. F. A. Hayek	The London School of Economics and Political Science, Inglaterra
15. Henry Hazlitt	Revista Newsweek, EUA
16. T. J. B. Hoff	Roald Amundsensgate, Oslo, Noruega
17. Albert Hunold	Bünishof, Zurique, Suíça
18. Bertrand de Jouvenel	Chexbres, Vaud, Suíça
19. Carl Iversen	Copenhague, Dinamarca
20. John Jewkes	The University of Manchester, Inglaterra
21. F. H. Knight	University of Chicago, EUA
22. Fritz Machlup	University of Buffalo, EUA
23. L. B. Miller	Diretor do Bureau of Government Research, Detroit, EUA
24. Ludwig von Mises	Áustria/EUA
25. C. Motteli	Redator da Neue Zürcher Zeitung, Zurique
26. Michael Polanyi	The University of Manchester, Inglaterra
27. Karl R. Popper	The London School of Economics, Inglaterra
28. William E. Rappard	Institut Universitaire des Hautes Études Internationales, Genebra, Suíça
29. Leonard E. Read	The Foundation For Economic Education, Irvington-on-Hudson, New York, EUA
30. Lionel Robbins	The London School of

	Economics and Political Science, Inglaterra
31. Wilhelm Röpke	Institut Universitaire des Hautes Études Internationales, Genebra, Suíça
32. George J. Stigler	Brown University, Providence, EUA
33. Herbert Tingsten	Dagens Nyheter, Estocolmo, Suécia
34. Francois Trevous	Lyon, França
35. V. Orville Watts	The Foundation For Economic Education, Irvington-on-Hudson, New York, EUA
36. C. V. Wedgwood	Revista Time and Tide, Londres, Inglaterra
37. J. Rueff	Presidente da Agência de Reparação dos Aliados, Paris
38. F. Schnable	Bergstrasse, Heidelberg
39. L. Einaud	Presidente do Banco da Itália, Roma

Ouvintes

Nome	Filiação
40. H.C. Cornuelle	The Foundation For Economic Education, Irvington-on-Hudson, New York, EUA
41. Henri. de Lovinfosse	Château Roos, Bélgica
42. F. Morley	The Foundation For Economic Education, Irvington-on-Hudson, New York, EUA
43. G. Révay	The Reader's Digest, Paris

Anexo 3

Integrantes que não puderam estar presentes ao Primeiro Encontro⁴⁸⁶

Nome	Filiação
William Henry Chamberlin	EUA
Bresciani-Turroni	Itália
Rene Courtin	França
Max Eastman	EUA
Luigi Einaudi	Itália
Howard Ellis	EUA
A.G.B. Fisher	Grã-Bretanha
Eli Heckscher	Suécia
Hans Kohn	EUA
Walter Lippmann	EUA
Friedrich Lutz	EUA
Salvador Madariaga	Espanha (professor em Oxford)
Charles Morgan	Grã-Bretanha
W.A. Orton	EUA
Arnold Plant	Grã-Bretanha
Charles Rist	França
Michael Robert	Grã-Bretanha
Jacques Rueff	França
Alexandre Rustow	Alemanha
F. Schnable	Alemanha
W.J.H. Sprott	Grã-Bretanha
Roger Truhtil	França
D. Villey	França
E.L. Woodward	Grã-Bretanha
H.M. Wriston	EUA
G.M. Young	Grã-Bretanha

⁴⁸⁶ Enviaram resposta a Hayek em que demonstravam desejo de participar da nova Sociedade, mas não puderam estar presentes. Todos da lista tiveram seus nomes lidos durante o encontro. Arquivo da Sociedade Mont Pelerin. Caixa 5.

Anexo 4

Temas Debatidos no Primeiro Encontro (1947)⁴⁸⁷

“Livre” Empresa ou Ordem Competitiva
Historiografia Moderna e Educação Política
O Futuro da Alemanha
Os Problemas e Potencialidades da Federação Europeia
Liberalismo e Cristandade
Discussão Geral sobre os objetivos e propósitos de uma organização permanente
Medidas Contracíclicas, Pleno Emprego e Reforma Monetária
Política Salarial e Sindicatos
Impostos, Pobreza e Distribuição de Renda
Política Agrícola
A Crise Política Atual

Anexo 5

Relatório Básico do Encontro da Suíça de 1947 – Debates dos dias 01 a 10 de abril

Terça, 1 de abril

Parte da manhã

Presidente da mesa: Rappard

Discussão dos objetivos e da organização da conferência por Hayek. São eleitos como membros da comissão permanente: Hayek, Hunold, Allais, Dennison e Friedman. Os dois primeiros foram escolhidos como secretários da conferência.

Parte da tarde e da noite

Presidente da mesa: Rappard

Tema: *“Free” Enterprise or Competitive Order*

Abertura do debate: Hayek, Director e Eucken

⁴⁸⁷ Arquivo da Sociedade Mont Pelerin. Caixa 5. Pasta 1. Hoover Institution. Universidade de Stanford. Palo Alto. Califórnia, EUA.

Palestrantes: Iversen, Eucken, Miller, von Mises, Robbins, Polanyi, Friedman, Hazlitt, Rappard, Jouvenel, Gideonse e Tingsten.

Quarta, 2 de abril

Parte da manhã

Presidente da mesa: Robbins

Tema: *Modern Historiography and Political Education*

Abertura do debate: Wedgewood e Antoni

Palestrantes: Eyck, Tingsten, Hayek, Popper, von Mises, Rappard, Ropke, Barth e Knight

Parte da tarde e da noite

Presidente da mesa: Rappard

Tema: *The Future of Germany*

Palestrantes: Eucken, Brandt, Robbins, Friedman, Rappard, Graham, Stigler

Quinta, 3 de abril

Parte da manhã e da noite

Presidente da mesa: Allais

Tema: *The Problems and Chances of European Federation*

Abertura do debate: Jouvenel

Palestrantes: Lovinfosse, Iversen, Morley, Rappard, Knight, Popper, Polanyi, Trevoux, von Mises, Hayek, Machlup, Graham.

A tarde foi dedicada à visita ao Castelo de Coppet

Sexta, 4 de abril

Parte da manhã

Presidente da mesa: Eucken

Tema: *Liberalism and Christianity*

Abertura do debate: Knight

Palestrantes: Hoff, Davenport, Allais, Hayek, Polanyi, Popper, Gideonse, Röpke, Brandt, Jouvenel, Graham, Morley.

Parte da tarde

Presidente da mesa: Antoni

Discussão geral sobre os objetivos e propósitos de uma organização permanente

Palestrantes: Hayek, Hazlitt, Robbins, Knight, Stigler, Machlup, Jewkes, Graham, Hoff, Jouvenel, Friedman, Popper, Polanyi, Dennison.

Comissão apontada para escrever o projeto de uma Declaração de Objetivos: Eucken, Gideonse, Hayek, Hazlitt, Iversen, Jewkes.

Sábado, 5 de abril e Domingo, 6 de abril

Excursão para Schwyz e Einsiedeln

Segunda, 7 de abril

Parte da tarde

Presidente da mesa: Hoff

Tema: *Contra-Cyclical Measures. Full Employment and Monetary Reform*

Abertura do debate: Stigler

Palestrantes: Graham, Hazlitt, Robbins, Director, Röpke, Allais, Knight, Jouvenel e Friedman.

Parte da noite

Discussão sobre a Declaração de Objetivos

Terça, 8 de abril

Parte da manhã

Presidente da mesa: Graham

Tema: *Wage Policy e Trade Unions*

Abertura do debate: Machlup

Palestrantes: Allais, Lovinfosse, Graham, Dennison, Polanyi, Iversen, Knight, Rappard, Watts, Brandt, Jouvenel, Davenport, Jewkes.

Parte da noite

Presidente da mesa: von Mises

Tema: *Taxation, Poverty and Income Distribution*

Abertura do debate: Friedman

Palestrantes: Jewkes, Miller, Polanyi, Dennison, Rappard, Allais, Jouvenel, Hayek, Knight, Brandt, Popper, Watts.

Quarta, 9 de abril

Parte da manhã

Presidente da mesa: Read

Tema: *Agricultural Policy*

Abertura do debate: Brandt

Palestrantes: Director, Röpke, Miller, Robbins, Hayek, Eucken, Rappard, Graham, Mises.

Parte da tarde

Presidente da mesa: Morley

Discussão sobre a organização de uma sociedade permanente

Parte da noite

Presidente da mesa: Gideonse

Tema: *The Present Political Crisis*

Abertura do Debate: Polanyi

Palestrantes: Davenport, Jouvenel, Knight, Popper, Brandt, Watts, Wedgewood, Robbins.

Quinta, 10 de abril

Parte da manhã

Presidente da mesa: Hayek

Discussão e Adoção do “Memorandum of Association” da Sociedade Mont Pelerin

Anexo 6

Rascunho da Declaração de Objetivos⁴⁸⁸

A group of students of society met at Mont Pelerin, Switzerland, April 1 to 10, 1947 to discuss the foundations for the preservation of a free society. For fruitful collaboration in working out these principles they feel that means for maintaining closer contact should be maintained among all those who share in substance the following convictions:

1. Individual freedom can be preserved only in a society in which an effective competitive market is the main agency for the direction of economic activity. Only the decentralization of control through private property in the means of production can prevent those concentrations of power which threaten individual freedom.
2. The freedom of the consumer in choosing what he shall buy, the freedom of the producer in choosing what he shall make, and the freedom of the worker in choosing his occupation and his place of employment, are essential not merely for the sake of freedom itself, but for efficiency in production. Such a system of freedom is essential if we are to maximize output in terms of individual satisfactions. Departure from these individual liberties leads to the production not only of fewer goods and services but of the wrong goods and services. We cannot enrich ourselves merely by consenting to be slaves.
3. All rational men believe in planning for the future. But this involves the right of each individual to plan his own life. He is deprived of this right when he is forced to surrender his own initiative, will and liberty to the requirements of a central direction of the use of economic resources.
4. The decline of competitive markets and the movement towards totalitarian control of society are not inevitable. They are the result mainly of mistaken beliefs about the appropriate means for securing a free and prosperous society and of the policies based on these beliefs.
5. The preservation of an effective competitive order depends upon a proper legal and institutional framework. The existing framework must be considerably modified to make the operation of competition more efficient and beneficial.

⁴⁸⁸ *Draft Statement of Aims*. 7 de abril de 1947. Arquivo da Sociedade Mont Pelerin. Caixa 5. Pasta 12.

The precise character of the legal and institutional framework within which competition will work most effectively and which will supplement the working of competition is an urgent problem on which continued exchange of views is required.

6. As far as possible government activity should be limited by the rule of law. Government action can be made predictable only when it is bound by fixed rules. Tasks which require that authorities be given discretionary powers should therefore be reduced to the indispensable minimum. But it must be recognized that each extension of the power of the state gradually erodes the minimum basis for the maintenance of a free society. In general an automatic mechanism of adjustment, even where it functions imperfectly, is preferable to any which depends on "conscious" direction by government agencies.
7. The changes in current opinion which are responsible for the trend toward totalitarianism are not confined to economic doctrines. They are part of a movement of ideas which find expression also in the field of morals and philosophy and in the interpretation of history. Those who wish to resist the encroachments on individual liberty must direct their attention to these wider ideas as well as to those in the strictly economic field.
8. Any free society presupposes, in particular, a widely accepted moral code. The principles of this moral code should govern collective no less than private action.
9. Among the most dangerous of the intellectual errors which lead to the destruction of a free society is the historical fatalism which believes in our power to discover laws of historical development which we must obey, and the historical relativism which denies all absolute moral standards and tends to justify any political means by the purposes at which it aims.
10. Political pressures have brought new and serious threats to the freedom of thought and science. Complete intellectual freedom is so essential to the fulfillment of all our aims that no consideration of social expediency must ever be allowed to impair it.

Anexo 7

A Primeira Lista de Membros Registrados da Mont Pelerin⁴⁸⁹

C. Antoni	F.A. Lutz
H. Barth	F. Machlup
K. Brandt	S. de Madariaga
C. Bresciani-Turroni	L.B. Miller
W.R. Chamberlin	L. von Mises
R. Courtin	C. Moetteli
J.E. Crane	C. Morgan
J. Davenport	F. Morley
S.R. Dennison	W.A. Orton
A. Director	A. Plant
M. Eastman	M. Polanyi
L. Einaud	K.R. Popper
W. Eucken	W.E. Rappard
E. Eyck	L.E. Read
A.G.B Fisher	C. Rist
M. Friedman	L. Robbins
H.D. Gideonse	M. Roberts
F.D. Graham	W. Röpke
C.O. Hardy	J. Rueff
F.A. Harper	A. Rustow
H. Hazlitt	F. Schnable
E. Heckscher	W.J.H. Sprott
T.J.B. Hoff	G.J. Stigler
A. Hunold	H. Tingsten
C. Iverson	Trevoux
J. Jewkes	R. Truptil
B. de Jouvenel	D. Villey
F.H. Knight	V.O. Watts
H. Kohn	C.V. Wedgewood
W. Lippmann	E.L. Woodward
H. de Levinfosse	H.M. Wriston
H.W. Luhnnow	G.M. Young

⁴⁸⁹ Arquivo da Sociedade Mont Pelerin. Caixa 1.

Anexo 8 ⁴⁹⁰:

Documento Oficial de Registro da Sociedade Mont Pelerin



⁴⁹⁰ Arquivo Hayek Papers. Caixa 71. Articles of Incorporation. Pasta 1.

Anexo 9

Declaração de Objetivos (Mont Pelerin Society Statement of Aims - 1947)

A group of economists, historians, philosophers, and other students of public affairs from Europe and the United States met at Mont Pelerin, Switzerland, from April 1st to 10th, 1947, to discuss the crisis of our times. This group, being desirous of perpetuating its existence for promoting further intercourse and for inviting the collaboration of other like-minded persons, has agreed upon the following statement of aims. The central values of civilization are in danger. Over large stretches of the Earth's surface the essential conditions of human dignity and freedom have already disappeared. In others they are under constant menace from the development of current tendencies of policy. The position of the individual and the voluntary group are progressively undermined by extensions of arbitrary power. Even that most precious possession of Western Man, freedom of thought and expression, is threatened by the spread of creeds which, claiming the privilege of tolerance when in the position of a minority, seek only to establish a position of power in which they can suppress and obliterate all views but their own. The group holds that these developments have been fostered by the growth of a view of history which denies all absolute moral standards and by the growth of theories which question the desirability of the rule of law. It holds further that they have been fostered by a decline of belief in private property and the competitive market; for without the diffused power and initiative associated with these institutions it is difficult to imagine a society in which freedom may be effectively preserved. Believing that what is essentially an ideological movement must be met by intellectual argument and the reassertion of valid ideals, the group, having made a preliminary exploration of the ground, is of the opinion that further study is desirable inter alia in regard to the following matters: 1. The analysis and exploration of the nature of the present crisis so as to bring home to others its essential moral and economic origins. 2. The redefinition of the functions of the state so as to distinguish more clearly between the totalitarian and the liberal order. 3. Methods of re-establishing the rule of law and of assuring its development in such manner that individuals and groups are not in a position to encroach upon the freedom of others and private rights are not allowed to become a basis of predatory power. 4. The possibility of establishing minimum standards by means not inimical to initiative and functioning of the market. 5. Methods of combating the misuse of history for the furtherance of creeds hostile to liberty. 6. The problem of

the creation of an international order conducive to the safeguarding of peace and liberty and permitting the establishment of harmonious international economic relations. The group does not aspire to conduct propaganda. It seeks to establish no meticulous and hampering orthodoxy. It aligns itself with no particular party. Its object is solely, by facilitating the exchange of views among minds inspired by certain ideals and broad conceptions held in common, to contribute to the preservation and improvement of the free society.

Anexo 10

Presidentes da Sociedade Mont Pelerin

F. A. von Hayek	1947–1960
Wilhelm Röpke	1960–1961
John Jewkes	1962–1964
Friedrich A. Lutz	1964–1967
Bruno Leoni	1967
Günter Schmölders	1968–1970
Milton Friedman	1970–1972
Arthur Shenfield	1972–1974
Gaston Leduc	1974–1976
George Stigler	1976–1978
Manuel Ayau	1978–1980
Chiaki Nishiyama	1980-1982
R. Harris	1982–1984
James M. Buchanan	1984–1986
Herbert Giersch	1986–1988
Antonio Martino	1988–1990
Gary Becker	1990-1992
R. Max Hartwell	1992–1994
Pascal Salin	1994–1996

Edwin J. Feulner	1996–1998
Ramon P. Diaz	1998-2000
Christian Watrin	2000-2002
Leonard P.iggio	2002-2004
Victoria Curzon-Price	2004-2006
Greg Lindsay	2006-2008
Deepak Lal	2008-2010
Kenneth Minogue	2010-2012
Allen H. Meltzer	2012-2014
Pedro Schwartz Girón	2014-2016
Peter J. Boettke	2016-2018

Anexo 11

Declaração de Princípios dos Institutos Liberais

Os Institutos Liberais do Brasil foram criados com o propósito de divulgar as vantagens do liberalismo.

O liberalismo é uma doutrina voltada para a melhoria das condições materiais do gênero humano. Seu propósito é o de reduzir a pobreza e a miséria, e o meio que propõe para que este objetivo seja atingido é a liberdade. Liberdade entendida como ausência de coerção de indivíduos sobre indivíduos, ou seja: a ninguém é permitido recorrer à força ou à fraude para obrigar ou induzir alguém a fazer o que não deseja.

A escolha da liberdade como valor supremo não decorre de razões de natureza mística ou metafísica; decorre do fato de que um sistema baseado na liberdade propicia um maior desenvolvimento das potencialidades individuais e uma maior produtividade do trabalho humano, sendo portanto do interesse de todos os habitantes do mundo. O

pensamento econômico e a experiência histórica não conseguiram, até hoje, sugerir um outro sistema social que seja tão benéfico para as massas quanto o liberalismo.

Um sistema baseado na liberdade pressupõe, necessariamente, que não haja restrições à propriedade privada dos meios de produção. Pressupõe também a existência de paz. A cooperação social e a divisão do trabalho, que são traços característicos do gênero humano, só podem florescer num ambiente de paz.

O liberalismo reconhece a inviabilidade da liberdade total, anárquica, e acata o conceito de liberdade compatível com a convivência social baseada no intercâmbio espontâneo entre os indivíduos. Reconhece, assim, a imperiosa necessidade de uma ordem geral, estruturada em normas abstratas de conduta, legitimamente geradas pelos cidadãos e eficazmente aplicadas pelas instituições administradoras da justiça.

O liberalismo pressupõe, portanto, a existência de um Estado organizado que detenha o monopólio da coerção, e de um governo, encarregado de administrar o aparato estatal de compulsão e coerção. O papel essencial do governo é o de impedir – e eventualmente punir – que um cidadão possa usar de violência ou fraude para atingir seus objetivos; é o de proteger e preservar a vida, a liberdade, a propriedade e a saúde dos indivíduos; é o de manter o ambiente institucional e o respeito às regras, de modo que possam florescer os talentos e as capacidades individuais. Em resumo, é o de prover a ordem e a justiça.

A ordem liberal a ser provida pelo Estado se caracteriza pela institucionalização da liberdade política, pela adoção da economia de mercado como forma de organização econômica e pelo respeito ao princípio da subsidiariedade. Segundo esse princípio, não deve caber à União, o que pode ser feito pelos estados, nem aos estados o que pode ser feito pelos municípios, nem aos municípios o que pode ser feito pela comunidade, e nem à comunidade o que pode ser feito pelos indivíduos.

Liberdade política significa não só liberdade de expressão, de locomoção, de crença, de reunião, como também a liberdade para escolher as pessoas que irão exercer as funções de governo e que, portanto, irão deter o comando de coerção e compulsão. Para haver liberdade de escolha, é indispensável que haja eleições periódicas, que os indivíduos possam se organizar em torno de ideias e princípios que considerem mais adequados para a sociedade, e que possam formar partidos políticos de qualquer natureza. Essa liberdade de escolha precisa estar protegida por salvaguardas, de forma a impedir que um partido político eventualmente no poder venha a utilizar o aparato de coerção para suprimi-la; uma eventual maioria política não pode ter o direito de suprimir eleições ou de impedir a formação e a atuação de partidos políticos.

Economia de mercado significa liberdade de iniciativa, entendida como direito de entrada no mercado para produzir os bens e serviços que os consumidores desejam. Significa liberdade de contrato representada pelo estabelecimento de preços, salários e juros sem restrições de qualquer natureza. A existência de uma economia de mercado pressupõem que não sejam concedidos a pessoas ou grupos privilégios tais como subsídios, reserva de mercado, monopólio, licenças cartoriais e protecionismos de qualquer espécie.

Os institutos liberais pretendem contribuir para a divulgação do liberalismo através da publicação de livros e textos, da realização de seminários, cursos e palestras, e da proposição de políticas alternativas a serem adotadas pelos eventuais ocupantes do poder.

Os institutos liberais pretendem, portanto, contribuir para mudar a ideologia dominante em nosso País – o intervencionismo -, de forma a criar as condições que haverão de permitir que o Brasil se transforme no país rico, próspero, livre e desenvolvido que inegavelmente pode vir a ser.

Anexo 12

PATROCINADORES DOS INSTITUTOS LIBERAIS (1993)

ABOLIÇÃO VEÍCULOS S/A
ABRAS – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE SUPERMERCADOS
AECCB – ADMINISTRADORA DO EDIF. CENTRO CULTURAL DO BRASIL S/A LTDA
ALBARUS S/A
ALCOA ALUMINIO S/A
ALLIED AUTOMOTIVE LTDA
AMIL ASSISTÊNCIA MÉDICA INTERNACIONAL LTDA
ACANCAR EMPREENDIMENTOS COMERCIAIS S/A
ÂNCORA AUTO VEÍCULO LTDA
ANDRÉ ROBERTO JAKURSKI
APICE ENGENHARIA LTDA
APRAS – ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE SUPERMERCADOS
ARCA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS
ÁREA DE ARQUITETURA E PROMOÇÕES
ARNO S/A
ARTAX S/C LTDA
ARTEFATOS DE BORRACHA RECORD S/A
ARTHUR ANDERSEN S/A
ASTÓRIA PAPÉIS LTDA
AUTOMATION S/A
AUTO VIAÇÃO NOSSA SENHORA DO CARMO LTDA
AVIPAL S/A AVICULTURA E AGROPECUÁRIA
BAHEMA S/A
BANCO ARAUCÁRIA S/A
BANCO BAMERINDUS DO BRASIL S/A
BANCO BOZANO SIMONSEN S/A
BANCO DE CRÉDITO NACIONAL S/A
BANCO ECONÔMICO S/A
BANCO FENÍCIA S/A
BANCO NACIONAL S/A
BANCO NOROESTE S/A
BANCO REGIONAL MALCOLN S/A
BANCO SOGERAL S/A
BELGA INDÚSTRIAS QUÍMICAS LTDA
BERNECK & CIA
BLUE LIFE A.M.S.P
BOLSA DE VALORES DO PARANÁ
BOMBRIL S/A
BOSTON AD. EMPR. LTDA
BRADESCO S/A
BRASHOLANDA S/A
BRÁSILIA GUAÍBA OBRAS PÚBLICAS

BRASWEY S/A INDÚSTRIA E COMÉRCIO
BRITÂNIA ELETRODOMÉSTICOS S/A
C&A MODAS LTDA
CAFÉ ALVORADA S/A
CARBEL S/A
CARREFOUR S/A
CASA LYRA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES S/A
CASH – SOC. DE FOMENTO COMERCIAL S/A
CASTEVAL CONSTRUÇÃO E INCORPORAÇÃO LTDA
CENTER NORTE EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA
CENTROS COMERCIAIS DO SUL
CENTRO DAS INDÚSTRIAS DO RS
CEVEKOL S/A
CHOCOLATE COMÉRCIO DE ROUPAS LTDA
CIA. ANTARCTICA PAULISTA
CIA. BRASILEIRA DE PETRÓLEO IPIRANGA
CIA. DE AUTOMÓVEIS SLAVIERO
CIA. DE FORÇA E LUZ CATAGUAZES – LEOPOLDINA
CIA. FIAÇÃO E TECIDOS CEDRO E CACHOEIRA
CIA. HABITASUL DE PARTICIPAÇÕES
CIA. SUZANO DE PAPEL E CELULOSE S/A
CIASUL – INC. INV. E PART. LTDA
CIBA GEIGY QUÍMICA S/A
CIMENTO TUPI S/A
CITIBANK N.A
CM INVESTIMENTOS LTDA
CONFAB INDUSTRIAL S/A
CONSERVAS RITTER S/A
CONSHOPPING CONSULTORIA E PARTICIPAÇÕES LTDA
CONSTRUTORA CIMENTI – COUSANDIER LTDA
CONSTRUTORA NORBERTO ODEBRECHT
CONSTRUTORA PELOTENSE
CONSTRUTORA SULTEPA S.A
COOPERS & LYBRAND, BIEDERMANN BORDASH AUDITORES INDEPENDENTES
COOPERSUCAR
COORBETTA S.A – IND E COMÉRCIO
CORUJÃO COMÉRCIO DE AUTOMÁVEIS LTDA
COSIGUA – CIA. SIDERÚRGICA DA GUANABARA
COTEMINAS – CIA DE FIAÇÃO E TECIDOS NORTE DE MINAS
CPL – CENTRO DE PROPAGANDA LTDA
C.R ALMEIDA S/A
D' BORCATH & CIA LTDA
DEMETERCO & CIA LTDA
DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS FAVRETO
DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE PETRÓLEO IPIRANGA
DOW QUÍMICA S/A
EBID – EDITORA PÁGINAS AMARELAS LTDA

ECISA ENGENHARIA COMÉRCIO E INDÚSTRIA S/A
ELDORADO S/A COM. IND. IMPORTAÇÃO
ELETROFRIO S/A
EMÍLIO ROMANO S/A
ENCOL S/A
ENGEPROD SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA
ESCRITÓRIO LEVY C.V.M LTDA
ESTIL MÓVEIS E DECORAÇÕES LTDA
EUCATEX S/A INDÚSTRIA E COMÉRCIO
EUREKA LAVANDERIA LTDA
EX INVEST DO BRASIL
FININVEST S/A – CRÉDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS
FIUZA CAMPOS REPRESENTAÇÃO DE PAPÉIS
FORJAS TAURUS S/A
GETHAL S/A – IND. E COM. DE MADEIRA COMPENSADA
HERMES MACEDO S/A
HOECHST DO BRASIL S/A
HOJE IMÓVEIS LTDA
HOME ENGENHARIA LTDA
ICO COMERCIAL S/A
IMARIBO S/A
IMCOSUL S/A
IMPRESSORA PARANAENSE S/A
INCEPA IND. CERÂMICA PARANÁ S/A
INDETEX PRODUTOS QUÍMICOS LTDA
INDÚSTRIA PAPÉIS ARTE J.T. S/A - TOGA
INDÚSTRIAS GESSY LEVER LTDA
INDÚSTRIAS GRADIENTE S/A
INDÚSTRIAS VILLARES S/A
INEPAR S/A
ITAÚSA INVESTIMENTOS ITAÚ S/A
IVAÍ ENGENHARIAS DE OBRAS S/A
J.H. SANTOS S/A
J.I. CASE DO BRASIL
JOÃO DE CARVALHO SÁ
JOHNSON E HIGGINS CORRETORES DE SEGURO LTDA
JOSÉ ALVES S/A IMP. E EXP.
KAMINSKY PADARIA UNIVERSAL
KUSMA & CIA LTDA
K.V.T TURISMO
LA VIOLETERA IND. COM. GEN. ALIMENT. LTDA
L.C. BRANCO EMPREENDIMENTOS IMOB
LLOYDS BANK PLC
LOBRÁS – LOJAS BRASILEIRAS S/A
LOCALIZA RENT A CAR
LOJAS IPÊ LTDA
LONDON MULTIPLIC BANCO DE INVESTIMENTOS S/A
LUNDGREN IRMÃOS TECIDOS S/A

MANUFACTURERS HANOVER APRENDAMENTO MERCANTIL S/A
MANZOLI S/A IND. E COMÉRCIO
MÁRCIA CORRETORA DE SEGUROS LTDA
MENPHIS S/A
MERLIN IND. E COM. DE ÓLEOS VEGETAIS
MESBLA S/A
METAL CORTE E DOBRA S/A
METALAC S/A INDÚSTRIA E COMÉRCIO
MONTREAL INFORMÁTICA LTDA
MINERAÇÕES BRASILEIRAS REUNIDAS S.A
MINERVA DIMAX COM. FARMACEUTICO LTDA
MLM ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA
MONTESE ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA
MUSA CALÇADOS LTDA
NACIONAL TURISMO AGÊNCIA DE VIAGENS LTDA
NUTRICIA S/A – PRODUTOS DIETÉTICOS E NUTRICIONAIS
NUTRIMENTAL S/A
OLSEN VEÍCULOS S/A
OLVEBRA S/A
PADILHA INDÚSTRIAS GRÁFICAS S/A
PAES MENDONÇA S/A
PARANÁ EQUIPAMENTOS S/A
PARANAPANEMA S/A
PARISA PARTICIPAÇÕES LTDA
PETROPAR S/A
PIERRE ALEXANDER
PLASTIPAR IND. & COM. LTDA
PREDIAL E ADMINISTRADORA DE HOTEIS PLAZA S/A
PREVISE CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA
QUAKER ALIMENTOS S/A
REFINAÇÕES DE MILHO BRASIL LTDA
REFRIGERAÇÃO PARANÁ S/A
RENNER FINANCIADORA S/A
RHODIA S/A
RIO DE JANEIRO REFRESCOS S/A
R.T REPRESENTAÇÕES LTDA
S.A EDUCACIONAL POSITIVO
S.A INDÚSTRIAS VOTORANTIM
S.A MOINHOS RIOGRANDENSES - SAMRIS
S.A WHITE MARTINS
SAMARCO MINERAÇÃO S/A
SANBRA S/A
SANDVIK DO BRASIL S/A
SANTA LUCIA PROPAGANDA E EMPREENDIMENTOS LTDA
SELECTAS S/A
SERFINA S/A ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES
SERVENCO – SERVIÇOS DE ENGENHARIA CONTINENTAL S/A
SERVOPAR S/A

SHARP S/A EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS
SHELL DO BRASIL S/A
SIDERÚRGICA GUAIRA S/A
SIDERÚRGICA RIOGRANDENSE S/A
SIEMENS S/A
SIMEIRA COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA
SINDI – SISTEMA INTEGRADO DE DISTRIBUIÇÃO
SINOSCAR S/A
SLAVIERO HOTÉIS E TURISMO LTDA
SODIMEX – SUL LTDA
SOGENALDA LTDA
SSC&B LINTAS BRASIL COMUNICAÇÕES LTDA
STANDARD, OGILVY/MATHER LTDA
SUL-AMERICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS
SUPERPESA CIA. DE TRANSPORTES ESPECIAIS E INTERMODAIS
SUSA S/A
TERRAMAR CORRETORA DE CâMBIO E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA
TEXACO DO BRASIL S/A
TRANSESP – TRANSPORTES ESPECIALIZADOS LTDA
TREVO INVESTIMENTOS
TROMBINI S/A
TV GLOBO LTDA
UMUARAMA HOLDING
UNIBANCO ADM. CORR. DE SEGUROS
UNION CARBIDE DO BRASIL LTDA
UNISYS ELETRÔNICA LTDA
USIBA – USINA SIDERÚRGICA DA BAHIA S/A
VARIG S/A – VIAÇÃO AEREA RIOGRANDENSE
VASP S/A VIAÇÃO AEREA DE SÃO PAULO
VEPLAN HOTEIS E TURISMO S/A
VEROLME – ESTALEIROS REUNIDOS DO BRASIL S/A
VIAÇÃO AEREA DE SÃO PAULO
VIAÇÃO NOVA SUÍÇA LTDA
VISAGIS S/A
VITASUL ALIMENTOS S/A
VONPAR REFRESCOS S/A
VOUPAR COM. DE AUTOMÓVEIS LTDA
XEROX DO BRASIL S/A

FONTES:

1. Arquivos

1.1 Hoover Institution (Universidade de Stanford)

Fundo Sociedade Mont Pelerin
 Fundo Friedrich von Hayek
 Fundo Milton Friedman
 Fundo F.A. Harper
 Fundo Institute of Economic Affairs
 Fundo R.M. Hartwell
 Fundo Manuel F. Ayau
 Fundo Fritz Machlup
 Fundo Gordon Tullock

1.2 Arquivos do Instituto Liberal do Rio de Janeiro e de São Paulo

Instituto Liberal. 1983-1993: Os Primeiros Dez Anos. Rio de Janeiro: Conselho Nacional dos Institutos Liberais.
 Ideia Liberal (IL). vários números. São Paulo: Instituto Liberal de São Paulo, 1988-1992.
 Informe Liberal (IL). vários números. São Paulo: Instituto Liberal de São Paulo, 1993-1997.
 IL Notícias. vários números. Rio de Janeiro: Conselho Nacional dos Institutos Liberais, 1991-1997.
 Problemas sociais, soluções liberais. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1995.

2. Jornais e revistas

Jornal da Tarde, 1981
 Digesto Econômico, 1981
 Revista Veja, 1979-1984
 Revista Visão, 1981 e 1984
 Jornal Folha de São Paulo, 1977
 Jornal O Estado de São Paulo, 1977 e 1981

3. Periódicos na internet:

La Vie des idées

AUDIER, SERGE. “Le néo-libéralisme : unité, diversité, divergences”. 4 de julho 2012.

Disponível em: <http://www.laviedesidees.fr/Le-neo-liberalisme-unite-diversite.html>

Acesso: 30 de novembro de 2016

CHABAL, Emile. “Le néo-libéralisme introuvable ?”. 4 de julho 2012. Disponível em:

<http://www.laviedesidees.fr/Le-neo-liberalisme-introuvable.html> Acesso: 03 de fevereiro de 2017

LENFANT, Jean-Sébastien. “Aux sources du néolibéralisme”. 24 de junho 2009.

Disponível em: <http://www.laviedesidees.fr/Aux-sources-du-neoliberalisme.html>

Acesso: 30 de novembro de 2016

SOLCHANY, Jean. “Vertus et limites du déconstructivisme”. 3 de julho 2012.
Disponível em: <http://www.laviedesidees.fr/Vertus-et-limites-du.html> Acesso: 9 de janeiro de 2015

Le Monde Diplomatique

BOURDIEU, Pierre. “L’essence du néolibéralisme”. Maio, 1998. Disponível em: <https://www.monde-diplomatique.fr/1998/03/BOURDIEU/3609> Acesso: 30 de novembro de 2016

National Review

Letter to the Editor with Aaron Director and George J. Stigler, "The Mont Pèlerin Society,". 2 de dezembro de 1961. Disponível em: https://miltonfriedman.hoover.org/friedman_images/Collections/2016c21/NR_12_02_1961.pdf Acesso 24 de novembro de 2016

Folha de São Paulo

. GIANNETTI DA FONSECA, Eduardo. “Quem tem medo do neoliberalismo? - Parte 1”, de 24 de julho de 1994. Disponível em:

<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1994/7/24/dinheiro/21.html> Acesso em: 11 de outubro de 2016.

. “Milton Friedman, vencedor do Prêmio Nobel de Economia, morre aos 94”. Folha de São Paulo de 16 de novembro de 2006.

Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u112437.shtml> Acesso em 23 de setembro de 2017

The Independent Review:

http://www.independent.org/pdf/tir/tir_01_4_etc.pdf. Acessado em 19 de outubro de 2014.

Cato Journal. Disponível em <http://www.cato.org/>

4. Páginas da internet:

- *Foundation for Economic Education:*

Greg Kaza. “The Mont Pelerin Society's 50th Anniversary”. Junho de 1997. Disponível em: <https://fee.org/articles/the-mont-pelerin-societys-50th-anniversary/> Acesso em 11 maio de 2017

- *Liberaal Archief*

Inventory of the General Meeting Files (1947-1998) Disponível em: <http://www.liberaalarchief.be/MPS2005.pdf> Acesso em 14 de junho de 2016

- *Taking Hayek Seriously* – Disponível em: www.hayekcenter.org

- *The Locker Room*

BURGIN, Angus. “Planning Against Planning: The Mont Pelerin Society and the Origins of Neoliberalism”. Conferência na *JOHN LOCKE FOUNDATION*. Disponível: <http://lockerroom.johnlocke.org/2013/02/26/planning-against-planning/>

- *Libertarian Papers*

“Observations on Professor Hayek’s Plan” *Libertarian Papers* 1, 2 (2009). Disponível em: www.libertarianpapers.org Acessado em 23 de novembro de 2015

- *Mises Institute*

Austrian Economics Newsletter. An Interview with Henry Hazlitt. Spring 1984. Vol 5. No 1. Disponível em: <https://mises.org/library/interview-henry-hazlitt-full-edition-vol-5-no-1> Acesso em: 02 de março de 2015

- *Libertarianism.org*

Entrevista com FA Hayek. 1 de dezembro de 1982. Disponível em: <https://www.libertarianism.org/publications/essays/interview-fa-hayek>

Entrevista com FA Hayek. 1 de maio de 1984. Disponível em: <https://www.libertarianism.org/publications/essays/interview-f-hayek>

- *Margareth Thatcher Foundation*

Keay, Douglas. 1987. “Interview for Women’s Own.” 23 September 1987. Disponível em: <http://www.margareththatcher.org/document/106689> Acesso em 18 de agosto de 2016

- *Nobel prize-winning economist oral history transcript.*

Entrevistas com agraciados pelo Prêmio Nobel de Economia. Projeto do Programa de História Oral da Universidade da Califórnia.

BIBLIOGRAFIA:

ALEJANDRO, Foxley. “Experimentos Neoliberales en América Latina”. In *Colección Estudios Cieplan*, Numero Especial. Santiago: Chile. 1982.

ANDERSON, Perry. “Balanço do neoliberalismo”. In: SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, pp. 09-23.

_____. “Renewals”. *New Left Review* 1. p. 5-25. Jan-Fev. 2000.

AUDIER, Serge. *Le colloque Lippmann: aux origines du néo-libéralisme*. Paris: Editions Le Bord de l’Eau, 2008.

_____. *Néo-libéralisme(s) – une archéologie intellectuelle*. Paris: Grasset, 2012.

BERSTEIN, Serge. “A cultura política”. In RIOUX, Jean-Pierre & SIRINELLI, Jean-François. *Para uma História Cultural*. Lisboa: Estampa, 1998.

BOBBIO, Norberto. *Os intelectuais e o poder: dúvidas e opções de homens de cultura na sociedade contemporânea*. São Paulo: UNESP, 1997.

BOURDIEU, Pierre. “L’essence du néolibéralisme”. *Le Monde Diplomatique*, Mars 1998.

BRENNETOT, Arnaud. Geohistory of “neoliberalism”. Rethinking the meanings of a malleable and shifting intellectual label”. In *Cybergeo: European Journal of Geography. Politique, Culture, Représentations*, 2014. Artigo 677. Acessado em 11 de junho de 2016 às 15h 45. URL: <http://cybergeo.revues.org/26324>.

BRINKLEY, Alan. *Franklin Delano Roosevelt*. Barueri, SP: Amarilys, 2014.

BÜREN, María Paula de. “Mont Pèlerin Society en la articulación del discurso neoliberal”. In RAMÍREZ, Hernán (org.). *O neoliberalismo sul-americano em clave transnacional: enraizamento, apogeu e crise*. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2013.

BURGIN, Angus. *The Great Persuasion: Reinventing Free Markets since the Depression*. Cambridge, MA. Harvard University Press, 2012.

COCKETT, Richard. *Thinking the Unthinkable: Think-Tanks and the Economic Counter-Revolution, 1931-83*. London: Fontana, 1995.

DENORD, François. “Aux origines du néo-libéralisme en France. Louis Rougier et le Colloque Walter Lippmann de 1938”. *Le Mouvement Social* 2. n° 195, p. 9-34, 2001.

_____. “Le prophète, le pèlerin et le missionnaire – La circulation internationale du néo-libéralisme et ses acteurs”. *Actes de la recherche en science sociales*, 145, 2002, pág 9-20.

_____. *Néolibéralisme, version française. Histoire d’une idéologie politique*. Paris: Demopolis, 2007.

_____. “French Neoliberalism and its divisions”. In MIROWSKI, Philip and PLEHWE, Dieter. *The Road from Mont Pelerin: the making of the neoliberal thought collective*. Cambridge, Massachussets: Harvard University Press, 2015.

DOHERTY, Brian. *Radicals for Capitalism: A Freewheeling History of the Modern American Libertarian Movement*. Public Affairs. New York, 2007.

DUTRA, Eliana R. de Freitas Dutra. “História e Culturas Políticas: definições, usos, genealogias”. *Varia História*, número 28, dez. 2002.

FEULNER, Edwin J. Intellectual Pilgrims. *The Fiftieth Anniversary of the Mont Pelerin Society*. Washington, D.C: Heritage Foundation, 1999.

FINER, Herman. *Road to Reaction*. Boston: Little Brown & Co., 1945.

FRIEDMAN, Milton e FRIEDMAN, Rose. *Two lucky people: memoirs*. Chicago: The University of Chicago Press, 2012.

GIDE, Charles. “Has Co-operation Introduced a New Principle into Economics?” *Economic Journal* 8(32): 490–511, 1898.

GOFFMAN, Erving. *Asiles. Etudes sur la condition sociale des malades mentaux*, Editions de Minuit, Paris, 1968.

HALL, Peter A. *The political power of economic ideas*. Nova Jersey: Princeton University Press, 1989.

HAMMOND, J. Daniel. "Markets, Politics and Democracy at Chicago: Taking Economics Seriously," in R. Van Horn, P. Mirowski, and T.A. Stapleford. *Building Chicago Economics: New Perspectives on the History of America's Most Powerful Economics Program*. Cambridge University Press, 2011.

_____. "Chicago School of Economics," in D. Coates, ed. *Oxford Companion to American Politics*. Oxford University Press, 2012.

_____. "Religion and the Foundation of Liberalism: The Case of the Mont Pelerin Society," with Claire H. Hammond. *Modern Age*, 55 (Winter/Spring): 2013.

HAMOWY, Ronald (E.). *The Encyclopedia of Libertarianism*. Thousand Oaks, California: Sage Publications, 2008. 623 pags.

HARVEY, David. *O neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

HAYEK, F.A. *Studies in Philosophy, Politics and Economics*. New York: Simon & Schuster, 1967.

_____. *O caminho da servidão*. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1990.

_____. *Hayek on Hayek: an autobiographical dialogue*. Indianapolis: Liberty Fund, 1994.

HAZLITT, Henry. *The Free Man's Library. A Descriptive and Critical Bibliography*. New Jersey: D. Van Nostrand Company, 1956.

HIMMELSTEIN. *To the Right: The Transformation of American Conservatism*. Berkeley: University of California Press, 1990.

HOBBSAWM, Eric. "The Death of Neo-liberalism". *Marxism Today*. Nov. 1998.

HOEVELER, J. David. *Watch on the right: conservatives intellectuals in the Reagan Era*. Wisconsin: The University of Wisconsin Press, 1991.

HORN, Rob Van e MIROWSKI, Philip. "The rise of the Chicago School of Economics and the birth of neoliberalism". MIROWSKI, Philip and PLEHWE, Dieter. *The Road from Mont Pelerin: the making of the neoliberal thought collective*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 2015.

HÜLSMANN, Jörg Guido. *Mises: The Last Knight of Liberalism*. Mises Institute: Auburn, Alabama, 2007.

ISSERMAN, Maurice e KAZIN, Michael. *America Divided*. New York: Oxford, 2000.

JONES, Daniel Stedman. *Masters of the Universe*. United Kingdom: Princeton University Press, 2012.

KLEIN, Naomi. *A doutrina do choque: a ascensão do capitalismo de desastre*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

LIPPMANN, Walter. *Inquiry into the Principles of the Good Society*. Boston: Little, Brown & Co., 1937.

MATTSON, Kevin. *When America was great: the fighting faith of postwar liberalism*. _____ . *Intellectuals in Action: The Origins of the New Left and Radical Liberalism, 1945-1970*. R\$ 22 ebook na amazon.com.br

MILL, John Stuart. *Da liberdade*

MIROWSKI, Philip and PLEHWE, Dieter. *The Road from Mont Pelerin: the making of the neoliberal thought collective*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 2015.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Org.). *Culturas políticas na história: novos estudos*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009.

NASH, George. H. *The conservative intellectual movement in America since 1945*. Delaware: ISI Books, 2006.

OLIVIER, Longchamp e YVES, Steiner. “Comment les banquiers et industriels suisses ont financé le renouveau libéral”. In *L'Économie politique*. 4/2009 (n° 44).

PATTERSON, James T. *America's struggle against poverty, 1900-1985*. Cambridge, Mass: Harvard University Press, 1986.

_____. *Grand expectations: United States, 1945-1974*. Oxford: Oxford University Press, 1996.

PAXTON, Robert O. *A Anatomia do Fascismo*. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

PERLSTEIN, Rick. *Before the Storm*. New York: Hill and Wang, 2001.

PHILLIPS-FEIN, Kim. “Business Conservatives and the Mont Pèlerin Society”. In MIROWSKI, Philip and PLEHWE, Dieter. *The Road from Mont Pelerin: the making of the neoliberal thought collective*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 2015, p. 280-301.

PIROU, G. *Néo-libéralisme, Néo-Corporatisme, Néo-socialisme*. Paris: Gallimard, 1939.

- PLEHWE, Dieter. "Introduction". In MIROWSKI, Philip and PLEHWE, Dieter. *The Road from Mont Pelerin: the making of the neoliberal thought collective*. Cambridge, Massachussets: Harvard University Press, 2015, p. 1-44.
- POLANYI, Karl. *A Grande Transformação*. Rio de Janeiro: Campus, 2000
- PTAK, Ralf. "Neoliberalism in Germany". In MIROWSKI, Philip and PLEHWE, Dieter. *The Road from Mont Pelerin: the making of the neoliberal thought collective*. Cambridge, Massachussets: Harvard University Press, 2015, p. 1-44.
- REIS FILHO, Daniel Aarão (org). *Intelectuais, história e política (séculos XIX e XX)*. Rio de Janeiro, 7Letras, 2000.
- REMOND, René (orgs). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.
- RICCI, David M. *The Transformation Of American Politics: the new Washington and the rise of think tanks*. New Haven and London: Yale University Press, 1993.
- RODGERS, Daniel T. *Age of Fracture*. London: Harvard University Press, 2011. pág 41-77.
- ROSANVALLON, Pierre. "Por uma história conceitual do político". In: *Revista Brasileira de História*, n. 30. São Paulo, 1995, p.12.
- SIRINELLI, Jean-François. "Os intelectuais". In RÉMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Editora FGV, 1996.
- STEINER, Yves, "Les riches amis suisses du néolibéralisme. De la débâcle de la revue Occident à la Conférence du Mont Pèlerin d'avril 1947", *Traverse*, 1, 2007.
- STIGLER, George S. *Memoirs of an Unregulated Economist*. Chicago: University of Chicago Press, 2003.
- TRIBE, Keith. "Liberalism and Neoliberalism in Britain". In MIROWSKI, Philip and PLEHWE, Dieter. *The Road from Mont Pelerin: the making of the neoliberal thought collective*. Cambridge, Massachussets: Harvard University Press, 2015.
- VAN HORN, Rob and Philipp Mirowski, *The Road to a World Made Safe for Corporations: The Rise of the Chicago School of Economics*, paper presented at the Workshop "How Neoliberalism Became a Transnational Movement", ICAS New York University, April 2005.
- WALPEN, Bernhard. "The Plan to End Planning: A Short History of Neoliberalism." Keynote lecture delivered at the New York University / International Center for Advanced conference "How Neoliberalism Became a Transnational Movement," April 28–30, 2005.

WEAVER, R. Kent. "The Changing World of Think Tanks". *PS: Political Science & Politics*. Volume 22, n.3, 1989.